UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

IVAN PAGANOTTI

ECOS DO SILÊNCIO

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REFLEXOS DA CENSURA
NO BRASIL PÓS-ABERTURA DEMOCRÁTICA**

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

IVAN PAGANOTTI

ECOS DO SILÊNCIO

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REFLEXOS DA CENSURA
NO BRASIL PÓS-ABERTURA DEMOCRÁTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração I: Teoria e Pesquisa em Comunicação, inserido na Linha de Pesquisa Linguagens e Estéticas da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO

2015

Autorizo a divulgação do texto completo em bases de dados especializadas e a reprodução total ou parcial, por processos fotocopiadores, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte.

Assinatura: _____

Data: _____

Ficha catalogal

Paganotti, Ivan

Ecos do silêncio: Liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática / Ivan Paganotti ; orientadora Mayra Rodrigues Gomes. São Paulo, 2015.

342 páginas.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

1. Censura – História. 2. Liberdade de expressão - Brasil. 3. Meios de Comunicação – Regulação. I. Paganotti, Ivan. II. Título: Ecos do silêncio.

CDD 363.31

Autor: PAGANOTTI, Ivan

Título: Ecos do silêncio: Liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes – ECA/USP (orientadora)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aprovada em: ____/____/____

Agradecimentos

Esta pesquisa não existiria sem a Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes. Não só por sua orientação e pelo tema aqui desenvolvido partir justamente de suas pesquisas anteriores sobre censura e liberdade de expressão entre períodos autoritários e democráticos, mas principalmente porque não teria cogitado seguir a carreira acadêmica após minha graduação como jornalista se não fosse seu incentivo. Como bem definido pela Rosana, muitos nos *tornamos* docentes – mas Mayra *é* professora, sempre o foi, em essência, e sempre nos iluminará com novas ideias. Em mais de uma década de parceria, desde as aulas até a abertura para uma pesquisa acadêmica, sempre guardarei seu incentivo e o exemplo de uma vida dedicada em aproximar jovens curiosos pelas palavras de mestres essenciais e pela navegação por documentos nunca antes analisados.

A dedicação a esta pesquisa só foi possível pelo apoio da bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que também possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa internacional em Portugal, por meio de bolsa de estudos do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES).

Durante esse período, a coorientação da Profa. Dra. Helena Sousa, orientadora desta pesquisa em Portugal, foi essencial. Além do privilégio de poder ser orientado por uma das maiores especialistas internacionais em economia política da comunicação, com vasta experiência em análise de entidades de regulação midiática, agradeço-lhe profundamente o acolhimento e as recomendações propiciadas.

Aos integrantes da minha banca de qualificação e avaliação, agradeço pela leitura atenta e pelos comentários preciosos, principalmente as críticas e as sugestões sobre recorte do corpus e estruturação da tese, apresentadas pela Profa. Dra. Cristina Costa (ECA-USP), além do incentivo propiciado pela Profa. Dra. Barbara Heller (Unip), cujo parecer permitiu o período de pesquisa em Portugal.

Agradeço também aos outros docentes cujas disciplinas formaram grande parte da base conceitual desta pesquisa e cujos comentários em seminários e trabalhos finais moldaram melhor estas análises: Prof. Dr. Eugênio Bucci (ECA-USP), Prof. Dr. Adilson Citelli (ECA-USP), Profa. Dra. Silmara Chinellato (FD-USP), Prof. Dr. Antonio Carlos Morato (FD-USP), e um agradecimento especial ao Prof. Dr. Rainer Schmidt, da Cátedra Martius de Estudos Alemães e Europeus (FFLCH-USP), pelo convite para participar em seu grupo de estudos habermasianos – onde pude contar com o coleguismo e críticas de colegas como Christian Jecov Schallenmueller, Paulo Costa Filho, Renato Francisquini e do Prof. Dr. Alessandro Pinzani (UFSC) – e pela

orientação sobre as abordagens adotadas nos primeiros capítulos desta tese. Também agradeço aos docentes da ECA-USP que inspiraram e comentaram essa pesquisa, a Profa. Dra. Alice Mitika, Profa. Dra. Sandra Reimão, Profa. Dra. Elizabeth Saad e Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho, além da contribuição e das críticas apresentadas pelo Prof. Dr. Martin Barker (Aberystwyth University) nos congressos em que nos encontramos na Sorbonne e na University of Sunderland. Terei eternamente uma dívida com a ex-secretária do PPGCOM, Rosely Sousa, que tanto colaborou durante os pedidos de bolsa e na burocracia necessária para o doutorado-sanduíche em Portugal. Da mesma forma, agradeço a Profa. Dra. Carla Risso, pelo incentivo e pela intermediação de meu contato com a Universidade do Minho para esta pesquisa – toda a segunda parte deste estudo não seria possível sem você. Agradeço também a atenção e paciência do grande Fernando e da equipe da Multiofício, que sempre transmite segurança essencial nos momentos mais tensos da conclusão das pesquisas. Agradeço também a colaboração atenciosa de Davi Ulisses Brasil Simões Pires, diretor do DEJUS/SNJ, e de Alessandra Xavier Nunes Macedo, coordenadora de Classificação Indicativa/MJ, pelo envio dos processos de Classificação Indicativa solicitados ao Ministério da Justiça.

Preciso externar minha gratidão aos colegas e alunos do Stockler e do Digicorp/ECA-USP, por toda a compreensão e apoio necessários para compatibilizar a docência e a pesquisa. Muitas das ideias aqui apresentadas só ficaram mais claras devido ao debate em sala de aula ou nos corredores dessas instituições, que apostam na qualificação constante de seus professores.

Agradeço a todos os integrantes do grupo de estudos Midiato, liderado com afinco pela Profa. Dra. Rosana Soares, a quem devo muito por longas conversas e pelo prazer de conhecer pesquisadores brilhantes como Andrea Limberto Leite, Cintia Liesenberg, Claudio Rodrigues Coração, Daniele Gross Ramos, Eliza Bachega Casadei, Felipe da Silva Polydoro, Fernanda Elouise Budag, José Augusto Mendes Lobato, Juliana Doretto, Marcello Chami Rollemberg, Mariane Harumi Murakami, a saudosa Paula Pereira Paschoalick, Rafael Duarte Oliveira Venancio, Renata Carvalho da Costa, Seane Melo e, especialmente, às grandes amigas Mariana Duccini Junqueira da Silva, Nara Lya Simões Caetano Cabral e Mariana Della Dea Tavernari (que talvez não saiba o quanto influenciou esta pesquisa, devido a um breve café em que, sabiamente, insistiu que deveríamos controlar nossa obsessão teórica e avaliar melhor o que nosso corpus apresenta). Também agradeço o acolhimento e ajuda dos colegas ibéricos do Centro de

Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho: Ricardina Magalhães, Vítor de Sousa, Fábio Ribeiro, Moisés Limia, Iván Puentes, Maria Da Luz Correia, Sofia Gomes, Tatiana Henriques, Sofia Silva Soares, Sara Silva, Ivo Neto e Mariana Lameiras. Não seria possível deixar de agradecer os colegas bracarenses da Universidade do Minho com quem dividi histórias e teto na Casa Magnólia – Catarina Miranda, Julia Brasil, Rafael Neves, Rafaela de Souza da Silva e Matthias Ammann.

Agradeço com ternura Thais Renzi Bragheroli (King's College), pela hospedagem em Londres durante congressos e uma irmandade para uma vida toda. Agradeço meus colegas (mais ou menos) jornalistas que acompanharam – e com quem pude discutir – algumas das ideias aqui sintetizadas: Juliano Machado (Folha de S.Paulo), Letícia Sorg (Estado de S. Paulo), Caio Cavechini (Profissão Repórter), Francisco de Souza (Itamaraty), Liuca Yonaha (Revista Época), Evelyn Kuriki (Globo), Gustavo Martins (SBT), Kleber Soares (Fleury), Felipe Santos Lemos (Itamaraty), Rodrigo Ratier (Editora Abril), Leonardo Sakamoto (PUC-SP), Roberta Azevedo Figueira (New Content) e Vinícius Rodrigues Vieira (University of Oxford). Agradeço especialmente Paula Scarpin (revista piaui) e Adriana Azevedo (PUC-RJ), pelo acolhimento e pela troca de ideias e fotos de gatos. Além da consultoria jurídica para este estudo (que evidentemente a isenta de qualquer imperícia de minha total responsabilidade), agradeço Tamara Amoroso Gonçalves (FFLCH-USP), por inspirar esta pesquisa ao apontar o potencial quase inexplorado de coletas sistematizadoras de acórdãos do STF sobre censura, a partir de suas próprias e brilhantes pesquisas sobre decisões judiciais sobre anencefalia – agradeço também seu exemplar *fair play* acadêmico ao incentivar meu interesse em um tema em que nossas opiniões divergem de forma tão demarcada. Agradeço também a companhia insana do grupo de alunos da pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP: sem os insights brilhantes e a amizade subversiva de Livia Silva de Souza, Alhen Rubens Silveira Damasceno, Rafael Grohmann, Diogo Kawano, Rosana Mauro, Flavia Gonsales e Silvio Augusto Jr. esta pesquisa teria sido, infelizmente, muito mais séria.

A toda a minha família, um agradecimento pelo apoio durante o longo período em que a pesquisa trouxe minha atenção e pelo total suporte durante três décadas de estudo, especialmente durante meu período fora do país. Aos meus pais, principalmente, agradeço pela confiança, pelo amor e pelo exemplo de obstinação e carinho, que sempre tento seguir. Devo agradecimentos especiais para meu irmão, por suspender por alguns dias suas próprias pesquisas para realizar uma precisa revisão (trabalho precioso que

sugou em um redemoinho de regulação e acórdãos o que, certamente, deve ter sido uma das semanas mais enfadonhas de sua vida), pelos áridos debates sobre imagem, linguagem e controle – lubrificados com muita maionese.

Por fim, e principalmente, agradeço à Mariana de Toledo Marchesi, que comprovou seu profundo amor por não atentar contra minha integridade física quando eu resolvia conversar sobre jurisprudência ou regulação midiática depois da meia-noite, enquanto lavávamos a louça. Agradeço pelas conversas, insights, pelo incentivo nos momentos mais desanimadores do trajeto do doutoramento (que pode ser, por vezes, tão longo quanto solitário) e por ter feito a distância atlântica durante o período em Braga parecer menor a cada visita, ligação, mensagem ou memória. Só por isso, minha gratidão já não teria fim, mas ainda há tudo o mais – que não pode ser restrito às palavras entre nossos silêncios.

Dedicatória

*Ao Cidadão Brasileiro,
pelo resgate dos náufragos de sua precipitação*

Epígrafe

As coisas estão
Presas às palavras
Que as libertam

(André Stolaraski – “Stolaraskais”)

Resumo

Objetivo: A pesquisa avalia as transformações nas instâncias de controle da liberdade de expressão após a redemocratização brasileira e o veto constitucional à censura, em 1988. Esse reposicionamento do controle estatal reforça a persistente preponderância da proteção a interesses privados, fora do escrutínio público, que resiste à regulação pública. Com o bloqueio das propostas no legislativo (em simbiose com produtores midiáticos), restou o apelo ao judiciário nos casos que demandam controle comunicativo em conflitos inerentes às novas liberdades conquistadas com a abertura. Assim, um debate político é reduzido e canalizado ao embate legal, o que deixa o público privado da sua influência sobre a delimitação da liberdade de expressão devido ao caráter hermético das discussões judiciais – em um processo em que o público se posiciona não como agente, mas como plateia dos debates feitos em seu nome.

Métodos: Parte-se de uma análise das entidades de regulação da comunicação, avaliando-se como sua recente formação (ou abandono) foi afetada pelo processo de abertura democrática. A pesquisa avalia como o judiciário ocupou o espaço de controle comunicativo, analisando casos que tratam de proibição de expressões públicas. A análise foca como são delimitados os sentidos do termo tabu “censura” nos acórdãos dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF). **Resultados:** A proposta de classificação sistêmica dos debates no STF aponta preponderância de argumentos liberais contrários ao controle do Estado, mas uma ponderação mais conservadora na colisão de direitos entre indivíduos. A análise evidencia disputas sobre o contraste ou continuidade de práticas autoritárias do passado nos novos tempos democráticos, além de dissenso sobre os significados e limites do que se entende como censura e sua problemática harmonização ou dissonância com uma estrutura legal que, explicitamente, veta esse cerceamento, mas mantém brechas legais que permitem esse controle.

Palavras-chave: censura; liberdade de expressão; democracia; autoritarismo; imprensa.

Abstract

Objective: This research evaluates how censorship mechanisms have changed after the end of Brazil's military dictatorship and the constitutional prohibition of censorship, in 1988. State control has shifted to a new role that stimulates the persistent dominance of private interests over public scrutiny, resisting government regulation. A symbiosis

between media owners and congress representatives frequently blocks new law proposals. The judiciary, however, is still an option to appeals demanding communicative control concerning conflicts regarding new liberties that are now available because of the return of democracy. Court appeals reduce a political debate to a legal dispute, which deprives the public from its influence on how to determine the limits to free speech due to the hermetic characteristics of judicial rulings – in a way that the public is not a player, but an audience during the debates made on its behalf.

Methods: This research analyzes entities that regulate communication practices, evaluating how their recent formation (or abortion) relates to democratic reforms after the dictatorship. This work evaluates how the judiciary occupied the space of communicative control, analyzing cases that deal with public expression and its repression. The analysis focus on how the rulings of Brazilian Supreme Court (“Supremo Tribunal Federal” – STF) delimit the meaning of “censorship”, a democratic taboo. **Results:** The proposed systemic classification of debates in STF points to a dominance of liberal arguments against State control, but a more conservative ponderation in individual rights collisions. The analysis reveals a dispute on the contrast or continuity of past authoritarian practices in new democratic times. There is dissent on the meanings and limits concerning what is understood as censorship and its problematic harmonization or dissonance in a legal structure that explicitly forbids this prohibition, while, at the same time, legal loopholes that allow this kind of control still remain.

Keywords: censorship; freedom of speech; democracy; authoritarianism; press.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Tipologia de instâncias de ação da censura, seus bens protegidos e objetivos.....	p.44
Tabela 2. Cruzamento dos tipos de “censura” (proibição, regulação ou punição) por resultado (liberação ou controle).....	p.273

Lista de Imagens

Imagem 1. Site http://falhadespaulo.tumblr.com reproduz conteúdo censurado da <i>Falha de S.Paulo</i> com alterações para evitar novos processos.....	p.31
Imagem 2. Publicações do site <i>Falha de S.Paulo</i> são apresentadas como provas de desrespeito à marca da <i>Folha de S.Paulo</i> na página 40 do processo movido pela <i>Folha</i> contra os autores da sátira.....	p.33
Imagem 3. Propaganda do site <i>UOL</i> , divulgada em abril de 2011.....	p.58
Imagem 4. Detalhe da capa da edição de 30 de julho de 2011 do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , a última a exibir a contagem na capa – que, posteriormente, passou para a página A3 do diário.....	p.61
Imagem 5. Capa da revista <i>Caras</i> de 1º de abril de 2011.....	p.63
Imagem 6. Fotos do desfile de modelos de Samuel Cirnansck, no São Paulo Fashion Week de junho de 2011. Fotos: Agência Fotosite.....	p.71
Imagem 7. Página inicial do site <i>Cultura Digital</i> , que debateu publicamente o Marco Civil da Internet.....	p.86
Imagem 8. Guia da Discussão do Marco Civil da Internet no site <i>E-democracia</i> , da Câmara dos Deputados, que apresenta o andamento do projeto e os resultados dos debates	p.87
Imagem 9. Página do Marco Civil da Internet no site <i>E-democracia</i> , da Câmara dos Deputados, que permite comparar as versões originais e sugestões apresentadas, com identificação dos autores a partir dos debates na plataforma colaborativa.....	p.88
Imagem 10. Página do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet (PL 2126/2011) no site da Câmara dos Deputados, que permite acessar sua tramitação e seu conteúdo...p.89	
Imagem 11. Site do Ministério da Justiça sobre a Classificação Indicativa.....	p.242
Imagem 12. Campanha “Não se engane: tem coisas que seu filho não está preparado pra ver”, do Ministério da Justiça.....	p.246
Imagem 13. Frames selecionados do vídeo “Drogas”, parte da Campanha “Não se	

engane: tem coisas que seu filho não está preparado pra ver”, do Ministério da Justiça.....	p.248
Imagem 14. Trecho da página 58 do Diário Oficial da União, de 23 de julho de 2009.....	p.255
Imagem 15. <i>Blog do Polvo</i> repercute a denúncia dos cortes em Halloween com o trecho do Diário Oficial da União.....	p.257
Imagem 16. Página <i>Cineclick</i> compara e critica cortes em “Halloween”	p.260
Imagem 17. Descrição fornecida à censura da decupagem dos cortes efetuados pela produtora do filme “Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981. Dir. Hector Babenco), para sua exibição na TV em 1985.....	p.264

Sumário

Introdução: Direitos Impedidos e Públicos Privados do Debate.....	1
A hipótese do “público privado” na delimitação da censura	8
 Parte I – Cortes: Teoria e Método	14
1. Em Nome do Proibido: Estruturas de Controle, Justificativas para a Interdição e Reflexos da Censura.....	15
1.1. A censura como arena simbólica de disputa entre tensões sociais.....	16
1.2. O esqueleto no armário: estruturas das práticas de censura	19
1.3. Em Nome de Quê se proíbe – as justificativas da censura.....	25
1.4. Caso comparativo “de controle”: a proibição do site Falha de S.Paulo	30
1.5. “Falhas” entre “folhas, troncos e raízes” da repressão	34
2. A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública.....	37
2.1. O monopólio da crítica e a barreira entre a esfera pública e a privada	39
2.2. Uma tipologia do foco da censura sujeita à tematização de sua validade	43
2.2.1. Estado: da segurança nacional ao segredo dos processos judiciais	45
2.2.2. Sociedade: a proteção da privacidade ante a curiosidade alheia.....	47
2.2.3. Mercado: o monopólio da posse e das marcas de distinção.....	48
2.2.4. Cultura: guardiões dos valores sociais e o reforço dos temas indiscutíveis.....	49
2.3. Tematização e revisão: a censura no debate público.....	51
2.4. A mordaza que amarra o debate: a censura sob a crítica pública.....	54
3. O Valor da Censura ao Olhar Público: Disputas e Marcas de Distinção Entre Censores e Censurados.....	57
3.1. A credibilidade forjada pela interdição da independência	60
3.2. O valor do controle da imagem.....	61
3.3. Ônus e Valor no gozo do silenciar/silenciado	64
3.4. Espaço Público e reprodução dos processos de produção, da Mão Invisível ao Olhar Intocável.....	67
3.5. Fetiche, violência com apelo sado-masoquista e a provocação de Tensão/Atenção.....	70
4. Atração e Pressão pelo Vácuo: Resistência e Demanda por Mudanças Legais nos Processos de Controle da Comunicação.....	75
4.1. O Código e a Lei: da legislação que comanda às normas que condicionam.....	78
4.2. Controle social em rede: a teoria do “gatinho fofinho” de Zuckerman.....	80
4.3. Atração pelo vácuo: proibição e interesse por casos de invasão de privacidade de celebridades – Streisand, Xuxa e Cicarelli.....	82

4.4. A abertura do espaço ao risco e propostas para organizar condutas na rede: Lei Azeredo, Lei Carolina Dieckmann e o Marco Civil da Internet.....	84
4.5. Pressão midiática e influência do público interessado	92
4.6. Biografias sob disputa: morosidade legislativa e ativismo judiciário	95
5. Metodologia: Fundamentos, Amostragem e Instrumentos de Pesquisa.....	101
5.1. Controle, interdição e tabu	102
5.2. (Hetero/Auto)Regulação: a abordagem da economia política da comunicação.....	111
5.3. Metodologia: Panorama Setorial/Nacional da Formação e da Resposta à Regulação da Comunicação.....	119
5.4. Corpus: coleta, amostragem e ferramentas de análise.....	125
 PARTE II – Instâncias: Da Corte Portuguesa à Redemocratização	 135
6. Raízes Lusitanas e Entroncamentos Ibéricos: Legados Autoritários, Censura, Resistência e Redemocratização	139
6.1. Trajetórias coincidentes na colonização absolutista.....	140
6.2. Cortes separadas em caminhos paralelos	142
6.3. Convergência e “sincronicidade” da censura em regimes autoritários	143
6.4. Entroncamentos ibéricos: redemocratização entre rupturas e reformas	146
6.5. Dois caminhos alternativos na redemocratização: ruptura e negociação	149
6.6. Centralização da regulação midiática portuguesa: ERC	156
7. Regulação da Mídia Brasileira em Contraponto: Resistência Liberal e Contaminação Político-Midiática	159
7.1 Conar – Autorregulação publicitária	161
7.2. Ministério da Justiça – Classificação Indicativa	163
7.3. Congresso Nacional e Ministério da Comunicação: concessões públicas de rádio e televisão	165
7.4. Anatel – agência reguladora para telecomunicações.....	167
7.5. Ancine e Ministério da Cultura – regulação do cinema	168
7.6. Propostas frustradas de entidades reguladoras: Ancinav, CFJ e Confecom.....	170
7.7. Motivação liberal para a resistência à regulação da mídia.....	173
8. Judicialização Midiática: Censura e Controle Jurídico de Conflitos Comunicativos...	177
8.1. Dissonância regulatória e resistência à centralidade do controle	184
8.2. Contribuições da (e para a) análise de entidades de regulação midiática.....	187
 PARTE III – Análise: Debates Legais na Corte do STF.....	 189
9. “Entulhos do autoritarismo”: o Bloqueio Inconstitucional da Imprensa	200
9.1. Lei de Imprensa.....	201

9.2. Exigência de diploma e registro para jornalistas.....	208
10. Impedimentos Técnicos, Brechas e Exceções.....	213
10.1. Pedidos para fim de proibição – negados.....	214
10.2. Apelações contra punições por ofensa – negadas	221
10.3. Proibições e punições negadas	222
11. Tutela sobre Defesa e Crítica	227
11.1. Proselitismo em comunitárias	229
11.2. Eleições: propaganda e humor	231
12. Disputas sobre Classificação Indicativa ou Proibitiva	237
12.1. O tabu da censura: quem indica o que é controlado?	239
12.2. “A cerca” do estigma da censura: indicação classificativa e censura	250
12.3. Cortes privados em classificações públicas – análise de caso de mutilação perversa em gêneros viscerais	253
12.4. Por uma proposta informativa que evite a infantilização do público	263
Conclusão: Harmonia e Dissonância	267
Referências Bibliográficas	278
ANEXOS	305
Acórdãos do STF analisados (em ordem cronológica)	305
CD-ROM contendo inteiro teor dos acórdãos do STF analisados (em .pdf)	322

INTRODUÇÃO: DIREITOS IMPEDIDOS E PÚBLICOS PRIVADOS DO DEBATE

Ao partir dos Estados Unidos, a insuspeita remessa destinava-se a um Brasil que ainda não podia eleger diretamente seu líder político nem estava protegido sob a garantia do Estado de Direito. Ao chegar ao porto de Santos, no meio do processo de abertura democrática, o pacote acabou engolido pelas sombras autoritárias que ainda insistiam em exercer o poder de arbítrio sobre o que poderia ser visto, ouvido, escrito ou falado. A fiscalização do Tesouro Nacional e a delegacia da Receita Federal da aduana portuária não podiam permitir (porque ainda podiam, justamente, interceptar) revistas eróticas importadas, destinadas a trazer aos olhos dos brasileiros textos e imagens que insinuavam algumas imagens sensuais – e revelavam as contradições de uma redemocratização sob controle, em que os tabus sociais eram palco de disputa entre a exposição e o recalque.

Apostando nos novos ares da Constituinte, a empresa que procurava trazer essas publicações ao Brasil, a Bilateral Comércio Importação e Exportação Ltda., procurou fazer valer seus direitos recém-adquiridos, apelando ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a liberação de sua carga polêmica. O relator do caso, o ministro Carlos Madeira, apontou que as “autoridades” envolvidas acusavam que “tais revistas são atentatórias à moral e aos bons costumes”, o que não é contestado pela importadora, que somente destaca um porém:

[...] mas em face da nova Constituição, que aboliu completamente a censura, e não havendo nenhum texto legal que proíba a importação de magazines eróticos, mister se faz a violação de seu direito líquido e certo, concedida medida liminar para a liberação e entrega dos magazines importados. (Relatório do Min. Carlos Madeira - MI8-5/QO, 20/10/1988, p.2)¹

O argumento redentor ecoava a Constituição Federal aprovada em 5 de outubro de 1988, somente duas semanas antes. Assim, o Supremo Tribunal Federal avaliava mais do que a liberação ou proibição de algumas revistas eróticas: estava em prova o veto constitucional à censura, que pretendia deixar para trás o legado autoritário do controle militar sobre a expressão nas décadas anteriores.

¹ Como será discutido no quarto capítulo, todos os debates, votos, relatórios e decisões citadas são sintetizados nos acórdãos em anexo ao final deste trabalho, e estão acessíveis, em inteiro teor, no CD que acompanha o exemplar impresso desta tese. Também disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=81899>

Entretanto, o julgamento enfrentava uma aporia kafkaesca: se, por um lado, a nova Constituição já vetava a censura, por outro, a autoridade para avaliar essa demanda específica, envolvendo autoridades federais (a receita e a polícia federal), ainda não havia sido constituída. O Supremo Tribunal Federal não podia mais avaliar essa demanda, mas a corte que a nova Constituição indicava para esse julgamento, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), precisaria ser ainda instalada. A mesma carta que proibia a censura indicava que essa decisão só poderia ser determinada por uma instância impedida de tomá-la.

Com isso, o STF não pôde avaliar o mérito dos argumentos libertários que defendiam a liberação das revistas contra a censura estatal, e acabou por remeter o caso ao Tribunal Federal de Recursos, onde o caso não pode ser mais encontrado – tampouco os registros do STJ apresentam sinal do caso ou mesmo da importadora. Duas semanas depois da aprovação da Constituição dita Cidadã, a instância mais alta do judiciário brasileiro ainda não podia contestar a censura estatal.

O episódio é triplamente representativo de fenômenos que, infelizmente, continuam a influenciar o debate sobre a delimitação legal da liberdade de expressão: em primeiro lugar, uma *retórica libertária*, que precisa ser contemplada, ainda que para ser completamente descartada entre os princípios definidores da decisão final; em segundo lugar, a predominância de *impedimentos técnico-jurídicos*, com grande predominância no resultado final, que podem também desresponsabilizar as instâncias consultadas de comprometerem-se com uma decisão substancial; em terceiro lugar, para estudos de caso calcados em documentação histórica, o silêncio ao redor desse caso evidencia *lacunas reveladoras*. A lacônica decisão do STF e a falta de registros nas outras cortes trazem mais questões do que respostas – não só sobre o destino dessas revistas em particular, mas também sobre os parâmetros para balizar conflitos entre liberdade de expressão e censura em um cenário de superação de raízes autoritárias durante a abertura democrática.

Esse processo kafkaesco colocou em prova uma das passagens mais importantes da Constituição de 1988, quando seus exemplares ainda traziam o frescor do papel recém-impresso. Mal havia secado, há poucos dias, a tinta que trazia o inciso IX, do artigo 5º: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; talvez essa página impressa já estivesse a desbotar.

Desde a abertura democrática, a censura continuou a coexistir com a Constituição de 1988. O caso das revistas eróticas barradas no porto de Santos é somente o primeiro de uma infeliz lista de casos de restrições administrativas, legais ou judiciais, que perpetuam uma triste tradição de cinco séculos de perseguição e censura à imprensa. Como o caso exemplifica, apesar de ser um sustentáculo próprio de regimes totalitários, a expressão também está sob ameaça no Estado de Direito que pretensamente a protege; com base em brechas na legislação, surgem muros que barram os fluxos de informação.

Esta pesquisa procura avaliar de que forma o controle estatal sobre a liberdade de expressão foi reposicionado durante a abertura democrática para redefinir-se com base nos direitos e limites recém-definidos pela nova Constituição. Para isso, primeiramente, é necessário levar em consideração o destino das instituições anteriores de censura, considerando quais novas entidades atualmente tratam da regulação da comunicação – e de que forma o processo de abertura esteve relacionado com sua formação e atuação. Considerando que os novos órgãos de controle procuram autocontrolar seu poder de proibição, resta a essa pesquisa debruçar-se sobre a principal instância que determina a proibição de expressões vistas como inadequadas: assim, serão analisados casos de censura judicial à liberdade de imprensa e de expressão a partir das decisões de juízes de instâncias inferiores em contraste com uma análise sistêmica dos debates sobre censura no Supremo Tribunal Federal. O estudo focará os discursos articulados nas justificativas processuais e na repercussão nos órgãos midiáticos – ou no seu silêncio, que mimetiza e ecoa essa violência simbólica de forma especular. Pretende-se analisar, especificamente, como o Judiciário avalia as medidas tomadas pelos outros poderes públicos – o Legislativo e o Executivo – e os conflitos entre os interesses particulares envolvidos nas demandas de controle da expressão alheia, em casos de colisão com outros direitos privados – como a honra, a privacidade, a imagem ou a intimidade.

Apesar da aparente predominância legal desse foco, não se trata de uma pesquisa no campo do direito. Essa pesquisa insere-se nos estudos comunicacionais por seu interesse em processos relativos à produção midiática amplamente definida como “imprensa”. A imprensa engloba a produção jornalística de conteúdos predominantemente informativos em suportes que superam o papel impresso, envolvendo também produtos informativos em mídias eletrônicas e digitais, como o rádio, a TV e sites informativos na internet – além, obviamente, de jornais e revistas. O pensamento comunicacional há muito se preocupa com o fluxo de informações e seus pontos de tensão e controle, campo fértil para teorias como a de *agenda setting*, dos

gatekeepers e os estudos críticos da indústria cultural (WOLF, 2008). O conflito sobre práticas discursivas pode levar ao extremo da violência simbólica da censura; portanto, esse é um tema propício para a análise das relações e práticas sociais que se manifestam textualmente nesses focos de tensão, o que permite avaliar como esses abalos na ordem simbólica podem refletir outros conflitos sociais que estão além dos textos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Como será discutido nos capítulos finais desse trabalho, a definição dos limites da liberdade de imprensa acaba por passar, por contraste e complementação, pela liberdade de expressão, um direito do qual é parte e, paradoxalmente, parece superá-lo, na polêmica leitura dos casos do STF sob análise.

Exatamente por se voltar à análise da tensão discursiva como cenário para a reflexão sobre o conflito nos próprios limites desse campo simbólico, este estudo alinha-se com as teorias de comunicação justamente em seu caráter intrinsecamente interdisciplinar (MORIN, 2006, p. 107). Na convergência de saberes de diversas áreas de conhecimento (história, psicologia social, antropologia, direito, política, filosofia e sociologia), procura-se demonstrar a importância do recorte epistemológico do saber comunicativo e linguístico para revelar suas especificidades e os conflitos nas redes simbólicas que sustentam a relação entre diferentes atores (e saberes) sociais. Vale frisar uma vez mais que não se trata de avaliação legal de jurisprudência, mas sim de análise de conflito eminentemente linguístico, pois foca-se em casos traumáticos de intertextualidade que tentam suplantam, suprimir e silenciar os textos-fontes de que tratam; assim, os processos judiciais buscam fazer cessar os poderes de replicação dos veículos que censuram, impedindo seu acesso, publicação ou reprodução. Ao mesmo tempo, os dispositivos disciplinares da censura apoiam-se em outros discursos controladores prévios: a defesa de princípios coletivos como a segurança das instituições e da moral, e o direito “de todos” à proteção de benefícios individuais contra interesses coletivos. Por fim, a mordaza também repercute por meio da denúncia e da crítica em outros meios de comunicação, em uma situação que mostra seus limites atuais e sua diferença em comparação com práticas anteriores.

Objeto

O tema desta pesquisa envolve, em primeiro lugar, o sentido social da censura, sua delimitação, seus critérios e suas justificativas. “Toda sociedade se organiza em torno de zonas de silêncio, tendo as interdições como base”, lembra Gomes (2008, p.

199) sobre a importância no controle dos sentidos e dos fluxos de significação em qualquer agrupamento humano. O próprio sentido da cultura humana tem passado por uma revisão que amplia o seu significado: de um simples sistema ordenado de significados e símbolos por meio dos quais os indivíduos se posicionam no mundo, discute-se a importância da cultura como um programa que aponta os limites, balizas de comportamento e controle de sensações pelos quais podemos experimentar a vida coletiva – ao mesmo tempo em que se garante seu gerenciamento (GEERTZ, 2008, p. 58). Assim, a coerção imposta (não somente) pela censura delimita “coordenadas de condutas” socialmente aceitáveis e implicam, em negativo, o que não deve ser feito e/ou do que não se pode falar: “apontam o desejável ao, reiteradamente, fazerem rasura do indesejável” (GOMES, 2008, p. 201).

Da mesma forma, procura-se refletir sobre os métodos, as práticas e as estratégias empregados pelos grupos que outorgam a censura (ou que recebem esse poder de outras instâncias) para construir legitimidade e legitimação social de suas ações limitadoras. Isso nos leva aos principais *problemas* suscitados por esta pesquisa: como a censura se reposiciona em um Estado democrático de Direito, adaptando-se à legislação vigente e aos direitos mais abrangentes? Como as novas entidades de controle da comunicação procuram distanciar-se de uma função censória que se torna tabu na democracia? A partir de quais critérios (e como eles são justificados) se censura em uma sociedade democrática? De que forma a proibição da expressão precisa ser representada como algo distinto da censura, agora vetada? Como identificar ou combater essa censura travestida, diferenciando-a de suas práticas anteriores? Que conflitos sociais perpassam, materializam-se ou ocultam-se nas disputas pelo fluxo livre ou pelo impedimento de textos censurados?

Relevância atual: o debate sobre limites à liberdade de expressão

Esses questionamentos tornam-se particularmente pertinente em vista das discussões atuais sobre casos de cerceamento da liberdade de imprensa, que mostram a urgência da reflexão baseada em dados recentes. Assim como se amontoam os novos limites ao fluxo de informação, diminuem os espaços para a liberdade de imprensa: da proibição às revistas eróticas em Santos aos atentados contra humoristas, é importante destacar o debate sobre a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, a discussão de leis que controlam a divulgação de informações por meio de funcionários públicos (a

chamada “Lei Mordaça”) e novas regulamentações de controle social de meios de comunicação ainda pouco discutidas (MATTO, 2005, p. 23-33). Mesmo medidas radicais que poucos governos autoritários chegaram a cogitar acabaram por ser discutidas no Brasil contemporâneo, como a ameaça de expulsão do correspondente internacional Larry Rohter devido a críticas contra o presidente Lula, em 2004 (HERSCOVITZ, 2007; PAGANOTTI, 2012e). Nos últimos anos, diversos casos graves se somam à chamada “censura togada” (DINES, 2010, p. 126), instituída por instâncias judiciais: entre eles, é possível destacar a censura contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, impedido de publicar informações sobre operação da Polícia Federal que investigava Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (MAYRINK, 2010, p. 115); e a proibição (posteriormente suspensa) de piadas com candidatos às eleições de 2010 (FINOTTI, 2010) – ambos os casos avaliados pelo STF e discutidos na parte final deste trabalho.

Apesar de diversas obras focarem a definição do termo “censura”, ainda se faz necessário avaliar a transfiguração desse termo e seu próprio banimento constrangido atual, quando renasce transmutado em novos conceitos semelhantes como “controle social” e “classificação indicativa”. Esses novos termos envolvem processos que operam como a censura, mas com uma terminologia (e prática) mais branda, para serem mais bem acolhidos em um sistema democrático. A reflexão sobre as mudanças nos sentidos da “censura” só é possível ao considerar seu uso nas instâncias (legais) atuais com as suas práticas anteriores. Para isso, esta pesquisa propõe uma distinção entre os “aparatos censórios prévios” que agiam no Brasil anteriormente (e ainda são comuns em outros países como China, Irã e Cuba, entre outros) e as novas “instâncias de regulamentação por controle/punição posterior”. Essa distinção joga nova luz entre cenários de censura sistêmica e o controle episódico que impõe barreiras a partir das brechas nos direitos potencialmente conflitantes, como os direitos à privacidade e à liberdade de expressão. Ainda que muitas pesquisas sobre censura teatral (COSTA, 2008), cinematográfica (REIMÃO; ANDRADE, 2007) e até contra a própria imprensa no período da ditadura (AQUINO, 1999) já tenham sido realizadas, há uma carência de estudos sistemáticos de casos no período posterior à aprovação da Constituição de 1988. Para executar essa análise atual, é necessário partir das novas configurações das instâncias de controle comunicativo e avaliar particularmente as decisões de tribunais que tratam da liberdade de expressão no Brasil, adotando procedimentos de coleta e

análise que ainda não foram cogitados para esse escopo temporal e nacional, como será apresentado na *Metodologia* desta pesquisa.

Em tempos de abertura, a censura foi democratizada e personalizada: acessível a qualquer um que se sinta prejudicado, ela pode ganhar legitimidade ao ampliar seus defensores entre os que fazem uso do poder de silenciar os outros. Antes, a mordaza vedava temas tabus como parte da patrulha ideológica que tentava nos proteger, de forma paternalista, das práticas culturais, sociais e políticas subversivas, ofensivas ao nosso decoro, moral e religião, abalando os aparentemente porosos pilares da família, da propriedade e da nação. Agora, calam-se as críticas ou as informações que contrariam blindados indivíduos que são pajeados por juristas que servem (a) o silêncio da censura à *la carte*. Se antes eram protegidas a moral e a ideologia do respeito à ordem (mesmo sem legitimidade), hoje se protege os próprios ordenadores do caos circundante.

Ideias não podem ser degoladas; mas as cabeças que as pensam são guilhotinadas pelos cortes da censura. Os que em outros tempos e lugares eram presos, deportados, apedrejados, torturados, agora arcam com os custos das ações civis, pagam danos materiais e morais para alheios ou simplesmente são calados. Aqui, também, temos nova personalização: o foco da censura passou do réu e do tema tabu, ou seja, “o que/quem não pode”, para agora focar personalidades intocáveis do poder simbólico-cultural – como a censura do humorista José Simão, que não podia relacionar a atriz Juliana Paes a seu papel em novela (FREITAS, 2009) – ou político-econômico – como o empresário Fernando Sarney, que cala *O Estado de S. Paulo* (MAYRINK, 2010, p. 115). Isso também explicaria porque grupos midiáticos são acusados atualmente de também agir como paradoxais censores, como na recente demissão da articulista Maria Rita Kehl, promovida pelo *Estado de S. Paulo* após coluna defendendo o uso eleitoral do Bolsa Família, e a censura ao site *Falha de S. Paulo* pela *Folha*, dois episódios em que interesses políticos e comerciais levaram a imprensa a instaurar a mordaza alheia com base em seus próprios direitos de liberdade de escolher o que publicar ou de defesa de sua marca.

Mais do que o “monopólio da crítica” por parte daqueles que querem controlar a liberdade, ao invés de defender sua universalização (MAGNOLI, 2010, p. 50), a censura é um erro que impede de errar. Chega-se, assim, a duas aporias: a censura é indefensável; da mesma forma, o que não pode ser defendido só pode ser desviado, manipulado, oculto – ou seja, só pode ser alvo de *censura*, em ambos os sentidos dessa palavra (tanto “calado/proibido/apagado” como “criticado”).

A segunda aporia da censura é também a própria premissa dessa pesquisa: Como definir previamente que erros não podem ser cometidos e, por isso, censurá-los? Como diferenciar uma caixa de pandora, que não deve ser aberta (impedindo a publicação do que se supõe indefensável, como a incitação à violência, a apologia ao racismo, ou o assassinato da reputação de um inocente por notícias não confirmadas), de outra embalagem que não é inofensiva, mas é essencial para a sobrevivência da liberdade? Esse segundo caso trata-se, evidentemente, de um frasco libertário que encapsula um *phármakon* platônico: a liberdade é tanto droga que vicia quanto remédio que cura e veneno que mata.

A hipótese do “público privado” na delimitação da censura

A partir dos problemas e questionamentos apontados anteriormente no *Objeto* desta pesquisa, alguns caminhos podem ser inicialmente tomados – e, a partir deles, é possível construir a hipótese desta pesquisa. Em primeiro lugar, o termo “censura” passa por um novo reposicionamento e torna-se, ele próprio, um tabu, alvo de sua própria censura. Práticas que anteriormente eram classificadas como “censura” atualmente se travestem de terminologias como “classificação indicativa” (a determinação de públicos etários para programas audiovisuais e a subsequente limitação de faixas de horário para exibição televisiva) ou “controle social” (proposto nos debates de novas regulamentações do setor comunicativo). Hoje, evita-se usar o termo “censura”; em períodos anteriores, o termo detinha conotação até positiva, pois era uma prática que não se preocupava em ser ocultada por ser esperada e exigida pelo público (GOMES, 2008, p. 199). Essa alteração pode ser resultado da vasta divulgação dos esforços da própria mídia para combater ou superar a censura durante regimes de exceção, como a ditadura militar brasileira, o que pode ter diminuído sua aceitação social nas últimas décadas. Para retornar à discussão e à prática, a censura precisa ser substituída por outros termos similares que possam ocupar seu lugar, ocultando sua ação nos bastidores. Esse escamoteamento da censura pode ser verificado no seu comedido uso nas decisões jurídicas sobre limitações da liberdade de expressão, acompanhado de frequente debate paralelo sobre a definição do que seria a “censura” e se a proibição de uma expressão em particular não deveria ser encarada de forma distinta, adotando um dos termos discutidos anteriormente – como “classificação indicativa”, “controle” – ou, até mesmo, colisão de direitos ou ponderação de princípios constitucionais diferentes.

Como será discutido nos capítulos finais, a delimitação do sentido atual da “censura” acaba por se contrapor a esses termos, e não só à liberdade, sua antípoda mais evidente.

Uma justificativa teórica para a transformação do sentido da censura e seu autobanimento pode ser traçada a partir de um paralelo com o conceito de força de lei de Agamben (2004, p. 61). Visto que “força de lei” significa tanto a eficácia da obrigação legal quanto os dispositivos que agem como leis (como decretos) sem ser aprovados democraticamente como deveriam, estados de exceção agem paradoxalmente em um cenário em que as leis que ainda existem não são mais aplicadas (não tem “força”), e só são cumpridas as normas que agem com “força de lei”, sem sê-las: uma “força de lei sem lei” – e, portanto, uma força de lei. Da mesma forma, temos um momento em que a censura não está legalizada (não há leis que definam instâncias censórias), porém, medidas são tomadas com a mesma força da censura – trata-se aqui de uma censura que veta ser assim identificada – e, portanto, ~~censura~~.

Um segundo caminho possível será trilhado pela periodização e classificação proposta no segundo capítulo e na segunda parte dessa pesquisa: a censura passa de um aparato, com critérios subjetivos/normatizados, para uma instância regulatória. As barreiras da censura judicial por definição são mais porosas, pois estão abertas à defesa, contestação e recursos, ou até mesmo a alterações legais – o que torna a censura menos arbitrária, porém perturbadoramente mais “aceitável”. Da mesma forma, o censor deixa de ser um cargo único, especializado, e passa a ser uma função, uma ação a serviço de indivíduos próximos dos poderes legislativo, executivo ou de demarcada influência sócio-cultural. Com o apoio do judiciário, que chancela as demandas de censura dos outros “poderes”, compõe-se um novo meta-poder, que perpassa e se apoia nos outros: trata-se, possivelmente, de um poder semelhante ao “poder desaparecedor” (ARANTES, 2010, p. 207) da opressão para-estatal que sequestrava, torturava e matava, sem deixar rastros, durante as ditaduras latino-americanas; talvez estejamos diante de um poder “censor”, personalizado e democratizado até chegar à disposição de todos que queiram calar judicialmente a mídia com base nas brechas das legislações vigentes.

Um outro caminho possível para a análise envolve a maior capilaridade do acesso à censura: invertem-se também as motivações na sua justificativa. Essa pesquisa parte da suposição, a ser verificada na parte final deste estudo, que a análise das decisões judiciais deve apontar para grande predominância de casos em que os interesses individuais (direitos autorais, à privacidade, à honra, à imagem, à intimidade ou ao sigilo) são colocados acima dos direitos coletivos (o direito à informação e a liberdade

de imprensa). É um dilema complexo, pois, como bem lembrado por Bittar (1989), a própria liberdade de expressão é também um direito da personalidade, e pode, por vezes, entrar em rota de colisão com outros direitos semelhantes, como os já mencionados. Essa nova tendência rompe com a censura em outros períodos e lugares, que tende a colocar princípios coletivos, como a defesa da segurança nacional, da moral, da religião e das instituições públicas (GOMES, 2008) acima dos individuais, desprezando a liberdade de expressão para justificar a censura (CRETELLA NETO, 2008, p. 20). De forma ainda mais paradoxal, será possível demonstrar, na parte final desta pesquisa, que outros interesses coletivos – incluindo as demandas de tutela estatal – são os que justamente tendem a ceder com maior frequência ante a liberdade de expressão e de imprensa.

É possível, a partir desses caminhos brevemente esboçados, precisar o *problema* central de que trata esta pesquisa: *como a redemocratização brasileira influenciou os processos que procuram delimitar os sentidos da censura?*

A resposta a essa questão leva à *hipótese desta pesquisa*: em um cenário histórico de persistente preponderância da proteção aos interesses privados, fora do escrutínio público – em que a própria redemocratização foi garantida pela negociação com elites tradicionais, oferecendo concessões públicas de rádio e televisão (o que fortaleceria a simbiose de interesses políticos e midiáticos contrários ao controle social da comunicação) –, a resistência à regulação pública pela força política da grande mídia inviabilizou seu debate no legislativo ou no executivo (reféns do referendo público), deixando o apelo ao judiciário como único canal para determinar quais proibições podem ser legitimadas (ao mesmo tempo em que se nega retoricamente a censura), tolhendo o espaço de debate coletivo sobre escolhas políticas complexas em simplificados dilemas legais restritos a poucos envolvidos.

Para sintetizar a longa sentença-parágrafo acima, é possível batizar a hipótese dessa pesquisa com a expressão “*público privado*”. Apesar da ambiguidade do termo “privado” não ter sido escolhida sem ponderação e sentido, é necessário, inicialmente, esclarecer que ele não pode ser entendido como substantivo, mas sim adjetivo. Trata-se de um coletivo (o “público”) que é alvo de uma privação e, portanto, tem como característica ser “privado” – ou seja, tolhido ou cerceado – tanto do debate, que tem como palco um espaço segregado (“privado”), quanto do objeto da discussão, que lhe é proibido (censurado, ou “privado” de chegar ao público). A expressão “público privado” pode confundir, e para isso é necessário deixar claro de que não se trata

somente de uma dicotomia (espaços e interesses “públicos” vs. “privados”). Tampouco é caso de simples “privatização” – pelo contrário, como poderá ser discutido na segunda parte desta pesquisa, é mais preciso adotar o termo “patrimonialismo” para tratar das complexas relações em que o aparato do Estado e bens públicos são sequestrados ou parasitados (e não simplesmente vendidos, o que presumiria responsabilização particular, como seria o caso da privatização) para interesses individuais de fortalecimento patrimonial, seja no campo político, quanto no econômico ou cultural. Os capítulos finais da segunda parte desta pesquisa procuram argumentar que o judiciário – e, particularmente, sua corte suprema, espaço privilegiado de controle constitucional e da proteção de direitos fundamentais² – é um espaço privilegiado para a análise desse embate entre diferentes propostas de delimitação dos sentidos (e ações) da censura, principalmente porque tornam-se a única válvula de escape (ante a morosidade legislativa e a impotência do executivo ante a polarização dos interesses concentrados nesse tema) para a manifestação de demandas de controle da mídia. Entretanto, como será possível discutir na parte final deste trabalho, esse deslocamento do debate público para o judiciário sofre uma restrição argumentativa: como trata de *questões legais*, e não de *proposta políticas*, as discussões jurídicas tendem a simplificar problemas e propostas complexamente políticas (que tratam do que é bom ou mau, e *propõem* o que pode ser melhor, com novas e múltiplas medidas baseadas no consenso coletivo) para dicotomias legais (que *interpretam* do que é justo a partir de leis, doutrinas e jurisprudência prévia).

Para sustentar essa hipótese, o primeiro capítulo deste trabalho inicialmente procura avaliar o funcionamento dos mecanismos de censura e as principais justificativas adotadas para sustentar a limitação da liberdade de expressão – ao contrário dos já existentes e ricos estudos históricos sobre censura, o que se pretende é construir uma avaliação institucional-argumentativa de seus processos de controle. O segundo capítulo destaca a função do controle sobre processos de comunicação dentro do espaço democrático, partindo da teoria habermasiana para analisar a relação da comunicação com o direito na democracia. O terceiro capítulo avaliará os interesses que sustentam as demandas por controle e liberdade, propondo que a censura deve ser vista não só como uma estrutura de controle, mas também como um processo de construção de valor social. O quarto capítulo avalia porque a pressão sobre o controle legal da

² Como nos exemplos analisados de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

comunicação enfrenta resistência e apatia no legislativo, avaliando casos em que a pressão popular foi eficiente na aprovação de leis sobre meios de comunicação – e outros em que a demanda precisou ser recanalizada para o judiciário. No quinto capítulo, será possível discutir as bases teóricas da metodologia desta pesquisa, com grande peso para os conceitos do campo de estudos da economia política da comunicação para analisar as entidades de regulação da comunicação, além dos procedimentos adotados para a coleta e análise das decisões judiciais do STF, espaço privilegiado para a avaliação das instâncias de controle da liberdade de expressão atual. Nesses capítulos, que compõem a primeira parte desta tese, procura-se construir as bases teóricas e metodológicas para a análise sobre as transformações da censura, construindo algumas perspectivas teóricas (ou *cortes* analíticos). Além disso, já será possível contrastar como essas abordagens conceituais são aplicadas na prática, a partir de casos judiciais que tratam da liberdade de expressão. Nesse primeiro momento, antes mesmo da sistematização desenvolvida na parte final da pesquisa, é possível contrastar alguns casos que constam na amostra coletada nos bancos de dados do STF com outros julgamentos de instâncias inferiores, de forma a melhor definir, por contraste, as aplicações e limites dessa corte.

A segunda parte desta pesquisa trata das raízes históricas que entrelaçam as estruturas da censura brasileira com suas contrapartes lusitanas, destacando os momentos históricos em que esses caminhos foram coincidentes, paralelos, convergentes ou divergentes. O sexto capítulo mostra como o cenário português apresenta-se como um interessante contraponto devido ao contraste radical entre o processo de abertura política em Portugal e no Brasil: caminhos diferentes trilhados durante a redemocratização podem ter influenciado diretamente a centralidade ou ausência de mecanismos de controle da mídia nos dois países. A análise das atuais cinco entidades de regulação da comunicação brasileiras e das outras propostas abortadas desde a redemocratização é o foco do sétimo capítulo, que é seguido pela avaliação, no oitavo capítulo, dos reflexos da adoção do judiciário como único canal para demandas de controle comunicativo no Brasil. Toda essa segunda parte e parcela considerável da metodologia são resultado direto da pesquisa internacional desenvolvida em Portugal, na Universidade do Minho, sob orientação da Profa. Dra. Helena Sousa, autora principal da proposta metodológica aplicada e expandida na segunda parte desta tese.

A parte final analisa os casos que o Supremo Tribunal Federal considerou envolverem um debate sobre “censura”. Para isso, será discutida a problemática

definição legal do que seria a censura e dos desafios em contrapor a liberdade de expressão em relação aos outros direitos da personalidade com os quais entre em conflito (como os direitos a honra, imagem, privacidade, intimidade ou sigilo), além dos mecanismos de controle coletivo do Estado. O nono capítulo trata de casos em que o STF procurou proteger uma das facetas da liberdade de expressão – a liberdade de imprensa – em conflito com leis aprovadas pela ditadura militar (como a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do registro de jornalistas) vistas por ministros como Lewandowski (RE 511961/SP, de 17/06/2009, p. 99) como “entulhos do autoritarismo” e, portanto, não poderiam continuar válidas após a Constituição de 1988. O décimo capítulo trata de conflitos entre direitos da personalidade em que a liberdade de expressão (em todos os casos, a liberdade de imprensa) acabou por não ser protegida em alguns casos – muitos deles por impedimentos técnicos ou por leituras conflitantes com a apresentada em outros momentos nessa mesma corte. Esse capítulo também avalia os dois únicos casos em que o STF foi solicitado por parte de quem procurava proibir ou punir a expressão alheia – em ambos os casos, demanda que foi rechaçada pela corte. O décimo primeiro capítulo tratará de outros casos de tutela sobre a crítica ou a defesa de pontos de vista que se diferenciam da liberdade de imprensa (avaliada nos dois capítulos anteriores), analisando como a liberdade de expressão em seu sentido mais amplo acabou recebendo uma proteção mais estreita do que a da imprensa – e só foi protegida quando os ministros destacaram sua relação com o jornalismo, como no caso do humor durante o período eleitoral. O capítulo final avaliará uma ação recorrente no STF que trata especificamente de uma entidade estatal cuja atuação atrai críticas por poder ser vista como censura prévia, em um caso que persiste em debate atualmente nessa corte. Todos os acórdãos do STF analisados nessa parte final são apresentados como anexos, após as referências desta pesquisa, propiciando uma versão sintetizada das mais de mil páginas de relatórios, votos e debates avaliados para esse trabalho (que estão disponibilizadas integralmente em CD, junto à cópia impressa deste exemplar). Por fim, a conclusão avaliará como os debates públicos são afetados pela resistência do poder público legislativo em tratar da regulação midiática e dos efeitos resultantes da adoção do judiciário como válvula de escape para as demandas de controle comunicativo – por vezes, ecoando manifestações ruidosas dos grandes grupos midiáticos, ou seu silêncio.

PARTE I – CORTES: TEORIA E MÉTODO

Diferentes abordagens analíticas apresentam formas distintas de incidir sobre a censura. Cada conceito, teoria e método sugerem recortes, ângulos e focos sobre a realidade do controle comunicativo; assim, cada corte metodológico apresenta um diferente prisma sobre os mecanismos que procuram seccionar a liberdade de expressão. Seria possível adotar o caminho trilhado por estudos anteriores sobre censura, reconstruindo suas raízes históricas – entretanto, procura-se aqui uma abordagem muito mais modesta, que caiba às pretensões restritas dessa seção: conceituar a censura em períodos de democracia e ditadura, avaliando seus mecanismos, procedimentos e justificativas. Assim, alguns momentos históricos da triste tradição censória mundial serão destacados a seguir, mas a reconstrução histórica das raízes da censura brasileira será deixada para o início da segunda parte deste trabalho, após os conceitos aqui discutidos serem assentados. O primeiro capítulo trata das estruturas do aparato “clássico” de censura e suas reformulações em uma instância de controles episódicos – e não mais sistemáticos e prévios – da expressão a partir das brechas legais mantidas ou recriadas dentro do Estado Constitucional, mas que permitem a reemergência de práticas de censura quando os poderes instituídos assim desejarem. Esse mesmo capítulo também mostrará como os principais argumentos utilizados em outros tempos e lugares continuam sendo adotados para justificar o silenciamento de expressões incômodas na atualidade. O capítulo a seguir discute o novo sentido do controle comunicacional no Estado de Direito Democrático, diferenciando suas práticas e limitações legais em relação ao adotado durante os estados autoritários de exceção. Já o terceiro capítulo refletirá sobre o perigo da distinção ingênua entre censores e censurados no eixo de agressores/vítimas, revelando o valor da censura tanto para quem a promove/defende quanto para quem a sofre/critica. O quarto capítulo discutirá sobre os riscos de limitar o debate legislativo sobre propostas de controle da comunicação, o que leva à canalização judicial dessas demandas. Finalmente, o quinto capítulo apresenta as bases teóricas de estudos prévios sobre a censura, apresentando o alinhamento desta proposta de análise metodológica entre o campo da economia política da comunicação e a teoria democrática, apresentando os fundamentos e os mecanismos adotados para coleta, análise e sistematização dos dados – enfim, os *recortes* metodológicos empregados para a incisão analítica desta leitura sobre a censura.

1. EM NOME DO PROIBIDO: ESTRUTURAS DE CONTROLE, JUSTIFICATIVAS PARA A INTERDIÇÃO E REFLEXOS DA CENSURA³

E em nome da Lei, do Cristo, da Ordem, da Família, da democracia e da Honestidade, essa multidão heteróclita, numa frente ampla, diversa e contraditória, deu o golpe – Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 437)

Com somente duas décadas de atraso em relação às pioneiras impressões com tipos móveis realizadas por Gutenberg nos anos 1450, a censura à imprensa seguiu sempre de perto a imprensa: em 1479, quando a tinta das primeiras bíblias produzidas em série ainda estampava cor fresca no papel, o Papa Sisto IV já ordenava à Universidade de Colônia, na Alemanha, a censura de “livros heréticos” (CRETILLA NETO, 2008, p. 22). Não surpreende que, da Igreja, venha também a prática sistêmica mais conhecida de censura por meio do Índice de Livros Proibidos, que seus fiéis não podiam ler, sob ameaça de danação eterna; do mesmo modo, os governos absolutistas tentavam coibir a reprodução e chegavam a queimar livros iluministas que ameaçavam a ordem vigente ou que divulgavam informações confidenciais sobre as riquezas das novas colônias recém-descobertas (BURKE, 2003, p. 130-131). Com o tempo, a aliança entre moral religiosa e interesses governamentais aproximou a censura dessas duas instâncias, muitas vezes agindo de forma paralela: assim, em Portugal, os Desembargadores do Paço uniam-se às instâncias religiosas locais e ao Santo Ofício da Inquisição para limitar triplamente a circulação de impressos (COSTELLA, 2007, p. 35).

Nos últimos cinco séculos, a história da censura da imprensa pode ser classificada em períodos de maior controle institucional, com a instalação de organizações oficiais – geralmente estatais, mas com grande frequência apoiadas por outras instituições, como as ordens religiosas – que se convertiam em “aparatos censórios prévios”. Esses órgãos delimitavam uma esfera de influência na qual determinavam critérios para a publicação da expressão humana em diversas formas, sempre exigindo a chancela dos censores para impedir previamente a divulgação de ideias que contrariassem seus interesses. No Brasil, como será pormenorizado na segunda parte desta tese, diversas organizações diferentes tiveram práticas e escopos de controle da imprensa enraizado em

³ A abordagem aqui discutida foi sintetizada para apresentação e publicação. Ver: PAGANOTTI, Ivan. “Em Nome do Proibido: controle da liberdade de expressão, justificativas para interdições e reflexos da censura”. In: Anais do XXXV Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012, Fortaleza/CE. São Paulo: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0188-1.pdf> [Acessado em 24 jan. 2015].

organizações fixas; desde a sujeição à Real Mesa Censória da corte portuguesa no século XVIII e a censura tríplice da igreja local, da Inquisição e dos desembargadores (*Id., ibid.*, p. 36), passando pelo período de controle varguista do todo-poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (MATTOS, 2005, p. 105), até chegar ao controle efetuado pela Polícia Federal durante a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970 por meio da apreensões, incentivo à autocensura e com a imposição de censores nas redações (*Id., ibid.*, p. 121). Entretanto, ao contrário dos casos anteriores, quando o controle e a censura eram desejados e esperados pelo público (GOMES, 2008), a censura também passou por momentos em que precisou ser oculta, como o veto militar à indicação de que publicações estivessem sujeitas aos cortes (CRETELLA NETO, 2008, p. 35). A censura apresenta-se uma grande variação histórica e geográfica, mas é possível esboçar um denominador comum: os mecanismos de poder e as justificativas em que sua atuação se baseia.

1.1. A censura como arena simbólica de disputa entre tensões sociais

Conflitos entre diferentes visões de mundo raramente respeitam as fronteiras entre o debate intelectual e a violência explícita. Não só as expressões de pontos de vista diferentes podem representar tensões sociais que eclodem em diferentes formas de ver a realidade (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999); muitas vezes, o próprio confronto de ideias tende a ser cerceado, impedindo o diálogo em meio ao embate. Ao invés da troca comunicativa em busca de aprimoramento e compreensão, tolhe-se a expressão alheia que incomoda ou vai contra o esperado, tolerável ou permitido por normas sociais.

Como todo signo, as imagens, os sons e as palavras operam como cenário para a luta entre diferentes ideologias. Esse é o local de confronto entre diferentes formas de conceber a realidade: a palavra não só é a base usada para representar ideias em conflito, mas também funciona como o próprio campo em disputa, pois se luta também para a definição dos seus significados, das circunstâncias em que deve ser proferida ou controlada, e quem tem o poder para fazê-lo. Como lembra Bakhtin (2010, p. 47), “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”, e reflete essas disputas. Os grupos se esforçam para tentar “conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 2010, p. 48).

Em outras palavras, busca-se garantir que a interpretação das palavras tenha um sentido único para fortalecer o poder de quem determina os sentidos legítimos.

E como é possível “abafar ou ocultar” a disputa por diferentes sentidos das palavras, das imagens e dos sons? A interdição conhecida amplamente como “censura” age justamente para garantir quais são as expressões adequadas, e tenta estabilizar o sentido das ideias, ao mesmo tempo mascarando suas origens sociais e a arbitrariedade de seus significados. A censura busca justamente garantir a supremacia na arena do simbólico, controlando a luta entre pontos de vista conflitantes ao suprimir representações desautorizadas. Ao calar o desviante, definem-se quais signos seriam pertinentes, quais seriam as formas legítimas no seu uso e quem seriam os agentes com legitimidade para fazê-lo.

Entretanto, o nome do proibido torna-se com o tempo também um tabu: ainda se pode dizer que existe “censura” ativa em sociedades como o atual Estado Democrático de Direito brasileiro? Quais são as diferenças e as semelhanças entre o controle da comunicação atual em um ambiente democrático do Estado de Direito e os excessos cometidos em regimes ditatoriais distantes no tempo ou no espaço?

Em muitos momentos, o próprio signo da censura foi também alvo de discussão e debate. A existência ou não da censura em certo período ou lugar também está aberta para disputa – um debate que pode ser, da mesma forma, simplesmente censurado. Em governos autoritários, a censura foi afirmada, desejada e defendida, mas também foi camuflada; assim como, em democracias com a vigência do Estado de Direito, a censura foi alvo de clamor popular ou tabu. Para nos restringir a exemplos brasileiros, em artigo publicado no *Diário de S. Paulo* de 11/02/1936, o diretor do serviço de censura à imprensa no Distrito Federal, Celso Vieira (apud SOUZA, 2003, p. 99), defendia que “a censura não é um meio violento restritivo da liberdade”, pois o cerceamento promovido pela ditadura de Getúlio Vargas seria “um remédio profilático, preventivo, de que lança mão a autoridade pública, no legítimo exercício de sua defesa própria”. Por outro lado, receosa por sua imagem autoritária, a ditadura militar determinava que os jornais estavam proibidos de mencionar a censura ou de sinalizar aos seus leitores que suas próprias páginas estariam sob controle: em março de 1971, o decreto secreto n. 165-B/71, proibia a “divulgação de notícias a respeito da existência de censura, salvo a de diversões públicas”; em 26/6/1973, a Polícia Federal distribuiu uma nota à imprensa, determinando que

(...) de ordem superior fica proibido, até posterior liberação, qualquer crítica ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica ou referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgãos de censura, censores e legislação censória. (apud KUSHNIR, 2004, p. 121)

De modo análogo, a democracia da República Velha regulamentava, por meio do decreto 4.743, de 31 de outubro de 1923, a censura aos “abusos da imprensa” (MATTOS, 2005, p. 103) em relação a “moral e bons costumes” (Id., 2007, p. 54), enquanto os novos tempos pregam a “livre expressão da atividade intelectual, artística científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, como defendido no inciso IX do artigo 5º da Constituição de 1988.

Esses múltiplos usos do termo “censura” demonstram a dificuldade de firmar os pilares da teoria da censura ou o desafio da construção de uma história – singular – da censura. Histórias – no plural – de práticas censórias já estão bem sedimentadas em aprofundados relatos historiográficos baseados na interpretação de arquivos e processos que trazem à luz do presente o que foi proibido no passado. Faltaria espaço – e foco – para um trabalho que buscasse, em tão poucas páginas, contemplar obras que discutem recortes da censura a partir do tipo de comunicação que buscavam controlar. Além disso, é indissociável a contextualização local, temporal e cultural desses fenômenos de controle: o controle à imprensa no Estado Novo brasileiro (SOUZA, 2003) apresenta algumas semelhanças com a censura aos jornais na ditadura militar no país após 1964 (KUSHNIR, 2004); porém, as tecnologias, a sociedade brasileira e os tempos eram outros e, com isso, temos também peculiaridades que diferem nos períodos comparados de forma que só podem ser compreendidas ao se levar em consideração o horizonte cultural de cada um desses momentos. Da mesma forma, as censuras ao teatro (COSTA, 2006) ou ao cinema (SOUZA, 2003) durante a ditadura Vargas se aproximam ao sujeitar a arte ao mesmo aparato burocrático do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); porém, divergiam devido ao diferente estado de desenvolvimento nos palcos que já floresciam ou nos curtas-metragens de um cinema nacional ainda incipiente. O desafio se torna ainda mais complexo ao comparar realidades tão distintas no espaço e no tempo quanto o controle absolutista francês sobre a literatura clandestina nos reinados de Luis XV e Luis XVI (DARNTON, 1998), ou o recato pós-Vitoriano da Inglaterra ante publicações indecorosas, ou o autoritarismo stalinista do controle sobre a poesia soviética que criticava a ditadura do proletariado, ou a crítica feminista norte-americana que clama por controle sobre a pornografia, ou o controle do Apartheid sul-

africano sobre relatos que questionassem a segregação racial (COETZEE, 2008). Mais do que uma história da censura, da imprensa de Gutemberg às redes sociais de Zuckerberg, pretende-se, aqui, atravessar momentos da sua historiografia que documentem práticas reveladoras dos elementos mais fundamentais dos mecanismos de controle da comunicação e que definam os potenciais de existência da censura. Assim, este trabalho foca alguns ecos da censura que não só se repetem em diferentes circunstâncias, mas que se apresentam como constantes apesar de importantes variações. Ao invés de aprofundar-se no oceano de casos de censura, procura-se, aqui, delinear os principais pontos de contato costeiros entre o proibido submerso e o que vem à tona e foi marcado nos continentes históricos de documentação.

Assim, este trabalho procura avaliar as transformações pelas quais os processos de controle da comunicação passaram. Para isso, é necessário contrastar características marcantes da censura em outros períodos e lugares, para tentar construir um mínimo denominador comum entre suas variantes em diferentes episódios, comparando esse quadro de manifestação “clássica” da censura com um episódio desviante moderno: o processo que levou ao fim do site de humor satírico *Falha de S.Paulo*, a pedido do diário *Folha de S.Paulo*, ofendido pelo uso indevido de sua marca. Esse processo de 2010, tão diferente quanto distante dos outros casos citados anteriormente, ainda assim evidencia a continuidade do emprego dos mesmos argumentos e da mesma lógica ao realizar uma censura “em nome de” objetivos maiores. Como outro famoso estudo de caso-limite que será posteriormente abordado, este trabalho pretende, com isso, “circunscrever as possibilidades latentes” da cultura a partir de sua prática censória, preservada na documentação produzida pelas próprias estratégias de repressão (GINZBURG, 2006, p. 21).

1.2. O esqueleto no armário: estruturas das práticas de censura

Primeiramente, é crucial entender como a censura tradicionalmente atua – ou seja, em que estruturas ela se escora para poder demonstrar o poder de silenciar. Ao apontar as principais características presentes em diferentes sistemas de controle da comunicação em épocas e locais tão distintos quanto os expostos na introdução desta pesquisa, é possível apontar os principais elementos que compõem a estrutura das engrenagens da censura. O esboço a seguir não pretende exaurir todos os elementos de um aparato censório, mas permite apontar a conexão entre sete instâncias: decisória,

investigativa, de denúncia, legalidade, recurso, repercussão (tanto de contestação quanto de apoio) e registro.

I. Denúncia: a abertura para demandas da população permite que o processo de censura ganhe *porosidade* ao aumentar a percepção social sobre a existência do controle da comunicação, mas também se fortalece com o crescimento de sua *capilaridade*, pois diferentes grupos sociais podem apresentar suas demandas de controle ao Estado ou à entidade que controla o processo investigativo. Denúncias acusavam para o Santo Ofício que o moleiro italiano Menocchio, no século XVI, era acusado de ter pronunciado palavras “heréticas e totalmente ímpias” sobre Cristo (GINZBURG, 2006, p. 32). A peça *Perdoa-me por me traíres*, de Nelson Rodrigues, teve sua autorização prévia revista e negada após pedidos de membros da Ação Católica (COSTA, 2006, p. 145). Cartas e abaixo-assinados com reclamações sobre a permissão indevida de livros, filmes ou programas de TV também estimulavam autoridades a continuar com a repressão, atendendo à demanda popular (KUSHNIR, 2004, p. 142). Ao comentar a pressão da sociedade sobre a proibição da peça de Nelson Rodrigues, Costa afirma que o episódio “mostra que a censura não era apenas uma ação do estado mas uma reação conservadora de muitos setores da sociedade que, muitas vezes, cobravam o endurecimento das medidas restritivas ao desenvolvimento da arte e da cultura” (COSTA, 2006, p. 145).

II. Investigação: a verificação da necessidade da censura pode partir de órgãos estatais ou de entidades como a Inquisição (SOUZA, 2009), mas envolve a análise dos temas ou das expressões consideradas como inadequadas em processos investigativos como inquéritos ou mesmo interrogatórios tão minuciosos quanto o questionamento a que se submeteu o já citado moleiro italiano Menocchio ao tentar expor sua cosmogonia herege ante os ouvidos atentos do Santo Ofício (GINZBURG, 2006, p. 36).

Nesse ponto, destaca-se a sujeição sistemática, automática e obrigatória de comunicações antes de sua publicação, que se apresentam ao controle comumente conhecido como “censura prévia”. Ao inverter a presunção da inocência que recomendaria a punição posterior dos abusos, a investigação parte do pressuposto de que todo o fluxo comunicacional necessita de controle, permitindo a passagem somente do inofensivo, ortodoxo ou insípido. Petley (2007, p. 54) aponta que o “controle prévio da mídia, e não sua censura pós-publicação, é geralmente visto como incompatível com o princípio da liberdade de expressão”. Essa sujeição à “censura prévia” pode também ser considerada como o mecanismo básico da “censura clássica”, visto que, em sua

ausência, a publicação de materiais inadequados pode ter consequências para seus autores (Id., *ibid.*), mas a liberdade de expressão seria preservada ao não se impedir a publicação em si de chegar ao crivo do público. Um exemplo da prática da “censura prévia” envolve a submissão dos textos de peças de teatro e sua encenação ante a censura, que poderia então determinar sua “liberação integral”, ou para uma “faixa etária”, ou apontar “cortes” de diálogos ou cenas, “modificações” em personagens ou situações ou até proibir o espetáculo como um todo (COSTA, 2006, p. 148).

III. Decisão: via de regra, o Estado é tomador da decisão da censura ou, ao menos, é consultado como árbitro sobre sua pertinência. O jovem Marx (2010, p. 53) já apontava que “a censura é a crítica como monopólio do governo”, uma ação dominada pela administração pública que determina os critérios legais para o controle da comunicação e funciona como instância de apelo da sociedade – ou seja, o aparato do poder público age como quem “quer criticar, mas não quer aceitar críticas” (Id., *ibid.*). Costa lembra que esse monopólio não pode ser visto como “apenas uma prerrogativa do Estado”, no caso brasileiro: “Foi um amplo processo de aliança entre o governo, a Igreja Católica, os setores conservadores da sociedade e os da elite obscurantista para coibir o pensamento crítico e a livre expressão artística” (COSTA, 2006, p. 253). Entretanto, agentes com interesses políticos, religiosos, morais e econômicos submetem suas decisões ao julgamento jurídico de corpos burocráticos estatais para o controle da censura, pois cabe ao Estado weberiano o monopólio legítimo de toda violência – inclusive a simbólica, como a censura.

A instituição da censura no Brasil colônia já seguia essa centralização ao determinar, pelo alvará de 4 de dezembro de 1573, a impossibilidade de impressão de livros sem a licença do Rei, com a aprovação prévia dos Oficiais do Santo Ofício e do Ordinário local (COSTELLA, 2007, p. 34). Posteriormente, o Desembargo do Paço passou também a compor esse tripé censório até que “não mais sobrasse lugar para uma censura que não fosse estatal”, cenário que levou à criação da Real Mesa censória, em 1768: “com ela, o Estado se tornava, afinal, a única autoridade no controle da publicação e da circulação de impressos” (Id., *ibid.*, p. 36).

Vale destacar que a exterioridade do campo de decisão – seja a centralização no Estado ou a participação maior ou menor de organizações religiosas, empresariais ou de representantes da sociedade civil – envolve uma das características intrínsecas da censura que a diferencia da simples “interdição” (LEITE, 2012, 118): o sujeito que pretendia se expressar não pode tomar a decisão ética de escolher o que falar, de que

modo, em que circunstâncias, visto que sua decisão é tolhida e imposta por um poder externo. Além dessa exterioridade decisória, outra característica essencial da censura é a imposição de punições, que sustentam o veto e buscam excluir (fisicamente, simbolicamente ou economicamente) o transgressor, prendendo/torturando/matando, exilando ou impedito que volte a expressar-se – caçando a licença de exibição de peças, de impressão de livros etc. –, impondo multas ou apreendendo bens. Tanto a exterioridade quanto a punição são corolários da instância de decisão sobre a expressão alheia, assumidos pelos que se julgam detentores do poder de permitir ou proibir a fala alheia.

IV. Legalidade: para travestir o Estado de exceção com roupagem legal, “dando aparência e conteúdo legais ao arbítrio” (KUSHNIR, 2004, p. 106) ou para melhor garantir a afinação das engrenagens censórias, o controle da comunicação baseia-se e produz instrumentos jurídicos que investem de legalidade e publicam (de forma mais ou menos restrita) os critérios da censura. Em estados autoritários, são os próprios órgãos de censura ou seus superiores hierárquicos que determinam seus critérios e processos, com pouca possibilidade de transformação dos métodos de controle por agentes externos (Id., *ibid.*, p. 117) – na maioria dos casos, só é possível reverter ações específicas de censura, buscando sua permissão, mas não alterar o modelo de sujeição em si (COSTA, 2006, p. 258-259). Já em governos democráticos, os critérios de controle podem, inclusive, ser definidos por instituições parlamentares eleitas democraticamente, com participação e/ou consulta da sociedade civil – como o atual modelo de Classificação Indicativa, poroso às sugestões de alterações parlamentares e da sociedade civil⁴.

V. Recurso: como mencionado anteriormente, a possibilidade de revisão de decisões de censura pode ser controlada ou possibilitada – inclusive abrindo espaço para a negociação de cortes. Ao analisar o encaminhamento de processos de censura de peças teatrais paulistas no século XX, Costa aponta que “alguns artistas iam ao Departamento de Diversões Públicas de São Paulo, onde eram recebidos pelos superiores, para a negociação” de cortes com censores (COSTA, 2006, p. 212). Conhecendo o processo,

⁴ Como será analisado nos capítulos finais, a constitucionalidade do processo de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça está atualmente em discussão no Supremo Tribunal Federal. Além disso, essa estrutura estatal aceita críticas da sociedade às suas indicações, e têm realizado audiências públicas no Congresso desde dezembro de 2011, além de publicar o “Guia Prático de Classificação Indicativa” em seu site:

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ6BC270E8ITEMID66914BCA346A4350800CB04EBF2D6BD7PTBRNN.htm> [Acesso em 24 jan. 2015].

alguns autores já deixavam trechos para serem cortados e, com a barganha, salvavam-se outros: “a negociação de palavras é a moeda do processo censório”, mas ao mesmo tempo em que permite trocar as proibições sacrificadas como “boi de piranha” por algumas liberações, acaba-se indiretamente representando o “elemento que justifica o processo” e o ratifica (Id., *ibid.*, p. 247). Por outro lado, decisões recorridas também podem ampliar a possibilidade de debate (também censurado ou permitido) sobre a pertinência de casos de censura, como será tratado no tópico a seguir.

VI. Repercussão: Em circunstâncias como a que será analisada ao final deste capítulo, casos de censura encontram eco elogioso ou crítico em outros meios de comunicação. Assim, Osvaldo Chateaubriand reclamava, no seu *Diário de S. Paulo* de 11/2/1931, que:

Ainda ontem tivemos um noticiário nosso censurado quando nele nada de grave poderia resultar, mesmo porque temos sempre o maior controle na divulgação da notícia. E a mesma notícia que foi censurada para o *Diário de S. Paulo*, foi publicada em outro jornal. (apud SOUZA, 2003, p. 53)

Entretanto, o debate sobre os mecanismos do controle da comunicação e as justificativas de casos da censura pode ser, ele próprio, proibido – diminuindo a percepção social de sua existência, fundamentação ou arbitrariedade. Ao impedir que as publicações mencionem a censura, aparentemente estaria inviabilizada a participação de elementos de fora do aparato estatal na censura (o tópico I, acima), mas mesmo em períodos em que a censura a alguns veículos de comunicação não podia ser mencionada, o controle de outros meios ainda era uma temática possível de ser abordada (REIMÃO, 2011). Esse fenômeno aponta para as dificuldades de impedir a percepção da sociedade sobre um grau tão alto de controle dos meios de comunicação. No início dos anos 1970, por exemplo, os jornais brasileiros não podiam mencionar a censura prévia da imprensa (KUSHNIR, 2004, p.120-121), mas era possível – e até necessário – expor os casos de censura ao cinema, teatro, TV e livros, abrindo espaço para que a população clamasse por mais controle dessas formas de entretenimento – até porque a censura de alguns desses meios, como os livros, dependia essencialmente das denúncias da população (SILVA, 2010). Como citado na introdução, a “divulgação de notícias a respeito da existência de censura, salvo a de diversões públicas” era estritamente proibida nos jornais brasileiros desde a nota da Polícia Federal em 26/6/1973 (Id., *ibid.*, 121), mas isso não impediu que, no ano seguinte, a senhora Usuna Buranelli Minetto, de Lençóis Paulista, pedisse em carta, de 2 de setembro de 1974, que o ministro da Justiça Armarno

Falcão proibisse o livro *Dias de Clichy*, de Henry Miller, por se tratar de “um verdadeiro atentado ao pudor” (REIMÃO, 2011, p. 162).

VII. Registro: Processos de censura são registrados, controlados e guardados em arquivos, podendo ser utilizados como balizas para outros censores – caso tenham acesso aos arquivos e a censura tenha sido sistematizada a partir de regras gerais – ou como jurisprudência em casos de recurso ou pedidos de censura – se acessíveis ao público. Ao atrair todos como suspeitos para dentro da armadilha panóptica da visibilidade, “essa vigilância se apoia num sistema de registro permanente” (FOUCAULT, 1987, p. 163). As normas de censura podem compilar listas de publicações e autores proibidos, como o católico *Index Librorum Prohibitorum* criado pelo papa Paulo IV, em 1559, e atualizado diversas vezes (PETLEY, 2007, p. 6-9), até a regulamentação de temas que não devem chegar ao público, como as instruções da Polícia Federal brasileira que, na determinação de 1/10/1970, proibiam a divulgação de notícias sobre atos terroristas, crimes ou cenas obscenas, greves, guerrilhas e outras atividades subversivas, além de quaisquer críticas clericais ou econômicas (KUSHNIR, 2004, p. 118). Entretanto, a análise de Costa defende que “a censura, como toda forma de coerção, não encontra limites”, pois, da ditadura Vargas ao regime militar, passou-se “do controle do texto à fiscalização e à perseguição dos artistas” (COSTA, 2006, p. 265). Longe de conterem o arbítrio da censura, apontam diretrizes que podem ser ampliadas e interpretadas de acordo com as conveniências:

Arbitrária, injusta, obscurantista, a censura acaba por possibilitar desmandos. Ela passou [no teatro] da análise do texto à interpretação da encenação; da interpretação do espetáculo à prática de denúncia; da denúncia à perseguição; da perseguição à prática da violência; da violência à coerção e ao sigilo, desses à pressão econômica, chegando à hipocrisia e ao cinismo. (COSTA, 2006, p. 265)

Paradoxalmente, com a depuração dos detalhes necessária para o funcionamento burocrático da censura, os inquéritos dos inquisidores e os processos dos censores guardam para os tempos modernos uma fonte de “documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de ‘arquivos da repressão’” (GINZBURG, 2006, p. 21). Além de fonte viciada por ser produzida justamente por quem quer calar, o fascínio por esses registros históricos é igualmente viciante, pois eles preservam facetas da sociedade e da cultura que passariam despercebidas se não fossem consideradas tão ameaçadoras. Também permitem que, sob as ruínas vivas de sua estrutura esboçada até

aqui, seja possível trazer à luz os motivos que ainda pulsam e ecoam no silêncio que clama pela censura.

1.3. Em Nome de Quê se proíbe – as justificativas da censura

Ao lembrar que “a censura quase sempre se ergueu sobre o duplo argumento de Deus e de César”, Caldeira (2008, p. 16) aponta que “hoje, o novo bezerro de ouro chama-se mercado”. O altar pode ser religioso, político ou econômico, mas o sacrifício da *censura é feito em nome de quê?* Para compreender melhor o combustível que move as engrenagens censórias, é importante analisar alguns argumentos empregados na justificativa da sua *existência* (ou seja, por que a proibição é legítima e necessária), do seu *funcionamento* (por que se devem seguir os passos exigidos para o melhor controle) e da sua *aplicação* (por quais motivos foram tomadas as decisões que envolviam a liberação ou a proibição de publicação/apresentação de obras).

I. Segredo de Estado: motivação diretamente ligada ao terceiro elemento da estrutura avaliada no tópico anterior; visto que o Estado é o tomador de decisão tradicional da censura, é evidente que os temas sensíveis que desejar proteger recebem um cuidado especial. A revelação dos bastidores dos palácios do poder pode trazer aos curiosos olhos públicos os “jogos de poder” pela determinação das decisões políticas e também a libertinagem e a “vida íntima” de figuras cuja segurança e privacidade são revestidas de força institucional e, não raro, furor cívico e patriótico (DARNTON, 1998, p. 170). Não somente a revelação de detalhes da vida privada do poder público pode incorrer em censura de libelos e acusações de crime de “lesa-majestade” (Id., *ibid.*, p. 125): as principais informações proibidas são as que envolvem estratégias e planos sigilosos, cuja divulgação inviabilizaria seu efeito – como licitações em planejamento, propostas de alteração cambial ou, o caso mais citado, estratégias e movimentações de recursos em conflitos armados (LIPPMAN, 2010, p. 50-51). Além das motivações evidentes para o controle de informações sobre ações bélicas que precisam não somente surpreender o inimigo como garantir a fidelidade dos “corações e mentes” da sua própria população, Lippman também revela que a propaganda exige a construção de barreiras entre o público e o evento, impedindo a formulação de pontos de vista discordantes ou o aparecimento de informações que contradigam o discurso oficial:

O Estado-Maior de um exército no campo de batalha é assim posicionado de forma que dentro de largos limites pode controlar o que o público irá perceber. Ele controla

a seleção dos correspondentes que vão ao front, controla seus movimentos, lê e censura suas mensagens e opera a telegrafia. (...) Mas no caso de um exército o controle está longe de ser perfeito. (LIPPMAN, 2010, p. 50-51)

II. Vulnerabilidade das instituições: como um corolário do tópico acima, procura-se controlar os fatos ou opiniões que depreciam ou contestam autoridades, sejam elas governamentais, religiosas, do mercado ou de organizações da sociedade. Entretanto, diferencia-se do segredo de Estado porque a divulgação dessas informações não ameaça a segurança do funcionamento do aparelho, mas deslegitima a fundamentação de seu poder, seu saber ou seu fazer. Darnton revela que:

Em 1771, o subdelegado intendente de Caen, informou às autoridades que a Normandia estava inundada de livros proibidos e que os leitores os levavam a sério. “A leitura desses maus livros produz perturbações entre os cidadãos e constantemente os incita a romper os grilhões da submissão, da obediência e do respeito”. Labadie, um livreiro aposentado de Valenciennes, aconselhou a polícia a tomar medidas enérgicas, conquanto não fosse possível mudar o rumo da opinião pública: “Hoje em dia, todos querem pensar filosoficamente e discutir assuntos governamentais. Todo o mundo discursa sobre tais questões e corre a comprar as obras que as abordam, por mais perigosas que sejam”. (DARNTON, 1998, p. 239)

O absolutismo estava certo ao temer que o interesse “filosófico”⁵ e a curiosidade da população sobre a sua administração poderia levar, afinal, à vontade popular de tomar as rédeas da determinação de seus próprios interesses públicos. Da mesma forma, governos autoritários, como a ditadura militar brasileira, tentaram determinar um “manual de comportamento” para “obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964”, além de considerar intocáveis as Forças Armadas e símbolos nacionais de poder, como o hino e a bandeira (KUSHNIR, 2004, p. 108).

III. Conhecimento/ideologia subversiva: até mesmo o contato com visões ou fatos que contradigam o ideário oficial defendido pelo patrulhamento ideológico pode significar a contaminação do corpo social: opiniões ou informações divergentes são tóxicas ou, pior, viróticas, e exigem sua cura pelo isolamento do contagiado. Assim, obras que relatavam a história da independência dos EUA eram proibidas na colônia portuguesa no Brasil (FRIEIRO, 1957, p. 51), visto que o estudo do mau exemplo da contestação alheia poderia induzir a insubordinação local. Percebe-se a intenção de proteger a religião e o poder divino de padres e reis nas listas de autores proibidos pelo

⁵ É importante frisar que “filosófico”, nesse período, não se restringe ao interesse teórico, abstrato e desligado da prática, mas inclui uma ampla classe de publicações clandestinas que abarcava a teoria política, superstições, libelos críticos ao clero e à nobreza, pornografia etc. (DARNTON, 1998)

Vaticano nos *Indexes* citados anteriormente: os humanistas como Boccaccio, Rabelais, Erasmo e Maquiavel da primeira leva de proibição, em 1559, foram seguidos pelos heréticos na lista de 1564 e pela proibição de publicar Bíblias e livros obscenos ou de superstição (PETLEY, 2007, p. 6-7). Posteriormente, cientistas como Copérnico, Galileu e Pascal, além de filósofos como Descartes e Hobbes, também foram banidos no novo *Index* de 1664, somando-se aos iluministas como Diderot, Kant, Montesquieu e Rousseau, em 1758, romancistas como Flaubert, Dumas, Hugo e Zola, em 1881, (quando a lista negra já somava 4 mil títulos) e até Sartre, na última lista de 1948, até ser abolida em 1966 (Id., *ibid.*, p. 9).

Não só o conteúdo de ideias subversivas precisava submeter-se ao controle da ideologia dominante: formas de expressão que fogem dos paradigmas estéticos também são banidas. A acusação de alienação no caso do abstracionismo, do subjetivismo e do modernismo explica seu controle na URSS, pois não condiziam com o materialismo histórico socialista e não se ligavam à desejada perspectiva proletária (COETZEE, 2008, p. 155).

IV. Proteção da moral e dos bons costumes: como práticas desviantes representam o que não deve ser visto e difundem maus exemplos de conduta, a censura procura proteger fundamentos da socialização, como as normas morais e os bons costumes. Não deixa de surpreender, com isso, a ideia de que os pilares de sustentação da família e da religião sejam tão frágeis a ponto de estremecer quando contrapostos a exemplos em livros, peças, filmes, programas de TV, rádio ou notícias que apresentem outras formas indesejadas ou contraventoras de agir ou pensar. Sem questionar os limites para o impacto e a influência dos meios de comunicação, pressupõe-se o pior. Assim, ao analisar a censura da peça *Roda viva*, em 1968, Costa aponta que:

O processo continuou percorrendo seções diferentes da Polícia Federal até ser anexada matéria publicada em *O Estado de S. Paulo*, na qual Wadih Helou diz ser o espetáculo uma afronta à sociedade e à família. São palavras suas: “Torna-se necessário que nos juntemos às autoridades federais e estaduais responsáveis, porque, se continuar assim, não temos dúvida em afirmar que, mais cedo ou mais tarde, a família se verá destruída como também a tradição, porque iremos assistir aqui em São Paulo e em todo o Brasil espetáculos dantescos como os que ocorrem atualmente na França”. (COSTA, 2006, p. 225)

É interessante frisar que, no trecho citado pela autora, a ameaça da força subversiva da arte (a peça censurada) é somente comparada à fé no poder da crítica publicada (o artigo do *Estado*), usado no processo de censura não somente como

argumentação da periculosidade da peça, mas também como eco representativo dos anseios da população que se quer ver livre do contágio pernicioso. Assim, não só o jornal se junta às “autoridades”, mas também o aparato colhe nas páginas da publicação a legitimidade do seu poder de veto. Kushnir (2004, p. 146) destaca uma declaração reveladora do ex-ministro da justiça da ditadura militar, Armando Falcão, ao comentar a censura ao filme *Je vous salue, Marie*, já no governo Sarney: “se fosse ministro, não deixaria passar. *Todo mundo deve ser poupado da tentação de ver*” [grifo da autora]. Represar a tentação da visibilidade da representação e sua reprodução (CALVINO, 2001, p. 79) talvez seja justamente a origem oculta dessa prática de controle.

V. Tutela da opinião pública: em perspectiva travestida de racionalidade, a censura advogaria a necessidade do controle feito por uma elite esclarecida formada por burocratas, clérigos ou intelectuais, que devem determinar o que o público ignóbil pode querer ver ou saber, de forma a melhor educá-lo, evitando estímulos indesejados. Petley contrapõe esse raciocínio com a visão de Milton, para quem “as pessoas são perfeitamente capazes de distinguir o certo do errado, bom do mau, pelo exercício de sua razão e, para poder exercitar essa capacidade, devem ter acesso ilimitado às ideias e pensamentos dos outros” (PETLEY, 2007, p. 37). Kushnir (2004, p. 148) também apresenta um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 16/1/1987, por Coroliano Fagundes, censor e diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que deseja “destituir o Estado do papel de proibir. A tutela estatal sobre a vontade do maior de idade é exorbitância”. Ainda assim, o Estado de Direito que reconhece a autonomia do cidadão ainda protege “públicos vulneráveis”, como crianças, através da classificação indicativa discutida anteriormente no tópico 1.2.IV.

VI. Representação do ofensivo é também uma ofensa em si: como visto dois tópicos acima, a censura tenta apontar que a representação do interdito estaria inexoravelmente ligada à própria existência do que deveria ser proibido, como uma pista que denuncia o crime e seu responsável. Um dos casos talvez mais evidentes seja o da representação pornográfica de violências sexuais em filmes que exigem o registro de sua própria encenação (COETZEE, 2008, p. 85). Assim, o signo da contravenção não estaria “no lugar” do que busca representar, em uma concepção peirceana tradicional, mas ameaçaria trazer o próprio rastro “real” daquilo que se encena. Seria um retorno utópico do poder que “autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas”, como se fossem indissociáveis (FOUCAULT, 1992, p. 8). Entre as práticas censórias que pretendem controlar a emergência de signos polêmicos como

um tabu, prescrevendo a expressão do que se pretende ser esquecido ou ocultado, salta-se aos olhos iniciativas como as adotadas durante a ditadura militar argentina após a deposição de Perón, em 1955, que proibia, por meio do decreto 4161, a propaganda peronista e até mesmo a simples menção ao nome de Perón (WALSH, 2010, p. 70), como forma de silenciar a alusão a esse político por parte de seus partidários.

VII. Monopólio da representação legítima: por fim, essa linha de argumento revela a disputa e o controle sobre quem detém a legitimidade para representar outros indivíduos e temas de interesse social. Em outras palavras, retoma a luta bakhtiniana de delimitar os sentidos das palavras mencionadas na introdução. Ao analisar a disputa sobre a representação de “colonos” sul-africanos como indivíduos “em passagem”, ou seja, sem raízes na África e passíveis de remoção, a contestação do *apartheid* apontava uma inversão reveladora nos papéis de “quem tinha o poder de aplicar os nomes, tantos o seu próprio como o do outro” (COETZEE, 2008 p. 16). A representação, aqui, não significa somente a possibilidade de falar em nome de outros, mas também o poder quase mágico de controle sobre as imagens produzidas sobre os outros. Como visto antes, o clero tenta determinar o monopólio legítimo sobre o acesso ao sagrado (PETLEY, 2007, p. 6), da mesma forma como a administração pública busca controlar a legitimidade de quem pode falar em nome do poder, segregando os dissidentes e impedindo, inclusive, a menção a representantes cassados, um tabu nas ditaduras como a do regime militar brasileiro (KUSHNIR, 2004, p. 109) e do argentino, citado no tópico anterior. É particularmente reveladora a prática de organizações sociais que pretendem guiar as práticas recomendadas com prêmios e excluir comportamentos indesejados com “listas negras”, usando a tradicional estratégia de “*name and shame*” que procura, mais do que censurar, corroer a legitimidade do que se busca condenar (COETZEE, 2008, p. 87).

Mas como isso se altera, uma vez que a abertura democrática retira do Estado o poder da censura tradicional com a sujeição prévia para autorização de publicações? É inegável que persistem – e podem inclusive ser ainda mais ameaçadoras à liberdade de expressão – “forças de mercado e pressão comercial como agentes da censura” (PETLEY, 2007, p. 22). Nesse sentido, é revelador avaliar como empresas buscam impedir a crítica e a representação desautorizada do uso de sua imagem ou de seus produtos e serviços. Para discutir essa questão, o estudo de um caso de proibição contemporâneo pode esclarecer como essa censura privatizada ainda “marca” as

representações autorizadas e busca proteção judicial de sua imagem contra a crítica desautorizada.

1.4. Caso comparativo “de controle”: a proibição do site *Falha de S.Paulo*

Coetzee (2008, p. 144) lembra a advertência do poeta soviético Osip Mandelstam, que dividia a literatura entre as obras autorizadas e as não-autorizadas: “as primeiras são lixo; as segundas, ar roubado. Quero cuspir na cara de qualquer escritor que primeiro pede permissão e depois escreve”⁶. Com esse poderoso alerta em vista, é necessário avaliar que o artigo 20 do Código Civil brasileiro ainda veta a “utilização da imagem de uma pessoa (...) se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”, uma brecha utilizada na maioria dos casos contemporâneos de proibição de publicações como biografias, denúncias ou críticas (MATTOS, 2005, p. 9)⁷.

Em um terreno nebuloso, é difícil determinar quais práticas contemporâneas ecoam a repressão da censura e quais tratam de ponderação de direitos coletivos, como o acesso à informação, e individuais, como o respeito à privacidade e à propriedade privada (COETZEE, 2008, p. 27). Um dos casos mais extremos e desviantes talvez seja a recente proibição do site de humor *Falha de S.Paulo* (<http://falhadespaulo.com.br> [fora do ar]), a pedido do jornal *Folha de S.Paulo*, que considerava que a crítica irônica do site, ainda que dentro dos limites da liberdade de expressão, seria uma ofensa à marca da empresa pelo uso indevido do trocadilho e a referência à identidade visual do diário paulista, confundindo leitores (ver Imagem 1).

⁶ É revelador o fato de que o poeta, após ser exilado por declamar um poema crítico a Stálin, tentou reabilitar-se publicando uma ode ao ditador (COETZEE, 2008, p. 133).

⁷ O Projeto de Lei 393/2011, do deputado Newton Lima (PT-SP), defende a alteração do artigo 20 do Código Civil para permitir a “divulgação de imagens e informações biográficas sobre pessoas de notoriedade pública, cuja trajetória pessoal tenha dimensão pública ou cuja vida esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”. Esses artigos também são alvos de contestação no STF, em um processo que ainda não foi concluído até o término da presente pesquisa (ADI 4815). Tramitação e inteiro teor do projeto legislativo estão disponíveis em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao.jsessionid=95477DA411E0853AE80364CE8DEE520B.node2?idProposicao=491955&ord=0>

Já a tramitação da ADI 4815 no Supremo Tribunal Federal (STF) está disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4815&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M> – seu inteiro teor está disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4271057>

FALHA DE S. PAULO

Imagem 1. Site <http://falhadespaulo.tumblr.com> reproduz conteúdo censurado da *Falha de S. Paulo* com alterações para evitar novos processos.

A análise desse processo já parte de um elemento que parece contradizer as características clássicas da censura discutidas anteriormente: a documentação legal foi publicada em um “site-espelho” [*mirror*] – <http://desculpeanossafalha.com.br> – que disponibiliza para download a consulta pública ao processo que foi movido contra o site. Outro “espelho” – <http://falhadespaulo.tumblr.com> – mantém no ar diversos conteúdos do site anterior, alertando em sua página principal que:

ATENÇÃO! ESSE TUMBLR NÃO É DE PROPRIEDADE DOS AUTORES DO FALHADESPAULO.COM.BR

Criamos este endereço com printscreens do site para impedir que a Folha, com sua liminar absurda, tirasse do ar toda referência a ele; e pra mostrar para quem não conhecia que a reação do jornaleco é completamente despropositada. E se deletarem esse blog, criaremos outro e outro e outro. Não à censura!

Entretanto, o paradoxo da persistência do proibido não contradiz a estrutura censória exposta acima. A própria publicação do registro (1.2.VII) do processo judicial mostra a permanência da centralidade do Estado como instância decisória (1.2.I) e a necessidade do apoio em instrumentos legais (1.2.IV). Ainda que pretensamente contradiga a censura, divulga seus mecanismos e sujeita-se ao constrangimento legal: como o processo impedia os autores do *Falha* de manter seu site online, os sites que reproduzem seu conteúdo frisam o fato de não serem de propriedade desses mesmos autores nem se tratar de um jornal, para evitar os motivos centrais que levaram à proibição do uso da marca e evitando a punição imposta pelo processo de proibição.

Além disso, a análise da segunda página do processo mostra também a abertura para denúncia (1.2.I) da sociedade, pois trata-se de um Pedido de Antecipação de Tutela de uma Ação Cominatória cumulada com Indenizatória por danos morais requerido pela empresa Folha da Manhã S/A. Em 28 de setembro de 2010, o juiz Nuncio Theophilo Neto, da 29ª Vara Cível de São Paulo, determinou a retirada do domínio do site da *Falha* com ameaça de multa diária de R\$ 1 mil e justifica, na página 79 do processo⁸:

Não pela sátira, que não é vedada⁹, mas pelo fato da utilização da marca extremamente semelhante ao da autora, é de se deferir o pedido formulado, inclusive porque o acesso ao domínio do autor gera inequívoca confusão entre o conteúdo dele constante e o que é veiculado pela autora em sua publicação impressa e no domínio eletrônico.

Além disso, na página seguinte do processo mantém-se a possibilidade de recurso, pois o juiz aponta que “poderá haver designação de audiência de tentativa de conciliação, caso tal providência se revele útil”. Finalmente, a repercussão (1.2.VI) do caso é exemplificada pelos próprios sites-espelho que tentam manter a *Falha* no ar após o fim do seu domínio, apesar das alterações em seu conteúdo para evitar a indução ao erro dos leitores.

Ao analisar a argumentação do processo apresentada tanto no pedido da *Folha de S.Paulo* quanto na conclusão do juiz Nuncio Theophilo Neto, percebe-se um paradoxo próprio dos registros da censura que precisam demarcar aquilo que deve ser controlado como um exemplo de desvio, de forma a fundamentar como evidência a inadequação do que se pretende interditar. Entretanto, com a divulgação do processo nos sites-espelho, tem-se a insólita situação de que as páginas 36 a 40 desse documento aparentemente ajudam a difundir os usos inadequados da marca da *Folha* (Imagem 2):

⁸ Como será debatido a seguir, o processo foi publicado em site que apoia a *Falha de S.Paulo* e está disponível em: http://desculpeanosafalha.com.br/wp-content/uploads/2010/10/processo_folha.pdf [Acesso em 24 jan. 2015]

⁹ O pedido original da *Folha*, no ponto 8 da página 5 do processo, reconhecia a “liberdade de expressão” da “sátira” da *Falha*. É importante lembrar que, poucos meses antes do processo contra a *Falha*, a própria *Folha* foi também alvo de um processo por ofensa à imagem (dessa vez, de um indivíduo, e não de uma empresa) em textos humorísticos: foi o caso da censura do humorista José Simão, impedido de publicar textos no diário relacionando a atriz Juliana Paes com seu papel na novela “Caminho das Índias”, por jogar com o duplo sentido das palavras ao dizer que sua personagem indiana não seria “casta”. Ver: FREITAS, Janio de. “Segredos de Justiça”. *Folha de S.Paulo*, 2/08/2009.

Imagem 2. Publicações do site *Falha de S. Paulo* são apresentadas como provas de desrespeito à marca da *Folha de S. Paulo* na página 40 do processo movido pela *Folha* contra os autores da sátira.¹⁰

As antigas justificativas da censura ecoam mesmo nessa decisão de aparente racionalidade e defesa da própria imprensa. Obviamente, não se tem mais a defesa do controle centralizador estatal nem a submissão à censura prévia, nem se trata do receio de ideologias indesejadas ou da proteção de segredo de Estado, mas o raciocínio de argumentos como a necessidade de resguardo de uma organização como a *Folha de S. Paulo* ecoa a proteção das instituições vulneráveis (1.3.II). Na página 4 do pedido dos representantes da *Folha*:

A autora, Empresa Folha da Manhã S/A, amplamente reconhecida por sua atuação jornalística, (...) tem se caracterizado, no decorrer dos anos, como uma empresa sólida, sendo que o jornal Folha de S. Paulo ocupa posição de liderança no mercado,

¹⁰ O processo foi publicado em site que apoia a *Falha de S. Paulo* e está disponível em: http://desculpeanossafalha.com.br/wp-content/uploads/2010/10/processo_folha.pdf [Acesso em 24 jan. 2015].

o que decorre da associação de dois fatores: de um lado, do projeto editorial baseado na imparcialidade e objetividade na divulgação de notícias, de outro, de pesados investimentos realizados pela empresa em projetos gráficos e marketing, com vistas a firmar sua marca no mercado.

Na página 79 de sua conclusão, o juiz Nuncio Theophilo Neto avalia que “o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação está presente, posto que enquanto estiver ativo o domínio do autor”, ou seja, enquanto o site da *Falha* estiver no ar usando domínio e identidade gráfica semelhantes aos da *Folha*, “os acessos a ele persistirão, sem que possa a requerente dimensionar os eventuais prejuízos daí decorrentes e, mais ainda, induzindo em erro eventuais leitores mais desatentos”. A proteção da *Folha* aqui mostra também como a representação da ofensa à marca da empresa constitui um delito em si (1.3.VI). Isso se dá porque, ainda na página 4, os advogados da *Folha* apontam que o registro do domínio www.falhadespaulo.com.br envolveria “utilização indevida da marca, que constitui patrimônio da autora, também pode induzir em erro os consumidores”, cujo objetivo evidente é não só manter o monopólio da representação legítima (1.3.VII) do projeto gráfico do qual a *Folha* tanto se orgulha, quanto também a tutela do público (1.3.V), aparentemente incapaz de distinguir a sátira do jornal que buscava originalmente, visto que é “induzido ao erro”. Da mesma forma indireta, a decisão procura proteger as boas práticas comerciais e o uso ético de marcas alheias (1.3.IV), uma forma diferente, porém análoga, à proteção dos bons costumes e da moral.

1.5. “Falhas” entre “folhas, troncos e raízes” da repressão

A partir do quadro teórico consultado, foi possível apontar alguns dos elementos centrais às práticas de censura próprias de regimes centralizadores. A análise dos argumentos empregados para a censura mostra como seu mecanismo continua ativo, alimentado por um desejo social de controle sobre a expressão alheia.

O caso aqui analisado, além de mostrar a continuidade de algumas práticas anteriores da censura, também pode delinear três importantes critérios para distinguir novos casos como esse de outros processos de proibição tradicionais. Em primeiro lugar, a atenção migra *do conteúdo para a forma*, visto que as ideias em si não são mais o foco principal do controle, e passam a ser alvo de maior controle suas formas de expressão, as circunstâncias de sua manifestação e o uso de outras formas consagradas (imagens de indivíduos, marcas de produtos ou empresas, símbolos religiosos). Em

segundo lugar, a *acessibilidade* do proibido coloca em cheque a possibilidade de controle total, visto que ainda é possível acessar o que foi interditado por meio de redes de informação de difícil controle como a internet, que divulga os processos de censura e disponibiliza em novos sites alternativos o que foi tirado do ar ou proibido em outros meios e veículos de maior evidência. Em terceiro lugar, a necessidade de *justificação* atrelada à censura aponta para outra substancial alteração, visto que as decisões de censura judiciais exigem o apoio em normas públicas e estão elas mesmas expostas ao crivo público, permitindo sua alteração por processos democráticos. Se a censura se faz em nosso nome, é nossa tarefa vigiá-la.

Ao analisar a proibição do site *Falha de S.Paulo*, um caso (a)típico de censura do mercado que busca proteger o uso de marcas de distinção, fica evidente como instituições buscam monopolizar também as possibilidades de acesso à construção de suas imagens e se apoiam, para isso, em estruturas e argumentos tradicionalmente empregados pela censura. A expectativa, com essa prática, é o controle da imagem de seus produtos e de si mesmos, determinando que somente seu próprio proprietário possa ter a legitimidade para construir representações próprias – e consideradas “apropriadas”. O resultado, entretanto, pode ser devastadoramente contrário, pois a multiplicidade de pontos de vista e o acesso a plataformas de difícil controle, como a internet, inviabilizam o monopólio total dos processos de construção de representação midiática, e podem levar ao paradoxo de um veículo que luta pela liberdade da crítica buscar o controle, pela censura, de outros veículos que o satirizam com o humor.

Kushnir (2004, p. 213) já discutia, com uma ilustrativa metáfora, o encontro de “raízes” (as origens históricas das estruturas da repressão e os desejos conservadores da população), “troncos” (os aparelhos autoritários da opressão que impõem a violência em regimes de exceção) e “folhas” (tanto os decretos e a burocracia do regime ditatorial que registram o desviante a ser oprimido, quanto as páginas dos jornais, livros e roteiros que são tolhidos da crítica e da expressão inerente, submetidas às determinações da interdição) em uma cultura da repressão como a brasileira no período mais negro da ditadura militar iniciada em 1964. Entretanto, a própria autora demonstra que haveria uma incorreção no raciocínio que aponta um fim para a censura com o fim dos governos ditatoriais e com o retorno do Estado Democrático de Direito com a promulgação de uma nova Constituição: “a censura introjeta conceitos e formas de agir que ‘canetada’ nenhuma consegue apagar de uma hora para outra, do dia para a noite” (KUSHNIR, 2004, p. 129).

(...) o papel do censor, do superego, seria o do defensor, guardião, vigilante e zelador, para que partes recalcadas do inconsciente não emergissem no consciente. Trazendo essas noções para o Brasil de fins da década de 1980, percebeu-se como é difícil para alguns abrir mão desse “zelador” da moral e dos bons costumes. Assim, para muitos o censor tem de ser personificado pelo Estado, senão não há serventia e eficácia. E esses muitos que desejam a censura, na época, estavam tanto no aparelho de governo como na sociedade civil, como se demonstrou anteriormente. É do pacto entre esses dois polos que a necessidade e materialidade desse “defensor” se concretiza. Mas não se quer dizer, entretanto, que o fim da censura, no caso brasileiro, reflita o término desse pacto. O que se perceberá é que o acordo, também *camaleonicamente*, se adaptou e a censura não terminou, mas se enquadrou. (Id., *ibid.*, p. 156)

É preciso permanecer atento às brechas – ou “falhas” – na legislação que ainda permitem o controle “enquadrado” da liberdade de expressão, utilizando-se de estratégias e argumentos que, se não podem ser mais os mesmos de regimes ditatoriais, ainda manifestam seus resquícios e agem de maneira análoga, como será discutido no capítulo a seguir. É por essas brechas da antiga censura que se sorve a luz do que é proibido e por onde ainda escorre o silêncio.

2. A DISCUSSÃO DA VISIBILIDADE E A REVISÃO DA CENSURA NA ESFERA PÚBLICA¹¹

O legislador político decide quais normas valem como direito e os tribunais resolvem, de forma razoável e definitiva para todas as partes, a disputa sobre a aplicação de normas válidas, porém carentes de interpretação. O sistema jurídico tira das pessoas jurídicas, em sua função de destinatárias, o poder de definição dos critérios de julgamento do que é justo e do que é injusto. Sob o ponto de vista da complementaridade entre direito e moral, o processo de legislação parlamentar, a prática de decisão judicial institucionalizada, bem como o trabalho profissional de uma dogmática jurídica, que sistematiza decisões e concretiza regras, significam um alívio para o indivíduo, que não precisa carregar o peso cognitivo da formação do juízo moral próprio. – Jürgen Habermas (2010, p. 151)

Se for possível encarar a ditadura brasileira como a mais violenta das Américas, não pela quantidade de corpos que deixou para trás, mas por suas marcas indigestas no presente que persistem a nublar o futuro (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10), pode-se compreender a dificuldade do povo brasileiro em lidar com seu passado traumático: a persistência de práticas autoritárias, mesmo após a superação do regime ditatorial, origina-se de um “mal-estar silenciado” que “acaba por se manifestar em atos que devem ser decifrados, de maneira análoga aos sintomas dos que buscam a clínica psicanalítica” (KEHL, 2010, p. 125). É sintomático, assim, que a prática da tortura só tenha sido transferida da repressão política em um estado de exceção para a regra no policiamento urbano atual. Se a tortura não pode ser discutida devido à falta de acesso aos arquivos militares e pela falta de vontade de rever a lei de Anistia, compreende-se a persistência de sua prática como o sintoma de um trauma que não quer ser encarado.

Não só os arquivos militares dos anos de chumbo permanecem fechados. Também a censura encontrou um novo ninho, mesmo no Estado de Direito: o recalque que antes silenciava a liberdade de expressão em defesa da moral, da Pátria e dos bons costumes, continua a censurar a imprensa que incomoda os imorais, os corruptos que lesam os cofres da União e todos os que já se acostumaram a comprar o silêncio dos jornais com liminares.

Entretanto, ao contrário de épocas anteriores, quando não podia ser nem mencionada (KUSHNIR, 2004, p.121), a censura agora deve ser trazida à luz, e o controle da comunicação precisa ser construído no próprio debate público. Ao ser

¹¹ Os resultados parciais aqui apresentados foram sintetizados para apresentação em uma mesa sobre teoria democrática habermasiana, organizada pelo Prof. Dr. Rainer Schmidt e pelo Prof. Dr. Alessandro Pinzani (UFSC), a quem agradeço o convite e os comentários. Ver: PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. In: II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf [Acessado em 1 dez. 2012]

passível de tematização e revisões, ainda podemos classificar como “censura” esse controle midiático que persiste em uma democracia como a brasileira? Ou tratam-se somente dos necessários limites que qualquer prática necessita, na ponderação coletiva de direitos (HABERMAS, 2010, p. 315)? Como o controle comunicacional se distingue das outras formas de censura em períodos ditatoriais? E, finalmente, o verdadeiro problema que se esconde sob essas discussões de categorização: práticas de controle comunicativo (que podem ou não ser etiquetadas como “censura”) podem ser consideradas como legítimas, desde que o Estado publique seus critérios censórios a partir de leis aprovadas por um legislativo democraticamente eleito, e fiscalizadas por um judiciário inserido no Estado de direito? Ou seja, quando a censura abre para a crítica pública seus critérios de controle, ela deixa de ser um “sintoma” autoritário e passa a construir sua validade coletivamente, um passo para deixar de ser considerada, finalmente, como propriamente uma “censura”?

A partir desses questionamentos, a construção teórica de Jürgen Habermas apresenta-se como um campo fértil para avaliar as transformações nas práticas da censura com o fim dos governos autoritários. Apesar de este trabalho não ter como objetivo retomar a polêmica de Habermas com os historiadores alemães que subestimariam os horrores do Terceiro Reich, muitos dos sintomas antidemocráticos apontados anteriormente podem ser vistos como manifestações patológicas dessa “culpa da recordação” (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 113). Entretanto, busca-se aqui construir uma tipologia dos casos presentes na jurisprudência brasileira recente sobre conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos, para apontar como a censura continua a ecoar atualmente ao instituir novas estratégias de controle da comunicação no país.

Portanto, para poder enfrentar as questões colocadas nos parágrafos anteriores, é necessário discutir inicialmente uma definição da censura no contexto do Estado democrático de direito, distinta das práticas em governos ditatoriais, a partir do seu reposicionamento entre a esfera pública e a privada [Seção 1, a seguir]. A partir desse ponto, pode-se propor uma tipologia da censura contemporânea, baseando-se na Teoria do Agir Comunicativo (HABERMAS, 1987) para analisar o sistemático bloqueio de pretensões de validade normativas consideradas como inadequadas [Seção 2]. Só depois de iluminar as novas engrenagens da censura dentro do maquinário do controle comunicativo que será possível discutir sua tematização e legitimidade (não só “visível”, mas também passível de “revisão”) no sistema jurídico [Seção 3], a partir da tensão entre a facticidade e a validade, plasmada no paralelo entre fatos e interpretações

válidas. Com esse percurso, procura-se analisar os efeitos do acesso público aos critérios de controle sobre formas comunicativas, avaliando os efeitos da paradoxal revelação dos mecanismos de uma máquina que mascara, cala e esconde [Seção 4].

2.1. O monopólio da crítica e a barreira entre a esfera pública e a privada

Pode-se compreender a *censura* como uma *barreira sistêmica imposta no fluxo de ações comunicativas entre a esfera pública e a privada*. Como destacado por Leite (2012, p.118), essa restrição da censura difere da simples interdição – os constrangimentos individuais e próprios da linguagem – por ser uma imposição externa, explícita, em que “alguém se coloca como responsável, e por que não dizer, autor, da ação de censurar”.

Apesar de o poder administrativo estatal ter precedência histórica e maior frequência na delimitação do bloqueio de quais informações, comportamentos ou outras formas de expressão podem chegar à luz do público, não há um monopólio completo nessa prática. Não se pode desprezar o efeito dos interesses privados, tanto de empresas quanto de indivíduos não relacionados ao Estado, em bloquear informações, seja de forma institucional, recorrendo aos procedimentos legais – e, portanto, com o apoio do aparato estatal –, ou por meio de pressões econômicas ou outras estratégias de influência (PHILLIPS, 2006).

Essa definição inicial exige um desmembramento: em primeiro lugar, a esfera pública pode ser compreendida como um espaço de debate, paralelo, complementar e crítico em relação às esferas governamentais e do mercado: um espaço em que os indivíduos privados interagem como cidadãos públicos e reconhecem sua capacidade de argumentar entre si e em relação às medidas do Estado, apoiando-se em meios de comunicação como a imprensa e na reunião em locais públicos para debater ideias e medidas de interesse coletivo – é um espaço em que “o que é submetido ao julgamento do público ganha ‘publicidade’” (HABERMAS, 2003, p. 41).

A submissão ao crivo coletivo, importante na análise histórica da ascendência e decadência da esfera pública burguesa, é um processo central na reflexão sobre a legitimidade das normas, que só pode requerer o reconhecimento de sua validade e exigir seu cumprimento se “podem contar com a concordância de possivelmente todos os envolvidos como participantes em discursos racionais” (Id., 2004, p. 300). A exigência de legitimação é resultado da necessidade do poder administrativo de recorrer

à argumentação para justificar seus atos e conseguir consenso acerca das melhores decisões a serem seguidas. Assim, o poder comunicativo pode assediar, mesmo sem “intenção de conquista” (Id., 1997, p. 273), o poder administrativo, pois pode tentar influenciar as decisões, propor temas ao debate e questionar imposições, demandando sua justificativa. Para poder responder a esses clamores, as instituições governamentais precisam usar do mesmo procedimento da comunicação, empregando argumentos de diferentes graus racionais para tornar sua agenda clara, factível, válida e pertinente.

Como o poder político “só pode agir”, ele precisa buscar apoio e guiar-se pela “rede amplamente disseminada de sensores que reagem à pressão das situações problemáticas no todo social e que simulam opiniões influentes”, um poder comunicativo que cria e gerencia uma gama de argumentos que podem ser *empregados* e *manipulados* pelo poder administrativo – mas, para Habermas, não podem ser *ignorados* (Id., 2004, p. 290). Entretanto, o poder administrativo detém o poder de calar a reprodução de informações que considere ameaçadora – uma censura que já foi analisada historicamente pelo mesmo autor no conflituoso processo de separação da esfera pública do controle estatal, que repetidamente tenta determinar quais informações o público pode ou não ter acesso ou até mesmo quem teria a capacidade de julgar as questões de interesse público (Id., 2003, p. 40).

Se a esfera pública age como um “*sensor*” de opiniões para influenciar decisões, em alguns momentos, o poder administrativo impõe, como um *censor*, limites ao acesso e à discussão de informações públicas. O “cerco sem intenção de conquista” (REESCHÄFER, 2009, p. 39) que a esfera pública faz ao Estado, exigindo publicidade e justificativa das medidas tomadas – além da proposição de suas próprias demandas –, pode ser “cerceado”, ou limitado, pela censura do que pode ou não chegar à luz do julgamento público. Como a censura tenta instaurar o monopólio da crítica (MARX, 2010, p. 53) – seja controlado pelo governo (MAGNOLI, 2010, p. 50), por poderes religiosos (BURKE, 2003, p. 130-131) ou interesses privados (PHILLIPS, 2006) –, cria-se uma tensão com a esfera pública ao negar a “publicidade” de algumas das ações dos homens do governo, ocultando fatos nos bastidores como se fossem somente privados.

Não existe mais, no Brasil, uma estrutura estatal censória institucionalizada desde a extinção do Serviço de Censura (MATTOS, 2005, p. 129). Também não é mais aceitável sem protesto a determinação governamental de quais temas podem ou não ser debatidos publicamente, seja por éditos oficiais (HABERMAS, 2003, p. 40) ou por informais notificações, como os bilhetes ou as ligações que os jornalistas recebiam

durante a ditadura militar brasileira, determinando os temas cuja publicação era proibida (MATTOS, 2005, p. 119-121). O fim do controle sistemático e prévio ao qual as publicações precisavam submeter-se já foi apontado como um dos passos cruciais para a própria formação da esfera pública:

A superação do instituto da censura prévia assinala uma nova fase do desenvolvimento da esfera pública, possibilita o ingresso do debate na imprensa e permite a esta transformar-se num instrumento com cuja ajuda decisões políticas podem ser tomadas perante o novo fórum público. (HABERMAS, 2003, p. 76)

Entretanto, ainda era necessário definir, de alguma forma, os limites que eram do próprio interesse da burguesia ascendente, como a preservação do espaço íntimo, familiar, e os segredos empresariais do escrutínio público (Id., 2003, p. 103). Com isso, os direitos fundamentais podem ser divididos entre os próprios à expressão pública (como a liberdade de opinião e de expressão, de imprensa, de reunião e associação), assim como a própria “função política das pessoas privadas nessa esfera pública” (como o direito de petição, o eleitoral e de voto igualitário, entre outros), de grupos diferentes de direitos que precisam ser preservados na esfera íntima da liberdade individual, como os direitos da personalidade (BITTAR, 1989), ou que são garantidos na relação entre indivíduos com interesses privados – como a igualdade perante a lei, a garantia da propriedade privada, entre outros. Assim, deveriam ser separadas as esferas de troca de informações de “interesse público” sobre temas de pertinência coletiva da simples intromissão em interesses particulares ou na esfera íntima de indivíduos – algo próximo da distinção entre a “publicidade” e a “*publicity*”, de Habermas (2003, p. 242). Essa distinção também é pertinente para diferenciar um caráter próprio da censura tradicionalmente adotada por regimes autoritários dos modelos de controle comunicacional no Estado de Direito: enquanto o próprio debate público de temas políticos era controlado no primeiro caso para evitar a participação social na governança, a abertura reposicionaria os limites para cobrir e proteger as esferas privadas dos indivíduos da visibilidade pública.

Para definir quais seriam os aspectos que deveriam fluir entre os espaços públicos e privados, foi necessário criar regulamentações sociais para o trabalho midiático, que começava a incomodar não somente os interesses particulares dos detentores de cargos públicos, mas também a esfera íntima de proprietários privados. Já no estabelecimento do Estado burguês de direito, a imprensa crítica foi aliviada das pressões sobre sua liberdade de expressão no salto dos jornais opinativos/partidários para os

informativos/comerciais. Se, por um lado, “as regulamentações das autoridades degradam a imprensa a uma mera empresa, sujeita, como todas as demais, às interdições e proibições” (Id., 2003, p. 216), por outro, essa segurança jurídica foi determinante para o modelo da mídia como um empreendimento capitalista com a possibilidade de lucro e sustentação comercial. Como o público interessado nas novidades do dia era mais amplo do que os capazes de acompanhar as tramas palacianas e partidárias, foi possível um aumento das tiragens e a venda do espaço publicitário – assim, grandes editores perceberam que, ao invés de sitiarem as torres do poder administrativo, eles podiam construir seus próprios impérios de papel.

Simultaneamente, a consolidação da imprensa sustentou a formação de um espaço verdadeiramente público de debate, perante o qual as decisões administrativas precisariam buscar legitimidade por meio da argumentação racional com a finalidade de construir consenso. Ainda que fundada em uma empresa com interesses particulares, a imprensa superava a simples manifestação de opiniões de indivíduos como pessoas privadas, e abria espaço para a manifestação de cidadãos que buscavam influir no processo político e se informar sobre os resultados das decisões parlamentares, administrativas e judiciárias, avaliando sua correção e as criticando a partir de uma perspectiva não só particular, mas também pública. Ao mesmo tempo em que busca legitimar suas ações por meio da mídia, é o próprio Estado que assegura “uma igualdade de chance de acesso à esfera pública; uma mera garantia de não intromissão do Estado não basta mais para isso” (Id., 2003, p. 265). Esse duplo movimento garante a legitimidade do processo político – fundado na *mediação* dos meios de comunicação, que abrem espaço para a crítica e a aceitação das decisões pelos cidadãos – e da própria mídia – regulamentada, *por meio* das normas do Estado, de forma a garantir que os artigos veiculados pela imprensa sigam padrões sancionados coletivamente em normas discutidas e definidas no parlamento, e não só pelos desejos de seus editores, mas com certa independência das autoridades governamentais.

No Estado de Direito Democrático, até a censura que não se pretenda arbitrária necessita de instituições e normas constitucionais que possam justificá-la, ainda que superficialmente. Tanto a partir da perspectiva dos desejos soberanos de seu povo, quanto pela preservação de liberdades fundamentais próprias aos indivíduos (HABERMAS, 2010, p. 139), é certamente legítimo que sociedades contemporâneas delimitem os temas que podem ser foco de debate público. Inclusive, quanto mais os critérios de controle comunicativo forem discutidos e definidos publicamente, maior

será a legitimidade desse processo, como será defendido na conclusão deste trabalho. Entretanto, a face oculta dessa moeda envolve justamente um traço negativo da censura que permite afirmar sua persistência no Brasil mesmo após o marco constitucional da abertura democrática: ainda existem brechas legislativas que foram preservadas de forma conveniente para, quando necessário, permitir episódios arbitrários de censura. A censura prévia e policial da ditadura militar teve seu papel tomado por uma censura episódica e judicial, como sugerido por Dines (2010, p. 126): “o censor fardado foi substituído e multiplicado pelo censor civil, togado, de batina ou de fatiota de executivo”. Apesar das importantes distinções apontadas, o reposicionamento do controle comunicativo ainda guarda esses dois paralelos – a censura ainda exige a sujeição ao controle *episódico*, mesmo que não sistematizado, e com abertura para a *arbitrariedade*, características analisadas a seguir – que permitem classificá-lo propriamente como censura.

2.2. Uma tipologia do foco da censura sujeita à tematização de sua validade

A crise da esfera pública burguesa (HABERMAS, 2003) surge justamente na erosão dos seus contornos, que passam a penetrar cada vez mais fundo nas esferas particulares, perdendo sua função política de “submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico” (Id., 2003, p. 167). O palco principal do espaço público atual passa a mostrar o que antes era segregado aos bastidores: tanto a vida íntima de figuras (des)conhecidas quanto os interesses privados de produtores midiáticos ocupam as luzes da ribalta, relegando para o segundo plano o debate sobre interesses públicos.

São justamente as tensões desse reposicionamento do interesse público e privado que explicam as transformações que a censura passa na transição de democracias recentes, vindas de longos períodos autoritários – como é o caso brasileiro. Também a censura sofre uma realocação, saindo das coxias e sendo encarada como um ator reconhecido nas tramas midiáticas. Jornais e revistas estampam, com grande orgulho, o fato de serem censurados, uma etiqueta tanto proibida durante a opressão militar quanto indesejada, visto que a censura ainda era considerada pelo público como um necessário controle ao moralmente indesejado e ao politicamente subversivo. Também a censura se reposiciona ao controlar mais os temas de interesse particular, como a preservação da imagem de indivíduos. Mesmo em situações que envolvem figuras públicas e ligadas ao

aparelho estatal, exige-se o silêncio devido a fatores particulares, como o sigilo da justiça ou a preservação da intimidade.

Esse reposicionamento da censura no Estado de Direito exige um novo enfoque de suas práticas e seus objetivos. A partir de uma classificação da censura em períodos autoritários brasileiros anteriores de acordo com o controle político, religioso, moral e social (GOMES, 2008, p. 21), é possível esboçar uma nova tipologia, sugerida na Tabela 1, a seguir, de acordo com as instâncias que demandam o limite da expressão, o bem social que se procura proteger e a finalidade dessa prática.

Tabela 1. Tipologia de instâncias de ação da censura, seus bens protegidos e objetivos

Instância	Bem protegido	Finalidade
Poder Estatal	Segredo de Estado / Justiça	Ocultar processos públicos da ameaça do olhar coletivo
Cultura	Tabu	Não discutir práticas que articulam a organização social
Sociedade	Personalidade	Proteger a privacidade dos indivíduos
Mercado	Propriedade	Garantir posse / monopólio de marca de distinção técnica

Em primeiro lugar, fica evidente a correlação dessa tipologia com o próprio esquema teórico da ação comunicativa apresentada por Habermas (1987, vol. II, p. 454), diferenciando as esferas da Administração Estatal, que opera na base do poder, e do Mercado, que funciona a partir do fluxo de capital, em paralelo com as esferas públicas e privadas dos indivíduos. É importante perceber que a Cultura e a Sociedade são aspectos da sociedade civil (contrapondo-se ao Estado e ao Mercado, que se diferenciaram delas, na teoria habermasiana), e são representadas como distintas aqui, para a categorização proposta, pelo foco coletivo/abstrato ou individual/específico de suas demandas. Obviamente, não é possível que uma instituição abstrata como a “cultura” pleiteie a censura, mas organizações (como as religiosas) agem como pretensas intérpretes de seus anseios e guardiões de seus valores. De forma diversa, quando indivíduos controlam o acesso de outros ao espaço privilegiado de sua privacidade, tentam proteger o que é próprio de sua individualidade dos olhares sociais curiosos.

Essa tipologia se mostra especificamente vantajosa para apontar uma tendência atual no esvaziamento da censura estatal tradicional como instância formuladora da demanda de censura: mesmo quando a censura se faz por meio dos tribunais, ela surge de uma demanda de indivíduos, organizações ou empresas, o que pode dificultar a

análise do caráter político oculto sob a superfície do sigilo da justiça ou a defesa dos interesses e segredos de Estado.

2.2.1. Estado: da segurança nacional ao segredo dos processos judiciais

Dentro da proteção do próprio funcionamento do Estado, o controle da comunicação pode ser feito pela restrição de acesso a informações de interesse público, mas que colocariam em risco a segurança nacional ou aqueles que a protegem – como mencionado anteriormente no acesso aos arquivos da ditadura. Também tratam dos segredos dos processos judiciais, como a autoproclamada censura que o jornal *O Estado de S. Paulo* sofre desde julho de 2009, quando o desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob pedido do empresário Fernando Sarney (filho do senador José Sarney), proibiu o diário paulistano de publicar notícias sobre irregularidades nos negócios do empresário e de sua família, investigadas pela Polícia Federal¹². O exemplo mostra como, de um lado, o controle parte do interesse privado de deixar fora do escrutínio público a suspeita de uma transgressão em negócios duvidosos com o setor público. Por outro lado, paradoxalmente, a própria censura se representa como uma *grife*, ostentada pelo jornal por quase dois anos em seu site e nas suas capas, tomada como garantia de independência editorial ante os desmandos do poder político¹³. Em casos como esse, amparados no conflito entre direitos subjetivos privados (como os direitos morais da personalidade) e os positivos e coletivos (como o direito à informação), os tribunais brasileiros têm imposto uma censura judicial à imprensa com base no mesmo texto constitucional que diz vetar a existência da censura à liberdade de expressão (MATTOS, 2005, p. 20). Entretanto, a necessidade de buscar sua legitimidade nas argumentações jurídicas e o próprio caráter do Estado de Direito revela uma alteração nos mecanismos da máquina do silêncio, que agora se abrem para compreender como certos interesses particulares são protegidos da crítica pública.

Por outro lado, o sigilo em processos jurídicos é também um direito fundamental para a proteção de indivíduos que precisam gozar do espaço para sua defesa nos tribunais antes que suas reputações sejam dizimadas na tribuna da imprensa. Sem o controle adequado na divulgação dos resultados parciais de investigações policiais e processos jurídicos, crimes ainda mais graves podem ser cometidos contra vidas de

¹² O caso ainda aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal. A versão divulgada pelo próprio jornal pode ser acessada em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110731/not_imp752336,0.php

¹³ A censura ao Estado de S. Paulo e a auto-valorização do caso serão abordados no capítulo seguinte.

inocentes injustamente acusados. Em 1994, diversos meios de comunicação publicaram denúncias contra funcionários da Escola Base, de São Paulo, apontados em inquérito policial por assediar sexualmente seus alunos. Após a divulgação dos laudos preliminares, a escola foi depredada. Posteriormente, a investigação foi arquivada pela completa ausência de provas, e os funcionários conseguiram indenizações contra o governo do Estado de São Paulo e os principais órgãos da mídia nacional¹⁴.

É importante frisar que o caso Escola Base trata-se de um controle midiático posterior (ou seja, sem censura prévia) por meio de indenização por falta de correção objetiva e inverdade factual. Isso aponta tanto para uma importante diferenciação entre controle prévio e posterior quanto para a distinção entre a ausência de verificação da objetividade dos fatos e o controle de críticas consideradas como inapropriadas. A primeira diferença trata de um dos critérios para distinguir os processos de censura tradicional, que exigem a submissão prévia e sistemática de textos para a avaliação da adequação por parte de autoridades públicas, e as novas formas de controle, que em algumas circunstâncias específicas determinariam limites a excessos a partir dos danos causados. Já a distinção entre a correção objetiva/factual e a validade/adequação das críticas pode ser clarificada com uma passagem da Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas (1987).

Entre as pretensões de validade que os discursos exigem para serem considerados como aceitáveis, o foco principal da censura envolve a *correção normativa* (sanção), ou seja, o fato de que enunciados possam ser socialmente comunicados em consonância com normas previamente validadas e constantemente atualizadas pela sua observância (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 386). Já as pretensões de *autenticidade* não podem ser sistematicamente censuradas, pois partem justamente de uma fonte que os indivíduos teriam um acesso privilegiado: seu íntimo. Por outro lado, as pretensões objetivas de *verdade* (Id., *ibid.*, p. 384) podem ser questionadas pelo controle comunicativo, mas são, mais frequentemente, alvo de ações posteriores. Como envolvem a existência factual no mundo observável, colocam em questão o fazer jornalístico mais do que as outras formas de comunicação devido ao seu caráter iminente objetivo. Caso as informações veiculadas não sejam passíveis de verificação ou, em um caso mais grave, seja constatada a incorreção, é comum a apelação judicial para medidas de reparação de perdas (de bens materiais) e danos (aos direitos morais) – como no caso Escola Base.

¹⁴ “Indenizações do caso Escola Base já superam os R\$ 8 mi”. *Folha de S.Paulo*, 26 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2610200609.htm>

2.2.2. Sociedade: a proteção da privacidade ante a curiosidade alheia

Entretanto, é a correção normativa dos enunciados que é alvo principal do controle censório, pois ele não verifica primordialmente se as informações são corretas ou não no sentido factual, mas se são apropriadas para publicação – ou seja, se podem ser enquadradas dentro das normas válidas que regem a publicação de fatos e opiniões. Um caso que salta aos olhos, nesse sentido, envolve a proibição da venda da biografia “*Roberto Carlos em detalhes*”, do historiador Paulo César Araújo, publicada em 2006 pela Editora Planeta. Como alguns trechos revisitavam histórias da vida privada que o cantor não queria rever em discussão pública, Roberto Carlos conseguiu, sob a ameaça de processos civis e criminais contra a editora e seu autor, a retirada do livro de circulação. No resultado da conciliação judicial, não se questiona o fato de todas as informações já terem sido divulgadas previamente em outros meios de comunicação e serem de conhecimento público, e ainda determina que o autor “Paulo César de Araújo, de outro turno, se absterá, doravante, da publicação, total ou parcial, por qualquer outra editora, da obra em discussão, e, em entrevistas, não tecerá comentários acerca do conteúdo da obra no respeitante à vida íntima do Querelante [Roberto Carlos]”¹⁵. Ainda que as informações já fossem conhecidas e tratassem de uma “pessoa dotada de notoriedade”, ainda foi preservado seu direito à privacidade, considerando que seria inapropriado publicar essas informações privadas (BITTAR, 1989, p. 104), mesmo que ao custo da expressão passada e futura do autor, que nem mais pode comentar o caso.

Nesses casos em que o controle comunicativo questiona a correção normativa da publicação de fatos e opiniões, é também importante avaliar o quanto a censura pode funcionar como uma barreira com reconhecimento sistêmico (ou seja, com a legitimidade do direito, anteposta aos sistemas da administração estatal e da economia) contra a colonização do mundo da vida:

[...] el mundo de la vida, progresivamente racionalizado, queda desacoplado de los ámbitos de acción formalmente organizados y cada vez más complejos que son la Economía y la administración estatal y cae bajo su dependencia. Esta dependencia, que proviene de una *mediatización* del mundo de la vida por los imperativos sistémicos, adopta la forma patológica de una *colonización interna* a medida que los desequilibrios críticos en la reproducción material (esto es, las crisis de control analizables en términos de teoría de sistemas) sólo pueden evitar-se ya al precio de

¹⁵ Termo de Conciliação nº 74/07, resultado de audiência presidida pelo juiz Tercio Pires, titular da 20ª Vara Criminal de São Paulo, de 27 de abril de 2007.

perturbaciones en la producción simbólica del mundo de la vida [...].
(HABERMAS, 1987, vol. II, p. 432-433)

2.2.3. Mercado: o monopólio da posse e das marcas de distinção

Entre as ameaças que as patologias da modernidade podem trazer ao horizonte de conhecimentos e valores comuns que funcionam como pano de fundo para o entendimento intersubjetivo (o mundo da vida), Habermas (1987, vol. II, p. 464) destaca a coisificação induzida pelos sistemas e o empobrecimento cultural. A primeira é crucial para compreender a censura contemporânea, pois trata da “coisificação de todas as manifestações da vida”, submetidas à forma de mercadoria (Id., *ibid.*, p. 470): assim, a censura tentaria evitar que traços privados sejam transformados em produtos midiáticos (a exploração sensacionalista de traços da vida íntima, pasteurizados em forma de notícias e dramas de vida), trocados por dinheiro (na venda de jornais, livros, revistas ou de espaço publicitário televisivo) ou controlados pelo poder de vigilância estatal (que pode levar a investigações policiais ou processos administrativos, nos casos de averiguação de irregularidades denunciadas primeiramente pela imprensa).

Esse é o caso da proibição de publicação da carta de suicídio que a modelo Cibele Dorsa enviou à revista *Caras*. Por mencionar elementos da intimidade de Alvaro Affonso de Miranda Neto, pai de sua filha, a revista foi proibida, durante oito dias, de publicar informações sobre o caso devido à decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁶. Com a censura, procurava-se resguardar traços da intimidade de um indivíduo que seriam expostos pela publicação de um relato de questionável interesse público: para evitar a exploração comercial da tragédia alheia, impõe-se a sanção ordenadora do controle – da censura, nesse caso – do poder administrativo estatal. Retomando o apontamento anterior de Habermas, os “imperativos sistêmicos” podem ser vistos como a necessidade de transformar elementos do mundo da vida, tomados em relação de dependência com o sistema econômico e administrativo, em moeda de troca financeira e em estratégias de submissão ao poder – ou seja, inserir-se no mercado midiático e ser controlado pela sua visibilidade pública ou pela censura de sua expressão.

Por outro lado, imperativos do mercado podem também reforçar a exploração mercantil contra usos mundanos – como a sátira – de suas marcas de distinção. Esse foi o caso da proibição do site de humor *Falha de S.Paulo* (<http://falhadespaulo.com.br>), a

¹⁶ O comunicado da revista após o fim da proibição, assim como o conteúdo da carta, foi acessado em 2011: <http://caras.uol.com.br/noticia/justica-garante-publicacao-da-carta-de-cibele-dorsa-a-caras-leia-na-integra#image0>

pedido do jornal *Folha de S.Paulo*, descrito no final do capítulo anterior. Esses casos típicos de censura do mercado, ou “*market censorship*” (JANSEN, 2010, p. 13), buscam proteger o uso de marcas de distinção, o que evidencia como instituições (empresas, entidades, indivíduos ou órgãos públicos) buscam monopolizar também as possibilidades de acesso à construção de suas imagens. A expectativa, com essa prática, é o controle da visibilidade de seus produtos e de si mesmos, determinando que somente seu próprio proprietário possa ter a legitimidade para construir representações próprias – e consideradas “apropriadas”. O resultado, entretanto, pode ser devastadoramente contrário, pois a multiplicidade de pontos de vista e o acesso múltiplo a plataformas de difícil controle, como a internet, inviabilizam o monopólio total dos processos de construção de representação midiática, e podem levar ao paradoxo de um veículo que luta pela liberdade da crítica buscar o controle, pela censura, de outros veículos que o criticam com a mesma estratégia humorística empregada contra outros. Antes do processo contra a Falha, a própria Folha de S.Paulo foi também alvo de ação por ofensa à imagem em textos humorísticos: o humorista José Simão foi impedido de publicar textos no diário relacionando a atriz Juliana Paes com sua personagem na novela “Caminho das Índias”, por jogar com o duplo sentido das palavras ao dizer que a atriz não seria “casta” (FREITAS, 2009). É também revelador o fato de que essa ação contra Simão só foi julgada e recusada quando a novela já estava próxima do fim, ou seja, quando o valor-notícia dessa sátira estava desgastado devido ao caráter perecível do jornalismo.

2.2.4. Cultura: guardiões dos valores sociais e o reforço dos temas indiscutíveis

Entre a censura de biografias e cartas (casos típicos de proteção à privacidade de indivíduo pelo controle de informações que podem ser verídicas, mas inadequadas) e casos de segredo judicial (exemplo de controle do poder estatal sobre fatos cuja veracidade ainda é investigada), oculta-se uma zona cinzenta de tabus culturais de difícil apreciação pela coletividade por tratarem, justamente, de temas e valores tomados como pontos pacíficos para a socialização e a organização cultural, determinando o que pode ser discutido e o que não mais se pode tolerar. Em um dos casos mais célebres e importantes sobre a liberdade de expressão a chegar ao Supremo

Tribunal Federal, a maioria de seus membros indeferiu¹⁷ o *habeas corpus* HC 82.424-RS do escritor Siegfried Ellwanger Castan, que fora condenado a dois anos de prisão por publicar livros discriminatórios, como “*Holocausto judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século*”, que foram apreendidos e destruídos (PRETZEL, 2008, p. 76). O questionamento da versão consolidada de fatos históricos sobre o Holocausto não surge aqui como só mais um exemplo de problematização de fronteiras entre pretensões de validade normativa e de veracidade; trata-se também de um tabu devido à sua relação com a própria perseguição sistemática aos judeus.

Ao questionar um tema sensível, que faz parte do pano socialmente reconhecido como válido (o extermínio de grupos como os judeus durante o nazismo), esse caso traz à tona também como os “imperativos sistêmicos” do poder e o mercado expressam-se dentro do mundo da vida. Como visto antes, um indivíduo que considere que sua esfera íntima foi afetada por comunicações midiáticas pode apelar para o poder administrativo para fazer cessar esse ataque utilizando-se do sistema jurídico, que faz a ponte e traduz os anseios e valores culturais, sociais ou individuais, de forma a inseri-los nos imperativos do poder administrativo ou do capital econômico. Assim, é possível exigir juridicamente uma indenização financeira por danos sofridos – como no caso da Escola Base citado anteriormente – ou a imposição de penas – como no caso de Ellwanger. Somente pela mediação jurídica que seria possível barrar a exploração econômica (a venda de livros que se sustentem na fama de Roberto Carlos, mas que firam sua privacidade) e política (a venda de livros que questionem o Holocausto perpetuado pela Alemanha contra os judeus, discriminando os últimos) da dignidade humana.

Por outro lado, essa visão da censura como uma eficiente barragem contra as forças represadas do poder e do dinheiro esquece-se de que essa barreira não foi feita pela própria organicidade do mundo da vida, mas sim ao apelar para os mecanismos do próprio poder administrativo e econômico que deveriam ser deixados de fora. É possível questionar se, ao clamar pela punição financeira e penal, não se estaria traduzindo mais uma vez a riqueza de vidas nos denominadores comuns do poder de sujeição e do valor do dinheiro. Os meios do dinheiro e do poder só se ajustam a determinadas funções de controle econômicas e administrativas (HABERMAS, 1987, vol. II, p. 457), fracassando em âmbitos de reprodução cultural, integração social e socialização de

¹⁷ A apreciação do tema revelou sua controvérsia na divisão da decisão: dos onze ministros, três foram favoráveis ao *habeas corpus* pela proteção da liberdade de expressão do autor (GOUVEIA, 2005, p. 8).

indivíduos. Ao negociar ou ponderar o valor simbólico da dignidade humana, acaba-se medindo vidas por seu valor em moedas ou sob o peso da vigilância estatal.

2.3. Tematização e revisão: a censura no debate público

Pelo próprio caráter de ocultamento da censura, o público não poderia ter acesso aos elementos que levaram à classificação daquelas informações ou daquele ponto de vista como inapropriados. Esse seria o caso da sistemática proibição – realizada por diversos tribunais estaduais – da Marcha da Maconha, que pretende discutir a descriminalização da droga. Após anos de proibições em instâncias inferiores, o Supremo Tribunal Federal julgou, no dia 15/06/2011, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 187, e determinou que a marcha poderia ser realizada devido à liberdade de expressão e reunião de seus membros, não sendo possível proibir essa manifestação pela acusação de apologia às drogas¹⁸. Dentro da classificação aqui proposta, esse caso apresenta uma interessante interseção entre uma demanda administrativa do Estado de controle para a proteção de bem cultural/moral: o tabu do debate sobre as drogas e sua relação com o crime do tráfico. Ainda mais interessante, esse exemplo mostra como é complexo garantir o controle total da censura a um tema hoje: mesmo nos dias anteriores à decisão do STF, diversos meios de comunicação já debatiam a liberdade de expressão dos manifestantes segundo argumentos diversos, o que mostra que, mesmo ante uma proibição de expressão em um nível, é possível tratar – ou “tematizar” – a relação comunicativa problemática em outros meios de comunicação¹⁹.

O exemplo resvala em um ponto central da Teoria do Agir Comunicativo que é bastante fértil para a análise das práticas de censura: a “*tematização*”. Como visto anteriormente, para Habermas, o mundo da vida é tanto o horizonte de sentidos que os agentes tomam como pano de fundo para o entendimento de forma intercompreensiva, como também pode ser visto como um saber não problemático, tomando como ponto de partida e como medida nas ações comunicativas que buscam o entendimento. Com isso, somente parte desse “acervo de saber” é “tematizada” quando suas interpretações são

¹⁸ O inteiro teor da decisão e o processo da ADPF 187 podem também ser consultados no site do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2691505>

¹⁹ Foi o caso também da disponibilização integral da biografia “*Roberto Carlos em detalhes*” em diversos sites da internet para download gratuito após a sua censura, assim como a cobertura jornalística do suicídio da modelo Cibele Dorsa e da investigação da Polícia Federal das empresas de Fernando Sarney por outros veículos que não a revista *Caras* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, respectivamente.

colocadas sob a prova da crítica alheia. Como “nenhum dos implicados tem o monopólio da interpretação da situação”, o dissenso coloca em ação um jogo linguístico em que as visões subjetivas são contrapostas socialmente uma perante a outra e em face ao panorama do mundo objetivo de que tratam (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145).

Casos de censura envolvem justamente uma situação-limite de crise enunciativa cuja tematização foi barrada, ou segregada a uma esfera específica: a do direito. Isso se dá porque, ante a falta de consenso sobre a validade normativa da publicação de informações ou pontos de vista, a tematização compreensiva, com vistas ao entendimento, é abortada. A causa desse efeito é o próprio caráter do enunciado considerado inadequado: se não pode ser dito/visto/feito, tampouco deve poder ser discutido. Com isso, a prática comunicativa sob querela é considerada como inadequada a partir do arbítrio de um observador externo (um jurista, como será discutido a seguir) e é retirada de circulação. E o público que foi “poupado” do conteúdo pernicioso da comunicação censurada nem toma conhecimento da sua existência, no caso da censura prévia própria de regimes autoritários, ou somente tem acesso a uma versão parcial do conteúdo normativo da proibição, como no caso do *Estado de S. Paulo* e da revista *Caras*, analisados anteriormente, que estamparam a censura de forma a alertar seu público de que o acesso à informação completa estava sendo tolhido.

Isso se deve a uma *aporia* própria da tematização do instrumento da censura: a publicação de seus critérios e decisões encontra limites justamente por evitar o acesso público a certos enunciados comunicativos. A transparência total do mecanismo envolveria permitir uma lesão aos direitos da personalidade no próprio instrumento que pretende evitá-la, por exemplo.

A análise das decisões judiciais sobre censura e liberdade de imprensa permite avaliar os processos em que a censura impõe sua facticidade no silêncio da crítica, ocultando o que não deve vir ao público. Por outro lado, revela-se os argumentos empregados para sua “validade” ou “legitimidade” no conflito de interesses, permitindo vislumbrar o conflito entre princípios equiprimordiais (HABERMAS, 2004, p. 299), como os direitos privados à imagem e à privacidade, contrapostos com a participação pública do direito à informação e à expressão. É evidente a necessidade de proteção da esfera íntima de olhares curiosos alheios; mas essa proteção subjetiva que limita a intervenção externa não deve ser a única a ser levada em consideração quando as decisões e atos de indivíduos particulares impactarem coletivamente.

Com isso, é possível retomar as duas questões iniciais que restam ser debatidas: a censura ganha legitimidade (sua validade) ao ser discutida publicamente, com normas claras e definidas democraticamente? Sua força de imposição (sua facticidade) será erodida ou fortalecida ao trazer à luz os mecanismos de controle? Sem dúvida, discutir critérios faz com que uma determinação legal ganhe capilaridade social, pois sua força e sua justificativa serão ampliadas na medida em que mais pessoas as conheçam e confiem em sua correção normativa. Mas também abre espaço para a porosidade (propostas de alteração) e brechas (pois é mais fácil subverter as regras ao conhecer seus critérios) que podem contestar ou diminuir sua eficácia.

Um bom exemplo pode ser tomado pela publicação e discussão aberta de critérios de classificação indicativa de programas de entretenimento a partir de determinações legais, como as portarias do Ministério da Justiça n. 1.100, de 14 de julho de 2006, e n. 1.220, de 11 de julho de 2007 (BITELLI, 2010, p. 169-175), cujos critérios são divulgados pelo órgão do executivo responsável pela sua aplicação²⁰. É evidente o contraste com as avaliações subjetivas, que cada censor do antigo Departamento de Diversões Públicas podia adotar durante a ditadura Vargas (GOMES, 2008). Por um lado, o controle do conteúdo televisivo foi legitimado pelo debate público sobre a necessidade de determinar critérios para a classificação de filmes, jogos, programas e outras formas de entretenimento de acordo com sua adequação às faixas etárias do público e com o horário de exibição na televisão. Por outro lado, a cristalização do que pode ou não ser feito de acordo com horários e faixas de público pode tolher a criatividade artística ou levar à sacralização ou à simples conformação ao código, sem questionar sua validade. Para evitar essa armadilha, é importante não esquecer que esses critérios podem ser passíveis de *revisão* (que pode levar até a questionar a legitimidade da classificação em si, como será visto nos últimos capítulos desta tese) e aprimorados com a ajuda do público interessado no tema e dos agentes midiáticos envolvidos.

A possibilidade de revisão democrática é um critério crucial para compreender a censura contemporânea que pode ser “objetivada” (pode ser tomada como objeto, é visível e traz seus sistemas à luz) e, portanto, “objetável” (críticável). Um exemplo dessa medida pode ser encontrado em editorial da *Folha de S.Paulo*²¹ sobre o Projeto de Lei 393/2011, do deputado Newton Lima (PT-SP), que altera o artigo 20 do Código

²⁰ Tanto as portarias quanto o “Guia prático da classificação indicativa” são acessíveis em: <http://portal.mj.gov.br/classificacao>

²¹ “Biografias censuráveis”. Editorial da *Folha de S.Paulo*, 24/04/2011, p. A2.

Civil para permitir a “divulgação de imagens e informações biográficas sobre pessoas de notoriedade pública, cuja trajetória pessoal tenha dimensão pública ou cuja vida esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”²². Como destacado no capítulo anterior, o tema é controverso desde a reformulação do Código (CHINELLATO, 2008, p. 238), e sua discussão pública pode ajudar a trazer à luz os limites conflitantes entre os direitos à imagem e à liberdade de expressão, como vistos na discussão sobre a proibição das biografias.

2.4. A mordaza que amarra o debate: a censura sob a crítica pública

Esse debate só pode ser feito em vista da validade e da facticidade das normas. Por um lado, a orientação segundo objetivos particulares, própria do agir estratégico, delimita a ação de acordo com o empecilho fático que as leis impõem sobre o comportamento e com as consequências indesejadas de sua transgressão. Dessa perspectiva, a censura só pode ser encarada como uma “mordaza” (MELO, 2007), que pode ser acatada, negociada ou transgredida. Por outro lado, a busca de entendimento comum pode “amarrar”, nas palavras de Habermas (2010, p. 51), a “vontade livre” do cidadão que discute as pretensões de validade das normas. Assim, a censura não seria mais vista como uma “mordaza” que cala, mas paradoxalmente como um tema para debate, foco de discussão com vistas a sua compreensão e possível alteração.

Como “o que é *válido* precisa estar em condições de comprovar-se contra as objeções apresentadas *factualmente*” (HABERMAS, 2010, p. 56, *com meu grifo*), a censura judicial precisa constantemente justificar seus critérios para a crítica pública, apresentando, inclusive, o conteúdo do que for considerado como impróprio para divulgação, sem temer a represália dos meios de comunicação que respondam com sua própria “censura” – no sentido de “desaprovação”, própria da mídia que se preze como independente e que queira contribuir com o debate democrático, e não como o “bloqueio da divulgação”, atitude inaceitável para esses veículos.

Isso fica evidente na necessidade de fundamentação exigida ao se avaliar uma pretensão de validade (Id., *ibid.*, p. 156), como já discutido anteriormente. Essa é parte essencial da verdadeira “*liberdade comunicativa*”, que Habermas toma a partir da

²² A tramitação e o inteiro teor do PL 393/2011 estão disponíveis no site da Câmara de Deputados: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao.jsessionid=95477DA411E0853AE80364CE8DEE520B.node2?idProposicao=491955&ord=0>

perspectiva de Klaus Günther: é a possibilidade, no agir orientado ao entendimento, “de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo” (Id., *ibid.*, p. 155). E talvez essa seja a forma mais subversiva de colocar a censura em xeque: exigir, como ônus da prova, a argumentação judicial em termos acessíveis e que justifique completamente a violência que envolve exigir o silêncio de outro – e que essa decisão se legitime com palavras, e não com mais silêncio.

Nesse sentido, o próprio Habermas percebe sua aproximação com Hannah Arendt e seu distanciamento de Max Weber ao encarar o poder não como a imposição de vontades contra a oposição, mas como “potencial de uma *vontade comum* formada numa comunicação não coagida”, ou seja, uma “força autorizadora” que se manifesta na construção conjunta de legitimidade para ações válidas (HABERMAS, 2010, p. 187). Dessa forma, a força do controle comunicativo em um Estado verdadeiramente “democrático” e realmente “de Direito” só pode ser feita não pela imposição de normas, mas a partir da sua discussão. E, para além de uma lógica abstrata, os argumentos só comprovam sua validade ao se abrir para a crítica. Assim, a “busca cooperativa da verdade” (HABERMAS, 2010, p. 283) age como o “nó” que fecha a fresta argumentativa das decisões ao unir o público em torno da legitimação da validade de uma medida apresentada para apreciação e pela expectativa de seu cumprimento fático. A publicação de decisões legislativas (sejam elas de censura ou de qualquer outro caso) evita o perigoso, exaustivo e hermético *monólogo do jurista* (HABERMAS, 2010, p. 278), que pode, assim, dividir com a crítica pública o fardo da busca da melhor decisão – que será tanto mais justa quanto mais legítima.

Assim como as decisões majoritárias no parlamento ou nas eleições executivas, a decisão judiciária promove uma “cesura numa discussão em andamento, fixando de certa maneira o resultado provisório de uma formação discursiva de opinião” (HABERMAS, 2010, p. 223). Esse nó que une vontades pode ser alterado, mas precisa unir as vontades em uma só cadeia.

Da mesma forma, este trabalho também precisa retomar e amarrar seus apontamentos parciais até aqui. Em primeiro lugar, vimos como a *censura* (Id., 2003) se coloca entre a esfera privada e a pública. Em segundo lugar, vimos como os meios do poder e do dinheiro influem na limitação dos temas e abordagens que podem chegar à luz pública; os dois sistemas do poder administrativo e da economia são sensíveis às oscilações das opiniões expressas publicamente a ponto de agir como *sensores* (Id.,

2004, p. 290), avaliando os focos de instabilidade discursiva e tentando silenciar os pontos de tensão no mundo da vida que não sigam seus interesses. Por último, vimos como os processos intermediados pelo sistema jurídico dão voz ao clamor pela mordação e buscam traçar suas decisões no traço de *cesura* (Id., 2010, p. 223) que firma pactos entre as partes afetadas, buscando legitimar sua prática ante os olhos públicos por meio da busca pela coerência argumentativa, que amarra na série de leis e decisões anteriores a cada novo julgamento e tenta manter a coesão social por meio da publicação e justificativa argumentativa das decisões.

Dos *sensores* que avaliam o que é publicado aos *censores* que calam o inapropriado, é necessário recorrer à *cesura* que, em primeiro lugar alinha público e tema: incisivamente, envolve jurista, sua decisão, os interessados e o público que avalia e legitima a decisão para além da simples coerência legal. E também faz uma “cesura” ao promover o (re)corte do interesse público sobre os mecanismos de controle sobre assuntos que estão fora da sua alçada – assim, a censura que merecemos é justamente a que não podemos ignorar. Com a divulgação de critérios e razões para o controle comunicativo, a própria comunidade pode então julgar sua pertinência; e para um bom julgamento, seria necessário a sua difusão e seu debate coletivo, fortalecendo o público.

Os únicos “nós” (que unem o público na crítica e fecha a “fresta de racionalidade” discutida anteriormente) capazes de fechar essa “cesura” são os que possam unir um coletivo que se reconheça não mais como a soma de interesses privados refletidos em uma multidão de “Eus”, mas como um público unido na identidade de um “Nós”. Com isso, poderemos apelar à “força de determinação de uma coletividade que deseja certificar-se a respeito de um modo de viver autêntico” (Id., *ibid.*, p. 204), ou seja, apropriado como “nosso” – tanto no sentido de que nos é próprio, quanto no sentido de que nos é adequado. Ao tratar da “censura a que temos direito”, Caldeira aponta que “a censura quase sempre se ergueu sobre o duplo argumento de Deus e de César. Hoje, o novo bezerro de ouro chama-se mercado” (CALDEIRA, 2008, p. 16) – e, paradoxalmente, a própria censura pode construir valor no mercado de ideias, como será discutido no capítulo a seguir. Entretanto, se não permitirmos mais que a censura seja imposta em nosso nome (pelos poderes divino, administrativo ou econômico destacados por Caldeira) e a sujeitarmos à mesma inspeção crítica que ela impõe sobre nossa liberdade, poderemos finalmente considerar que nossa expressão está legitimamente protegida, e não somente guardada.

3. O VALOR DA CENSURA AO OLHAR PÚBLICO: DISPUTAS E MARCAS DE DISTINÇÃO ENTRE CENSORES E CENSURADOS²³

*O tempo todo,
o tempo todo à disposição,
seria insuficiente para um relato justo.
Ter a língua liberta custou-me muito
– “Electra”, de Sófocles (2009, p. 66)*

Na sociedade da informação, ante uma aparente e onipresente oferta cada vez maior de fatos e opiniões acessíveis, a visibilidade constante e potencial pode ameaçar a proteção do indivíduo, mas tratar desse problema mostra apenas a face política da submissão ao poder que disciplina pela ameaça da visibilidade, tão bem estudada desde os trabalhos de Foucault (1987). O verso dessa moeda revela a “economia da atenção” (LANHAM, 2007), o mercado de olhares em disputa tanto para o consumo de bens culturais como filmes, músicas, imagens, literatura, noticiais e propaganda, quanto para a própria produção do valor desses produtos processados industrialmente ante os olhos do público – e por esses próprios olhos (BUCCI, 2002a, p. 63). Nessa economia, a atenção é o verdadeiro recurso em disputa, visto que é restrita aos olhares acumulados que podem deter-se ou reconhecer marcas de distinção, personalidades, temas ou instituições, e encontra limitações na sua produção. Como Bucci já apontou, é a partir da aquisição ou, melhor dizendo, do aluguel dos olhares do público que a propaganda tenta levar essa audiência a construir o valor das mercadorias, de forma que o capital possa incorporar o trabalho do olhar social para construir os sentidos de seus produtos (BUCCI, 2010).

Apesar da dificuldade de apreensão dessa análise anti-intuitiva da construção do valor pelo trabalho do olhar, o próprio mercado obviamente já compreendeu esse mecanismo que ele mesmo adota como estratégia de promoção de suas marcas e, inclusive, apresenta exemplos bastante didáticos desses complexos conceitos na forma de campanhas publicitárias de fácil apreensão. Uma dessas campanhas, divulgada desde abril de 2011 em sites, jornais, revistas e na televisão, comemora o 15º aniversário do portal *UOL* (Imagem 3). Em um dos vídeos dessa propaganda, os olhares confusos e perdidos dos internautas que são filmados na frente das telas de seus computadores

²³ Parte inicial desse capítulo foi apresentada no III Comunicom (Congresso Internacional Comunicação e Consumo). Ver: PAGANOTTI, Ivan. “Promoção pela proibição: valor da censura como marca de distinção na publicidade de veículos e produtos midiáticos”. In: Anais Comunicom 2013 [CD-ROM]. São Paulo: ESPM, 2013.

encontram seu rumo na credibilidade do site, que ilumina os rostos dos navegadores da rede pela metáfora do feixe de luz circulante do farol.

Imagem 3. Propaganda do site *UOL*, divulgada em abril de 2011.

Narrador: Conteúdo: tem o bom e tem o ruim. Nos dias de hoje, onde [sic] qualquer um pode escrever e espalhar na web o que quiser, esse oceano de informação fica cada vez maior. Por isso, nunca foi tão importante saber onde encontrar o conteúdo relevante de verdade. Porque o conteúdo bom tem muito poder: ele constrói, educa, orienta e faz o bem. E o *UOL* tem orgulho em mostrar o caminho para um conteúdo bem elaborado e de credibilidade, que está sempre disponível onde e quando você precisar. É nisso que, desde o início, o *UOL* acredita. **Narradora:** A internet tem um farol, e ele sempre te mostra o melhor caminho. *UOL*, há quinze anos, o melhor conteúdo.²⁴

Percebe-se que o próprio conceito de liberdade de difusão de opiniões e fatos – tão alardeada como um dos potenciais mais importantes da internet (LESSIG, 2006, p. 241) – é questionado, na propaganda, não como um valor em si, mas como uma armadilha. Da mesma forma, a interatividade, crucial na internet, é deixada de lado ante um modelo que ainda foca demasiadamente a força no emissor. O cliente que encomendou essa propaganda sabe que, se seu público traçar suas próprias rotas em seus próprios blogs ou páginas de redes sociais, ou continuar vagando por outros sites, descobrindo tesouros em ilhas remotas do oceano da informação, o grande porto/portal da *UOL*, representado aqui metonimicamente e metaforicamente pelo “farol” que

²⁴ O vídeo dessa campanha está disponível no próprio canal do Marketing da UOL no YouTube: <http://www.youtube.com/watch?v=KmfGd8dItDQ> [acessado em: 18/12/2011].

norteia e apresenta os perigos da costa, acabará com sua audiência esvaziada, ante a competição com a cauda longa de milhares de outros sites. Para reverter esse potencial fenômeno de dissipação do público que consome conteúdo na internet em troca da duvidosa atenção aos *banners*, *pop ups* e outras propagandas nos sites, a propaganda sugere que a concentração da atenção deve ser guiada por um veículo de confiança – como o farol que mostra o porto seguro aos navegadores.

Obviamente, essa propaganda não apresenta uma imagem inovadora ou sem precedentes; não é a primeira vez que a publicidade brinca de revelar à sua audiência o mecanismo de construção de valor pelo olhar do público. Podemos inclusive encontrar um eco de outras campanhas muito mais antigas, como a promovida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em que um homem lê calmamente um livro em casa, apesar do latido constante e agudo de um cachorro de pequeno porte, até que se ouve um segundo latido, mais grave (supostamente de um cão maior), que desperta a atenção do homem que se levanta e vai olhar a rua escura através da cortina. O texto na tela mostra que “credibilidade é tudo”, e acompanha a fala do narrador: “Estadão é muito mais credibilidade, é muito mais jornal”²⁵.

Ainda assim, como é possível construir a credibilidade de um veículo de informação? Teoricamente, a credibilidade deveria ser conferida pelo público com o tempo e com a construção de uma relação sólida e transparente de confiança de que o conteúdo oferecido apresenta qualidade. É revelador que a mesma metáfora do oceano de informações tempestuosas empregada pelo *UOL* já era o ponto de partida de Bucci:

No meio da tempestade de conteúdos cujas intenções se embaralham e se dissimulam, uma pergunta inquieta o cidadão: “Em quem posso confiar?” Cada vez mais, quando se trata de informação e de diálogo sobre temas de interesse público, o olhar desengajado e o relato objetivo adquirem valor. O jornalismo adquire valor. Credibilidade, independência, foco no cidadão e compromisso em expandir progressivamente o universo daqueles que têm acesso à informação: nisso se resume a sua responsabilidade social. (BUCCI, 2009, p. 131)

Essa expansão do universo (*online* ou não) do público – ou seja, o oferecimento de conteúdo de qualidade – está, portanto, intrinsecamente ligada à construção da credibilidade a partir da independência. Mas a identificação das fontes de informação confiáveis é um desafio tanto para o público que procura se atualizar quanto para os próprios veículos que procuram se promover ante esse mesmo público. Chega-se, então,

²⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ow2to6Wc-XY>

a um aparente paradoxo: como é possível construir, ante os olhares da audiência, o valor que pode distinguir a credibilidade dos meios de comunicação?

3.1. A credibilidade forjada pela interdição da independência

Tradicionalmente, o público pode construir o valor de um veículo de comunicação a partir do contato com sua publicidade em outros meios, ou pela análise em primeira mão do conteúdo por ele oferecido. Outra estratégia de distinção envolve o apoio em instituições que confirmam um atestado de qualidade: apesar da proliferação de prêmios que buscam destacar as boas práticas midiáticas, o apelo a um “selo de qualidade” pode se mostrar problemático, pois os veículos construiriam uma dependência em relação aos órgãos promotores dessa premiação. Entretanto, o que é ainda mais paradoxal é que os veículos de comunicação ostentam com orgulho um “selo de qualidade” recebido – ainda que a contragosto – do poder público, justamente a força política que o jornalismo deveria manter a maior distância crítica para garantir sua credibilidade vigilante.

Esse “selo de credibilidade” que garantiria a independência de um veículo envolve a ostentação dos processos de censura judicial por meios de comunicação. Esta é justamente a hipótese defendida neste capítulo: os órgãos que são silenciados por processos judiciais tentam construir o valor de sua imagem ante os olhos do público justamente por poderem evidenciar essa interdição, simulando assim revelar sua independência e credibilidade. Corrompendo o tradicional slogan do *New York Times*, não só temos “*all the news fit to print*” [todas as notícias que cabem publicar], mas também a sinalização das notícias que foram julgadas inadequadas por poderes exteriores e que, ao mesmo tempo que tolhem o pacto de informação de qualidade do veículo com seu público, fortalecem sua imagem de credibilidade. Isso só é possível porque, no Estado de Direito, os processos judiciais (desde que não contenham segredos de justiça) podem ser divulgados e discutidos publicamente, mesmo que envolvam casos de censura. Ao contrário do que ocorria em períodos autoritários anteriores, quando a censura era proibida de ser mencionada nos meios de comunicação para não revelar o controle do poder político sobre esses meios (KUSHNIR, 2004, p. 121), agora a censura se transmuta em uma marca, que atesta a qualidade ao sinalizar para o que não pode ser visto. E, como será sugerido a seguir, a construção de valor envolve também a valorização do censor, que se apresenta como bastião defensor da moralidade pública, do direito individual à privacidade ou da proteção de práticas culturais ameaçadas.

3.2. O valor do controle da imagem

Essa independência, forjada pela construção de uma crítica incômoda, tenta apresentar ao público a prova de sua credibilidade a partir do atestado negativo da censura: se a publicação foi calada, é porque incomodava; se incomodava, não se submetia e era independente. Obviamente, o público tem também liberdade para imaginar que o que foi censurado poderia apresentar má qualidade, apuração insuficiente ou simplesmente ser intolerável ao violar de forma desmedida e sem interesse público os direitos individuais de outras pessoas. Mas a imagem que os veículos tentam ostentar é justamente a contrária, como pode ser visto no exemplo da contagem de dias que o jornal *O Estado de S. Paulo* estaria “sob censura” (ver Imagem 4).

Imagem 4. Detalhe da capa da edição de 30 de julho de 2011 do jornal *O Estado de S. Paulo*, a última a exibir a contagem na capa – que, posteriormente, passou para a página A3 do diário.

A singela tarja preta poderia perder-se no esquecimento no meio de uma capa, mas sua repetição sistêmica por mais de dois anos pretende manter a censura com o mesmo frescor da tinta que marca diariamente as páginas do jornal. Além do alerta na capa, toda edição apresenta um resumo curto e mostra o andamento atual do processo movido pelo empresário Fernando Sarney, que pediu à justiça a proibição da publicação pelo jornal de informações sobre a operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que o investigava. Como destacado no capítulo anterior, apesar da desistência da ação por parte desse filho do senador José Sarney, o diário paulistano pretende levar o processo até o julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal, e aguarda uma decisão que

pode, por um lado, criar nova jurisprudência para a publicação de informações pela imprensa que tramitavam com segredo de justiça e, por outro, valorizar tanto a persistência do diário em levar seus princípios até a última medida quanto fortalecer sua imagem como um bastião na defesa da liberdade da imprensa.

A estratégia de insinuar a presença da censura apresenta efeitos contrastantes. Por um lado, fortalece a imagem de independência do veículo, como visto acima. Por outro, retoma a mesma estratégia de atração dos olhares já discutida nas campanhas do *UOL* e do próprio *Estado de S. Paulo*: a tarja negra da censura funciona como marca de distinção de independência e credibilidade da mesma forma que o farol guia ao conteúdo seguro e o cão ladra firme, e somente quando se precisa alertar sobre algo realmente importante e ameaçador. Por outro lado, essa estratégia de sinalização da censura aponta para um paradoxo, pois busca atrair os olhares justamente para onde a informação não pode estar, visto que foi proibida de ser publicada. Assim como a luz do farol, a tarja da censura funciona como um lastro para a independência, ancora a relevância do conteúdo e indica um ponto fixo para onde os olhares devem convergir ao questionarem-se sobre os motivos da censura. Com isso, acaba revelado também o mecanismo interno do sistema, pois o público atraído não consegue a informação completa que buscava (pois foi censurada), mas o veículo consegue valorizar sua imagem, vender mais exemplares e atrair os olhares que serão ofertados no altar da publicidade comercial – as três fontes cruciais para a valorização de sua imagem como empresa midiática reconhecida, com público amplo e com farto financiamento publicitário.

A faixa enlutada que mostra que o veículo é vítima da censura estatal pode funcionar, na prática, como o neon dos caça-níqueis ou a luz vermelha dos prostíbulos que atraem pela sinalização do proibido. Darnton (1998, p. 31) mostra que esse processo já estava em ação desde antes da Revolução Francesa, quando os livros proibidos pelo rei encontravam grande demanda popular não só por sua escassez e pela dificuldade de comércio, mas sim pela própria aura de proibição que suscitava um gozo subversivo.

Esse fenômeno atual pode explicar também por que veículos que não precisam construir uma imagem de independência – e, pelo contrário, celebram sua proximidade do poder instituído – ostentam marcas da censura para atrair a atenção de seu público. Em outro caso citado no capítulo anterior, a revista *Caras* estampava, na capa da sua edição de 1º de abril de 2011, a mesma tarja negra da censura ao ocultar o nome do ex-

namorado criticado em carta de suicídio que a atriz Cibele Dorsa enviou à revista (ver Imagem 5). Como a revista pretendia publicar a carta e revelar, a partir do último relato da atriz, elementos da intimidade de Alvaro Affonso de Miranda Neto, pai de sua filha, a revista foi proibida, durante oito dias, de publicar informações sobre o caso devido à decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo²⁶.

Imagem 5. Capa da revista *Caras* de 1º de abril de 2011.

Para além da discussão mais evidente do suposto interesse público nessa reportagem e nos dilemas éticos de publicar uma carta de suicídio que denuncia a conduta de outras pessoas sem possibilitar que os acusados enfrentem seu acusador, vale a pena deter-se sobre o curioso fato de que a revista *Caras*, famosa por dar espaço para que os famosos exponham aos olhos públicos a intimidade de seus lares, seus relacionamentos e festas de família, encontrou dificuldade justamente no momento em

²⁶ O comunicado da revista após o fim da proibição, assim como o conteúdo da carta, foi acessado em: <http://caras.uol.com.br/noticia/justica-garante-publicacao-da-carta-de-cibele-dorsa-a-caras-leia-na-integra#image0>

que optou por publicar um relato que rompe com a linha predominantemente elogiosa da revista. No momento em que a intimidade se abre não mais para o aplauso, mas é aberta para a crítica do público, o veículo percebeu o quanto depende do oferecimento da visibilidade dos (mais ou menos) famosos para construir interesse em seu público. Ainda assim, a censura não deixou de atrair interesse não só dos leitores, mas também do resto da mídia, que nem sempre repercute a cobertura dos eventos de *Caras*, mas que acompanhou de perto esse episódio²⁷. Inicialmente, pode-se perceber que o eco da cobertura envolve o interesse mútuo de proteção da liberdade de imprensa, além do próprio papel de fiscalização do uso de poderes públicos como a justiça. Mas também fica patente que, com a censura, a revista conseguiu espaço que, direta ou indiretamente, contribuiu para o interesse do público pelo caso e pela própria publicação, além de construir valor sobre a imagem da revista como protetora de uma vítima indefesa – a atriz Cibele Dorsa – ante a força de Alvaro Affonso de Miranda Neto, que antes impedia a atriz de ter contato com seus filhos, e agora buscava também impedir as revistas de investigar e o público de acompanhar o caso.

3.3. Ônus e Valor no gozo do silenciar/silenciado

Como frisado por Lanham (2007) na introdução deste capítulo, os recursos em verdadeira disputa atualmente envolvem o consumo da atenção e a produção da visibilidade. Mas, mais do que isso, o que está em disputa é o acesso à construção imaginária sobre a identidade de entidades midiáticas, seja por parte do censurado – que tenta se retratar como vítima perseguida pelo Estado ou como defensor da independência e da liberdade –, ou do próprio censor – que também quer ser visto como o bastião de defesa da moralidade, da ordem, dos valores compartilhados culturalmente e da privacidade. Para compreender esse processo, a análise de Debord da “sociedade do espetáculo” – uma “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD,

²⁷ Ver, por exemplo, o texto “Revista 'Caras' chega às bancas com tarja preta na capa”, publicado na *Folha Online* (disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/895864-revista-caras-chega-as-bancas-com-tarja-preta-na-capas.shtml>), “Revista 'Caras' chega às bancas sob censura prévia”, do *Estado de S. Paulo* (disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/imprensa,revista-caras-chega-as-bancas-sob-censura-previa,699162,0.htm>), “Decisão da Justiça leva revista 'Caras' a ser publicada com tarjas”, do *Globo* (disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/decisao-da-justica-leva-revista-caras-ser-publicada-com-tarjas-2803585>) e “Justiça proíbe 'Caras' de citar o ex-marido de Cibele Dorsa”, da *Veja* (disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/justica-proibe-a-revista-caras-de-citar-ex-marido-de-cibele-dorsa>).

1997, p. 14) – torna-se fértil ao propor, em primeiro lugar, que “sob as oposições espetaculares esconde-se a *unidade da miséria*” (Id., *ibid.*, p. 42):

Frequentemente, os donos da sociedade declaram-se mal servidos por seus empregados midiáticos; mais ainda, censuram a plebe de espectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quase bestialmente, aos prazeres da mídia. Assim, por trás de uma infinidade de pseudodivergências midiáticas, fica dissimulado o que é exatamente o oposto: o resultado de uma convergência espetacular buscada com muita tenacidade. (Id., *ibid.*, p. 171)

As “pseudodivergências” entre o que pode ou não ser tematizado (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145) na mídia envolvem, em ambas as partes, o consenso sobre a crucial disputa por espaço dentro da lógica do espetáculo, seja entre os partidários do maior controle midiático, ou dos defensores da maior liberdade de expressão. O que ambos concordam, assim, é que é necessário buscar um espaço frente ao público e representar-se no espetáculo para se fazer visto. O que está em disputa, reafirma Debord, não é o resultado do debate, mas a própria reputação dos debatedores: “quando uma pessoa só dispõe da fama que lhe foi atribuída como um favor pela benevolência de uma Corte espetacular, pode cair em desgraça instantaneamente” (DEBORD, 1997, p. 180). Uma das mais graves catástrofes que podem acometer os indivíduos na sociedade do espetáculo envolve justamente ficar de fora da expressão midiática em que as imagens são reproduzidas e reconhecidas. Esse mecanismo ajuda a entender alguns casos paradoxais de censura, como o pedido de proibição da exibição do filme “*A Serbian Film – terror sem limites*”, feito a partir da ação ajuizada pelo diretório regional do partido Democratas, no Rio de Janeiro, e acatada em julho de 2011, pela juíza Katerine Jatahy Nygaard, da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (GOMES; PAGANOTTI, 2012). O filme apresentaria um interesse restrito no circuito alternativo devido ao fraco apelo comercial da forte temática da pornografia e violência sexual ao exibir inclusive cenas de estupro de recém-nascidos, necrofilia e assassinatos perpetuados com órgãos genitais. Entretanto, ao exigir sua proibição, o debate em si atraiu grande atenção para o filme – mas também para o grupo que demandava seu controle. Pode-se argumentar que, com o pedido de censura, esse partido político – esvaziado recentemente por escândalos e derrotas eleitorais em 2010, além da perda de quadros importantes com a criação do novo Partido Social Democrático (PSD) – busca retomar o apoio de camadas populares conservadoras, ao conseguir os holofotes da mídia e difundir uma imagem de combate à representação da violência sexual e defesa

dos valores morais da sociedade. Com isso, o que se busca é que o público identifique a imagem do censor com o combate a uma doença (a degeneração moral, a deturpação dos costumes) pela luta contra seus sintomas (a visibilidade desses eventos e sua representação ficcional).

Essa armadilha da visibilidade espetacular é particularmente prejudicial por enfraquecer os princípios democráticos que pretende emular. A Constituição de 1988 positiva e garante direitos dos indivíduos, limitando a interferência por parte de outros cidadãos ou entidades na sua expressão, no uso de sua imagem, na propagação de seus valores e na defesa de sua dignidade; mas, além do texto constitucional, nada garante sua eficácia, deixando abertas frestas em lacunas para quem tem determinada potência econômica/cultural/social imponha e faça cumprir seus direitos *ante* os dos outros ou do coletivo. Assim, no discurso do texto constitucional, seu quinto artigo garante a liberdade de expressão e veta a censura, mas outros princípios ainda permitem que se imponham contra esses dois preceitos em casos de proteção da imagem de certos indivíduos ou de valores de alguns grupos. Entretanto, como bem destacado por Cabral (2012, p. 197), “a democracia, como forma de organização político-social, deve realizar-se como discurso”. Partindo da visão de Charaudeau (2006, p. 20) de que “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia”, Cabral conclui que:

[...] é preciso que a democracia se realize como espetáculo, na esfera pública midiaticizada, para que se realize “de fato”. Os discursos nas páginas da imprensa sobre a censura, a liberdade de expressão e, finalmente, a democracia são verdadeiros acontecimentos que reiteram a presença desses valores em nossa cultura. (CABRAL, 2012, p.198)

Se o imperativo da visibilidade espetacular determinaria o próprio mecanismo de controle da censura, não é de surpreender que Bucci contraponha no título de suas obras o “desejo de censura” (2011) ao “dever da liberdade” (2009): de um lado, temos a tentação inconsciente do proibido/proibir; do outro, a difícil batalha racional do imperativo da busca por maior transparência, independência e crítica. Dentro da abordagem da economia da atenção, os agentes comunicativos poderiam gozar da construção de uma imagem valorizada em um cenário inusitado: se a visibilidade midiática envolve custos (publicitários, por exemplo) para conseguir a recompensa da atenção do público, torna-se particularmente *tentador promover sua imagem à custa da censura*.

Para os veículos jornalísticos, a *tentação da censura* se mostra particularmente forte ao revelar que o “valor de uso” (MARX, 2000, p. 58) – ou seja, a utilidade de informar – de seus produtos torna-se menor ou até mesmo acessório ante seu “valor de gozo” (BUCCI, 2002a, p. 63) – em outras palavras, o valor da sua imagem construída ante o olhar de seu público que vislumbra o censurado como com maior importância, credibilidade e interesse. Não se trata somente do gozo do sujeito barrado lacaniano, que regozija ante a exibição de sua castração. Tanto os veículos censurados, os que defendem sua censura e os outros não-envolvidos podem lucrar, e isso não se dá somente com o aumento das tiragens ou de sua audiência alimentada pela curiosidade – pois o valor de seus produtos cresce não pela oferta rarefeita artificialmente (ou seja, pelo controle das informações disponíveis), mas pela ampliação competitiva da demanda (ou seja, pela ampliação do público interessado no proibido), como já sugerido por Darnton (1998, p. 31). Isso também ocorre, como defendido por este trabalho, pelo maior reconhecimento social que será dado para os participantes que se posicionaram ante a censura em debate.

Por outro lado, uma questão persiste: porque a mídia impressa tem primazia no debate sobre a censura, extremamente rarefeito na televisão? Uma resposta que ainda demandaria atenção em pesquisas futuras poderia envolver o receio da TV em evidenciar que muito se furta da “instância da imagem ao vivo” (BUCCI, 2009, p. 71), o que poderia desmontar seu mecanismo panóptico (FOUCAULT, 1987) invertido, em que os olhares de todos convergem para a permanente visualização da realidade construída e compartilhada por esses meios.

3.4. Espaço Público e reprodução dos processos de produção, da Mão Invisível ao Olhar Intocável

Como exposto no capítulo anterior, ao analisar a crise da esfera pública burguesa, Habermas aponta para a dissolução dos temas de interesse público e pertinentes para o debate, ou seja, a erosão das funções políticas que buscavam “submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico” (HABERMAS, 2003, p. 167). Ao mesmo tempo, a fronteira entre o público e a esfera privada se torna cada vez mais porosa, indistinta e fonte de disputas entre a sociedade, o mercado e o aparato estatal. Se o fim da censura foi crucial para a organização do espaço público crítico em relação às práticas do Estado (Id., *ibid.*, p. 40), é sintomático que seja necessário rediscutir o

controle da comunicação em um momento em que o espaço público passa por novas transformações e crises não só devido à maior difusão de informações e pontos de vista propiciadas pela internet, mas também pelo próprio aumento da capilaridade do sistema de censura, cada vez mais acessível ao público, que é convidado não somente a opinar sobre os posicionamentos favoráveis ou contrários à liberdade de expressão, mas também se sente tentado a aproveitar-se das brechas na legislação para buscar tomar as rédeas do controle da mídia em suas próprias mãos.

Apesar de enfrentar o peso das críticas acumuladas com o tempo contra sua obra, ainda é muito fértil revisitar os conceitos discutidos por Althusser (1985) dentro da dinâmica dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Se hoje em dia é difícil concordar com o autor sobre a propagação de uma ideologia das classes que dominam o aparato estatal por meio de sua disseminação e controle por órgãos como a Escola e a Igreja, ainda é importante ter em mente o papel central de instituições cuja função envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes (ALTHUSSER, 1985, p. 54). Se o “olhar trabalha para criar valor” (BUCCI, 2002a, p. 69), isso envolve os órgãos midiáticos que reproduzem e preparam a força produtiva do olhar do público, que deve continuar a construir o valor da imagem das mercadorias. A censura pode ser encarada, na categorização de Althusser (1985, p. 68), como um conflito expresso por meio do aparelho jurídico – que também faz parte dos aparelhos repressivos do Estado, pois usa da sanção da violência, e não só por meio da cristalização ideológica – e do aparelho ideológico da informação e da cultura. Entretanto, como este trabalho buscou demonstrar, a própria lógica da censura não consegue (nem pretende) controlar e interromper o fluxo de atenção para certos temas. No lugar disso, só pretende fortalecer a mesma dinâmica que leva à construção da imagem das entidades midiáticas que se debatem sobre a pertinência ou não da censura, valorizando assim suas imagens e reproduzindo as relações de produção e as forças produtivas do olhar: é justamente porque se procura ocultar algo que se revela a imagem dos envolvidos no processo de controle comunicativo.

Com isso, fica evidente que o processo aparentemente traumático da censura como uma violência simbólica que busca controlar o fluxo de comunicação não passa de uma tendência própria à concentração do capital: o monopólio. Se, na economia tradicional, a tendência à especialização, as inovações tecnológicas e a redução de custos com os ganhos de escala levaram às fusões de grandes conglomerados globais, o monopólio buscado pela censura é muito mais primitivo: envolve o controle, com apoio

da força do capital ou com o aparato judiciário, da construção da imagem pública de um indivíduo, organização ou conjunto de valores culturais ante os olhares do público. Mas os problemas são evidenciados quando se percebe que a pulsão de destruição da Mão Invisível liberal, evidenciada em momentos de crise causados pelo próprio processo de desregulamentação estatal, também enfrenta o mesmo processo simetricamente invertido quando se busca regular a construção dos sentidos simbólicos sobre a imagem de uma entidade midiática.

Em ambos os casos, o sistema enfrenta o risco de desmoronamento com uma repentina crise de “crédito”. Na crise da economia liberal dos últimos anos, o endividamento excessivo e o investimento irresponsável e sem fiscalização apropriada em operações de empréstimo levaram à falência instituições financeiras; agora o sistema encontra-se ameaçado ante a falta de capital para voltar a fazer as engrenagens de consumo e produção a girar. Na (talvez futura) crise da economia da atenção, por outro lado, o controle excessivo sobre quais imagens, opiniões, fatos ou temas podem ser difundidos pode levar ao descrédito da independência do sistema. Não seria de surpreender se uma crise ecoasse a outra, visto que “o conceito de espetáculo não mais cabe dentro do conceito de indústria cultural, pois o ultrapassa” e engolfa agora todas as demais indústrias tradicionais, que passam a operar também sob sua lógica (BUCCI, 2005, p. 228).

Com isso, temos de um lado a crise da *mão invisível* de Adam Smith; do outro, o prognóstico arriscado de um potencial descrédito da esfera pública de debate sufocada por processos de censura. Como foi discutido anteriormente, esse cenário mais apocalíptico pode ser contrabalanceado pelo próprio fato de que a censura também fortalece a credibilidade de certos agentes comunicativos envolvidos em sua operação, promovendo a imagem de independência e credibilidade crítica para os meios que foram alvos da censura. Esse outro lado reverso do espelho que envolve a maior regulamentação sobre o espectro comunicativo pode sugerir a cristalização de um *olhar intocável*: esse conceito não deve ser confundido com a disciplina e a vigilância pela visibilidade discutida por Foucault (1987), pois trata do controle da construção de uma imagem perfeita e intocável ante os olhos do público, que se sentirá ameaçado por não poder questionar ou criticar os posicionamentos, atitudes ou opiniões difundidas por esses membros “intocáveis”, protegidos por decisões judiciais como as mencionadas neste trabalho.

A censura envolve uma violência simbólica ao controlar o acesso e a difusão entre o público de pontos de vista críticos em relação às imagens oferecidas para consumo midiático. E, como toda violência, essa ameaça não é produto da necessidade biológica, da competição econômica ou da encenação espetacular; é própria da competição por objetos de desejo instituídos ante o eco mimético das vontades e valores demonstrados por outros (GIRARD, 2008). É revelador, também, considerar que hoje o protótipo da violência não se reduz mais aos bárbaros que ameaçam as culturas civilizadas, e tampouco podem ser restritos ao cumpridor de normas que banaliza o mal, simplesmente buscando reproduzir um sistema opressor em busca de aprimorar suas próprias engrenagens destruidoras – como bem analisado por Arendt (1999) no anticlimático julgamento do carrasco nazista Eichmann. A violência agora talvez esteja retornando à pulsão inconsciente dos espectadores e consumidores que buscam a satisfação de seus desejos – custe o que custar.

Antes, era necessário cumprir a ordem que vinha de cima; agora, é difícil ignorar o desejo interior. Antes, a ética racional impunha o dever a ser cumprido – até mesmo o revelador imperativo do “dever da liberdade”, defendido por Bucci (2009). Agora, somos tentados a seguir o desejo que pede para ser saciado – inclusive o “desejo da censura” (BUCCI, 2011) que ecoa com um silêncio alarmante.

3.5. Fetiche, violência com apelo sado-masoquista e a provocação de Tensão/Atenção

Entretanto, ainda persiste a questão de por que o público encontra prazer em buscar o proibido. Como pode a interdição, ao bloquear a visibilidade de elementos censurados, funcionar como fonte para o “valor de gozo” (BUCCI, 2002a, p. 67), que é justamente o que resulta da valorização da imagem da mercadoria que promete o prazer ante os olhares do público, que trabalham para sua valorização, adorando, reconhecendo e desejando os produtos de distinção? O paradoxo aqui pode ser desfeito se sintetizado na seguinte fórmula: como pode algo que não pode ou não deve ser visto suscitar ou elevar o desejo de sua revelação? Com essa reformulação, aproxima-se a possibilidade de entender que o próprio mecanismo que leva à construção de sentidos sobre diferentes signos é o mesmo que tenta preencher com palavras e imagens o que não pode ser revelado (FLUSSER, 2007, p. 90). A imagem é poderosa: sufocamo-nos com palavras e

nos cegamos com um fluxo sem fim de imagens para calar aquilo que não queremos dizer e ocultar o que não se toleraria ver.

Um dos símbolos tradicionalmente atrelados à censura é a mordaça. Historicamente utilizada no controle de animais e no castigo contra escravos e hereges, a mordaça superou o gueto do sadomasoquismo e – como talvez tudo o mais, em algum momento – agora também é moda. No desfile do estilista Samuel Cirnansck, durante a *São Paulo Fashion Week* de junho de 2011, o público encontrou um desfile em que as modelos andavam na passarela amarradas e amordaçadas (ver Imagem 6).

Imagem 6. Fotos do desfile de modelos de Samuel Cirnansck, no São Paulo Fashion Week²⁸ de junho de 2011. Fotos: Agência Fotosite. O desfile e os comentários do estilista podem ser visualizados em: <http://www.youtube.com/watch?v=qcgdrKx618U>

As imagens são bastante reveladoras. Se antes se buscava punir pelo amordaçamento e calar os sons indesejados dos que precisavam se submeter à inumanidade da produção (no caso dos escravos²⁹) ou da ideologia dominante (no caso dos hereges), agora se simula o silêncio de modelos que não parecem ameaçar a ordem dominante pelos seus discursos. Uma primeira imagem óbvia, ao analisar esse desfile,

²⁸ Agradeço a menção a esse desfile feita pelo Prof. Dr. Massimo Canevacci em sua palestra “*Fake Consumers: cultura digital e urbana na contemporaneidade – crossing falso e verdadeiro*”, realizada em 17 de outubro de 2011, na ECA-USP, em São Paulo. Ao tratar das fotos do desfile, Canevacci lembrou que, no passado, essas imagens eram próprias dos heréticos e dos escravos, e agora passavam por processo de resignificação dentro do universo do consumo da moda. Entretanto, o palestrante se esquivou de aprofundar sua análise na relação intrínseca entre fetiche, consumo e a valorização do proibido, conceitos intrinsecamente relacionados à construção da imagem dos censores e dos censurados na contemporaneidade, como proposto aqui.

²⁹ De forma ainda mais reveladora, esse estilista foi criticado justamente por não respeitar a cota de 10% de modelos negras, ao usar 26 modelos brancas. Ver: “Marcas ignoram cota de modelos negros na SPFW”, *Folha Online*, 15/06/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/929994-marcas-ignoram-cota-de-modelos-negros-na-spfw.shtml>

pode envolver a denúncia das condições das modelos, que sofrem para controlar suas medidas com a privação da alimentação e com transtornos psicológicos como a bulimia e a anorexia. Nesse sentido, a mordaça estaria aí para sinalizar o bloqueio que impede que as modelos preencham seus estômagos, e não para impedir que elas possam dar vazão às suas línguas. Entretanto, proponho aqui outra leitura para a análise do paradoxo da construção de prazer no olhar da censura: o que as imagens buscam não é o controle “sobre” as modelos, mas “das” modelos; é o controle que o desfile pode ter sobre o comportamento e as falas dos outros, para além da passarela. Ao amordaçar as modelos, procura-se fazer falar: o que se quer é criar impacto e levar os comentaristas e os meios de comunicação, perdidos entre tantas inovações, a destacar esse desfile particularmente polêmico. Também é reveladora a música final usada nesse desfile, “*Speechless*” [sem palavras], de Lady Gaga. A função da mordaça é justamente calar, mas o intuito bem-sucedido do estilista (assim como o da cantora da música, igualmente conhecida por atrair a atenção e comentários por seu uso polêmico de roupas inusitadas) foi criar um factóide para atrair a atenção e o debate no mundo da moda e além. Antes, as mordaças buscavam “calar”. Agora, querem “colar”³⁰: grudar os olhos do público no espetáculo, atraindo a atenção e a fala alheia, ou seja, atrair a “carga de olhar que (...) são capazes de imantar” (BUCCI, 2010).

Mas qual a origem do mecanismo da construção do desejo, que atrai a atenção justamente para o que não se pode ver? Apesar de se distanciar das premissas da linha freudiana, René Girard parece oferecer uma trilha de análise, desde seus ensaios antropológicos nos anos 1970, bastante próxima da apresentada pela tese defendida por Bucci (2002) sobre a construção do valor de gozo no olhar do público que converge para a instância da imagem ao vivo. Girard (2008), por outro lado, defende a origem do desejo na imitação das vontades alheias, adotadas como modelo, mas que, com isso, acabam acirrando a competição por recursos limitados: como muitos mimetizam uma variabilidade pequena de comportamentos, acabam disputando os mesmos objetos de desejo. A fundamentação das proibições, ou seja, dos “interditos antimiméticos” (Id., *ibid.*, p. 40), envolveria justamente controlar o acesso a objetos, alimentos e pessoas que “são proibidos por estarem a cada instante à disposição de todos os membros do grupo; são, portanto, mais suscetíveis de estarem em jogo em rivalidades miméticas destrutivas para a harmonia do grupo, e mesmo para sua sobrevivência” (Id., *ibid.*, p. 38). Como

³⁰ Não custa lembrar que a mordaça é uma forma fetichizada de “*bondage*”, ou laço, que amarra, mantém juntos e presos.

Bucci também aponta, temos a construção do próprio valor dos objetos de desejo a partir dos olhos alheios que também os desejam. E, quanto mais desejáveis, mais essencial é controlar seu acesso. A partir daí, Girard aponta o caráter masoquista e sádico presente em todos os mecanismos de desejo, e não somente naqueles que são teatralmente marcados com couro, chicote e mordanças: “só valem a pena ser desejados os objetos que não se deixam possuir; apenas merecem guiar-nos na escolha de nossos desejos os rivais que se mostram imbatíveis, os inimigos irredutíveis” (Id., *ibid.*, p. 378).

Sem mencionar Lacan, Girard acaba levando em consideração o mesmo mecanismo de frustração após a obtenção dos pequenos objetos de desejo que a experiência mostra insuficiente para satisfazer o nosso vazio interior. Como Kehl bem aponta, a publicidade e a oferta de mercadorias pela mídia tentam produzir “a ilusão de que nada se perdeu e de que temos à nossa disposição uma profusão de objetos para simular o objeto perdido de nosso mais-gozar, o tal objeto *a*” (KEHL, 2004, p. 75). Esse fetiche que recobre as mercadorias, fazendo-as “objeto de idolatria” na leitura marxista (BUCCI, 2002a, p. 70), ajuda a explicar o fascínio da censura: ao tentar dispor sobre temas que não podem ser reproduzidos – não somente publicados, ou seja, colocados ao acesso público, mas difundidos entre o coletivo –, cria-se justamente mais interesse sobre o que se tenta controlar. O fetiche do que não pode ser visto ganha uma visibilidade própria e, com isso, torna-se alvo de disputa; como efeito colateral, quem quer que se aproveite da oferta do proibido acaba fortalecendo-se ao ocupar a posição falsamente masoquista do censurado que oferece seu rosto amordaçado, esperando o aplauso. Assim, a derrota nos tribunais do Estado, esse vilão imbatível que determina a violência do silêncio, pode ecoar no palco da mídia, onde a audiência procura ver o proibido – mesmo que não aprove sua exibição (BUCCI, 2002b).

Ao tratar da violência “mimética” que estaria na base de toda interdição à reprodução de comportamentos, Girard curiosamente alinha sua antropologia cultural da etologia da “memética” de Dawkins (2007). Ao estudar o paralelo genético na reprodução cultural de “melodias, ideias, slogans, as modas no vestuário, as maneiras de fazer potes ou de construir arcos”, o geneticista britânico se aproxima do antropólogo francês ao tratar da base da (re)produção cultural:

Tal como os genes se propagam no *pool* gênico saltando de corpo para corpo através dos espermatozoides ou dos óvulos, os memes também se propagam no *pool* de

memes saltando de cérebro para cérebro através de um processo que, num sentido amplo, pode ser chamado de imitação (DAWKINS, 2008, p. 330).

Da mesma forma como na genética, a reprodução de ideias e práticas culturais (os *memes*) envolveria sua capacidade de disseminação e permanência (Id., *ibid.*, p. 333). Assim como sinalizado por Bucci e Girard anteriormente, a base de reprodução aqui seria o compartilhar de ideias e desejos entre os membros de uma coletividade. Em raciocínio análogo, se a rivalidade entre grupos étnicos diferentes que leva à extinção de um desses coletivos pode ser caracterizada como genocídio, a censura e o controle de ideias divergentes poderiam também ser classificados como “memecídio”. Assim como a competição entre genes sob o pano de fundo da seleção natural, a rivalidade entre os memes envolveria também a competição pela atenção, como apontado no início deste trabalho: “se um meme dominar a atenção de um cérebro humano, tem de fazê-lo à custa de memes ‘rivais’” (DAWKINS, 2007, p. 337). De forma ainda mais marcada, a arena da competição entre os memes envolveria justamente os meios de comunicação, ou seja, “o tempo no rádio e na televisão, os espaços publicitários, o número de linhas nas colunas dos jornais e o espaço nas estantes das bibliotecas”, que possibilitam sobremaneira a larga difusão e a cristalização de ideias (Id., *ibid.*, p. 337). Mais do que um “joguete na mão do gene” (BUCCI, 2009c, p. 386), os seres humanos acabam sendo controlados também pelos mesmos jogos que criam e compartilham culturalmente.

Mas, afinal, se o controle sobre a expressão alheia acaba por atrair a atenção coletiva sobre o que justamente se pretendia ocultar, de que forma esse *interesse do público* pode ser mobilizado para transformações que superem a simples contestação episódica, pressionando por mudanças estruturais sobre os instrumentos de poder? Como será visto no capítulo a seguir, a armadilha do proibido, que traz à luz o que se pretendia ocultar por atrair atenção do público, pode ser justamente o fato decisivo (e paradoxal) para angariar apoio e levar a mudanças mais duradouras nas relações entre liberdade de expressão e controle público da comunicação.

4. ATRAÇÃO E PRESSÃO PELO VÁCUO: RESISTÊNCIA E DEMANDA POR MUDANÇAS LEGAIS NOS PROCESSOS DE CONTROLE DA COMUNICAÇÃO³¹

“Blocking banal content on the internet is a self-defeating proposition. It teaches people how to become dissidents – they learn to find and use anonymous proxies, which happens to be a key first step in learning how to blog anonymously. Every time you force a government to block a web 2.0 site – cutting off people’s access to cute cats – you spend political capital. Our job as online advocates is to raise that cost of censorship as high as possible.” – Ethan Zuckerman. “The Cute Cat Theory Talk at ETech”. **My Heart's in Accra**, 08/03/2008.³²

Uma das questões centrais ao debate sobre as formulações de políticas públicas discute justamente os processos pelos quais os sujeitos podem debater e tomar decisões democraticamente – o que é particularmente problemático no cenário da comunicação brasileira, que enfrenta demarcada resistência legislativa para a aprovação de novas leis. Por um lado, esse problema pode ser encarado pelo foco que procura otimizar os resultados a partir da restrição do espaço de debate aos envolvidos – e, dentre eles, eleger os mais capazes para tomar essas decisões. Durante a consolidação do campo de estudos de comunicação, no início do século XX, Lippman (2010) foi um dos expoentes no debate não só sobre políticas de comunicação, mas também sobre o acesso público às esferas de decisão. Entretanto, o espaço restrito reservado por Lippman para o debate público e o dirigismo implícito em sua defesa de que “para serem adequadas, as opiniões públicas precisam hoje ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa” (LIPPMAN, 2010, p. 42) suscitam críticas aos métodos e aos resultados dessa proposta:

Since nobody can take an interest in all the issues, the ideal outcome would be for those directly involved in a dispute to reach agreement, the experience of “one who is party to a cause” being fundamentally different to the experience of someone who is not. For Lippman the inevitable conclusion was that the democratic ideal could never, on account of excessive ambition, lead to anything but disappointment and a drift toward forms of invasive tyranny. So it was necessary to “put the public in its place” in both senses: remind it of its obligation to behave modestly and give it a seat in the grandstand, as a spectator. (BENSAÏD, 2012, p. 34-35)

³¹ Partes deste capítulo foram publicadas durante a preparação desta tese. Ver: PAGANOTTI, Ivan. “Pressão virtual e regulamentação digital brasileira: análise comparativa entre o Marco Civil da Internet e a Lei Azeredo”. **Eptic** (UFS), v. 16, n 2, p. 139-156, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/2171/1951> [Acessado em 24 jan. 2015];

PAGANOTTI, Ivan. “Foro internacional para um debate midiático: propostas brasileiras sobre controle da internet e de biografias na ONU e na Feira do Livro de Frankfurt em 2013”. In: **Livro de Atas – II Confibercom**. Braga: Confibercom, 2014. p. 2833-2841.

³² Disponível em: <http://www.ethanzuckerman.com/blog/2008/03/08/the-cute-cat-theory-talk-at-etech/#sthash.tnROsPnz.dpuf> [Acessado em 24 jan. 2015].

Entretanto, talvez seja possível resgatar o público desse papel passivo de espectador e reconsiderar outras possibilidades mais abertas à sua participação ativa. Uma abordagem diversa desse foco restritivo pode ser vista por outro prisma, que procura abrir o espaço de debate para um maior número de tomadores de decisão. Essa segunda abordagem encontrou novo fôlego nos processos de abertura política e econômica dos anos 1990, que foram acompanhados pela emergência de um novo espaço de debate virtual e globalmente conectado por redes digitais, como proposto pela ciberdemocracia (LÉVY, 2003):

A democracia (no seu aspecto de *isonomia*) não só confere *iguais* direitos aos seus cidadãos, assim satisfazendo a dignidade destes, como (no seu aspecto de *autonomia*) também é o regime que encoraja um *pensamento coletivo da lei*, isto é, *traduz a inteligência coletiva em política*. (LÉVY, 2003, p. 18)

Ao contrário da primeira resposta, a proposta de Lévy procura utilizar os potenciais do espaço de conexão em rede e permitir aos indivíduos o acesso ao debate público em iguais condições (*isonomia*), ao mesmo tempo em que os responsabiliza pela autogestão dessa construção coletiva (*autonomia*).

Talvez um dos locais mais privilegiados para avaliar a tensão entre essas duas propostas seja justamente a internet – e, particularmente, o debate sobre os projetos de regulação da própria rede. Devido à novidade desse meio e aos novos desafios impostos por essa mudança tecnológica, que nem sempre pode ser resolvida a partir dos princípios constitucionais amplos ou de leis de outros meios de comunicação análogos, a comunicação online tende a apresentar maior espaço (assim como demanda e resistência) para a formulação de novas leis. Por um lado, encontramos propostas que tentam representar preocupações de setores da sociedade receosos sobre as dificuldades em combater as ameaças de ataques em um espaço ainda pouco regulamentado e com práticas e códigos igualmente opacos para alguns de seus usuários menos experientes. Por outro lado, alguns espaços abertos nessa própria rede para a participação dos usuários – ou ocupados por eles – permitem a expansão do debate e a incorporação de sugestões dos próprios internautas sobre uma dinâmica que afetará as condutas na rede com as novas regulamentações sugeridas.

Entretanto, a abertura ao debate público na rede não significa que os resultados dessas discussões resultem em mudanças políticas diretas na regulação da internet. Como será visto nos casos avaliados a seguir, outras estratégias tradicionais adotadas

pelos tomadores de decisão – como a restrição dos canais de aprovação como método de controle da concomitante abertura de propostas, além da resposta pontual à emergência de casos chocantes, relegando as causas estruturais de sua eclosão para debates mais complexos e sempre adiados – continuam a predominar em algumas esferas de decisão pública. Entretanto, os novos canais que foram ocupados podem ainda configurar-se como pontos de apoio para maior visibilidade das demandas latentes e instrumentos de pressão para a incorporação de seus resultados e de processos mais abertos no debate público.

Para avaliar como os mecanismos de tomada de decisão são tensionados no debate sobre a (auto)regulação da comunicação, este capítulo fará um recorte representativo para analisar as propostas recentemente debatidas e aprovadas pelo legislativo que tratam da regulamentação da internet, comparando seus princípios, seus processos de formulação, além da pressão e da participação dos usuários afetados. O mais antigo desses projetos de lei sob avaliação do Congresso Brasileiro, conhecido como Lei Azeredo (PL-84/99), em homenagem ao ex-senador do PSDB que o criou, criminalizava práticas como invasão de sistemas digitais, divulgação de dados privados e difusão de vírus – crimes que não apresentavam tipificação explícita no antigo código criminal brasileiro e que, portanto, demandavam leis específicas. Esse projeto atraiu polêmica por seu caráter punitivo e pelo temor de que seus artigos poderiam dificultar a liberdade de expressão, a privacidade e o anonimato dos usuários na rede.

Na contracorrente, o governo federal brasileiro propôs posteriormente o Marco Civil da Internet, um projeto que pretendia determinar os direitos dos usuários, como o acesso à internet de banda larga e garantias de neutralidade nas condições de velocidade de tráfego – considerados como prioridade antes da definição das punições dos crimes virtuais. Esse segundo projeto pretendeu também ser um marco em seu formato de formulação: foi apresentado em uma plataforma colaborativa aberta para consulta popular com a possibilidade de discussão, crítica e complementação pelo público interessado – de forma que o público interessado pudesse discutir os direitos e deveres na rede usufruindo justamente de um de seus potenciais, por meio da criação de um espaço de debate e troca de ideias a partir da divisão de tarefas e pelo respeito em relação às contribuições coletivas.

No início de 2012, ecoando a reação do público norte-americano que enterrou a proposta legislativa do *Stop Online Piracy Act* (SOPA) por meio de vasta mobilização de usuários, entidades e empresas que operam na rede, a Lei Azeredo perdia espaço ante

o Marco Civil. Entretanto, esse cenário foi alterado devido a um caso de violação de privacidade que atraiu a atenção nacional e polarizou o debate: fotos da atriz brasileira Carolina Dieckmann nua foram divulgadas em diversos sites após seu computador ser invadido. Este capítulo avalia como a notícia e a reação da atriz (que procurou os meios legais para impedir a divulgação das fotografias e reparar os danos à sua imagem) deu novo fôlego para o projeto contra os ciber-crimes, refletindo sobre como o caso afetou a aprovação posterior do marco civil coletivamente construído.

Para isso, é importante, inicialmente, refletir sobre o potencial da rede em construir um espaço de debate sobre propostas de intervenção sobre a própria dinâmica da internet, apontando os mecanismos de regulação de um local que nasceu sob o signo da liberdade, mas que cada vez mais passa por intervenções de controle – por vezes, nascidas da própria dinâmica da rede e de seu potencial de autorregulamentação; ou, outras vezes, devido aos receios exteriores sobre suas ameaças. A proposta de Lessig (2006) sobre o código de programação como lei – tanto como delimitação de condutas possíveis, mas também como mecanismo de autogestão de suas alterações – será discutida para avaliar os interesses envolvidos nas transformações da rede e nas propostas de controle legislativo e informático sobre a internet. A seção a seguir também mostrará como os ambientes de grande interação social propiciados pela web 2.0 abrem espaço para resistência contra ameaças de controle externo, como sugerido por Zuckerman (2007), e podem criar, como dano colateral, maior consciência dos participantes envolvidos justamente nos casos em que os usuários percebem que suas liberdades são ameaçadas.

Em sequência, será possível descrever os processos de preparação dos projetos de lei mencionados anteriormente – a Lei Azeredo, o Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckman –, analisando como cada um reflete facetas distintas de seu contexto e procura responder a anseios diferentes do público usuário da rede, propondo uma análise comparativa das propostas, avaliando seus princípios, suas circunstâncias, seus mecanismos de formulação e sua aprovação. Essa análise comparativa dos projetos a partir de seus princípios, diretrizes e processos de formulação permitirá esboçar, por fim, algumas considerações sobre a dinâmica em que emergem e são discutidas as propostas de intervenção e controle sobre a rede – trazendo à tona espectros que ainda ameaçam a jovem democracia brasileira.

4.1. O Código e a Lei: da legislação que comanda às normas que condicionam

Conectando os indivíduos de todo mundo em uma só rede, a internet funciona, antes de mais nada, como um código – e, como todo código, lembra Lessig (2006, p. 5), o da rede determina as possibilidades de conduta em sua estrutura. Ao defender que “código é lei”, Lessig (2006, p. 1) destaca que, em certo sentido, há um mecanismo regulatório sobre o que é possível ou impossível inscrito na própria arquitetura e nos programas que garantem o funcionamento da rede.

Entretanto, destaca Lessig, o efeito regulador do código é ambíguo, por ser ao mesmo tempo mais forte e mais flexível do que as leis. Por um lado, é mais forte que a lei porque determina – como a física ou a arquitetura – o que pode ser feito: ao contrário da legislação, que condiciona os comportamentos indesejados à punição (é proibido matar, mas qualquer um ainda pode ser um assassino, ainda que, nesse caso, corra o risco da punição), o código limita o possível, e não só o indesejado. Nesse sentido, qualquer um pode enviar um e-mail, mas não é possível trazê-lo de volta, uma vez enviado, com própria vontade do autor, visto que isso não é permitido pelo código. Por outro lado, o código digital encontra certa flexibilidade: pode ser alterado com facilidade, permitindo rápidas e drásticas mudanças do horizonte de possibilidades de seus atores (LESSIG, 2006, p. 6) – como, por exemplo, a criação de filtros nos e-mails que permitam ao usuário selecionar o que deseja ver e ocultar o indesejado.

Além disso, não podemos negar que o código da rede também pode ser diretamente influenciado por – e influenciar – novas leis, que condicionam o que os programadores e indivíduos podem ou não fazer. Assim, além da arquitetura própria ao código, outras instâncias – como as leis e as normas, sem contar o mercado – condicionam as condutas na rede (LESSIG, 2006, p. 123). Dessas outras esferas, vale a pena destacar, inicialmente, a diferença já apontada entre leis e a arquitetura do código, relacionando essas duas instâncias com as normas: ao contrário das leis e das arquiteturas, que punem e condicionam as condutas, as normas são ainda mais flexíveis, e envolvem práticas consideradas como adequadas ou não por diferentes atores, em circunstâncias distintas – que podem resultar na valorização ou desprezo por parte dos pares em relação às condutas possíveis, esperadas, desejadas ou estimadas.

Lessig destaca, com isso, que a arquitetura do código da rede pode não só propiciar um novo espaço para debate das normas e leis que influenciam a vida dos indivíduos conectados pela rede, pois pode haver também o condicionamento do que é possível pelos programadores ou pelos usuários da internet através da sanção legal: “the

idea – and even the desire – that the Internet would remain unregulated is gone” (LESSIG, 2006, p. IX). Ainda assim, como a rede pode ser controlada por mecanismos externos – e como seus usuários podem influenciar esse debate ou até mesmo resistir ao controle?

Uma resposta à primeira parte dessa pergunta pode ser encontrada no próprio Lessig (2006, p. 337): “lawmaking happens when special interests benefit. It doesn't happen when special interests oppose” – e, na rede, os interesses podem ser evidenciados e pode-se encontrar novos canais para sua visibilidade, como será discutido nas seções a seguir. Quanto à influência e à resistência, elas também podem fluir da rede para a política, passando por temas tão inesperados quanto banais, devido à característica socializante da rede, como sugere Zuckerman (2007).

4.2. Controle social em rede: a teoria do “gatinho fofinho” de Zuckerman

Ao contrário das plataformas tradicionais da web 1.0, que foi criada para a troca de informação entre militares, pesquisadores, hackers e, posteriormente, expandiu seu público e seus usos em resposta aos interesses de comunidades de usuários e da exploração comercial (CASTELLS, 2003), as novas plataformas da web 2.0 focam primordialmente a interação entre seus usuários (ZUCKERMAN, 2007).

Por tratarem principalmente da socialização, a visibilidade e a credibilidade dos usuários passam a ser questões mais prementes do que o domínio das ferramentas e do código estrutural, permitindo que redes de interesse multitemáticas surjam para compartilhamento e interatividade de novos públicos – que não precisam mais de grandes conhecimentos de programação para poder usar de plataformas como as redes sociais, blogs ou plataformas de publicação de vídeos e fotos. Além disso, a abertura para o comentário público garante a persistência do questionamento, da contestação e da sugestão, que já faziam parte da rede desde a criação da internet, mas são expandidos com as novas plataformas da web 2.0. Esse novo potencial – que, evidentemente, só foi possível pelas mudanças no código da rede – permitiu transformações bastante surpreendentes no comportamento dos indivíduos, segundo a avaliação de Zuckerman (2007):

[...] While Web 1.0 was invented so that theoretical physicists could publish research online, Web 2.0 was created so that people could publish cute photos of their cats. But this same cat dissemination technology has proved extremely helpful

for activists, who've turned these tools to their own purposes. (ZUCKERMAN, 2007, online)

Provocadora já em seu nome, a chamada “teoria do gatinho fofinho” [*cute cat theory*] sobre ativismo digital proposta por Zuckerman também procurou seguir seu objeto de análise – as plataformas interativas da web 2.0, que abrem novos caminhos para mobilização e compartilhamento – ao adotar justamente esses canais para divulgar suas hipóteses: ao invés de publicar seus achados em um livro ou em um de seus artigos acadêmicos (ZUCKERMAN, 2013), o pesquisador preferiu apresentar sua pesquisa em palestras difundidas no YouTube (*Idem*, 2008) e em *posts* no seu próprio blog (*Idem*, 2007).

Como sintetizado na frase acima, plataformas que propiciam a troca de conteúdos mundanos e despolitizados (como as fotos de gatos fofos) – grande parte da interação na rede e foco principal da maioria dos usuários – criam espaço que pode ser apropriado simultaneamente para mobilização política. Da mesma forma, nos países em que há controle da expressão em meios mais visados (como a mídia impressa ou portais na internet), pode haver um efeito manada de produtores e públicos para outros veículos (como blogs, plataformas de vídeo ou redes sociais) mais difíceis de controlar, abrindo espaço para contestação clandestinamente latente. Nesse cenário, as autoridades (públicas ou privadas) que procurarem controlar essas novas plataformas não enfrentarão somente as dificuldades técnicas de sites de compartilhamento descentralizados; ao procurar bloquear o acesso total a essas páginas, podem evidenciar as práticas de controle que poderiam permanecer implícitas para a maioria dos usuários que somente compartilhavam conteúdos supostamente despolitizados (exemplificados pelas “fotos de gatos fofos” de Zuckerman), criando novos insatisfeitos (ZUCKERMAN, 2007).

O risco do controle dessas novas plataformas não é novidade. A atração pelo proibido e a migração para novas mídias como válvula de escape para a censura já foram identificadas em estudos sobre períodos tão remotos como a França pré-revolucionária, quando a grande demanda popular por livros proibidos pelos reis franceses no século XVIII levou milhares de leitores a trilhar o caminho das leituras moralmente perniciosas – como os relatos libertinos – para a contestação política (DARNTON, 1998, p. 31). Seja nas livrarias clandestinas da Paris do século XVIII, ou nos blogs e redes sociais bloqueados nos últimos dias da ditadura de Hosni Mubarak, no

Cairo, em 2011, as tentativas de controle aumentam a visibilidade da opressão por parte dos usuários afetados, canalizando a indignação para outras vias – das páginas impressas ou virtuais para cafés ou mesquitas e, finalmente, às ruas.

4.3. Atração pelo vácuo: proibição e interesse por casos de invasão de privacidade de celebridades – Streisand, Xuxa e Cicarelli

Devido à própria dinâmica de compartilhamentos e ao policiamento das ameaças à liberdade de expressão, muitas tentativas de controle da rede acabam por sofrer um revés indesejado por parte dos que tentam ocultar publicações indesejadas, atraindo ainda mais atenção sobre o que se procura bloquear. Esse fenômeno muitas vezes é chamado pelos próprios usuários das redes como “efeito Streisand” (CACCIOTTOLO, 2012), em alusão à frustrada tentativa da atriz Barbra Streisand de bloquear, em 2003, imagens de sua casa na praia de Malibu, publicadas como parte de um projeto fotográfico – <http://www.californiacoastline.org> – que registra ocupações imobiliárias da costa californiana. Como resposta à ameaça de processo movido por Streisand, o site que divulgava a imagem de sua casa tornou-se um sucesso instantâneo na rede, atraindo tanta atenção que levou internautas a batizarem esse fenômeno colateral com o nome da atriz.

Considerando o interesse do público sobre casos de censura discutidos no final do capítulo anterior, é possível relacionar a particularidade desse fenômeno quando envolve plataformas online de difícil controle, como motores de busca online, redes sociais ou canais de publicação de vídeos. Seria possível, para melhor conceituação, classificar esse fenômeno de *atração pelo vácuo*: o próprio apagamento de um conteúdo frequentemente cria, como reação, uma força que magnetiza grupos cada vez mais numerosos de indivíduos, que têm como valor o policiamento sobre tentativas de cerceamento da rede por meio de sua denúncia e propagação, o que acaba por atrair cada vez mais visibilidade para o que pretendia ocultar. Em outras palavras, a remoção de um conteúdo por pressão externa enfrenta a resistência da rede de usuários que tem como hábito resistir às tentativas de controle sobre a expressão nesses canais, o que cria uma contracorrente que procura dar visibilidade à denúncia sobre a tentativa de apagamento, sugando cada vez mais atenção pública para o tema, que se torna cada vez mais irresistível (pela proliferação de comentários sobre ele) e impossível de controlar.

É possível analisar esse fenômeno a partir da realidade brasileira, onde três episódios recentes também envolveram atrizes e tentativas de controle de suas imagens. Entretanto, esses casos atraíram ainda mais atenção do público por relacionarem-se com a expressão da sexualidade de três mulheres consideradas, em diferentes momentos, representantes icônicos de traços da feminilidade brasileira. O primeiro deles foi a recusa do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em junho de 2012, em obrigar o site de buscas *Google* a restringir pesquisas feitas por usuários que buscassem pelo termo “pedófila” atrelado ao nome da apresentadora de TV Xuxa Meneghel. Essas pesquisas permitiam aos usuários da rede acessar páginas sobre o filme “Amor Estranho Amor”, (1982, dir: Walter Hugo Khouri), no qual Xuxa atua em cenas eróticas com um menino³³. Ao procurar evitar que o público tenha acesso ao filme, Xuxa acabou por atrair ainda mais atenção sobre o caso, mas a justiça brasileira, nesse caso, decidiu por privilegiar o direito social à informação em detrimento da privacidade de um indivíduo.

O oposto ocorreu inicialmente com os outros casos avaliados nesta pesquisa. Em janeiro de 2007, um encontro íntimo da atriz Daniella Cicarelli e Renato Malzoni em uma praia na Espanha foi filmado e divulgado em diversos canais internacionais, até ser reproduzido no site de compartilhamento de vídeos *YouTube*. Na época, o *YouTube* ainda engatinhava e não havia nem completado seu segundo ano de funcionamento, mas o vídeo se tornou um sucesso tão grande que passou a incomodar a atriz, indisposta pela sua intimidade continuar a ser violada. Seguindo o pedido do casal, o juiz Lincon Antônio Andrade de Moura, da 23ª Vara Cível de São Paulo, com base em decisão da 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado, determinou, em 5 de janeiro de 2007, que o acesso ao vídeo deveria ser proibido. Porém, uma dificuldade já antevista pela linha de raciocínio de Zuckerman (2007) acabou se impondo: como proibir um vídeo que poderia ser rapidamente replicado em novos endereços na plataforma do *YouTube*? A criativa solução encontrada pelo juiz atraiu a fúria dos internautas brasileiros ao proibir o acesso a todo o acervo do site do *YouTube* para os usuários que acessassem suas páginas por meio dos provedores IG, IBest e/ou BrTurbo – o que representava, na época, mais de 5 milhões de internautas brasileiros (ZIMMERMANN, 2007).

Esse caso mostra, em primeiro lugar, que o mecanismo de controle e imposição do poder de censura se torna acessível para quem se sentir incomodado (como Cicarelli) e possibilita impor sua vontade sobre a conduta alheia – tolhendo o acesso ao vídeo

³³ A íntegra do processo REsp 1316921 está disponível em:
<http://www.stj.jus.br/webstj/processo/justica/detalhe.asp?numreg=201103079096>

inconveniente. Por outro lado, a resistência contra esse poder, evidenciado pela proibição desproporcional, revelou-se com a revolta de milhares de internautas e a crítica da imprensa em relação à decisão judicial, que incluiu também ataques contra Cicarelli: diversos usuários da rede reprovaram o que foi retratado como uma tentativa de violar o direito de milhões de internautas de acessarem outros vídeos que não tinham qualquer relação com as suas imagens. A modelo precisou retratar-se, pedindo desculpas aos usuários que se manifestavam contra a censura, e a decisão draconiana foi posteriormente revertida (MUNIZ, 2007), revelando a porosidade dessa medida de controle, fragilizada ante a força dos indivíduos que resistiram e procuraram também exercer sua prerrogativa de crítica em relação ao comportamento alheio (do juiz e de Cicarelli), que consideraram inadequado.

Os dois casos acima demonstram a insegurança jurídica do ciberespaço brasileiro – onde a lacuna de legislação específica abre espaço para decisões judiciais contraditórias –, ao mesmo tempo em que sinalizam para o potencial de mobilização dos usuários da rede interessados em sua manutenção e na garantia de seus direitos. Porém, para além das tentativas individuais de controle perpetuadas por Xuxa e Cicarelli, o último caso de violação de privacidade na rede envolveu não só uma atriz, Carolina Dieckmann, mas alterou toda a dinâmica da legislação sobre condutas coletivas na rede, como será analisado a seguir.

4.4. A abertura do espaço ao risco e propostas para organizar condutas na rede: Lei Azeredo, Lei Carolina Dieckmann e o Marco Civil da Internet

A mais antiga entre as três propostas de regulação da rede avaliadas por esta pesquisa data ainda do final do milênio passado: o PL 84/99 foi proposto em 1999, pelo ex-deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE); porém, ganhou reconhecimento nacional após o trabalho de seu relator, o ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o que levou esse projeto a ser conhecido como “Lei Azeredo”. A proposta original pretendia incluir no Código Penal brasileiro ciber-crimes como a disseminação de vírus, o estelionato eletrônico (como o roubo de senhas), a divulgação inadvertida de dados pessoais e a criminalização não só da produção e divulgação de conteúdos que promovem a pedofilia, mas também o armazenamento desses materiais. O projeto também criava regras para identificar e armazenar dados de usuários para potencialmente identificar melhor os suspeitos de incorrer nesses crimes, obrigando provedores a preservar esses

registros por três anos e ampliando suas obrigações de fiscalização e denúncia de crimes.

Com as emendas na relatoria, seus 18 artigos originais³⁴ passaram para mais de 20; porém, somente cinco artigos foram aprovados pelo Congresso em 2012³⁵ – e dois deles, sobre a falsificação de cartões de crédito e a divulgação de dados estratégicos militares, ainda foram finalmente vetados pela presidência³⁶.

O resultado final, sancionado na Lei 12.735, de 30 de novembro de 2012, trata somente de uma vaga proposta de estruturação do policiamento para investigar os crimes em rede de computadores e da ampliação do escopo de ação dos juízes que, por meio da Lei do Crime Racial (Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989), já permitia apreender publicações impressas, fazer cessar as transmissões radiofônicas ou televisivas e interditar páginas da internet que incorressem em crimes de ódio racial; agora, com a nova lei, esse escopo é timidamente ampliado para também abarcar a possibilidade de cessar transmissões “eletrônicas ou da publicação de qualquer meio”.

O projeto apresentou severa resistência da sociedade civil pelo temor de que seus artigos amplos poderiam ameaçar a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários – o que levou ao corte desses tópicos na versão final da lei. Durante a conturbada tramitação do projeto, que demorou mais de uma década, outras propostas acabaram sendo cogitadas para complementar ou substituir o projeto de Azeredo. Entre elas, o governo federal passou a patrocinar o Marco Civil da Internet (PL 2126/2011), que foi aprimorado a partir da participação de internautas pelo fórum de debate na plataforma Cultura Digital³⁷ [Imagem 7]. Esse foi o primeiro projeto de lei colaborativo do Brasil, abrindo espaço para o debate de usuários interessados pela própria rede que seria objeto da regulação – propiciando um espaço de reflexão dos próprios usuários sobre seus direitos e deveres como cidadãos e coautores desse projeto.

³⁴ A proposta original está disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11MAI1999.pdf#page=59>

³⁵ A tramitação e o conteúdo do projeto estão disponíveis em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15028>

³⁶ A versão final da lei aprovada pela presidência, com as justificativas dos vetos, está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm

³⁷ <http://culturadigital.br/marcocivil>

Marco Civil da Internet
seus direitos e deveres em discussão

INÍCIO | SEGUNDA FASE | PRIMEIRA FASE | DIRETRIZES E TERMOS DE USO | SOBRE | NOTÍCIAS | MÍDIAS | Digite o que procura... | PESQUISAR

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BRASÍLIA

11 de jun de 2012, às 10:06h

Será realizada nessa terça-feira, dia 12.06, em Brasília, a última audiência pública do plano de trabalho da Comissão Especial do Marco Civil da Internet.

Com a intenção de discutir o PL 2126/2011 com enfoque na Responsabilidade Civil de Terceiros e Neutralidade da Rede e o Potencial Para a Inovação, a audiência será composta pelas seguintes mesas:

RESPONSABILIDADE CIVIL DE TERCEIROS:

- Leoni – cantor e compositor, 5 discos de ouro, transformou seu site na Internet em sua gravadora e distribuidora
- Paulo Rosa – ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Discos)
- Gustavo Anitelli – “O Teatro Mágico”
- Alexandre Hohagen – Vice-Presidente para a América Latina do Facebook e ex-presidente do Google Brasil
- Marcos Oliveira – Diretor-Executivo da Motion Picture Association (MPA) – Disney, Fox, Warner, Universal, Sony, Paramount
- Pedro Mizukami – Prof. FGV/RJ, Mestre pela PUC-SP, co-autor do renomado estudo “Media Piracy in Emerging Economies”
- Guilherme Santos – advogado especialista em Educação Digital

NEUTRALIDADE DA REDE E O POTENCIAL PARA A INOVAÇÃO:

- Demi Getschko – Membro de notório saber do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), responsável pela gestão de recursos críticos da Internet no país e pela implementação das decisões do Comitê Gestor da Internet. É considerado o “pai” da Internet no Brasil
- Eduardo Levy – SindiTelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal) – Claro, GVT, NEXTEL, Oi, Vivo, TIM, EMBRATEL, Verizon etc
- Eduardo Parajo – Presidente da ABRANET (Associação Brasileira de Internet)
- Marcelo Bechara de Souza Hobalka – Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, ex-consultor jurídico do Ministério das Comunicações
- Cássio Jordão Motta Vecchiatti – Diretor de Tecnologia e Competitividade da FIESP
- Marco Gomes – empreendedor da web e criador da Boo-Box, empresa brasileira de publicidade e mídias sociais que atinge 80 milhões de pessoas por mês, considerada pela revista FastCompany uma das 5 empresas de publicidade mais inovadoras do mundo, apontada pela Forbes como uma das 2 empresas mais inovadoras do Brasil.

DEBATE ABERTO NO PORTAL E-DEMOCRACIA

Chegou ao fim, no blog do Marco Civil, a 2ª fase de debate aberto do processo colaborativo de discussão e formulação de um marco civil para a Internet brasileira.

Encerrado o período de contribuições, o Projeto de Lei 2.126/2011, Marco Civil da Internet, foi encaminhado a Câmara dos deputados e o debate público foi retomado na Comunidade virtual do Portal e-Democracia.

Através do portal, o público on-line poderá enviar comentários e dúvidas e interagir com os deputados que compõem a comissão especial.

Para acompanhar as novidades, siga no identica ou no twitter: @marcocivil.

Para entender melhor a proposta, o contexto, o conteúdo e o processo da discussão, acesse nossa área “Sobre o projeto”.

#MARCOCIVIL NO TWITTER

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Abaixo, segue a lista das contribuições recebidas por e-mail, indicando as que já foram publicadas aqui no blog e as que ainda serão:

atualizada em 01/06/2010 18h20

NÃO PUBLICADAS

PUBLICADAS

NACIONAIS:

- ABES
- ABPD
- Abril Digital
- Aiyr
- Bandeirantes
- BKRG
- Claro
- CNPG
- Embratel
- GPOPAI
- IASP
- IBDE
- IDEC
- LegalTech
- Marcelo Thompson
- Ministério da Fazenda
- MPA Brasil
- Polícia Federal
- PPP
- PROTESTE
- Prof. Demi Getschko
- Transparência HackDay
- União Brasileira de Vídeo

INTERNACIONAIS:

- Arábia Saudita
- África do Sul
- Argélia
- Argentina (CAPIF)
- Argentina
- Áustria
- Bahamas
- Burkina Faso
- Cingapura
- Chile (IFPI)
- China
- Colômbia

ÚLTIMOS POSTS

- Audiência Pública em Brasília
- Audiência Pública em Porto Alegre
- Primeira audiência pública do Marco Civil da Internet
- Lançamento da comunidade virtual legislativa no Portal e-Democracia
- Comissão Especial do Marco Civil da Internet na Câmara dos Deputados
- Marco civil encaminhado ao Congresso – PL 2126/2011
- Experiência do Marco Civil da Internet é apresentada na ONU
- Regulamentação da Internet na Croácia – Contribuição do Itamaraty
- Regulamentação da Internet em Omã – Contribuição do Itamaraty
- Regulamentação da Internet na Grécia – Contribuição do Itamaraty
- Regulamentação da Internet na Arábia Saudita – Contribuição do Itamaraty
- Códigos fonte: Dialogue e tema do blog
- Regulamentação da Internet na Cingapura – Contribuição do Itamaraty
- Regulamentação da Internet na Colômbia – Contribuição do Itamaraty
- Regulamentação da Internet no Uruguai

ÚLTIMA AUDIÊNCIA DIA 12/06 em BRASÍLIA

Imagem 7. Página inicial do site *Cultura Digital*, que debateu publicamente o Marco Civil da Internet. Fonte: <http://culturadigital.br/marcocivil>

Com o fim dos debates sobre o aprimoramento do projeto, o site da Câmara dos Deputados apresenta uma síntese dos resultados e da tramitação do projeto [Imagem 8], além de comparar as versões originais e as sugestões apresentadas, com a identificação de seus autores [Imagem 9]. Essas páginas do site *E-democracia*³⁸, da Câmara dos Deputados, complementam e facilitam a navegação em comparação com a tradicional página de tramitação no Congresso [Imagem 10].

³⁸ <http://edemocracia.camara.gov.br/web/marco-civil-da-internet/inicio>

CÂMARA DOS DEPUTADOS Serviços da Câmara...

e-democracia E-Mail Senha **Acessar** **Login**

Marco Civil da Internet

Debate virtual sobre os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. As contribuições deste debate auxiliam os trabalhos dos deputados envolvidos com o tema. Para começar a participar desta Comunidade, clique no botão ao lado!

Compartilhe esta Comunidade

Guia da Discussão

Relatório preliminar com o Projeto de Lei **Apreciação do Relatório Final**

Fase Encerrada Fase Atual

Após as últimas contribuições, conheça a versão final do relatório que contém o novo texto do Projeto de Lei sobre o Marco Civil da Internet, na Biblioteca Virtual ("B") abaixo:

B Biblioteca Virtual **F** Debate

[Conheça e comente o novo texto do Projeto de Lei \(11/07\)](#)

Notícias

Liberdade de imprensa é tema de debate nesta terça

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realiza debate nesta terça-feira (28), às 14h30, sobre liberdade de imprensa e de expressão e a democratização dos meios de comunicação. O evento será realizado no Plenário 13. A audiência foi sugerida pelos deputados Duarte Nogueira (PSDB-SP) e Antonio Imbassahy (PSDB-BA). Segundo Nogueira, o debate marca o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de maio). "A data, inspirada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, procura mostrar a necessidade de independência da mídia como princípio para uma democracia efetiva", afirma.

[Leia mais...](#)

Notícias

Resultados da participação no Marco Civil da Internet

Resultados da participação no Marco Civil da Internet: veja as contribuições de internautas do e-Democracia que foram incluídas pelo relator no projeto de lei em discussão na Câmara.

[Leia mais...](#)

Compartilhe esta página

Vídeo

Audiência Pública - Marco Civil da Internet - Brasília

Última Audiência Pública do Marco Civil da Internet

Marco Civil no Twitter

Imagem 8. Guia da Discussão do Marco Civil da Internet no site *E-democracia*, da Câmara dos Deputados, que apresenta o andamento do projeto e os resultados dos debates. Fonte: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/marco-civil-da-internet/inicio>

Marco Civil da Internet

Debate virtual sobre os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. As contribuições deste debate auxiliam os trabalhos dos deputados envolvidos com o tema. Para começar a participar desta Comunidade,

Compartilhe esta Comunidade

[Início](#)
[Participe](#)
[Biblioteca Virtual](#)
[Informe-se](#)

Conheça a última versão do Relatório do Marco Civil (11-7)

« Voltar

25/07/12 00:00

A participação da sociedade foi efetiva no projeto de lei do Marco Civil da Internet. Após diversos debates presenciais e virtuais entre cidadãos e a Câmara dos Deputados, o texto proposto pelo deputado Alessandro Molon foi elaborado com contribuições provenientes desses debates, inclusive de internautas por meio do Portal e-Democracia. O texto será submetido à votação dos parlamentares.

Em destaque a tabela comparativa das versões de textos do projeto de lei. Faça seus comentários e veja o relatório completo no final de página, logo após a tabela!

Dispositivo	Texto do PL nº 2.126, de 2011	Texto do Substitutivo oferecido	Origem da sugestão acatada
CAPÍTULO I			
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES			
Art. 1º	Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.	(mantido texto idêntico)	
Dispositivo	Texto do PL nº 2.126, de 2011	Texto do Substitutivo oferecido	Origem da sugestão acatada
Art. 2º	A disciplina do uso da Internet no Brasil tem como fundamentos: I - o reconhecimento da escala mundial da rede; II - os direitos humanos e o exercício da cidadania em meios digitais; III - a pluralidade e a diversidade; IV - a abertura e a colaboração; e V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.	A disciplina do uso da Internet no Brasil tem como fundamentos: I - o reconhecimento da escala mundial da rede; II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; III - a pluralidade e a diversidade; IV - a abertura e a colaboração; e V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VI - a finalidade social da rede.	Walter Kosciński Coletivo de blogueiros progressistas do Paraná. José Eduardo Mendes (via e-democracia) Marcelo Saldanha (via e-democracia)
Dispositivo	Texto do PL nº 2.126, de 2011	Texto do Substitutivo oferecido	Origem da sugestão acatada
Art. 3º Caput	A disciplina do uso da Internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição; II - proteção da privacidade; III - proteção aos dados pessoais, na forma da lei; IV - preservação e garantia da neutralidade da rede, conforme regulamentação; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com as padrões internacionais e neta	A disciplina do uso da Internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição; II - proteção da privacidade; III - proteção aos dados pessoais, na forma da lei; IV - preservação e garantia da neutralidade da rede, conforme regulamentação; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com as padrões internacionais e neta	Relator; Sérgio Amadeu; Mário Brandão; Everton Rodrigues; Rhodrigo Deda; Renata Mielli; Maira Feltrin; Quero um Marco Civil (via Twitter @michaelhoward9); Pedro Eugenio

Imagem 9. Página do Marco Civil da Internet no site *E-democracia*, da Câmara dos Deputados, que permite comparar as versões originais e sugestões apresentadas, com identificação dos autores a partir dos debates na plataforma colaborativa. Fonte: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/marco-civil-da-internet/andamento-do-projeto/-/blogs/conheca-a-ultima-versao-do-relatorio-do-marco-civil-11-7>

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Você está aqui: Página Inicial > Atividade Legislativa > Projeto de Lei e Outras Proposições > PL 2126/2011

Projetos de Leis e Outras Proposições

Cadastrar para acompanhamento | Versão anterior da ficha | Versões para impressão ▼

PL 2126/2011

Projeto de Lei

Situação: Apensado ao PL 5403/2001

Identificação da Proposição

Autor Poder Executivo	Apresentação 24/08/2011
---------------------------------	-----------------------------------

Ementa
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Indexação ▶

Informações de Tramitação ▼

Forma de Apreciação Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Regime de Tramitação Urgência art. 155 RICD
---	---

Despacho atual:

Data	Despacho
12/04/2012	Deferido Req. 4604/2012, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 4604/2012. Apense-se o Projeto de Lei n. 2126/2011 ao Projeto de Lei n. 5403/2001, nos termos do art. 142, c. c. o art. 143, II, a e b, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se."

Última Ação Legislativa ▼

Data	Ação
12/04/2012	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido Req. 4604/2012, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 4604/2012. Apense-se o Projeto de Lei n. 2126/2011 ao Projeto de Lei n. 5403/2001, nos termos do art. 142, c. c. o art. 143, II, a e b, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se."

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

Documentos Anexos e Referenciados ▼

Notícias

24/04/2013
Lei das Antenas e marco civil da internet são prioridades do governo, diz ministro

27/03/2013
Câmara aprova publicidade de gastos com contribuição paga a ministério

15/03/2013
Marco civil da internet complementarà leis de crimes virtuais, dizem especialistas

mais notícias

Discursos

ALESSANDRO MOLON (6)
MIRO TEIXEIRA (5)
RICARDO IZAR (3)

mais deputados

E-democracia

Discuta este assunto com os parlamentares.

Informações Externas

LeXML - Veja informações desta proposição no Senado e em outros órgãos

Imagem 10. Página do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet (PL 2126/2011) no site da Câmara dos Deputados, que permite acessar sua tramitação e seu conteúdo.

Fonte:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517255>

Distanciando-se do foco na criminalização que caracteriza as outras propostas aqui avaliadas, o Marco Civil da Internet pretende garantir os direitos e deveres de usuários, entidades e empresas na rede, defendendo os direitos de acesso, inclusão digital, privacidade e liberdade de expressão. Três dos tópicos mais polêmicos do projeto – que colaboram para atrasar sua aprovação devido à resistência de produtores culturais e de provedores da internet – envolvem o incentivo à produção e utilização de software nacional livre, a defesa da reforma das leis de direitos autorais e a garantia da

neutralidade, sancionando operadoras e provedores que restringirem o acesso de usuários a determinados dados ou serviços. A garantia da neutralidade pode comprometer o lucro de servidores da internet que pretendam oferecer pacotes diferenciados com velocidade maior para certos serviços ou limites para acesso a outros produtos – que, por exemplo, podem concorrer com os seus próprios ou de parceiros, como a telefonia pela rede ou o acesso a conteúdo audiovisual sob demanda.

Além disso, apesar de a iniciativa ter rendido bons frutos com o debate sobre o Marco Civil da Internet, nem todos os projetos que procuraram adotar essa mesma plataforma colaborativa posteriormente conseguiram replicar seus resultados, como foi justamente o caso do abandonado projeto de reformulação da lei brasileira dos direitos autorais.

Enquanto aguardava a votação no plenário, o projeto do Marco Civil da Internet construído coletivamente acabou por ser atropelado por outra iniciativa mais recente, composta por uma frente parlamentar, e que ganhou reconhecimento não pelo seu debate coletivo, mas por se aproveitar da comoção nacional com um caso particular de invasão de privacidade pela rede. Em maio de 2012, fotos da atriz Carolina Dieckmann nua foram divulgadas na internet em diversos sites, blogs e por e-mails. A atriz teve sua caixa de e-mail invadida após preencher um formulário na internet em resposta a um e-mail falso. Suspeitos da invasão e divulgação das imagens foram presos após ameaça de extorsão para impedir que as imagens viessem a público. Em resposta ao ocorrido, a atriz procurou a justiça para bloquear buscas em ferramentas de pesquisa na internet e impedir a divulgação de sua imagem na rede.

Para responder ao clamor popular que se identificou com a imagem de fragilidade da atriz após a invasão de seu computador, legisladores brasileiros aprovaram em tempo recorde um projeto que acabara de ser formulado no ano anterior, como uma resposta mais branda aos ciber-crimes de que tratava a Lei Azeredo. Batizado informalmente de “Lei Carolina Dieckmann”, o PL 2793/2011 havia sido proposto por um coletivo de deputados ligados à base governista, como Paulo Teixeira (PT-SP), Brizola Neto (PDT-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Manuela D’ávila (PCdoB-RS), João Arruda (PMDB-PR) e Emiliano José (PT-BA)³⁹. Após ser sancionada no mesmo dia da Lei Azeredo, a

³⁹ A tramitação e o conteúdo do projeto estão disponíveis em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=529011>

Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012⁴⁰, agora criminaliza a invasão de dispositivos informáticos para adulterar, destruir ou divulgar dados, além de punir também a falsidade ideológica para fraude de cartão e a interrupção ou perturbação de serviços eletrônicos. Não surpreende o fato de que as penas podem ser aumentadas nos casos em que se divulgarem segredos industriais ou privados e/ou causarem prejuízo às vítimas, e também se o alvo do ataque virtual for chefe do executivo, judiciário ou legislativo federal, estadual ou municipal. Essa garantia maior para os próprios representantes políticos – que raramente temem sacrificar a imagem de isonomia ao reservarem maior proteção para seus próprios pares – pode sinalizar para um motivo da facilidade com que esse projeto foi aprovado. Além da proteção de seus eleitores, os representantes legislativos pretendiam, mais do que todo, resguardar seu próprio papel privilegiado – talvez simbolicamente ameaçado pela estrutura colaborativa direta proposta pelo Marco Civil.

Por fim, a resistência de interesses econômicos altamente influentes – como o dos servidores de internet, que podem ter seus lucros afetados pela garantia da neutralidade da rede – só foi superada pela pressão de grupos da sociedade civil e pelo desejo do governo federal brasileiro em apressar a aprovação da legislação brasileira para a internet. Dessa forma, o Marco Civil da Internet foi sancionado como Lei 12.965, de 23 de abril de 2014⁴¹, e apresentado internacionalmente pela presidência durante a conferência NETmundial, sobre o futuro da governança da internet, que acontecia simultaneamente à sua aprovação, em São Paulo. A necessidade de apressar sua tardia aprovação, aproxima o Marco Civil das outras duas propostas analisadas anteriormente: por fim, foi beneficiado também (mas não somente) pela necessidade de apresentar uma resposta legislativa à invasão de comunicações privadas – mas, dessa vez, em relação às mensagens de altos escalões de estatais e do governo brasileiro que foram alvo de espionagem pelo governo norte-americano em esquema denunciado no ano anterior pelo ex-analista da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA, Edward Snowden. Ao mesmo tempo, no final de sua tramitação no legislativo, o Marco Civil foi alterado para garantir que conteúdos considerados ofensivos só possam ser retirados com decisão judicial (artigo 19), e não mais com simples notificação, como era feito até então por muitos provedores e sites. Essa mudança, por um lado, garante maior estabilidade para a

⁴⁰ A versão final da lei aprovada pela presidência está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm

⁴¹ A versão final da lei aprovada pela presidência está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

liberdade de expressão na rede, dificultando a retirada de conteúdos. Porém, por outro lado, exige maior ponderação por parte dos usuários, que são agora os responsáveis pelos conteúdos difundidos – enquanto as plataformas de publicação só tem a responsabilidade de acatar as decisões judiciais. A essa cláusula foi adicionada a exceção explícita (artigo 21) de imagens pornográficas que violem a intimidade de terceiros, que agora podem solicitar a retirada de suas próprias imagens divulgadas sem autorização – uma resposta direta aos casos recentes de “pornô vingança”, ou seja, de imagens íntimas publicadas sem autorização dos retratados. Esses dois fatores – a invasão das mensagens do governo brasileiro pelos EUA e os casos de imagens íntimas de cidadãos comuns publicadas sem autorização – foram elementos que contribuíram essencialmente para a aprovação do projeto, construindo consenso e atraindo a atenção do público para casos recentes de invasão que evidenciavam como direitos coletivos e individuais estariam sob ameaça sem a nova lei.

4.5. Pressão midiática e influência do público interessado

Ao elencar o que considera serem “os inimigos íntimos da democracia” que dão título à sua obra, Todorov (2012, p. 18) defende que o estado democrático deve manter o equilíbrio entre o tripé fundamental que ancora a participação política com o povo, a liberdade e o progresso. Assim, é necessário evitar a polarização ou sobredeterminação de um desses três aspectos: desequilibrando seu regime de poderes sobrepesados, acabamos por desvirtuar sua temperança ao privilegiar demasiadamente o clamor popular (caindo na armadilha do populismo), a liberdade desenfreada (adotando o ameaçador ultraliberalismo) ou a demanda por progresso (incorrendo no messianismo).

Os perigos inerentes à própria ideia democrática surgem quando um dos ingredientes dela é isolado e absolutizado. O que reúne esses diversos perigos é a presença de uma forma de descomedimento. O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos da democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em um único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo, messianismo, enfim, esses inimigos íntimos da democracia. Aquilo que os antigos gregos denominavam *húbris*, ou descomedimento, era considerado como a pior falha da ação humana: uma vontade ébria de si mesma, um orgulho que persuade quem o sente de que para ele tudo é possível. Seu contrário é considerado como a virtude política por excelência: a moderação, a temperança. [...] O primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único, abrindo assim o caminho para o descomedimento. (TODOROV, 2012, p. 18-19)

Como este capítulo pretendeu mostrar, falta moderação na regulação do espaço comunicativo brasileiro. A lei inicialmente proposta para a regulação de crimes virtuais, ainda nos anos 1990, ignorava a participação dos envolvidos, que deveriam ser guiados pelo legislador messiânico em direção a um cenário supostamente melhor, sem poder interferir no processo – ecos dos traços políticos do messianismo apontado por Todorov (2012, p. 47): “programa generoso”, apoiado pela força, “com divisão assimétrica dos papéis, ou seja, sujeito ativo de um lado, e do outro, beneficiário passivo – cuja opinião não é pedida”. Também a resposta ao clamor popular do episódio lamentável da invasão de privacidade da atriz Carolina Dieckmann foi politicamente explorada para aprovar nova leva de medidas populistas contra invasões, ampliando as possibilidades de punição e controle contra os temidos ciber-crimes, sem as necessárias contrapartidas de garantias de direitos para os usuários.

Entretanto, o que mais choca é a resistência à delimitação de freios ao mercado potencialmente ultraliberalizado dos servidores da internet: o Marco Civil da Internet, que garantia os direitos mínimos dos usuários, só foi aprovado recentemente, no final de abril de 2014. Como sugerido nas seções anteriores, houve uma particular inversão de ordem ao permitir que as normas do direito penal – que trata das condutas excessivas que devem ser combatidas – precedam as garantias de direitos civis. Confirmando as hipóteses de Zuckerman e Lessig debatidas no início deste capítulo, o debate sobre o controle de liberdade de expressão atraiu a atenção do público interessado durante a formulação do Marco Civil da Internet e na mobilização ativada em resposta aos ataques à privacidade da atriz Carolina Dieckmann. No primeiro caso, trata-se de uma preocupação geral com as garantias dos direitos diretos de todos e os deveres dos provedores de internet, o que envolveu muitos atores no processo de formulação da proposta. No segundo caso, houve o aproveitamento da oportunidade criada pela pressão midiática/popular episódica, ecoando e demandando resposta a um caso específico que revelava potenciais ameaças a outros indivíduos. O caso da Lei Carolina Dieckmann também evidencia que a inércia parlamentar pode ser rompida ante o clamor que demanda resposta rápida e pontual para os problemas discutidos e propagados pela mídia massiva, visto que o episódio de crise gerado pelo ataque contra a atriz foi aproveitado como oportunidade para aprovação do projeto – e projeção de seus defensores – em tempo recorde para o congresso brasileiro. Da mesma forma, é possível também avaliar que a aprovação (ainda que tardia) do Marco Civil também foi afetada por esse mesmo clamor por uma resposta às ameaças de ataque – mas, dessa vez, em

relação às mensagens de autoridades do governo brasileiro que foram espionadas pelos EUA.

Por fim, é possível retomar a questão inicial deste capítulo, refletindo sobre a mobilização dos atores sociais e sua relação com a restrição do espaço dos tomadores de decisão em um ambiente mais aberto (para consulta popular) ou mais restrito (para formulação dos especialistas). O Marco Civil recentemente aprovado foi ousado por permitir que usuários, grupos, entidades e especialistas da área pudessem discutir, em igualdade e no mesmo espaço, suas propostas para aprimoramento do projeto. Entretanto, esses grupos que foram engajados na formulação do projeto ainda encontraram dificuldade para influenciar os processos fechados e restritos da aprovação do projeto, que está na mão dos partidos políticos tradicionais que dominam a pauta de votação no Congresso. Por um lado, essa iniciativa evita a solução tecnocrática de poucas mentes ilustres que controlam o debate público (LIPPMAN, 2010), evitando o messianismo criticado por Todorov (2012, p. 18), no início desta seção, e por Bensaïd (2012, p. 35), na introdução desse capítulo. É possível – e necessário – permitir que o público afetado seja consultado e construa suas próprias justificativas para as decisões que julgar mais justas (HABERMAS, 2010) na autorregulamentação da rede. Entretanto, não podemos negar a ambiguidade do envolvimento das personalidades midiáticas ameaçadas pelos ataques e dos políticos beneficiados pela aprovação do projeto: nos três casos, a exposição pública não pode eclipsar os interesses coletivos que deveriam nortear a regulação *da* rede – e, como não poderia deixar de ser, também *na* rede e *pela* rede.

Por outro lado, infelizmente, essas leis recentemente aprovadas tendem a ser exceção ante a pequena prioridade (inversamente proporcional, nesse caso, em relação à polêmica que atraem) com que são tratadas outras propostas que transformam os limites da liberdade de expressão atual. Como a seção a seguir demonstra, ao não encontrar no legislativo uma câmara de ressonância para o debate sobre a regulação da comunicação, indivíduos e entidades da sociedade civil procuram outros canais de qualquer maneira; infelizmente, isso é apelar mais uma vez para a tutela de uma pequena elite tecnocrática (semelhante à criticada por Bensaïd acima), que ilumina quais leis podem ou não ser ainda consideradas como válidas – ao largo do debate representativo público, mas em resposta a demandas particulares sobre controle comunicativo. Alheios à esfera pública nacional, o debate sobre a liberdade de expressão escapa da morosidade legislativa para o ativismo judiciário (em fenômeno que será melhor detalhado no final da segunda parte

desta tese); e, por vezes, demandas reprimidas por liberdade de expressão acabam até por ser canalizadas para fóruns estrangeiros, para posteriormente retornar ao território nacional em busca de transformações no controle vigente pelos meios que forem possíveis, como será visto a seguir.

4.6. Biografias sob disputa: morosidade legislativa e ativismo judiciário

Homenageado do ano na Feira de Livros de Frankfurt, de 9 a 13 de outubro de 2013, o Brasil enviou à Alemanha alguns de seus mais significativos autores contemporâneos para proferir leituras, palestras e entrevistas⁴². Durante o evento, diversas falas apresentaram um mal-estar dos autores nacionais em relação aos limites impostos por personalidades públicas para a publicação de obras que tratem de suas vidas. Atualmente, o Código Civil Brasileiro de 2002 apresenta três artigos (17, 18 e 20) que acabam por criar empecilhos para a publicação de biografias ou de outras obras que tratem de informações e dados pessoais de figuras públicas brasileiras (Mattos, 2005: 20):

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial. [...]

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.⁴³

Como mencionado anteriormente no segundo capítulo desta tese, foi com base nesses artigos que foi proibida a venda da biografia “*Roberto Carlos em detalhes*”, do historiador Paulo César Araújo. Diversos autores passaram recentemente por constrangimento semelhante, o que inviabilizou a publicação de biografias de

⁴² Página oficial do evento: <http://brazil13frankfurtbookfair.com/pt-br>

⁴³ Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm

personalidades brasileiras essenciais para a compreensão pública de nossos tempos, como Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Cecília Meireles, Lupicínio Rodrigues e Noel Rosa⁴⁴. A divergência fez com que autores como Laurentino Gomes decidissem utilizar o espaço na feira alemã para criticar o que consideram como censura:

Convidado para fazer uma palestra a respeito de biografias no estande brasileiro da Feira do Livro de Frankfurt, Laurentino Gomes acreditava que seria um debate como vários outros em que já participou. "As notícias que chegam do Brasil, no entanto, fizeram com que eu mudasse de ideia e, ao invés de falar sobre meus livros, decidi tratar da ameaça que os biógrafos sofremos agora", disse ele, na tarde de ontem.

De fato, com o surgimento de um grupo chamado Procure Saber, a discussão se polarizou. De um lado, o Procure Saber, pilotado pela empresária Paula Lavigne e formado por músicos como Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso e Gilberto Gil e que lutam contra a modificação no Código Civil, ou seja, que continue sob vigilância qualquer tentativa de se biografar alguma personalidade sem prévia autorização.

De outro, o grupo dos biógrafos, formado por Fernando Morais, Ruy Castro, Lira Neto, Paulo César de Oliveira e o próprio Laurentino Gomes que, apesar de não organizados sob uma mesma entidade, defendem o pleno direito de se escrever sobre a vida pública de personalidades.

"O Brasil é hoje um [dos] raros casos de país democrático que impõe dificuldade ou mesmo censura ao trabalho dos biógrafos", disse Laurentino. "Essa situação ameaça transformar o Brasil no paraíso da biografia chapa-branca, aquela que só é publicada mediante autorização prévia do próprio biografado ou de seus familiares e representantes legais".⁴⁵

A associação de músicos "Procure Saber", mencionada acima, foi criada para resistir às propostas de alteração nos artigos do Código Civil que protegem celebridades – como os músicos e outros artistas – da publicação de informações privadas em biografias. Como exposto no segundo capítulo, a primeira tentativa de alteração desses artigos do Código Civil foi feita no legislativo, por meio do Projeto de Lei 393/2011, do deputado Newton Lima (PT-SP), que propunha alterar o artigo 20 para permitir a "divulgação de imagens e informações biográficas sobre pessoas de notoriedade pública, cuja trajetória pessoal tenha dimensão pública ou cuja vida esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade"⁴⁶. O tema já era controverso desde a reformulação do Código Civil Brasileiro na virada do milênio (Chinellato, 2008: 238), e

⁴⁴ Brant, A. C. (2013) Movimento de censura de biografias publicadas no Brasil causa polêmica em Frankfurt. *Divirta-se*, 10/10/2013. Disponível em: http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2013/10/10/noticia_arte_e_livros.147251/movimento-apoia-censura-de-biografias-publicadas-no-brasil.shtml

⁴⁵ Brasil, U. (2013) Em Frankfurt, Laurentino Gomes critica "ameaça" a biógrafos. *O Estado de S. Paulo*, 09/10/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,em-frankfurt-laurentino-gomes-critica-ameaca-a-biografos,1083758,0.htm>

⁴⁶ A tramitação e o inteiro teor do PL 393/2011 estão disponíveis no site da Câmara de Deputados: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao;jsessionid=95477DA411E0853AE80364CE8DEE520B.node2?idProposicao=491955&ord=0>

sua discussão pública tem trazido à luz os limites conflitantes entre os direitos à imagem e à liberdade de expressão – que, no caso brasileiro, tende a receber particular influência da doutrina jurídica germânica de sacrifício da expressão ante a proteção da privacidade (Mendes, 1994), como discutido anteriormente.

Como a força das associações dos músicos tem conseguido barrar ou atrasar propostas de alteração legislativa no Congresso como o projeto de lei mencionado anteriormente – que, só foi aprovado na Câmara no começo de maio de 2014 e ainda aguarda nova votação no Senado até o momento da conclusão desta pesquisa, em janeiro de 2015 –, a Associação Nacional dos Editores de Livros (ANEL) apresentou à instância máxima do judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4815, que defende a anulação dos artigos 20 e 21 do Código Civil⁴⁷. Ecoando as críticas dos autores em Frankfurt, a relatora do processo no STF, a ministra Cármen Lúcia, prepara seu relatório final para votação após realizar, no final de 2013, uma série de audiências públicas com associações que defendessem ou criticassem a proposta de inconstitucionalidade desses artigos:

O representante da Associação Eduardo Banks, Ralph Anzolin Lichote, expôs tese contrária à liberdade das biografias. Para ele, é necessária a autorização prévia da família ou do biografado para a publicação de biografias. “Uma pessoa não pode ser avaliada pelo seu passado, mas sim por suas obras”, destacou. [...] Ronaldo Lemos se pronunciou pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. [...] “A vida humana é um fenômeno complexo, posto que inserida na história”, disse. Desse modo, ele avaliou que “quanto mais relatos a respeito da trajetória de uma personalidade pública, maior será a precisão alcançada no entendimento daquela trajetória e também menor será a repercussão de alegações infundadas que acabam se diluindo em trabalhos mais bem pesquisados e formulados”. “Más biografias devem ser respondidas com boas biografias”, finalizou.⁴⁸

Entre os 17 especialistas e representantes convidados para apresentar seus posicionamentos sobre a inconstitucionalidade desses artigos do Código Civil⁴⁹, somente dois deles apresentaram um posicionamento frontalmente contrário à ADI – o

⁴⁷ A tramitação da ADI 4815 no Supremo Tribunal Federal (STF) está disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4271057>

⁴⁸ STF (2013a). Últimos expositores da audiência pública sobre biografias se manifestam. STF, 21/11/2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=254064>

⁴⁹ A lista dos expositores está disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/LISTA_DOS_EXPOSITORES_biografiaNaoAutorizada2011_sem_email.pdf – é interessante destacar a ausência da própria autora da ação de inconstitucionalidade (a Associação Nacional dos Editores de Livros – Anel) e da polêmica associação dos músicos contrários às biografias sem autorização (a Procure Saber) entre as partes consultadas.

representante da Associação Eduardo Banks, citado no trecho acima⁵⁰, e o deputado federal Marcos Rogério (PDT-RO)⁵¹. Entre os posicionamentos mais ponderados, o também deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO) apontou a necessidade da revisão legislativa dos artigos em disputa⁵², e a professora titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e representante da Comissão de Direito Autoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Silmara Chinellato⁵³, apresentou uma exposição que frisou a inexistência de liberdades públicas sem limitações e defendeu a interpretação dos artigos do Código Civil em disputa sob a luz da Constituição de 1988:

Representando a Comissão de Direito Autoral da Ordem dos Advogados do Brasil da seccional de São Paulo (OAB/SP) na audiência pública sobre biografias não autorizadas, a professora universitária e advogada Silmara Chinellato [sic] defendeu que não há hierarquia entre os princípios constitucionais da liberdade de expressão e o direito à vida privada. Segundo ela, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) tem decidido hora em favor da prevalência de um princípio, ora em favor de outro, de acordo com cada caso.

A professora lembrou dois julgamentos de grande repercussão em que o STF teria decidido de forma diversa, de acordo com o caso concreto, ao citar a chamada ADI do Humor nas Eleições (ADI 4451). Ao julgar essa ação, o Supremo suspendeu dispositivos da Lei Eleitoral que proibiam a veiculação de charges e humor com candidatos em emissoras de rádio e de televisão.

Em sentido diferente, Chinellato citou o julgamento do Habeas Corpus (HC) 82424, em que Siegfried Ellwanger pretendia reverter uma condenação pelo crime de racismo, por promover em livros escritos, editados e vendidos por ele, ideias antissemitas contra judeus. Nesse julgamento, o STF, por maioria, manteve a condenação.

Para a professora, o Código Civil de 2002 é uma conquista em defesa da pessoa. Ela acrescentou que não há relação de causa e efeito entre liberdade de expressão e direito à vida privada, de forma que se distinga também o que é interesse público e o que é curiosidade do público.

Para a representante da OAB, “a liberdade de expressão não é absoluta e as liberdades públicas não são incondicionais”, de forma que “a responsabilidade existirá sempre, em tese, com ou sem consentimento do biografado”, acrescentando, por outro lado, que “o biografado não é detentor de direito autoral”.

Segundo ela, a interpretação do artigo 20 e 21 do Código Civil à luz da Constituição Federal “dispensa a autorização, mas não afasta a responsabilidade civil se houver dano patrimonial ou moral”, ao defender que não há hierarquia entre os dois princípios constitucionais: o da liberdade de expressão e o da privacidade.⁵⁴

⁵⁰ A fala contrária do representante da Associação Eduardo Banks, assim como todas as outras falas dos expositores, está disponível no canal do STF: <http://www.youtube.com/watch?v=GyPz73dx4RU>

⁵¹ STF (2013b). Parlamentares e pesquisadores debatem regras para publicação de biografias. STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=254008>

⁵² A fala dos deputados citados está disponível no canal do STF:

<http://www.youtube.com/watch?v=PRav-I6RVOM>

⁵³ A ponderação da representante da OAB também está disponível no canal do STF:

<http://www.youtube.com/watch?v=W9EydVOTsck>

⁵⁴ STF (2013c). Biografias: participantes defendem liberdade de expressão com responsabilidade. STF, 21/11/2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=253997>

Ao defender que os artigos dispensariam a autorização prévia para a publicação, mas não a responsabilidade em caso de dano, Chinellato procurava diferenciar a ponderação de direitos na democracia da prática anterior da censura que marcou traumáticamente a sociedade brasileira em períodos autoritários. Ainda assim, os outros expositores – representantes de entidades como a Academia Brasileira de Letras, a União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e a Associação Paulista de Imprensa – tenderam a defender a demanda da ADI durante a consulta pública no STF, o que pode eventualmente influenciar o balizamento do relatório da ministra do Supremo Tribunal Federal.

Infelizmente a decisão final sobre o caso ainda não foi tomada pelo plenário do STF⁵⁵, mas esse processo exemplifica a dificuldade na tramitação legislativa de propostas que tratem do controle comunicativo, o que leva a canalização dessas demandas para instâncias judiciais. O fato de esse debate ter sido deslocado também para o palco internacional pode sinalizar as dificuldades em discutir propostas que alterem os limites atuais para a liberdade de expressão no legislativo – e na esfera pública – do Brasil. Além disso, é possível também argumentar que o caso do controle sobre biografias pode sinalizar para a perpetuação do autoritarismo da sociedade brasileira (Chauí, 2013b: 224), visto que o caso mostra que as pressões por controle midiático ainda conseguem encontrar acolhimento em entidades da sociedade e seus representantes legislativos. Também é evidente a continuidade da infeliz dependência brasileira da atenção estrangeira para resolver problemas domésticos, assim como a garantia de direitos básicos (a liberdade de expressão para biógrafos e direito à informação para seus públicos) talvez ainda dependa também da pressão de espaços de debate internacionais (como a Feira de Frankfurt) e de notícias que atraiam o público (os embates entre biógrafos e músicos, na mesma linha dos escândalos envolvendo a invasão de privacidade de celebridades e as leis debatidas no começo deste capítulo). Sem a tematização desses direitos em foros de alto valor noticioso, os desafios locais para a construção de regulação midiática e políticas públicas de comunicação tendem a serem deixados para os bastidores, emergindo em momentos de crise, como os

⁵⁵ Justamente por isso esse caso é o último a ser analisado nesta primeira parte da tese, que tratava de diferentes instâncias judiciais e em que procurou-se privilegiar a avaliação de ações judiciais diferentes das que foram selecionadas para análise sistemática na última parte deste trabalho.

evidenciados pelos casos de tensão envolvendo o reposicionamento da privacidade em novas e antigas mídias.

Por fim, os casos avaliados mostram também que as transformações propostas no legislativo ainda enfrentam a morosidade do Congresso Brasileiro e seu temor em contrariar interesses de grupos influentes, como a associação dos músicos e artistas, criando a necessidade de escoar o debate travado no fórum legislativo brasileiro para novos espaços públicos – como a Feira de Frankfurt e o STF – para garantir a pressão e a aprovação das propostas – o que ainda não foi concretizado, no caso específico da Lei das Biografias. Com isso, o espaço público nacional continua dependente de esferas superiores ou exteriores ao público brasileiro, que, com isso, se mantém distante das decisões que afetam os seus próprios direitos. É dever e direito do público, então, também passar a acompanhar e pressionar esses novos espaços de debate; para isso, é necessário saber acessar e analisar esses argumentos, muitas vezes herméticos, revelando os princípios em que se baseiam as decisões do STF que têm acentuado peso no debate sobre a liberdade de expressão e censura, como se sugere no capítulo a seguir.

5. METODOLOGIA: FUNDAMENTOS, AMOSTRAGEM E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Em poucas palavras, mesmo um caso-limite (e Menocchio com certeza o é) pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por “estatisticamente mais frequente” – seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de “arquivos da repressão” – Carlo Ginzburg (2006, p. 21), “O queijo e os vermes”.

Para compreender as transformações que a censura enfrentou desde a abertura democrática, esta pesquisa adotará dois caminhos principais. Em primeiro lugar, avaliará as novas entidades de regulação da comunicação que surgiram com a abertura democrática desde o final dos órgãos de censura centralizados na Polícia Federal e no Ministério da Justiça (KUSHNIR, 2004, p. 149; SIMÕES, 1999). Em segundo lugar, avaliará como a instância máxima do judiciário brasileiro procura exercer seus poderes próprios de controle de constitucionalidade e proteção de princípios fundamentais, além de recurso de instâncias regionais, a partir da análise de decisões que foram classificadas pelos ministros ou pelos pleiteantes como casos de censura. Esse procedimento pode revelar as mutações desse termo com o passar do tempo, focando especificamente as mudanças nas últimas décadas: como sugerido anteriormente, passa-se da apologia da censura, até os anos 1960, ao seu silenciamento, em meados dos anos 1970, quando a Polícia Federal determina que a censura deve ser feita sem que o público saiba dela (KUSHNIR, 2004, p.121), com a posterior denúncia explícita de sua carga negativa pela própria mídia (no final da década de 1970) e sua transmutação em outros termos correlatos como “controle social” e “classificação indicativa” (décadas de 1990 e 2000), com importantes distinções e proximidades em um contexto em que a censura se torna, ela mesma, um tema tabu. Na etapa da apresentação da metodologia empregada nesta pesquisa, será pertinente analisar as relações sociais que levaram a essas transformações e suas implicações na função da mídia e seu contato com o governo nesses períodos.

Mas, em primeiro lugar, é essencial diferenciar a *teoria da prática metodológica* (LOPES, 2003, p. 93). A teoria metodológica expõe e discute a inserção desta tese dentro dos debates sobre diferentes referenciais, teorias, práticas e conceitos aplicados para investigação e análise dos problemas centrais para este estudo. Assim, é possível avaliar a base teórica em que se inserem as questões aqui abordadas – chamadas por Lopes (2003, p. 93) de metodologia *da* pesquisa. Posteriormente, é possível debater a

relação desse substrato teórico nas escolhas estratégicas e ferramentas aplicadas na prática de coleta, seleção, leitura, descrição e análise desta pesquisa – a *prática metodológica*, ou a metodologia *na* pesquisa (LOPES, 2003, p. 93). Ambos os momentos se encontram intrinsecamente relacionados: as ferramentas são escolhidas dentro das possibilidades determinadas pela base conceitual, que, por sua vez, também é influenciada pelas estratégias e problemas adotados. Porém, é pertinente, para finalidades analíticas, diferenciar esses dois momentos na exposição da metodologia que esse estudo se baseia e adota para sua melhor compreensão. Como perfilamos dois caminhos diferentes (analisar as entidades de regulação midiática e as decisões do STF sobre censura), é importante apresentar também as raízes dos estudos em cada uma dessas abordagens diferentes, que unem vertentes das ciências humanas que passam da ciência da linguagem à economia política da comunicação e à teoria democrática.

5.1. Controle, interdição e tabu

Esta tese se insere em uma longa tradição de estudos sobre a expressão e o proibido que transita entre campos da antropologia, da sociologia, da ciência política, da economia, da filosofia, do direito, da história, da linguística e da comunicação. É possível apontar uma das raízes dessa linha de pesquisa nos estudos sobre o tabu, sistematizados por Freud (2012) em sua clássica obra “Totem e tabu – algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e dos neuróticos”. Na obra, publicada entre 1912 e 1913, Freud analisava a relação de comportamentos neuróticos, a partir da sua leitura de observações etnográficas e análises antropológicas, que pretendiam classificar os sistemas de proibição de povos primitivos. Essas propostas iniciais de sistematização, como a análise de Freud a partir das pesquisas do antropólogo Northcote W. Thomas, propunham a identificação dos objetos de tabu que cuidavam de indivíduos importantes, protegiam os mais fracos (como mulheres e crianças) dos danos dos poderosos, preveniam contra os riscos de contato com certos alimentos ou cadáveres, garantiam eventos vitais como nascimento e sexo, ou protegiam pessoas da ira divina e cuidavam da propriedade, para evitar furtos (FREUD, 2012, p. 44) – sem contar o próprio tabu de quem violasse tabus (*Id.*, *ibid.*, p. 45). Além dessa tipificação, Freud destaca as classificações de Wundt sobre os tabus que tratam de animais – proibição de matar e devorar, “núcleo do totemismo” (FREUD, 2012, p.49) –, de pessoas em situações específicas – como a menstruação, doença, a gravidez ou

durante a iniciação masculina –, das posses de um indivíduo, que são tabu para os outros, e de outros objetos, lugares ou seres que causem temor (*Id., ibid.*).

Freud propõe sua própria classificação, a partir dessas pesquisas anteriores, destacando os tabus que encontram grande proximidade com os mecanismos de recalque e deslocamentos, próprios da neurose, ao tratar de tabus relativos a inimigos, chefes e mortos (*Id., ibid.*, p.67). Em sua exposição, os casos observados por antropólogos foram cruciais para apresentar as raízes e similaridades de comportamentos peculiares de indivíduos considerados como selvagens em mecanismos psíquicos presentes em todos os indivíduos neuróticos. Para Freud, o mecanismo de controle e tabu está relacionado intimamente com o desejo, visto que:

Não é necessário proibir o que ninguém deseja fazer, e, de todo modo, o que se proíbe enfaticamente deve ser objeto de forte desejo. Se aplicarmos essa tese razoável aos nossos primitivos, deveremos concluir que entre suas maiores tentações estão matar seus reis e sacerdotes, cometer incesto, maltratar os mortos, etc. (FREUD, 2012, p. 114)

Outra tradição paralela de análise do proibido parte das reflexões de Foucault (2002, p. 9) sobre os procedimentos de exclusão próprios da interdição que, como exposto na seção 3.1.5, delimita a expressão pública de certos temas adequados (excluindo o que for objeto de “tabu”) em determinadas ocasiões (“ritual da circunstância”) por indivíduos que tenham a legitimidade para se expressar (“direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”). Foucault também destaca processos de exclusão da fala considerada como sem razão (*Id., ibid.*, p. 10) ou inverídica (*Id., ibid.*, p. 15), a partir da avaliação da fala como herética (*Id., ibid.*, p. 42) em relação às doutrinas consideradas como válidas. Essas considerações de Foucault se inserem em seu projeto maior de avaliação dos mecanismos do poder que transitam na dicotomia de controle pela repressão e pela estimulação de determinados comportamentos (FOUCAULT, 1979, p. 147). Para Foucault, o método de análise do poder deve ampliar seu foco além dos aparatos estatais e dos mecanismos negativos de controle:

De modo geral, eu diria que o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas. (FOUCAULT, 1979, p. 236)

Nesse sentido, Foucault propõe a análise da “capilaridade de baixo para cima” (*Id., ibid.*, p. 250) dos instrumentos de poder. Para abarcar essa nova abordagem sobre a organização do poder, o filósofo francês propõe a avaliação dos dispositivos, que são:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

Partindo desse conceito foucaultiano, Agamben destaca que o dispositivo opera como uma “função estratégica concreta, sempre localizada em uma relação de poder”, e que “surge na intersecção de relações de poder e conhecimento”⁵⁶ (AGAMBEN, 2009, p. 3). Por ser central ao seu método de análise dessas relações, Agamben pontua também os significados que o termo “dispositivo” pode apresentar, a partir de seu sentido jurídico – a decisão de uma sentença –, tecnológico – partes de um mecanismo e seu arranjo – ou militar – meios adotados em conformidade com um plano (*Id., ibid.*, p. 7). Dessa forma, Agamben sugere a origem do termo a partir da raiz latina *dispositio* e se relaciona a uma “série de práticas, áreas de conhecimento, medidas e instituições que procuram gerenciar, governar, controlar e orientar – de forma que possa ser útil – os comportamentos, gestos e pensamentos de seres humanos”⁵⁷ (*Id., ibid.*, p. 12). Na leitura de Agamben, para além do conceito foucaultiano, temos contrapostos a ontologias de criaturas que se sujeitam aos dispositivos e, no processo, definem seus papéis identitários; e, do outro, a *oikonomia* desses dispositivos que se propõem a governar e guiar para o bem maior e em nome do interesse comum (*Id., ibid.*, p.13). Entre essas duas categorias, temos a tensão dos sujeitos, criaturas que se “sujeitam” aos dispositivos e suas medidas de controle (*Id., ibid.*, p. 14).

Ainda que Agamben (2009, p. 3) pontue a ausência do conceito de “dispositivo” na definição do objeto da pesquisa apresentada anteriormente em “A Arqueologia do Saber”, Foucault (2008) já colocava em questão esses mecanismos a partir da análise

⁵⁶ Tradução livre do autor. No original: “a concrete strategic function and is always located in a power relation”; “it appears at the intersection of power relations and relations of knowledge” (AGAMBEN, 2009, p. 3).

⁵⁷ Tradução livre do autor. No original: “a set of practices, bodies of knowledge, measures, and institutions that aim to manage, govern, control, and orient – in a way that purports to be useful – the behaviors, gestures, and thoughts of human beings” (AGAMBEN, 2009, p. 12).

das formações discursivas⁵⁸ e das “condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’” e para inserir esse tema em relação a outros afins (FOUCAULT, 2008, p. 50):

[...] Todas as posições do sujeito, todos os tipos de coexistência entre enunciados, todas as estratégias discursivas não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores; [...] certas modalidades de enunciado são excluídas [...], outras estão implícitas (FOUCAULT, 2008, p. 81).

Nesse ponto, a presente pesquisa pretende propor uma aproximação dessa linha metodológica que lida com o proibido, a partir dos constrangimentos de suas limitações – e que segue uma continuidade lógica entre autores com grande afinidade, como Agamben, Foucault e mesmo Freud –, com a teoria democrática proposta por Habermas. Essa relação pode parecer contraintuitiva – para não dizer contraproducente – devido ao grande distanciamento entre as teorias e pressupostos empregados por esses grupos tão díspares de autores. É evidente que a proposta de Habermas sobre as situações ideais de discurso e a própria proposta do agir comunicativo (HABERMAS, 1987) podem ser descartadas como simples estratégias de controle pela ritualização da enunciação ou mecanismos de constrangimento pela “vontade da verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 17). Da mesma forma, Habermas já criticara abordagens estruturalistas e pós-modernas que se alinhavam com Foucault, Derrida e Lyotard – ainda que seja possível localizar afinidades teóricas “entre a Escola de Frankfurt clássica e o pensamento de Foucault e Lyotard” (REESE-SCHÄEFER, 2009, p. 126). Além disso, é possível encontrar um ponto de contato – ainda que não apresente completa concordância e mantenha certo tensionamento – justamente entre as *condições do discurso* para Foucault, mencionadas nos dois parágrafos anteriores, e a *tematização* habermasiana.

Para o autor alemão, o pano de fundo tomado como ponto pacífico na vida cotidiana permanece “aprobemático” e somente parte dele é “tematizado”, ou seja, colocado como objeto nas falas. Entretanto, em momentos de conflito, os próprios pressupostos coletivos podem ser foco de dissenso e, como nenhum participante pode clamar ter o “monopólio interpretativo” (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145), é necessário incluir em suas interpretações o ponto de vista alheio sobre seu mundo compartilhado. Assim, parte essencial do processo discursivo de entendimento passa

⁵⁸ A fertilidade do conceito de formações discursivas na análise de casos de censura – e, particularmente, ao tratar da cobertura midiática sobre o tema – segue a proposta já aprofundada por Cabral (2012, p. 74).

por “tematizar a pretensão de validade que se mostrou problemática”⁵⁹ (*Id., ibid.*, p. 47). Essa abordagem habermasiana pode complementar – não sem tensão, nem sem possibilidade de substituição – a visão de Foucault sobre as condições de emergência de discursos: além das condições próprias do discurso que delimitam o visível por suas próprias regras, é interessante, para a análise de práticas de controle comunicativo, compreender por que determinadas medidas proibitivas podem ser questionadas e quais pressupostos podem ser reforçados, questionados ou refutados.

Pesquisas empíricas sobre processos de controle comunicativo

A partir dessa breve apresentação dos sistemas teóricos e metodológicos que inspiram esta pesquisa, já é possível avaliar nesta seção os métodos empregados por diferentes autores que também trataram da censura em estudos anteriores, destacando pontos de convergência e divergência. Uma primeira abordagem – seguindo a cronologia de seus objetos e fontes – envolve a análise de processos mantidos pela inquisição contra hereges na Europa (GINZBURG, 2006) ou nas Américas (SOUZA, 2009). Ao avaliar esses “arquivos da repressão”, Ginzburg (2006, p. 21) aponta que esses casos extremos receberam registro pormenorizado de seus perseguidores, o que, paradoxalmente, permite hoje o acesso de pesquisadores à mentalidade de homens comuns e suas ideias extraordinárias, o que “permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados” (GINZBURG, 2006, p. 21). Ao avaliar as peculiaridades das visitações do Santo Ofício no Brasil, Souza (2009, p. 379) avalia que “as atividades inquisitoriais, dos dois lados do Atlântico, semearam horror e pânico, deteriorando o tecido social mesmo quando se dirigiam a crimes menos cobiçados e rentáveis, como a feitiçaria e as práticas mágicas”. Ao refletir sobre seu método de pesquisa – a consulta aos processos inquisitoriais no Tombo português –, a autora pondera que grande volume de documentação sobre o período ainda se encontrava inexplorado, permitindo novas leituras e descobertas sobre as raízes dos processos de controle e perseguição de heresias. Lembrando o historiador português da Inquisição, Antonio José Saraiva, Souza (2009, p. 30) mostra que esse “método de pesca e linha” torna a coleta trabalhosa e dificulta as pretensões de estudos definitivos sobre esse período histórico – o que pode

⁵⁹ Tradução livre do autor. No original: “tematizan una pretensión de validez que se ha vuelto problemática” (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145).

facilmente ser generalizado para outros momentos que também produziram documentação volumosa sobre processos de controle comunicativo como o analisado pela presente pesquisa.

Seguindo uma cronologia a partir dos objetos, e não das publicações dos resultados das pesquisas, encontram-se os diversos estudos sobre a censura à literatura. Entre os métodos de análise destaca-se, inicialmente, a avaliação de listas de livros produzidos pelas editoras e comercializados no mercado clandestino, devido a proibições do estado absolutista durante a França pré-revolucionária – estratégia adotada por Darnton (1998) para tentar reconstruir, séculos depois, a repressão à literatura política e obscena que nem mesmo na época podia ser identificada ou sistematizada facilmente: “a polícia não mantinha um registro de todos os títulos que podiam ser considerados ilegais conquanto nunca tivessem sido formalmente condenados” (DARNTON, 1998, p. 19). Em períodos mais recentes, o Estado já conseguira atingir maior eficácia repressora com a censura prévia em períodos autoritários, permitindo a enumeração de centenas de livros proibidos durante a ditadura militar brasileira (SILVA, 2010, p. 291-305), por exemplo. Essa análise é possível pela consulta pública atual dos arquivos dos pareceres de avaliação e censura, avaliados por Reimão (2011, p. 131-155), assim como cartas enviadas pela população para os órgãos de censura do Estado, demandando a proibição ou solicitando a liberação de obras que tenham atraído sua atenção, pesquisa conduzida por Fico (2002, p. 269). A partir do registro desse aparato estatal de censura, também é possível ter acesso às contestações jurídicas que pediam a liberação das obras, como analisado por Silva (2010, p.131). Essas pesquisas mostram como, no intuito de melhor controlar as práticas consideradas como ofensivas, os processos jurídicos contra obras polêmicas podem não só melhor gerenciar os processos de controle, favorecendo uma censura mais eficiente: por vezes, é possível permitir maiores avanços na luta pela liberdade de expressão, devido aos limites impostos nas decisões judiciais aos objetivos ou aos métodos de controle. Esse potencial liberalizante pode ser exemplificado pela análise de Coetzee (2008, p. 69) do julgamento do livro “O amante de Lady Chatterley”, de Lawrence, que permitiu uma nova leitura mais libertária sobre os limites do que poderia ser considerado como obsceno a partir da legislação britânica, e a consequente permissão para publicação desse livro que se encontrava banido há três décadas.

Também a pesquisa sobre a censura ao teatro pode ser realizada a partir da consulta aos arquivos preservados pelos antigos órgãos de censura em períodos

autoritários, possibilitando reconstruir, por meio dos textos analisados pelos censores do Estado, a cena teatral de períodos e locais pouco reconhecidos dentro da historiografia cênica, e reconstruindo os pontos de inserção e as particularidades da censura teatral dentro dos demais órgãos repressores da ditadura (COSTA, 2006). A consulta aos processos teatrais apresenta uma particularidade em relação à censura dos livros, visto que era possível identificar, em peças com liberação parcial, termos considerados como ofensivos e que deveriam ser cortados das apresentações – permitindo uma reconstrução atual de palavras proibidas e de suas cargas polêmicas (GOMES, 2008). Também permitiu o contato com antigos censores, para que apresentassem seus critérios de controle, a partir de entrevistas com pesquisadores como Carvalho (2013, p. 141).

Abordagem semelhante, ainda que a partir de arquivos diferentes, foi adotada por Aquino (1999) para reconstruir a censura à imprensa: a pesquisadora partiu dos recortes de jornais de matérias censuradas que foram preservados pelos próprios editores dos jornais *O Estado de S. Paulo*, entre 29 de março de 1973 e 3 de janeiro de 1975, e *Movimento*, entre 7 de julho de 1975 e 5 de junho de 1978, para sistematizar os temas que atraíram com mais frequência os cortes dos censores instalados nas redações. Kushnir (2004) também tratou da censura à imprensa, mas a partir de uma perspectiva diversa: com acesso aos documentos de dentro da engrenagem de controle estatal, focou a organização institucional, os regulamentos e comunicados que escoravam o funcionamento cotidiano da censura federal em sua relação com as redações brasileiras durante a ditadura militar – e os arquivos de veículos que compactuaram com a censura, como a *Folha da Tarde*. Outra perspectiva diferente foi adotada por Carneiro e Kossoy (2003) ao avaliar, nos arquivos do Deops, os indivíduos que foram fichados pelo governo do Estado de São Paulo entre 1924 e 1954: por meio dos exemplares preservados como provas de comportamento subversivo, foi possível trazer à luz jornais apreendidos pela polícia nas mãos de indivíduos autuados por comportamento suspeito de subversão, compondo um caleidoscópio da imprensa alternativa do início do século XX a partir do consumo de indivíduos marginais ou que caíam na malha de repressão da época devido a manifestações políticas ou por pertencerem a grupos étnicos minoritários. É importante destacar que essa abordagem apresenta proximidade marcante com a metodologia adotada por Ginzburg (2006) para reconstruir os hábitos de leitura de indivíduos condenados pela Inquisição Católica, como mencionado no início desta seção.

Também os veículos audiovisuais apresentam potenciais próprios e métodos de pesquisa particulares para a análise de práticas de controle midiático. Souza (2003, p. 169) já mostrava como o aparato estatal ocupou as salas de cinema e as ondas de rádio para promover iniciativas educativas ou de propaganda nacionalista no Brasil semialfabetizado dos anos 1930. Simões (1999) reconstrói a historiografia dos filmes censurados – e também da própria estrutura governamental de promoção e controle cinematográfico – a partir da documentação dos filmes submetidos à censura. Já Petley (2007, p. 14) analisa as diferentes estratégias contemporâneas de avaliação e classificação indicativa de filmes em diversos países, seja por parte de organismos estatais – como é feito no Brasil – ou por associações de produtores – como nos EUA. Entre as práticas de autorregulamentação da mídia brasileira, Souza (2011) aponta os limites do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR – em apresentar diretrizes de conduta, vigiar as denúncias e proibir os excessos a partir do caso de campanhas publicitárias cuja veiculação foi proibida, em uma exemplar análise que leva em consideração a penetração que uma dessas campanhas obteve mesmo com sua proibição. Na relação entre governos, meios de comunicação e interesse público, Melo (2007) e Reimão e Andrade (2007, p. 92) também avaliam as políticas de concessão de rádio e TV, unidas à promíscua relação entre governantes e proprietários de meios audiovisuais, como condicionantes para a compreensão das peculiaridades dos mecanismos de censura nesses meios.

Entre as pesquisas que avaliam o controle das novas redes digitais, como discutido no capítulo anterior, Lessig (2006) pontua que a própria estrutura do código da internet permitiu, em um primeiro momento, grande potencial de liberdade de expressão por permitir um grau de acessibilidade, anonimato e dificuldade de rastreamento como nenhum outro meio possibilitara antes. Porém, o autor destaca, avaliando alterações propostas por entidades governamentais e por corporações, que a arquitetura da rede tem sido “re-regulada” (LESSIG, 2006, p. 237) para permitir um controle maior – e talvez maior ainda do que fosse jamais imaginável ou possível no mundo *off-line* anterior. Ao avaliar os riscos de algoritmos de busca padronizados para atender a demandas de perfis pessoais em páginas de pesquisa, fóruns e redes sociais, Pariser (2012) considera que o futuro do controle da informação não envolve só a *censura* do considerado como desviante a ser silenciado, mas também o *filtro invisível* que atrai o foco dos diferentes indivíduos e oculta o considerado como “irrelevante” de forma imperceptível pelos mecanismos de busca. Para Pariser (2012, p. 125), “a China

não está tão interessada em eliminar completamente as informações problemáticas e sim em alterar o fluxo – criar fricção para as informações problemáticas e desviar a atenção pública” no debate público: um mecanismo tão pernicioso quanto nossa miopia incapaz de ver além das escolhas apontadas *para* – em vez de *por* – nós.

Por fim, os estudos que avaliam decisões judiciais no estado democrático e o controle da liberdade de expressão baseiam-se em metodologias particularmente próximas das utilizadas pela presente pesquisa. Gonçalves e Lapa (2008) apresentaram uma proposta de acesso a bancos de dados jurídicos que permite sistematizar argumentos apresentados em decisões judiciais – nos casos em foco pelas pesquisadoras, relacionando fundamentos religiosos que contaminavam processos pretensamente laicos em casos de aborto de anencéfalos. O método discutido por Gonçalves e Lapa inspirou e permitiu a presente proposta metodológica de análise dos princípios empregados na argumentação de processos brasileiros sobre a liberdade de expressão e seu controle – as ferramentas metodológicas que serão pormenorizadas na seção a seguir. Anteriormente, outras pesquisas já puderam avaliar casos jurídicos de tutela da liberdade de expressão na Suprema Corte dos EUA (SILVA, 2009), ou a análise da legislação brasileira sobre liberdade de expressão (GODOY, 2008), casos de destaque em nossa jurisprudência sobre o tema (BARROSO, 2001) e até mesmo a cobertura da imprensa sobre processos de censura (CABRAL, 2012). Entretanto, ainda era necessária uma avaliação mais sistemática e ampla sobre as entidades de regulação midiáticas e sua relação com as decisões judiciais que avaliassem denúncias de censura, como será proposto a seguir.

Ainda assim, é necessário concluir esse levantamento metodológico com uma pertinente reflexão de Kushnir (2002, p. 577) sobre as condições de produção de documentos que constam em arquivos e bancos de dados cuja finalidade original envolve o controle jurídico-estatal: ao analisar fichas do Dops sobre presos políticos, a pesquisadora destaca que não podemos esquecer-nos de que tais documentos são sempre instrumentos de poder:

Os documentos do Dops não devem ser tomados como a verdade da vida de um indivíduo, mas sim como a expressão da lógica de desconfiança que permeava um órgão com as suas características. (KUSHNIR, 2002, p. 578)

Da mesma forma, não podemos avaliar ingenuamente os processos jurídicos, regulamentos legislativos ou entidades que tratam de casos conflituosos sobre o controle

da liberdade de expressão como o reflexo fiel da realidade que retratam: expressam, mais do que a defesa da liberdade ou do seu controle, a representação dos interesses em disputa pela submissão ao poder estatal ou comunicativo (PAGANOTTI, 2012b, p. 14).

5.2. (Hetero/Auto)Regulação: a abordagem da economia política da comunicação

A outra abordagem complementar desta pesquisa que subsidia a análise das decisões jurídicas sobre censura demanda a análise sistemática das entidades que regulam os processos comunicativos no Brasil, focando particularmente a relação entre seu funcionamento e formação com o processo de abertura política recente. Não se trata de uma ruptura brusca com a abordagem da seção anterior; pelo contrário, procura-se avaliar justamente os dispositivos de controle e regulação discutidos anteriormente por Agamben (2009). Nesse sentido, mostrou-se fértil a adoção dos conceitos e ferramentas de análise da economia política da comunicação, campo que apresenta grande tradição na avaliação de entidades de controle sobre a mídia, com propostas de análise comparativa entre setores, como a adotada a seguir. Assim, como a maior parte dos estudos no campo da economia política da comunicação (REINARD; ORTIZ, 2005, p. 601), a presente pesquisa se insere na abordagem denominada, por Wasko (2005, p. 31), “estudos históricos”, focando na análise de mudanças e continuidades de estruturas e na relação entre o Estado e o poder econômico – no caso específico desta pesquisa, avaliando como as mudanças políticas no período posterior à abertura democrática influenciaram a recomposição das estruturas de controle da comunicação após o fim da censura que marcou a ditadura brasileira até os anos 1980. Esse é também o período de fortalecimento do neoliberalismo, definido por Mosco (2005, p. 55) como a “retirada do Estado de setores vitais da vida social, incluindo a comunicação, setor em que, no passado, o Estado já foi envolvido significativamente na construção de infraestrutura, na definição de padrões técnicos, na regulação de acesso ao mercado e no oferecimento direto desses serviços”⁶⁰:

According to neo-liberalism, such functions are best provided by the private sector with minimal state involvement. Specifically, neo-liberalism aims to customize state functions, tailor them to suit business needs, and thereby avoid what its supporters

⁶⁰ Tradução do autor. Original: “Arguably the dominant political tendency today is neo-liberalism which was founded on the retreat of the state from vital areas of social life, including communication, where the state was once very significantly involved in building infrastructure, establishing technical standards, regulating market access, and providing services.”

contend is the stalemate created by excessive public demands for state services. (MOSCO, 2005, p. 55)

Esse é justamente um dos principais desafios contemporâneos da economia política da comunicação para Murdock (2005, p. 18): a “re-orientação da regulação”. No passado, governos procuravam impor limites comerciais para os operadores da comunicação, construindo limites para a concentração proprietária, garantindo a competição justa, controlando a publicidade e defendendo o interesse público. Atualmente, entretanto, novos desafios têm se construído para esses limites tradicionalmente nacionais com a abertura dos mercados, as pressões do liberalismo e a interdependência de mercados com a construção de oligopólios globais que dominam o setor, utilizando-se de ferramentas – como a internet – que borram as barreiras e as eficácias tradicionais dos Estados nacionais no controle de suas fronteiras e políticas públicas. Nessa disputa entre o mercado e o Estado pela primazia na definição de práticas e condutas consideradas como adequadas ou benéficas, o mercado tem procurado representar-se como mais eficiente, confiável e independente na definição de regras, reduzindo a influência dos governos (MOSCO, 2005, p. 59) – e, conseqüentemente, dos públicos que sobre eles detém a pressão política – na definição de políticas públicas para esses setores. Com essa predominância dos argumentos liberais, McQuail (2005, p. 237) critica que o debate tem sido polarizado entre uma escolha reduzida entre uma única forma de liberdade – a do mercado – e formas restritas (e poderíamos acrescentar restritivas) de responsabilização – a censura ou controle estatal –, “como se maior responsabilização só pudesse ser atingida pelo sacrifício da liberdade”⁶¹. Entretanto, essa dicotomia entre liberdade de expressão e censura acaba deixando de lado diversas outras gradações essenciais que podem trazer simultaneamente mais liberdade e mais responsabilidade para a expressão:

[...] The core of the problem of accountability, which is the apparent inverse correlation between freedom and accountability. The contradiction seems especially marked in the context of publication, where the principle of freedom of speech rules out censorship or punishment for speech, except under a limited number of circumstances. This is not just a theoretical issue, since virtually all modern efforts to make the press more accountable for alleged breaches of responsibilities on many of the issues listed above have been countered by an appeal to a more or less absolute protection of freedom of the press or media. The motives for such

⁶¹ Tradução livre do autor do final da frase: “Normative media theory has allowed the debate to be narrowed down to a choice between freedom of the media market on the one hand and control or censorship by the state in one form or another on the other, as if greater accountability can only be achieved by sacrificing more freedom” (McQUAIL, 2005, p. 237).

resistance may often be questionable but this does not reduce the strength of the argument. [...] Increased accountability need not materially decrease the freedom of media. In the real world, there is no freedom totally devoid of accountability and there have to be ways of reconciling one with the other if we want the principle of freedom of expression and the press to retain its legitimacy. (McQUAIL, 2005, p. 241)

Entre os termos ignorados pela dicotomia reducionista entre controle e liberdade, é possível acrescentar, como parte dos mecanismos de responsabilização mencionados por McQuail, algumas das entidades responsáveis pela regulação da mídia. Entretanto, qual o limite que distinguiria a regulação do simples controle? Para melhor compreender essa distinção possível, é necessário focar as definições para a regulação – o que passa também por classificar as diferentes entidades responsáveis por esses processos de acordo com sua relação com os produtores midiáticos, o público e o Estado.

Regulação: definição e classificação de (hetero/co/auto)regulação

A própria definição do sentido que se pretende adotar em relação à “regulação” é alvo de polêmica e, por vezes, envolve uma limitadora concepção instrumentalista dos meios de comunicação – que não só ignora teorias da recepção que diminuem a centralidade do emissor e da unilateralidade do fluxo comunicativo, como também acaba por retomar as antigas estratégias de controle dos governos autoritários:

[...] 'Regulation' is controversial as well. In American legal political studies, regulation means a specific form of state influence on economic processes, whereas in Europe the term is generally understood as being used generically to describe means of achieving public policy objectives. [...] Modern regulatory theory holds that an adequate understanding of regulatory phenomena can not be seen as a kind of tool in the hand of a steering actor, most likely the state, but sometimes an industry player or association as well. According to this understanding, regulation has to be seen as a social process rather than a part of social mechanics. However, this is easily said, but hard to follow reliably, even in research. When forced to make assumptions on impact assessment, parts of the regulatory process have to be isolated and constructed as a simple stimulus-response relationship. (HANS-BREDOW-INSTITUT, 2006, p. 11)

Em uma crítica que procura evidenciar as limitações dessa visão funcionalista da regulação como um processo de intervenção mecanicista, Silverstone (2004, p. 440) aponta que, por vezes, a regulação é compreendida – e, pior ainda, assim atua – de forma “insuficiente para garantir a humanidade ou a cultura”, “no máximo como operacionalização do que pode ser chamado de ética aplica” e “no pior sentido como

reforço sem sentido de interesses comerciais e políticos disfarçados”⁶². De forma precisa, mas sem deixar de lado certa poesia, Silverstone (2004, p. 442) argumenta que “grande parte dos impulsos de regulação, que tratam da propriedade da indústria midiática” ou “que se preocupam com o bem-estar da família”, estão “preocupados com a proteção do lar [home]”, visto que “protegem tanto a criança vulnerável em casa [home] como a nação [home-land] vulnerável como se fosse uma criança”⁶³. Assim, ao infantilizar as audiências e manter no berço a segurança nacional, o foco da regulação tende a perpetuar uma visão simplista e funcionalista dos efeitos dos meios de comunicação, ignorando os avanços da teoria da recepção e dos estudos culturais nas últimas décadas (GOMES; PAGANOTTI, 2012):

The focus on content, on media as representational technologies, is in many ways atavistic. It brings back concerns that many had thought long since buried in the analysis of mediation: concerns with ideology, effects, false consciousness even. On the other hand, our regulatory concern is still implicitly (and sometime explicitly) based on such assumptions as these: a political economy in which ownership determines content, and where content in turn determines meanings and effects. (SILVERSTONE, 2004, p. 446)

Evitando essa definição funcionalista e simplificadora – e se alinhando mais à abordagem norte-americana do que à europeia, mencionada anteriormente pelo Hans-Bredow-Institut (2006, p. 11) – Lins (2002, p. 8) define a regulação a partir da atuação dos agentes por ela responsáveis, ou seja, a partir de suas funções de regulamentar, administrar, controlar, julgar e aplicar penalidades. Mais próximo do sentido europeu do termo, a presente pesquisa acaba por sugerir um sentido mais preciso para o termo: partindo da terminologia de Habermas (2010), é possível definir que a regulação envolve a *autonomia* para *formulação pública* de *normas* para *objetivos coletivos* que deve conter *facticidade* (força de imposição) e *validade* (legitimidade).

Também é essencial classificar as diferentes entidades responsáveis pela regulação a partir de sua maior ou menor proximidade com diferentes setores sociais envolvidos na mídia. Tendo em mente o alerta de Raboy e Padovani (2010, p. 156)

⁶² Tradução livre do autor. No original: “I intend to argue that existing forms of media regulation, at best operationalizations of what can be called applied ethics [...], at worst mindless enforcements of vested political or commercial interests, are not sufficient as guarantors of humanity or culture” (SILVERSTONE, 2004, p.440).

⁶³ Tradução livre do autor. No original: “[...] I argued that almost all our regulatory impulses, those that engage with the ownership of media industries on the one hand and those that concern the welfare of the family on the other, are between them concerned with the protection of home. [...] Protect both the vulnerable child at home and the vulnerable home-land as if it were a child” (SILVERSTONE, 2004, p. 442).

sobre a necessidade de evitar dicotomias entre os diferentes níveis e setores envolvidos na regulação – que costuma a levar a estéreis debates sobre entidades mais ou menos estatais, mais próximas da governança ou da regulamentação e outras diferenciações terminológicas –, é importante considerar que os polos apresentados envolvem somente extremos ideais; e que, na prática, diferentes atores podem acabar envolvidos na regulação, mesclando as fronteiras dessa classificação. Entretanto, de modo geral, é possível – e útil para a análise – distinguir três polos de influência sobre a regulação, que resultam em três grupos de entidades a eles relacionadas: o estado (heterorregulação), os comunicadores (autorregulação) e o público (corregulação).

Também essa classificação não poderia passar por consensual. Krogh e Nord (2010, p. 192) lembram a definição clássica de não três, mas quatro tipos de mecanismos de responsabilização da mídia: mercado, profissional, política e público. Nesse caso, a “política” seria vista como regulação do estado, enquanto a autorregulação é subdividida em instâncias de responsabilização somente dos profissionais da mídia e somente das empresas. Outra sistematização semelhante, mas com uma ligeira troca nos polos, foi sintetizada por Sousa et al (2012a, p. 11) como a análise da “heterorregulação estatal, da corregulação empresarial e da autorregulação profissional e intra-empresarial”, distinguindo a corregulação de um setor como um todo, da autorregulação de uma categoria profissional e da regulação interna de uma só companhia. Ainda seria possível debater se a corregulação deve ou não envolver obrigatoriamente o Estado e/ou o público e/ou profissionais, em configurações de duplas ou trios dessas instâncias que variam, dependendo do sentido atribuído por diferentes teorias. Como Fidalgo (2013, p. 201) destaca, nem sempre há clareza na distinção entre a regulação estatal e a autorregulação, assim como muitas vezes se confundem “*prescrições legais* – que são obviamente responsabilidade do Estado e do poder político – e *preocupações éticas* – que são responsabilidade dos profissionais e empresas de mídia”⁶⁴.

Ainda assim, muitas dessas classificações apresentam denominadores comuns na descrição desses mecanismos, e é por meio desses descritores que se procura compor a classificação aqui proposta que pretende simplificar esse processo de classificação:

⁶⁴ Tradução livre do autor. Trecho original: “[...] very often some kind of (more or less deliberate) confusion between state regulation and self-regulation, together with some confusion between legal prescriptions – which obviously are a responsibility of the State and of the political power – and ethical concerns – which are a responsibility of media professionals and of media companies and, therefore, should be kept outside the range of the political institutions” (FIDALGO, 2013, p. 201).

1. Heterorregulação estatal: ainda que seja possível subdividir essa classificação a partir das diferentes instâncias a que se conectam as entidades (executivo, legislativo ou judiciário, com diferentes graus de autonomia na sua nomeação e independência para atuação), de modo geral, é possível abarcar dentro dessa classificação as entidades que orbitam ao redor da esfera de influência do Estado, mesmo que alguns de seus membros sejam aliciados entre profissionais do mercado ou de entidades civis (como o caso português da ERC), visto que a estrutura da entidade está conectada, com maior ou menor grau, ao Estado e ao financiamento público – seja por taxas específicas ao mercado, aos consumidores ou pelo orçamento geral de alguma das esferas governamentais. Para Puppis (2010, p. 139), é a regulação com “influência deliberada do Estado”⁶⁵, ou seja, o predominate nessa esfera é que ela parte da iniciativa do Estado, ou seja, de fora do próprio setor comunicativo – e daí deriva a própria terminologia “hetero” que frisa o olhar de um diferente sobre o processo da comunicação. Mesmo com a abertura dos mercados e a desregulação de setores que muitas vezes contavam com monopólios estatais, em muitos países, o processo de liberalização foi acompanhado por uma retirada do Estado do papel de provedor de serviços para o de regulador de companhias que agora atuam nessa área:

Se, por um lado, se argumenta que o poder de decisão já não está nos estados, os estados parecem continuar a assumir – em nome do interesse público – o que eventualmente os cidadãos não terão condições para reivindicar e muito menos para impor. Independentemente de todas as possíveis diluições de poder e da (por vezes) desconfortável e confusa co-existência regulatória, os estados legitimam a sua ação nesta matéria por se assumirem como defensores e intérpretes das mais estruturantes liberdades e garantias. (SOUSA et al, 2012a, p. 11)

2. Corregulação social: ao contrário da heterorregulação, o Estado não mais predomina como agente determinante da regulação. Em alguns casos, a iniciativa da sua criação pode até partir de instâncias estatais, como a aprovação de leis no congresso ou por decretos do executivo, mas cuja execução esteja a cargo de uma entidade sem nenhuma conexão formal com o Estado (CÁDIMA, 2007, p. 73), no que, por vezes, é classificado como “autorregulação regulada” [*regulated self-regulation*] (FIDALGO, 2013, p. 205). Puppis (2010, p. 139) considera inclusive ser possível que, além do “mandato originário do Estado”, entidades de corregulação possam ser sujeitas à

⁶⁵ Tradução livre do autor. No original, “deliberate state influence” (PUPPIS, 2010, p. 139).

supervisão do governo⁶⁶. Entretanto, o que a presente proposta de classificação pretende destacar é que, ao evitar uma ligação direta com o Estado ou com organizações de empresas ou profissionais, essas entidades acabam por possuir um caráter inerentemente híbrido, e podem abrigar maior participação de organizações da sociedade civil que não tenham ligação direta nem com os comunicadores nem com o Estado.

Co-regulation is typified by a specific combination of state and non-state regulation. Other forms of combining state- and non-state regulatory activities are singled out as well as systems without any state involvement. The latter could be called (pure) self-regulation. For a regulatory system to be classified as co-regulation does not mean that it is per se more effective in achieving an objective than a self-regulatory system. There is no clinching argument that state involvement means better regulation. Quite the reverse is stated, sometimes arguing that in self-regulatory systems industry really does take over responsibility and therefore ensures implementation. (HANS-BREDOW-INSTITUT, 2006, p. 11)

3. Autorregulação setorial/profissional/institucional: um elemento importante de distinção da autorregulação em relação às outras categorias anteriores é a sua autonomia em relação ao Estado: sua criação e seu funcionamento são definidos por organismos sem dependência governamental. Assim, são entidades com grande autonomia para definir normas entre agentes comunicativos, para suas “associações adotarem entre si e para si linhas diretrizes comuns” (CÁDIMA, 2007, p. 73). Entretanto, é importante destacar que nem sempre essa autonomia é total e, frequentemente, o Estado pode ser considerado como um interlocutor importante, por vezes sendo até o responsável indireto pela criação desses mecanismos: como lembrado por Serrano (2007, p. 131), “autorregulação nasce, quase sempre, do receio da regulação” – como foi o caso do Conar, que autorregulamenta a publicidade no Brasil, e que será discutido na seção sete –, e “quanto mais fraca é a autorregulação, maior é a tentativa de reforçar a regulação”.

Assim, a autorregulação é um mecanismo interno, seja de uma instituição (como os ombudsmen, ou provedores do leitor), de um setor empresarial (como as associações de produtores midiáticos que desenvolvem suas próprias entidades reguladoras, em que o Conar brasileiro é, mais uma vez, o exemplo) ou de uma organização profissional (como os códigos de ética ou os conselhos deontológicos, como o existente em Portugal e ligado ao sindicato dos jornalistas).

⁶⁶ Tradução livre do autor. No original, “coregulation refers to mandated self-regulation or industry self-regulation with some oversight by government” (PUPPIS, 2010, p. 139).

Como mencionado acima, outras classificações tendem a justamente subdividir a autorregulação de acordo com os grupos sociais aos quais estão conectadas. Sousa et al (2012a, p. 4) só consideram autorregulação a “regulação profissional ou intra-organizacional”, destacando como correção a “regulação desenvolvida e acordada entre empresas/operadores no mercado, ou mesmo associações setoriais ou profissionais” (SOUSA et al, 2012a, p. 4). Outra forma de realizar essa distinção é separar a autorregulação somente “profissional” da “comunicativa”, que envolve, além dos profissionais, também as empresas e as audiências (FIDALGO, 2013, p. 211), no que seria considerado, para a presente proposta de classificação, como correção. Porém, o mais importante é definir que “autorregulação, por definição, implica a regulação por atores não-estatais”, em que “uma organização regula os padrões de comportamento de seus membros” (PUPPIS, 2010, p. 139)⁶⁷.

Apesar da defesa frequente da autorregulação como alternativa mais eficiente e menos interventora em relação à regulação estatal, Fidalgo (2013, p. 210) destaca três dificuldades da autorregulação: o risco de corporativismo, a falta de sanções que superem a simples crítica moral e a limitada participação do público devido a seu caráter inerentemente “autocentrado”:

Professional groups (and journalists are not an exception here) may tend to transform self-regulation into some kind of corporatist mechanism of self-defense, used to ‘clean the dirt’ inside the house and to avoid any kind of direct or indirect interference from outside, or used to keep some professional privileges untouched. When a collective organization is more committed to preserve and to enhance a strong esprit de corps than to really take care of its members’ responsibilities in ethical issues, it risks losing credibility (and legitimacy) in terms of real self-regulation. And the outcome may be more a kind of de-responsibilization than a real means of accountability.

Besides legitimacy, the question of efficacy also arises now and then: since self-regulatory mechanisms tend not to have the power to impose material sanctions, apart from moral sanctions (as is the case, for instance, of a public condemnation of ethical misbehavior), many voices doubt that it actually punishes those who misbehave in ethical terms and really helps to improve media social responsibility. [...] A third objection is more and more frequently raised: the self-centered character of self-regulation, as it usually is exercised – which tends to exclude the public from all these processes and debates. And it seems rather clear, nowadays more than ever in the past, that the public is not just the passive ‘receiver’ of messages coming from the media; on the contrary, it is an active actor and partner of public communication and, therefore, it must have a say in the information process. (FIDALGO, 2013, p. 210)

⁶⁷ Tradução livre do autor. No original: “In contrast, self-regulation by definition implies a regulation by nonstate actors. It involves an organization regulating the standards of behavior of its membership” (PUPPIS, 2010, p. 139).

Ainda assim, como será possível avaliar nas seções a seguir (particularmente no caso do Conar), algumas das entidades de autorregulação já desenvolveram mecanismos para superar, ainda que parcialmente, esses desafios.

5.3. Metodologia: Panorama Setorial/Nacional da Formação e da Resposta à Regulação da Comunicação

Como mencionado na introdução, uma das justificativas para que parte da presente pesquisa tenha sido desenvolvida na Universidade do Minho, em Portugal, envolve a proposta metodológica do modelo de comparação de estruturas de regulamentação midiática apresentado recentemente por Sousa, Trützschler, Fidalgo & Lameiras (2013). Assim, uma primeira abordagem desse estudo envolve aprofundar as pesquisas sobre as nove dimensões originais desse modelo, partindo do estudo comparativo realizado entre Portugal – pelas pesquisadoras Helena Sousa, orientadora do projeto de Doutorado Sanduíche no Exterior, desenvolvido em 2014, e Mariana Lameiras (SOUSA; LAMEIRAS, 2013) – e outras doze nações da União Europeia: Alemanha, Áustria, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Polônia, Reino Unido e Suíça. Com isso, foi possível aplicar esse modelo à realidade brasileira e contrapor a regulamentação midiática com a realidade europeia e, particularmente, a portuguesa e a espanhola, o que facilita a inserção e contraposição dos princípios e mecanismos que regulam a liberdade de expressão no Brasil a partir dos paralelos, aproximações ou alternativas presentes nos outros países.

O modelo proposto por Sousa, Trützschler, Fidalgo & Lameiras (2013, p. 6-7) pretende avaliar as reconfigurações por que passam as esferas de regulamentação midiática em diferentes países a partir de nove diferentes dimensões classificadoras, que agrupam questões que precisam ser respondidas para analisar, sistematizar e comparar diferentes práticas regulatórias: *estrutura legal* (natureza e independência dos órgãos e ligações entre estruturas de autorregulamentação e corregulamentação); *funções* (setores cobertos e expectativas de desempenho); *legitimação e valores de base* (argumentos empregados na justificativa da regulação e pontos de contato ou dissenso em relação aos valores dos meios de comunicação); *performance* (tarefas cotidianas e a abertura para contestação, apelação ou questionamento de seu funcionamento); *mecanismos de aplicação e prestação de contas* (medidas adotadas para garantir a resposta à regulamentação, como multas ou outras penalidades, além dos organismos aos quais o

órgão de regulação responde); *organização institucional e sua composição* (se membros da mídia, do público, de entidades sociais, partidos políticos e/ou do governo fazem parte de sua organização, da tomada de decisão ou são consultados eventualmente); *financiamento* (se a origem da verba para financiamento da estrutura de regulamentação vem do orçamento público, de taxas, licenças ou outras tarifas); *contexto* (descrição geral do sistema de mídia nacional e relevância das entidades de regulamentação); além de outras *questões ignoradas* (que eventualmente não estejam previstas no modelo).

A partir da sistematização das instâncias regulatórias segundo o arcabouço descrito acima, é possível analisar dois elementos complementares, que não são cobertos diretamente na proposta de Sousa, Trützschler, Fidalgo & Lameiras (2013), mas que são centrais ao escopo desta tese: em primeiro lugar, como foi o processo de formação dessas entidades? E como a criação, as transformações e as decisões dessas instâncias de regulamentação midiática foram debatidas publicamente e tratadas em momentos chave pela mídia (que é justamente o alvo dessa regulamentação e, também, o palco do debate sobre seus processos)?

Resposta social à regulação da mídia

Assim, como já sugerido no projeto original, essa pesquisa propunha avaliar também os mecanismos de “*resposta social*” – adotando e adaptando a nomenclatura de Braga (2006) – à própria regulação da mídia, seja por meio de oposição ou apoio de representantes no poder legislativo, contestações ou defesas no poder judiciário, propostas ou retiradas de prioridade por parte do executivo, além de declarações de organizações sociais, representantes de proprietários ou de profissionais dos meios de comunicação, além do público geral e organizações não governamentais. Como será possível ver na segunda parte desta pesquisa, muitas vezes, essas pressões, que não se encontram nas páginas das tribunas da imprensa, podem ser vislumbradas em comunicados partidários, movimentos parlamentares, liminares da justiça ou encontros entre lobistas. Muitos desses processos já foram abordados em trabalhos anteriores (MONTEIRO, 2012; PAULINO, 2008; FORNAZARI, 2006; AGUIAR, 2005; BOLAÑO, 2003), que constituem grande parte da documentação consultada para a composição dos resultados na seção a seguir, junto à documentação oficial e legal disponibilizada pelas entidades de regulação.

Como bem destacado por Braga (2006, p. 40), “os dispositivos socialmente gerados para organizar falas e reações sobre a mídia utilizam, com frequência, a própria mídia como veiculador” – o que ocorre no caso particular das regulamentações sobre a liberdade de expressão e a própria mídia. Para isso, é importante avaliar a “tematização” (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145) de estruturas e casos de controle comunicativo pelos meios de comunicação. Para Habermas, o pano de fundo tomado como ponto pacífico na vida cotidiana permanece “aproblemático”, e somente parte dele é “tematizado”, ou seja, colocado como objeto nas falas. Entretanto, em momentos de conflito, os próprios pressupostos coletivos podem ser foco de dissenso; e, como nenhum participante pode clamar ter o “monopólio interpretativo” (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145), é necessário incluir em suas interpretações o ponto de vista alheio sobre seu mundo compartilhado. Assim, parte essencial do processo discursivo de entendimento passa por “tematizar a pretensão de validade que se mostrou problemática”⁶⁸ (*Id., ibid.*, p. 47). Em casos de controle comunicativo, essa tematização é particularmente reveladora por apontar para os pressupostos de funcionamento dos próprios canais, linguagens, temas e discursos que estão na cena midiática – não só revelando seus bastidores para o público (PAGANOTTI, 2012a), mas também deixando abertura para alterações nos mecanismos de produção cultural. Além de verificar os casos ou estruturas de regulamentação midiática que atraíram maior resistência ou acolhimento por parte de grupos sociais e da mídia, é possível avaliar os casos em que meios de comunicação se posicionaram explicitamente contra ou a favor dos mecanismos de controle midiático ou dos meios regulamentados.

Formação das entidades reguladoras

Ao lado dessa proposta já presente no projeto original, o período de estudo sobre essas ferramentas adotadas pelo grupo de pesquisa na Universidade do Minho trouxe à tona também a necessidade de avaliar o processo de *formação* das entidades, analisando a “adesão” de diferentes entidades às propostas de regulação. Essa dimensão de análise traz um novo foco diacrônico ao modelo predominantemente sincrônico proposto originalmente por Sousa, Trützschler, Fidalgo & Lameiras (2013): além de construir um diagnóstico atual da regulação da mídia em um país para finalidades comparativas

⁶⁸ Tradução livre do autor. No original: “tematizan una pretensión de validez que se ha vuelto problemática” (HABERMAS, 1987, vol. I, p. 145).

estanques, é possível explicitar também o processo histórico recente de formação dessas entidades. O que se procura com essa dimensão é avaliar como as entidades atuais partiram de origens com certas semelhanças ou diferenças e adotaram caminhos também alternativos, mas com certas proximidades, para atingir o patamar encontrado atualmente.

Para isso, esta pesquisa procurou identificar momentos cruciais e períodos críticos entre o desmonte das estruturas estatais de censura e a proposta, implantação e atuação das novas instâncias de regulamentação com a abertura democrática para o Estado de Direito no Brasil e em Portugal. Assim, foi possível acompanhar o debate público brasileiro e português nesses períodos críticos, avaliando a permanência da “sincronicidade” (COSTA, 2010, p. 77) entre as transformações políticas e a formação de entidades de regulação midiática no Brasil e em Portugal. O recorte temporal envolveu uma retomada das tradições que unem os dois países desde a colonização (no que trata do controle da comunicação); mas como o objetivo principal da pesquisa trata da redemocratização nos dois países, seu foco principal parte, em Portugal, da Revolução dos Cravos de 1974 e, no Brasil, da Constituição de 1988 – dois marcos das respectivas aberturas democráticas e do desmonte do aparelho estatal da censura –, avaliando como as trajetórias alternativas adotadas para a redemocratização nos dois países afetaram o reposicionamento das estruturas de controle da comunicação nas novas democracias.

Essa análise histórica da formação e reposicionamento de mecanismos de controle da comunicação baliza a hipótese sobre a influência dos proprietários da mídia nessa transição e na resistência à regulação do setor. Ao avaliar a predominância das elites anteriormente ligadas aos regimes ditatoriais durante o processo de abertura democrática por negociação – ao contrário das rupturas, em que as antigas elites acabaram perdendo parte de sua hegemonia e até o controle de meios de comunicação dominados pelos revolucionários, como no caso português –, Morlino (2013, p. 222) destaca o impacto da persistência de perpetuadores de valores atrelados ao legado autoritário e sua influência sobre a qualidade da democracia posterior, destacando que os processos de decisão políticas, como as eleições, eram continuamente afetados nos casos em que as antigas elites não foram responsabilizadas pelos crimes cometidos durante os regimes de exceção. Assim, é possível avaliar como a persistência das elites midiáticas formadas ou fortalecidas durante o governo militar impacta na qualidade da democracia brasileira atual quando elas continuam adotando mecanismos pouco

democráticos, como a resistência à transparência de seus procedimentos e à responsabilização. No caso brasileiro, essa questão formativa é particularmente complexa porque o próprio processo de abertura democrática decorreu durante o fortalecimento de meios de comunicação comerciais e uma aproximação maior de representantes legislativos da mídia – com muitos dos líderes das elites tradicionais locais recebendo concessões de emissoras de rádio ou televisão como moeda de troca na negociação pela abertura, como será discutido na segunda parte desta pesquisa.

Proposta de alterações na metodologia de análise de regulação

Ainda que essas duas novas dimensões de análise sobre a *formação* e a *resposta social* não estejam previstas no modelo original, mais da metade dos capítulos sobre as entidades reguladoras dos treze países da União Europeia avaliados para o estudo de Sousa, Trützschler, Fidalgo e Lameiras (2013) já acabava naturalmente por explicitar os processos de formação das entidades nacionais de que trata, mesmo que essa dimensão não fosse explicitada. Muitas vezes, o mecanismo de formação era evidenciando em um breve histórico que introduzia o capítulo (como nos capítulos destinados à França e à Espanha), ou dentro da primeira dimensão – a “estrutura legal” –, explicando o processo de aprovação das leis que deram corpo à entidade avaliada ou os decretos que resultaram em sua criação pelo executivo (como no caso dos capítulos sobre Áustria, Grécia, Itália, Portugal, Suíça), ou no “contexto” final (caso da análise sobre a Alemanha) ou, indiretamente, nas “dimensões ignoradas” (como feito pelo responsável pela Polônia). Em adição, é evidente que a avaliação sobre a “resposta social” pode encontrar espaço no modelo dentro da “performance” (sua abertura para contestação), ou mesmo na nona dimensão, entre as “questões ignoradas” por tratar de uma das “dimensões críticas ausentes ao avaliar a estrutura de regulamentação no país” (SOUSA; TRÜTZSCHLER; FIDALGO; LAMEIRAS, 2013, p. 7), devido à grande cobertura e resistência dos meios de comunicação brasileiros ao controle público.

Outra alteração adotada na metodologia original foi sua inversão, devido ao foco ao mesmo tempo mais restrito e mais amplo da presente pesquisa. Como mencionado anteriormente, esta pesquisa procura somente avaliar a realidade das entidades reguladoras de um país – o Brasil –, utilizando outras realidades com marcadas proximidades políticas, econômicas e culturais, como a portuguesa e a espanhola, para melhor compor o cenário do controle da comunicação no país. O estudo original de

Sousa, Trützschler, Fidalgo e Lameiras (2013) procurava construir uma análise comparativa entre treze países europeus; e, para isso, avaliou a entidade central de heterorregulação de cada um desses países. No caso brasileiro, como será exposto na seção a seguir, não há uma só entidade, mas uma dispersão delas. Como sugerido anteriormente, essa pulverização nos aproxima do modelo espanhol, ainda que com a diferença da maior federalização, o que levou este estudo a adotar um enfoque mais amplo, comparando diferentes entidades em um só país – e não uma só entidade central. Essa possibilidade já havia sido explorada anteriormente no capítulo desenvolvido por Saura e Jiménez (2013) que avalia as diferentes entidades de heterorregulação centrais e locais na Espanha.

Assim, a presente pesquisa procura inverter o foco de análise, da comparação *inter*-nacional para um panorama *inter*-setorial, mas *intra*-nacional – ou seja, focando a realidade brasileira, mas descrevendo as diferentes entidades de heterorregulação, autorregulação e correção em setores diferentes do mercado da mídia brasileira.

Para isso, foi necessário definir inicialmente o que se compreende por entidade de regulação. A partir dos conceitos trabalhados na seção anterior, é possível definir a *entidade reguladora de mídia como um organismo com um grau de autonomia mínimo para definição de princípios e normas que interfiram diretamente sobre o processo comunicativo, apresentando também mecanismos de fiscalização, resposta a questionamentos do público geral e sanção para garantir a aplicação dessas normas.*

É importante deixar claro que, para a presente pesquisa, somente serão avaliadas as entidades que tratem especificamente da comunicação, visto que outros mecanismos gerais de regulação – que tratam da relação dos consumidores com os prestadores de serviço e vendedores de produtos, ou da regulação das relações de trabalho entre profissionais e seus empregadores, a concorrência entre empresas ou, ainda, o pagamento de impostos, entre outras – também afetam indiretamente a produção midiática. Mas, como a aplicação de regras do Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor), do Ministério do Trabalho, do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ou da Receita Federal não diferenciam significativamente empresas midiáticas de quaisquer outras, esse trabalho não focará nos seus mecanismos, pois não há ganho qualitativo da análise dessas outras instâncias na definição de políticas e normas específicas para o setor da comunicação. Para melhor exemplificar o limite mínimo de regulação avaliado nessa pesquisa, a segunda parte desta pesquisa também apresentará duas entidades que não podem ser consideradas como reguladoras

completas por falharem na presença de alguma dessas características: o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

5.4. Corpus: coleta, amostragem e ferramentas de análise

A análise do objeto desta pesquisa – os reflexos da censura no Brasil democrático após a abertura – recorta seu corpus nas decisões judiciais que determinam a proibição de expressões públicas, ou seja, o que pode (e como pode) ser censurado atualmente (ou o que não é visto como censura). Uma amostra das decisões judiciais que tratam da censura foi construída a partir dos sistemas de busca no banco de dados do Supremo Tribunal Federal (STF) e de instâncias inferiores. A metodologia de coleta de decisões judiciais se baseia em estudo sobre a influência de discursos religiosos nas supostamente laicas decisões sobre aborto no STF e tribunais regionais (GONÇALVES; LAPA, 2008, p. 21). A busca foi feita a partir da seção de “Jurisprudência / Pesquisa” no site do STF (<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>), a partir de 5 de outubro de 1988 – data da aprovação da Constituição Federal de 1988, que marca o retorno do Brasil a um cenário de Estado de Direito. Para localizar as decisões sobre liberdade de imprensa, foi utilizado o filtro temporal (de outubro de 1988 a dezembro de 2014) e por palavras-chave, procurando por decisões que tratem do termo “censura”. A limitação temporal determinou a exclusão dos processos anteriores ao retorno ao Estado Democrático de Direito, como o recurso sobre habeas corpus (RHC 65.897/SP, de 08/03/1988) que reforçou o papel da Polícia Federal em “prover a censura de diversões públicas” no caso da proibição de máquinas de vídeo-poker. Também não puderam ser avaliadas as decisões posteriores ao limite temporal, como a negação do mandato de segurança (MS 30.952/DF) que vedaria a adoção do livro “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato, pela rede pública de ensino, devido às alegações de conteúdo discriminatório no clássico da literatura infantil. Apesar de julgado pelo ministro Luiz Fux, em 19/12/2014, a decisão ainda não havia sido publicada até a conclusão desta pesquisa, em janeiro de 2015⁶⁹.

Outras pesquisas anteriores já adotaram mecanismos de coleta semelhantes a partir de palavras-chave para temáticas próximas: para avaliar os votos do ministro

⁶⁹ O andamento do MS 30.952/DF pode ser acompanhado no site do STF: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4165433>

Marco Aurélio sobre liberdade de expressão, Pretzel (2007, p. 8) procurou pelas palavras-chave “expressão, manifestação, pensamento, comunicação, imprensa, comunicação social, informação, criação e informação jornalística”; seguindo a mesma linha, Istamati (2008, p.7) pesquisou por “expressão, comunicação social, informação jornalística, pensamento, imprensa, radiodifusão, meio de comunicação” para também avaliar decisões do STF desde a abertura democrática. Entretanto, essas pesquisas falharam em pesquisar justamente pela palavra-chave “censura”, que é o foco da coleta realizada pela presente pesquisa; e, com isso, não encontraram uma base de casos tão ampla. Além disso, o que se propõe a avaliar com esta tese é como alguns processos chegaram ao Supremo Tribunal Federal sob alegações de censura. Com isso, pode-se antever como as partes envolvidas nos casos selecionados e a corte suprema interpreta o sentido da censura em conflito com outras liberdades de expressão correlatas, definindo esse termo em contraste com as delimitações aceitáveis ou condenáveis da manifestação pública.

A busca inicialmente apresentou 68 casos que continham a palavra censura e que foram julgados a partir de outubro de 1988. A leitura desses acórdãos indicou que somente parte dos processos seria representativa para os objetivos da presente pesquisa, visto que quase cinquenta desses documentos usavam o termo “censura” no simples contexto de “crítica” ou “reprovação” (outro sentido revelador da palavra), não tratando de caso específico de liberdade de expressão. Entre esses casos excluídos, vale destacar três casos para ilustração dos sentidos de “censura” que foram descartados da análise. O primeiro, um recurso ordinário em habeas corpus negado (RHC 122681/GO, de 25/06/2014), no qual o relator afirma que “não merece censura o acórdão impugnado que, em que pese ter identificado excesso na fundamentação adotada pelo magistrado sentenciante, considerou adequado e suficiente determinar apenas a supressão do trecho considerado ilegal”, ou seja, a decisão originária não deveria ser revertida nem criticada. Já o processo MS 31306/DF, de 11/03/2014, concedeu mandado de segurança para funcionário público do Ministério Público que sofrera “pena de censura” em processo administrativo disciplinar. Por fim, o habeas corpus concedido para evitar a indução de provas por parte do próprio acusado em respeito ao seu “exercício do direito ao silêncio, que se revela insuscetível de qualquer censura policial e/ou judicial, não pode ser desrespeitado em desconsiderado pelos órgãos e agentes da persecução penal” (HC 99.289/RS, de 23/06/2009). Nos três casos, “censura” surge como sentido de crítica interno aos funcionamentos da administração pública e legal – mesmo no último caso,

em que poderia argumentar tratar-se de um direito à liberdade de expressão do silêncio do acusado, não se procura proibir uma manifestação ou punir o responsável por ela, mas sim criticar simbolicamente esses procedimentos da própria justiça. Como último critério de amostragem, foram selecionadas somente as decisões finais (ou provisórias que ainda aguardam decisão de mérito) para análise, o que levou somente a descartar uma medida cautelar anterior sobre a ADPF 130, visto que a decisão final sobre esse processo já havia sido coletada também para análise e já continha e expandia os argumentos apresentados na cautelar anterior.

Com isso, foram finalmente analisados 18 casos, somando 1082 páginas com as mais diferentes demandas e justificativas, com concentração demarcada entre o Distrito Federal (8 casos), São Paulo (6 casos) e Rio de Janeiro (3 casos), com somente mais um caso de Minas Gerais, além de acentuada concentração temporal desde 2002 – somente um caso precede esse período, justamente a interdição das revistas eróticas em Santos, no final de 1988, como já destacado na introdução dessa tese.

Vale destacar que nem todas as decisões que tratam da censura puderam ser assim reveladas, visto que o mecanismo de busca do Supremo Tribunal Federal considera somente os descritores, os conteúdos dos acórdãos, as ementas e as referências citadas como os metadados acessíveis para pesquisa. Dessa forma, alguns processos sobre liberdade de expressão acabaram por não ser selecionados, pois o termo “censura” não constava nesses campos – ainda que se tratasse de uma decisão que envolveu uma proibição ou um debate sobre a censura. Entretanto, o recorte mostra-se representativo por apresentar um volume considerável de informações e uma multiplicidade de argumentos e casos diferentes em mais de mil páginas analisadas – que constam no CD que acompanha a cópia impressa deste trabalho.

A impossibilidade de pesquisa no conteúdo do inteiro teor dos casos pode ajudar a contextualizar a falta de casos nos anos 1990. Essa concentração temporal pode ser justificada pelos indexadores: casos mais antigos podem até discutir práticas de censura, mas durante a sistematização do banco de dados ou a digitalização dos processos, esses termos podem ter se perdidos. Outra hipótese igualmente válida envolve a emergência desse debate desde a virada do milênio, enquanto os anos posteriores à abertura democrática podem ter sido cenário de uma resistência mais ativa em classificar controles comunicativos como “censura”. Na falta de dados para o presente estudo, não é possível sustentar qual dessas conjecturas – se não outra, não considerada – pode melhor explicar a concentração desses casos. O que é possível é apontar que o STF não

deixou de tratar da liberdade de expressão nesse período, visto que outras pesquisas que analisaram casos de liberdade de expressão no STF destacam alguns julgamentos nos anos 1990 – Pretzel (2007) e Istamati (2008) destacam os casos das propagandas eleitorais gravadas em estúdio (ADI 956 / DF - 01/07/1994), a imunidade tributária da Folha (RE 203859 / SP - 11/12/1996), as manifestações em Brasília (ADI-MC 1969 / DF - 24/03/1999) e uma consulta anterior sobre a classificação indicativa do Ministério da Justiça (ADI 869 / DF – 04/08/1999), que prece a selecionada na presente pesquisa. Entretanto, por não tratarem de um debate sobre o sentido da “censura”, acabaram por não serem incluídas nos parâmetros de pesquisa adotados por esta tese.

A tabulação do inteiro teor dos 18 acórdãos selecionados evidencia os autores, os atores envolvidos na ação, a instância que formulava o controle comunicativo (segundo tipificação complementar sobre a relação do autor e o alvo da ação com as instâncias do Estado, Mercado, Sociedade e Cultura, como discutido no segundo capítulo dessa pesquisa), o local de abertura do processo, a data de seu julgamento, a decisão da instância final (em relação ao princípio da liberdade de expressão, foco central do presente estudo) e a interpretação dos argumentos centrais a favor ou contra a liberdade de expressão.

Essa classificação segue a metodologia proposta por Gonçalves e Lapa (2008, p. 23), que sistematizara as decisões judiciais a partir de “dados objetivos (tribunal, data de sentença, ementa, autor e réu, tipo de ação e número do processo, participação de grupos religiosos, participação de grupos feministas)” e também de “dados subjetivos (agrupamento em palavras-chave, identificação de argumentação religiosa, identificação de argumentação em defesa dos direitos das mulheres)”. Obviamente, como o foco da presente pesquisa – as decisões judiciais sobre a liberdade de expressão – difere da pesquisa de Gonçalves e Lapa – a influência religiosa nos processos de aborto em casos de anencefalia –, os critérios também serão empregados de forma distinta, destacando não só os argumentos religiosos (que estavam presentes em somente um caso, sobre proselitismo em rádios comunitárias), mas principalmente os argumentos em defesa da liberdade de expressão ou de seu controle, além da participação de entidades midiáticas ou de grupos de pressão pela regulamentação da mídia.

Como destacado por Gonçalves e Lapa (2008), em contraste com o banco de dados estruturado pelo STF, o acesso às decisões em instâncias inferiores se mostra ainda um desafio nos principais fóruns judiciais brasileiros, o que dificulta os procedimentos de coleta e análise compartilhados também pela presente pesquisa:

A delimitação do espaço amostral do estudo, restringindo-se à análise dos posicionamentos jurisdicionais de segundo grau, foi feita para viabilizar a realização da pesquisa no Poder Judiciário de todos os estados da federação. A análise das decisões de primeiro grau é bastante difícil na medida em que seu acesso não é facilmente franqueado. Essas sentenças proferidas na primeira instância não se encontram disponíveis na internet, e sua consulta somente pode ser feita *in loco*, por meio de verificação dos “Livros de Sentença” arquivados nos cartórios de cada vara judicial, varas que se encontram pulverizadas em diversos municípios em cada estado da federação. Assim, uma análise destas decisões somente poderia ser feita em cada localidade em que se encontra uma vara judicial. Observe-se, no entanto, que esta delimitação contribui para a coleta de um número bastante reduzido de casos, já que muitos mal chegam ao Judiciário. (GONÇALVES; LAPA, 2008, p. 21)

Ainda assim, como o presente estudo não tem por objetivo a sistematização de todos os casos brasileiros – como era a iniciativa de Gonçalves e Lapa – em instâncias superiores, foi possível localizar alguns dos casos mais representativos na jurisprudência sobre liberdade de expressão, principalmente considerando casos que encontraram cobertura pela mídia local e que poderiam ser representativos por apresentarem argumentos inovadores ou decisões que corroborem ou entrem em conflito com outros casos paradigmáticos – casos que foram reunidos, descritos e analisados na primeira parte da presente pesquisa, nos quatro capítulos anteriores.

Instrumentos de Pesquisa: análise de instâncias, formuladores, objetos e justificativas

Parte da sistematização realizada por esta pesquisa já foi apresentada e discutida nos capítulos 1 (estruturas e justificativas adotadas pela censura) e 2 (instâncias, bens protegidos e finalidades da censura); porém, precisa ser agora contextualizada como instrumentos articulados de análise e classificação dos casos selecionados para avaliação. Entretanto, é necessário preceder essa discussão classificadora por uma constatação dos limites desta pesquisa: procura-se aqui avaliar os casos em que o poder estatal, por meio de instâncias da justiça, avalia demandas de controle da liberdade de expressão ou da garantia desse direito. Uma primeira análise das *instâncias de aplicação da censura* facilmente aponta que o *aparato oficial do Estado* deve ser o foco dessa pesquisa; porém, não pode ser considerado como o único tomador de decisões que impõem o cerceamento da liberdade de expressão.

Outras instâncias que superam o objetivo deste trabalho foram bem abordadas em outras pesquisas e, por isso, devem ser mencionadas aqui como categorias dessas

instâncias que aplicam o poder de censura, apesar de não serem o foco do presente estudo. Além do aparato estatal, mecanismos de diferentes *entidades sociais* também podem delimitar o que pode ou não ser discutido por seus membros ou até por outros indivíduos – como o caso da Inquisição da Igreja Católica (BURKE, 2003, p. 130-131). Já as *tradições* também surgem como uma instância socialmente compartilhada, mas que se apresenta em práticas e regras coletivas assentadas no que é reconhecido como legítimo ou inadequado para ser realizado em diferentes contextos – sua principal manifestação pode ser visualizada na “coerção do costume e da tradição” (FREUD, 2012, p. 51) que pode, posteriormente, fundamentar a própria lei. São parte das formações discursivas e o cerne dos “procedimentos de exclusão” (FOUCAULT, 2002, p. 9) que fazem com que todos saibam que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de qualquer coisa” – porém, sem uma instância decisória sobre o que deve ser silenciado, como nos outros casos de instâncias estatais e de entidades mencionados anteriores.

Organizações empresariais também podem determinar a proibição de certas manifestações, como parte da chamada “censura de mercado” [*market censorship*], que “filtra ou restringe a produção de determinadas ideias, perspectivas, gêneros ou formas culturais” com o objetivo de obter “lucro e/ou apoio aos valores corporativos ou de consumo”, na definição de Jansen (2010, p.13)⁷⁰.

Jansen também distingue essas práticas de controle corporativo da instância de *autocensura* [*self-censorship*] – os limites, controles e escolhas individuais adotados devido a diferentes motivos:

Self-censorship may accurately describe some of the creative decisions individual cultural workers make: decisions in areas where they have the autonomy to make choices to include some things and exclude others, or to use one approach or genre rather than another. Such decisions may reflect the individual’s personal moral, rational, aesthetic or emotional preferences; they sometimes even express individual courage or temerity. (JANSEN, 2010, p. 13)

Das outras instâncias externas de controle – o estado, as entidades, as tradições e as corporações –, a autocensura difere por ser realizada e internalizada pelo próprio indivíduo, com base em suas próprias decisões ou constrangimentos. Poderiam também

⁷⁰ No original: “Market censorship points to practices that routinely filter or restrict the production and distribution of selected ideas, perspectives, genres or cultural forms within mainstream media of communication based upon their anticipated profits and/or support for corporate values and consumerism” (JANSEN, 2010, p.13).

ser aliados a essas instâncias os outros mecanismos de limitação inconscientes ou que determinam as barreiras linguísticas do *inominável* em cada meio – uma instância de difícil sistematização, justamente por tratar do que não pode ser representado pela linguagem, mas que é um pressuposto lógico à própria expressão linguística do “dizível” (ORLANDI, 2007, p. 20).

Essas seis instâncias – Estado, entidades, corporações, tradições, indivíduos e linguagens – permitem um arcabouço de análise da censura bastante amplo; porém, demasiadamente difuso para os limites desta tese. Assim, este trabalho se insere na análise de parte de uma dessas instâncias – o controle estatal –, com a consciência de que nem mesmo todas as práticas estatais de constrangimento e limitação da expressão podem ser avaliadas pelo presente estudo: ao tratar das decisões judiciais, esta pesquisa deixa de lado outros mecanismos de controle da liberdade de expressão por parte do estado, como, por exemplo, o direcionamento de publicidade oficial para determinados veículos da imprensa, ou as políticas de incentivo cultural e financiamento público da mídia e de obras artísticas (NEIDHARDT, 2010), que também apresentam demarcada força na determinação da expressão artística (COSTA, 2006, p. 262). Ainda assim, é necessário expor essa classificação prévia das instâncias de aplicação da censura como parte da metodologia deste estudo para explicitar seu próprio ponto de inserção dentro de debates mais amplos sobre censura. Também porque algumas dessas instâncias retornam como categorias de análise não mais como aplicadoras do poder de censura, mas como instâncias que clamam para sua aplicação em relação à decisão de diferentes órgãos: assim, as decisões estatais, que são foco da presente pesquisa, surgem muitas vezes do clamor de instâncias do mercado, da cultura ou dos indivíduos, como já discutido no segundo capítulo.

Para além das instâncias que aplicam ou pedem a censura, outra categoria de classificação adotada envolve o objeto da censura. Cabral (2012, p. 130) propõe uma sistematização que, apesar de limitada ao seu corpus específico – a cobertura da imprensa sobre casos contemporâneos de censura –, apresenta um importante ponto de partida para a classificação aqui adotada. Primeiramente, a autora distingue os objetos da censura a partir dos *veículos* cuja expressão foi cerceada, distinguindo a censura em veículos da imprensa, internet/digital, televisão/rádio, livros, cinema, exposições, música, publicidade, intelectuais/artistas, informações/documentos públicos, membros do poder público e pesquisas eleitorais (CABRAL, 2012, p. 130-131). A essa lista inicial, é possível acrescentar novos meios de expressão midiática e artística que são

alvo da censura, como apresentações humorísticas⁷¹, manifestações públicas⁷² e outras formas de expressão que não estavam presentes nessa sistematização proposta inicialmente por Cabral por não se apresentarem em seu corpus.

É importante destacar que as instâncias da aplicação da censura mencionadas no início desta seção diferem substancialmente das tipologias propostas por Cabral (2012, p. 120), agrupadas pela própria autora por relacionarem-se a interferências estatais diretas, por estarem relacionadas à ação do poder executivo/legislativo (“censura oficial; classificação indicativa; não renovação de concessões de radiodifusão; órgãos públicos de regulação; e outras formas de interferência direta do Estado”), ou indiretas, “por meio dos poderes judiciário e legislativo” (“processo judicial; dispositivos legais; e marcos regulatórios”). A autora também diferencia essas ações estatais de censura das práticas independentes do Estado, como a “censura privada/empresarial; e censura econômica”⁷³. Entretanto, como seu escopo tratava da cobertura da mídia sobre casos contemporâneos de censura em um delimitado período, não foram mencionadas instâncias tradicionais, individuais ou linguísticas. Apesar das diferenças marcantes entre as propostas de tipologia de Cabral e as apresentadas pela presente pesquisa, é evidente que este estudo pode basear-se e ampliar o escopo classificatório proposto pela pesquisa anterior, sem ignorar as distinções entre as propostas de cada autor.

Essas categorias das *formas e veículos de expressão que foram alvo da censura* são critérios essenciais para a sistematização das decisões judiciais, como proposto pela presente pesquisa. Seria desafiador também propor uma sistematização dos principais *temas* proibidos – como a sexualidade, a violência, o consumo de diferentes substâncias

⁷¹ É o caso do show de humor *stand-up* “Proibidão”, que abria espaço para comediantes que fazem piadas contra grupos historicamente perseguidos, como negros, gays, deficientes físicos ou mulheres. Em março de 2012, um dos músicos que se apresentava nos intervalos desse show sentiu-se ofendido por piadas racistas direcionadas contra ele pelo humorista Felipe Hamachi, e apelou à polícia. Ver: OLIVEIRA, Filipe; SASSAKI, Raphael; BORGES, Amon. “Show com piada racista termina em confusão na zona sul de SP”. *Folha Online*, 14/03/2012 Disponível em: <http://folha.com/no1061675> [Acessado em 8 dez. 2012].

⁷² Era o caso, exposto no segundo capítulo, da sistemática proibição em diversos tribunais estaduais da Marcha da Maconha, que pretendia discutir a descriminalização da droga. Após anos de proibições em instâncias inferiores, o Supremo Tribunal Federal julgou, no dia 15/06/2011, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 187, e determinou que a marcha poderia ser realizada devido à liberdade de expressão e reunião de seus membros, não sendo possível proibir essa manifestação pela acusação de apologia às drogas. O inteiro teor da decisão e o processo da ADPF 187 podem também ser consultados no site do STF:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2691505>

⁷³ Cabral (2012, p. 122) propõe essa interessante diferenciação da *censura econômica*, como a “falta de patrocínio” para produções artísticas, da *censura privada/empresarial*, que é “exercida internamente, em uma determinada empresa, instituição ou entidade”, como no caso do “veto que algumas emissoras de TV impõem ao beijo gay em suas telenovelas” – ou, seria possível acrescentar, a proibição de que funcionários publiquem críticas em redes sociais a colegas, produtos, ou parceiros de suas empresas.

ou produtos, opiniões, fatos históricos, informações pessoais/privadas etc. Ainda que se alinhe com categorizações tradicionais sobre temas tabu analisadas por Freud (2012, p. 44) e mencionadas na seção anterior – e ecoe os focos de atenção da censura e da classificação indicativa cinematográfica, foco dos capítulos finais deste estudo –, essa proposta de sistematização dos temas foi expandida no processo de contato com os processos, mostrando uma dispersão de caso a caso que coloca em xeque a própria finalidade da classificação. Entretanto, não se pode negar que ainda é possível antever alguns casos que possam ser agrupados; e, para isso, a presente pesquisa adotou a baliza da sistematização temática proposta por Costa (2006) de “quatro grandes preocupações censórias” no teatro: a moral, a política, a religiosa e a social:

Censura moral – veta palavrões, cenas atentatórias ao pudor; *stripteases*, xingamentos, palavras que designam partes do corpo, especialmente as sexuais e referências a atos de natureza sexual e a comportamento libidinoso. O adultério, especialmente o feminino, bem como cenas de sedução. Nessa categoria estão incluídos os cortes que visam à chamada defesa dos bons costumes.

Censura política – veta insinuações a respeito do país, da ordem social e política e referências a países considerados inimigos, como a Rússia e a antiga União Soviética.

Censura religiosa – veta referências à religião e aos santos, à Igreja Católica e aos padres de uma maneira geral.

Censura social – veta temas, assuntos e menções a questões sociais polêmicas como racismo, preconceito étnico e xenofobia. (COSTA, 2006, p. 232)

A essa classificação, posteriormente, também foram destacadas as “temáticas secundárias”, com o “corte de falas nas quais são mencionadas marcas de produtos, configurando o uso de marketing, proibido na época” (COSTA, 200, p. 25). Não deixa de surpreender a proximidade desses temas proibidos com as propostas de sistematização dos tabus avaliadas anteriormente por Freud (2012), como discutido na seção anterior.

Após a classificação das instâncias e dos objetos da censura, foi possível analisar as principais linhas de argumentação adotadas pelos ministros e pelas partes envolvidas durante os julgamentos, que revelam *motivações ou justificativas da censura ou da defesa da liberdade de expressão*. Apesar de não ser uma lista exaustiva, as sete linhas de argumento expostas no primeiro capítulo apresentam os princípios que tendem a justificar a censura para proteger segredo de Estado, a moral e bons costumes, para tutelar o público, para evitar a manifestação de ofensas em si, para proteger instituições vulneráveis, controlar o contato com ideologia subversiva, ou para preservar o monopólio da representação legítima. Para além dessa proposta de classificação, é

também possível ampliar outros argumentos apresentados pelo STF, a partir das decisões analisadas na parte final, com destaque para uma faceta da última linha de argumentação mencionada aqui: a predominância de casos que tratam da proteção de direitos da personalidade (como a privacidade, a imagem, a honra, a intimidade e o sigilo) em contraste à liberdade de expressão.

As decisões do STF sobre censura são espaços privilegiados de debate (e análise) justamente pelas brechas legislativas, e servem para canalizar demandas de controle comunicativo que não encontram resposta nas entidades de regulação midiática atualmente presentes. Para compreender o processo de formulação dessas novas entidades (e do estrangulamento de outras), a segunda parte partirá da reconstrução histórica das raízes da censura no Brasil, que se estendem até o outro lado do Atlântico.

PARTE II – INSTÂNCIAS: DA CORTE PORTUGUESA À REDEMOCRATIZAÇÃO

Democracias recentes, que precisam ainda superar o trauma dos anteriores regimes ditatoriais, por vezes precisam lidar com algumas das questões incômodas que não foram suficientemente tratadas na transição para a abertura democrática. Essas relutantes “herdeiras de regimes autoritários” (TELES, 2006, p. 89) encontram como barreira para o florescer democrático algumas das raízes ditatoriais que ainda parasitam o organismo do Estado de Direito.

Entre essas heranças indigestas dos períodos anteriores de exceção, encontra-se o difícil reposicionamento das estruturas de controle comunicativo. Ante a sombra da censura, tão temida quanto tabu na nova ordem democrática, oscila-se ainda entre os desejos por testar os novos limites da liberdade recém-conquistada e demandas receosas por maior controle sobre um processo que pode ameaçar valores tradicionais.

Esta segunda parte pretende avaliar como é possível, durante a abertura democrática, conciliar-se as demandas sociais pelo desmonte da estrutura de censura estatal dos períodos autoritários que se pretendem superar com as novas necessidades de controle e regulamentação da liberdade de expressão, da mídia e das artes. Como descrito na metodologia anterior, procura-se aqui aplicar a análise comparativa sobre entidades de regulação midiáticas desenvolvida pelo grupo da Profa. Dra. Helena Sousa, co-orientadora desta pesquisa na Universidade do Minho, em Braga - Portugal. Além das proximidades históricas, culturais e jurídicas⁷⁴, Brasil e Portugal permaneceram durante décadas recentes sob governos autoritários que compartilhavam de afinidades ideológicas e pontos de contato em suas práticas autoritárias de controle (COSTA, 2010). As duas nações também precisaram passar pela abertura democrática no final do século XX, e enfrentam o desafio atual de superar as raízes do “desejo de censura” (BUCCI, 2011) e novas pressões por democratização e controle social dos meios de comunicação. Para avaliar a tensão social sobre essas novas transformações, propõe-se

⁷⁴ Bittar (1989, p. 5) destaca as raízes e influências na doutrina sobre direitos da personalidade (como a liberdade de expressão e outros com as quais venham a entrar em colisão, como o direito à privacidade, à imagem, à intimidade, à honra e outros conexos) entre os sistemas jurídicos de Portugal, além de outros influenciados pelo direito romano, como Itália, França e Espanha. Também Godoy (2008) parte da influência da doutrina lusitana no pensamento brasileiro sobre esses direitos da personalidade em juristas como Adriano De Cupis (GODOY, 2008, p.15), e destaca o Código Civil português de 1966 por ser um dos primeiros textos legais – seguindo a tradição do Código Civil Suíço de 1907 e da Lei Fundamental Alemã de 1949 – a tutelar a “personalidade física e moral do indivíduo, vedando qualquer ofensa” (*Id.*, *ibid.*, p. 18), com artigos que influenciaram a proteção jurídica desses direitos também no Brasil.

aqui um método de avaliação da “tematização” (HABERMAS , 1987, vol. I, p. 145) dos valores e princípios pressupostos e evidenciados pelo controle comunicativo.

O capítulo a seguir discute como os legados autoritários das ditaduras civis e militares que dominaram Brasil e Portugal durante grande parte do século XX utilizaram-se de ferramentas de regulação da comunicação, como a censura e a limitação de oferta de meios de comunicação no espectro radiofônico e televisivo, de forma a controlar as contestações políticas, econômicas e culturais, além de procurar construir um modelo centralizado de gestão de meios de comunicação vistos como estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico – como o rádio e a TV. Esse mesmo sexto capítulo também apresenta os diferentes caminhos traçados durante a redemocratização, diferenciando o modelo de ruptura seguido por Portugal do processo de reforma negociada adotado pelo Brasil, em um cenário que acaba por aproximar o país latino-americano de outro modelo ibérico adotado no retorno à democracia na Espanha. Assim, esse segmento avaliará como o modelo de transição política da redemocratização acabou por apresentar um papel predominante na forma como o controle da comunicação e das artes foi reconstituído após o fim da censura estatal, distanciando a sintonia anterior que aproximava o modelo político e o controle comunicativo entre Brasil e Portugal. O que esse trabalho procura defender é que a transição sem ruptura no Brasil (assim como na Espanha) acabou por permitir uma continuidade entre os poderes estabelecidos – tanto políticos como midiáticos –, que evitou novos processos de centralização do controle comunicativo, o que explica a dissonância atual entre Brasil e Portugal no que se refere à predominância de entidades centralizadas de regulação midiática. Em parte, esse fenômeno poderá ser explicado pelo modelo de transição negociada brasileira, que não só permitiu a permanência dos poderes políticos (como na Espanha), como utilizou a concessão de meios de comunicação como moeda de troca para garantir o apoio político local durante a redemocratização negociada no final da presidência de José Sarney, quando a nova Constituição brasileira era debatida.

O sétimo capítulo aplica o método de análise desenvolvido por Sousa, Trützschler, Fidalgo & Lameiras (2013) no caso brasileiro, com foco na resistência liberal à regulação estatal centralizada dos setores de comunicação, considerando como a influência política dos meios de comunicação foi fortalecida durante as ditaduras militares e no processo posterior de redemocratização devido à oferta de concessões de rádio e TV para líderes políticos locais que atualmente resistem a qualquer limitação de

suas empresas de mídia, engrenagens centrais das máquinas eleitorais de suas candidaturas. Essa análise intersetorial compara a atuação de instâncias de controle de diferentes níveis e setores – como os Ministérios da Justiça (responsável pela Classificação Indicativa de produtos audiovisuais e espetáculos), da Cultura e da Comunicação (responsáveis pelas agências nacionais do cinema e de telecomunicações, respectivamente, além de partilhar, com o Congresso, a definição de concessões de rádio e televisão) e órgãos como o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).

Por fim, o oitavo capítulo avalia como a ausência de uma entidade central de regulação da mídia abre espaço para a proliferação de ações judiciais de controle e reparação contra meios de comunicação (como será discutido na parte final), fator que é complicado pela disputa – nesse caso, tanto no Brasil quanto nos países ibéricos utilizados como contraponto a esse estudo – da tradição de zelo pela imagem, honra e bom nome de figuras públicas, em detrimento de uma abordagem mais moderna ou liberal (seguindo a nova leitura de cortes europeias de direitos humanos ou a tradição anglo-saxã) de defesa da liberdade de expressão nos tribunais brasileiros ou portugueses. Dessa forma, a resistência à regulação midiática pode ser resultado de uma recepção obscurantista (devido a interesses políticos e/ou econômicos de proprietários de grandes meios de comunicação) de propostas por vezes pouco claras e com debate limitado dentro da sociedade civil, o que remete e ecoa receios históricos de um retorno aos tempos anteriores de intervenção estatal sobre a liberdade de expressão e seus resultados negativos para a promoção da democracia.

Disputa pela regulação midiática no reposicionamento de órgãos de censura estatal

O necessário desmonte dos órgãos estatais de censura que sustentavam os regimes autoritários que pretendem ser superados com a abertura democrática no Brasil e em Portugal enfrenta a dificuldade de construir novas estruturas de regulação de práticas midiáticas que precisam ser aprimoradas, de forma transparente, aberta e respeitando as novas normas vigentes no Estado de Direito. A contraposição proposta aqui entre a abertura brasileira e a portuguesa insere-se em uma linha de estudos anteriores que já demonstraram a influência portuguesa nos organismos de repressão brasileiros desde o período colonial (SOUZA, 2009, p. 379). Costa (2010) já comprovou como tanto os órgãos de censura quanto os produtores artísticos dessas duas nações firmam raízes e

intersecções que cruzam o atlântico; e Risso (2012) destaca a importância da pressão das sociedades portuguesa e brasileira na defesa dos órgãos de censura ou na oposição aos seus vetos. Costa (2010, p. 127) aponta que “houve, além de troca de informações, uma forte assimilação de procedimentos burocráticos de fiscalização, coerção e censura” entre órgãos da repressão no Brasil e Portugal. Dessa forma, esta pesquisa procurou dar continuidade aos estudos realizados por Costa e Risso, indo além dos períodos autoritários no Brasil e em Portugal, de forma a comparar como, durante a abertura democrática nesses dois países, a regulamentação da mídia foi influenciada pelo debate sobre o desmonte dos aparelhos da censura estatal dos períodos autoritários anteriores e pela transição para a democracia.

Assim, as questões centrais da presente pesquisa partem justamente das conclusões de Costa (2010), que demonstrou a sintonia entre Brasil e Portugal pelas raízes coloniais e pela proximidade das mudanças políticas e dos sistemas de censura durante as ditaduras do século XX. Como, atualmente, o modelo centralizado de controle da comunicação em Portugal parece estar longe de ser adotado no Brasil, devido à eficiente resistência dos grandes grupos de comunicação e representantes políticos que são ou seus aliados ou eles próprios proprietários da mídia, a presente pesquisa procura avaliar por quais motivos essa sintonia entre Brasil e Portugal foi alterada. Como será debatido nas seções três e quatro, esta pesquisa argumenta que o paralelo defendido por Costa (2010) entre mudanças políticas e sistemas de controle de comunicação ainda é central para a avaliação desse fenômeno, mas um novo modelo de redemocratização brasileira, diferente do português – e mais próximo à transição negociada espanhola –, acaba por ser mais determinante no modelo atual de descentralização do controle comunicativo tanto no Brasil quanto na Espanha. Assim, as estruturas das atuais entidades brasileiras de regulação da mídia encontram seus alicerces fincados nas tradições ibéricas que, há meio milênio, entrelaçam as margens do Atlântico.

6. RAÍZES LUSITANAS E ENTRONCAMENTOS IBÉRICOS: LEGADOS AUTORITÁRIOS, CENSURA, RESISTÊNCIA E REDEMOCRATIZAÇÃO

Enquanto a Inquisição desenrolava no Brasil a sua rede de familiares, comissários e visitantes, valendo-se ainda da colheita de culpas encetada pelas devassas episcopais, autoridades civis legislavam sobre a humanidade que, à medida que avançava o século XVIII, cabia cada vez menos na fôrma metropolitana. – Laura de Mello e Souza (2009, p. 385), “O diabo e a terra de Santa Cruz”.

A proximidade entre o controle da comunicação entre Brasil e Portugal pode ser sistematizada em quatro períodos a partir das principais transformações políticas que influenciaram as trajetórias históricas desses países. Utilizando uma metáfora geométrica, é possível apresentar o primeiro momento, que parte da colonização até a independência como um momento de *coincidência*, visto que o controle político e o comunicacional eram concêntricos e transitavam ao redor da coroa portuguesa e do controle religioso da Igreja Católica. Um segundo momento, de trajetórias *paralelas*, atravessa o século XIX, após a independência brasileira, mantendo-se a proximidade entre mudanças políticas e maior censura ou abertura para a liberdade de expressão – apesar da separação formal dos centros de poder dos dois lados do Atlântico. O terceiro momento, de *convergência*, apresenta a mútua influência documentada nos períodos ditatoriais do século XX, uma proximidade que acabou por estreitar os laços de colaboração da censura, particularmente durante os Estados Novos de Salazar e Vargas, mas mantendo características semelhantes também durante o período marcelista em Portugal e durante o intervalo democrático e a ditadura militar brasileira que perdurou até os anos 1980. O último período apresenta uma *divergência* atual entre as trajetórias de Brasil e Portugal, desde suas aberturas democráticas, em processos políticos diferentes – ruptura, no caso português, e reforma negociada, no brasileiro –, que tiveram também impacto nas distintas formas como o controle da comunicação é realizado em ambos os países atualmente – de forma centralizada e politizada, no caso lusitano, ou sem mecanismos centrais e mais liberal, no caso brasileiro.

Entretanto, antes de tratar dessa proposta de periodização, é necessário esclarecer os limites da recapitulação histórica do presente estudo. Outros trabalhos anteriores já realizaram uma sistematização mais completa das principais transformações políticas que acarretaram também mudanças na estrutura de censura no Brasil e em Portugal, como Paulino (2008), detalhando os paralelos aqui propostos com maior profundidade, como já realizado por Costa (2010). Apesar de basear-se nesses estudos e em diversos

outros da historiografia luso-brasileira, este capítulo apenas procura apresentar alguns dos pontos de contato que aproximam as raízes políticas, culturais, econômicas e sociais dos dois países estudados no período anterior à abertura democrática, que é o foco principal desta pesquisa e será discutido no final deste capítulo.

6.1. Trajetórias coincidentes na colonização absolutista

Além das tradicionais raízes ibéricas e, especificamente, lusitanas, na formação cultural, histórica e social do Brasil (HOLANDA, 1995), a antiga colônia e sua metrópole infelizmente também partilharam de outras ramificações subterrâneas por meio de mecanismos de controle da expressão de seus povos. As grandes navegações elevaram Portugal a um império global, mas a “circulação de pessoas e ideias advinda do desenvolvimento da navegação e da prensa” (COSTA, 2010, p. 51) trazia riscos para o poder absolutista da coroa portuguesa; e, por isso, fez-se necessário adotar medidas de controle para combate às críticas ao poder político – e as heresias religiosas, dada a codependência entre a Coroa e a Igreja Católica na manutenção do poder sobre os corpos e almas em Portugal. Nesse período, a corte controlava o fluxo de ideias assim como as rotas de navegação, outorgando “*privilégios*, autorização real para publicação de livros que obrigava os autores a submeterem suas obras ao juízo real” (*Idem, ibidem*, p. 51). É importante destacar que a censura prévia portuguesa coincide com o início da colonização do Brasil, no início do século XVI: em 1537, inicia-se a censura prévia eclesiástica realizada pelo Santo Ofício e pelo bispo da diocese, que seria posteriormente centralizada pelo poder real durante períodos de fortalecimento da coroa, como defendido por Pombal, no século XVIII (MATTOS, 2005, p. 99).

Do lado brasileiro da fronteira atlântica, desde a colonização, havia a constante ameaça de envio a Portugal para expurgar as heresias ante a Inquisição da Igreja Católica, no moroso Tribunal de Lisboa (SOUZA, 2009, p. 380), que também promoveu visitas do Santo Ofício ao Brasil. Souza (2009, p. 379) destaca que “as atividades inquisitoriais, dos dois lados do Atlântico, semearam horror e pânico, deteriorando o tecido social mesmo quando se dirigiam a crimes menos cobiçados e rentáveis, como a feitiçaria e as práticas mágicas”. Assim, os atos fundadores da perseguição à liberdade de expressão brasileira – marcadamente, de ritos e discursos que se aproximavam das religiões africanas e indígenas sincretizadas em solo brasileiro, ou que ecoavam conhecimentos da cultura popular europeia, trazida pelos colonizadores migrantes – são

marcados, desde o início, pela sombra da colonização portuguesa. Não custa lembrar que também os fluxos transatlânticos, que trocavam, de um lado, relatos sobre as riquezas das colônias recém-descobertas na América, Ásia e África e, de outro, a crítica iluminista ao absolutismo da Europa, também eram alvo de embargo nas aduanas dos dois lados do Atlântico (BURKE, 2003, p. 130-131): a metrópole procurava ocultar de outras potências as informações estratégicas sobre seus domínios de além-mar, e estava ciosa da contaminação do pensamento libertário que poderia ameaçar seus interesses e sua dominação sobre as colônias.

Havia também uma preocupação particular com o nascimento da imprensa incipiente em uma colônia que se pretendia manter insipiente. Isso explica o controle português sobre a produção e difusão de conhecimento no Brasil, proibindo a imprensa, por meio da Ordem Régia, de 6 de junho de 1747, ameaçando com prisão e apreensão as oficinas tipográficas em solo brasileiro (REIMÃO, 2011, p. 114), impedindo a fundação de universidades no Brasil (CARVALHO, 2013, p. 11) e, até mesmo, fechando academias científicas cariocas do século XVIII por discutirem ideias revolucionárias (ALGRANTI, 2002, p. 95). O controle dos livros que aqui chegavam passava pela vista lusitana, unindo uma aliança entre a moral religiosa e os interesses governamentais durante a sujeição à Real Mesa Censória da corte portuguesa, no século XVIII, e a censura tríplice da igreja local, da Inquisição e dos Desembargadores do Paço (COSTELLA, 2007, p. 35). Obviamente, o controle encontrava o desafio do contrabando (REIMÃO, 2011, P. 116), que, inclusive, envolvia membros do clero nos períodos de contestação da dominação lusitana (FRIEIRO, 1957).

No início do século XIX, a família real em fuga traz ao Brasil a imprensa (COSTELLA, 2007, p. 37) e o incentivo à composição de grupos de artes plásticas e teatrais (COSTA, 2006, p. 41), juntamente com a imposição das estruturas reais que controlem essas duas práticas midiáticas e artísticas, impedindo “qualquer publicação contra a religião, o governo e os bons costumes” (MATTOS, 2005, p. 100).

Sobre a influência portuguesa nas medidas de controle de produções artísticas que acompanharam a corte no Brasil, Costa (2010, p. 59) aponta que a censura tornou-se parte indissociável da “estética palaciana” também por meio do “combate ideológico às formas de expressão críticas ou transformadoras”:

Em um país que tudo herdara da Europa e que vinha de um colonialismo dos mais rigorosos, foi fácil adaptar para a regulamentação do campo artístico as práticas arbitrárias com as quais se costumava defender a religião e os interesses lusitanos. A

passagem, portanto, de rotinas de controle, fiscalização e demonstrações de poder do período colonial para o Império se deu sem resistência, instaurando-se o paternalismo e o clientelismo como relações típicas da sociedade civil, através das quais longos e intrincados processos de negociação se estabeleciam. Tais relações sacramentavam o poder e as pessoas que o exerciam, assim como garantiam privilégios a todos aqueles que se enquadravam e se integravam nessa ordem política e social. (COSTA, 2010, p. 59-60)

6.2. Cortes separadas em caminhos paralelos

Como apontado por Costa no trecho acima, a independência brasileira, proclamada por D. Pedro I, em 1822, e a separação das coroas brasileiras e lusitanas abriram caminhos distintos, porém paralelos, que continuaram a aproximar as mudanças políticas e as transformações do modelo de censura em ambos os países durante quase todo o século XIX. Assim, a suspensão formal da censura no Brasil, em 2 de março de 1821, também seguiu influência direta dos ventos libertários lusitanos, da Revolução do Porto, que trouxe breves governos constitucionais sem censura central durante parte inicial da década de 1820, em Portugal (PAULINO, 2008, p. 184). Entretanto, a tradição de controle da monarquia lusitana persistiu após o desmembramento dos impérios separados pelo Atlântico: no Brasil, mesmo a nova estrutura aparentemente libertária da Constituição de 1823, que permitia a publicação “sem dependência de censura” (COSTELLA, 2007, p. 39), ainda exigia o respeito aos limites legais determinados pelo novo imperador nos trópicos. E não se pode esquecer que, mesmo nos períodos mais liberais em ambos os lados do Atlântico, persistiu uma censura das artes e da comunicação para coibir os “excessos” sociais e políticos, elitizando a censura em defesa da moralidade, a cultura nacional em uma abordagem paternalista, na qual o Estado necessitava proteger o público ignorante e guiá-lo para o contato com uma cultura erudita, ou controlando as manifestações populares consideradas como adequadas por representar valores nacionais positivos (COSTA, 2010, p. 66-67).

A virada do século XIX para o século XX apresenta um dos raros momentos em que o Brasil parece adiantar-se a Portugal, ao abandonar a monarquia em 1889, o que ocorreria duas décadas depois do outro lado do Atlântico. Ainda assim, ambos os países passaram por uma transição republicana em que as promessas de distensão e abertura política com o aumento da liberdade de expressão foram rapidamente substituídas por novo controle mais restrito e retorno à censura após ameaças de revoltas e convulsão social nos primeiros anos republicanos – no caso brasileiro, nas décadas finais do século

XIX (MATTOS, 2005, p. 102) e, no português, nas primeiras décadas do século XX (PAULINO, 2008, p. 186).

6.3. Convergência e “sincronicidade” da censura em regimes autoritários

A aproximação convergente das mudanças políticas e das estruturas de controle nas duas instáveis novas repúblicas, durante o século XX, reforça o argumento de Costa (2010, p. 77) sobre a “perceptível sincronicidade entre Brasil e Portugal” como chave para a compreensão desse caminho trilhado “da monarquia à república e, depois, à ditadura”, o que traz efeitos também para as manifestações artísticas – e o controle da censura – nos dois países (COSTA, 2010, p. 77). Costa (2010) defende que as ditaduras portuguesas de Salazar e Caetano influenciaram diretamente a construção de estruturas de censura e controle da comunicação na ditadura Vargas, no Brasil – mecanismos que foram preservados mesmo no intervalo democrático de meados dos anos 1940 aos anos 1960, como no caso da censura teatral e cinematográfica, ou retomados nas ditaduras militares dos anos 1960 aos anos 1980.

Assim, colonialismo, monarquia e ditadura foram os elos que costuraram a vida política de Portugal e Brasil até a segunda metade do século XX e, diríamos, até os estertores da Guerra Fria, quando a globalização veio reorganizar as relações internacionais e redefinir antigas alianças. Não seriam a independência, nem a república ou o fascismo que poriam termo à longa e próxima relação que se estabeleceu entre Portugal e Brasil, mas a globalização, com suas novas formas de dominação, subordinação e parceria internacionais. (COSTA, 2010, p. 90)

O diagnóstico de Costa sobre o descolamento recente entre as trajetórias do Brasil e Portugal serão retomados a seguir; mas, por hora, é importante destacar que os momentos de aproximação entre os dois países também se inserem em tendências mundiais mais amplas, como as revoltas burguesas do século XIX e o avanço dos regimes totalitários em diferentes países europeus e latino-americanos – assim como também asiáticos e, posteriormente, africanos. As transições políticas que levavam a regimes autoritários sempre utilizaram a censura como meio de controle – mas nem sempre as aberturas liberais conseguiram romper com esse legado, como será discutido a seguir. Costa (2010, p. 91) aponta a “sintonia” entre governos de exceção e a ideologia fascista, apresentando como denominador comum práticas autoritárias e paternalistas de “ditaduras personalistas voltadas à adesão popular e ao nacionalismo ultraconservador”. Com isso, os meios de comunicação constituíram plataforma de apoio para a

disseminação dos valores alinhados com o regime, e necessitavam estar sob controle constante, evitando desvios, questionamentos ou crítica subversiva.

A proximidade das ditaduras de Vargas e Salazar revela-se pela adoção do termo “Estado Novo” (COSTA, 2010, p. 89), mas vai além da inspiração ideológica autoritária nacionalista, utilizando mecanismos e estruturas semelhantes de controle da cultura e da mídia (*Id.*, *ibid.*, p. 158): “dando continuidade ao que já vinha ocorrendo desde o período colonial e o Império, o Brasil se apropriava de formas e procedimentos de Estado para instalar a censura aqui no país” (*Id.*, *ibid.*, p. 127). Os mecanismos e estruturas da censura que Costa demonstra terem sido adotados no Brasil por inspiração portuguesa envolvem a sistematização das condutas dos censores em manuais, o registro burocrático dos processos de submissão para conseguir autorizações e a construção de arquivos do material aprovado ou censurado (MORAIS, 2013) – ainda que muitos arquivos antigos não tenham sido preservados, descartados ainda durante a ditadura por economia de espaço (GOMES, 2013, p. 79) ou na conturbada ruptura da redemocratização (RAIMUNDO, 2013, p. 108). É interessante destacar outra diferença na atuação de alguns veículos da imprensa brasileira, que procuraram guardar conteúdos censurados para a posteridade, construindo farto banco de dados para pesquisas após a redemocratização (AQUINO, 1999), uma preocupação menos presente na imprensa lusitana (GOMES, 2013, p.79).

Os princípios que fundam a necessidade para a censura também ecoam entre os dois regimes: Salazar procura “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social”, abrindo espaço para a censura prévia da imprensa e das artes em Portugal (PAULINO, 2008, p. 187); Vargas e seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) promoviam censura prévia e divulgavam listas de assuntos proibidos para a imprensa, punindo a publicação de notícias ou comentários que induzissem o desrespeito às instituições ou autoridades brasileiras (MATTOS, 2005, p. 105).

Em ambos os casos, proibir a publicação da imprensa e das artes é visto como um *controle reativo*, no qual a censura evita críticas ao regime ou aos valores sobre os quais se baseava, temendo o “impacto, da reação e da ação dos públicos indignados” (CABRERA, 2013, p. 8). Amplos setores da opinião pública portuguesa – assim como a brasileira – encontravam-se atemorizados pelas crises econômicas e guerras do início do século XX, além de temer o avanço do bolchevismo em governos vizinhos ou nos movimentos sociais e sindicais (VICTORINO, 2013, p. 136).

Ao lado desse controle reativo, novos meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e a televisão, eram vistos como estratégicos para o *controle ativo* dos meios de comunicação para propagação de mensagens alinhadas ao regime – exemplificado pelo papel central que assumiam na organização da propaganda da ditadura Vargas, no Brasil dos anos 1930. Encaixa-se aqui também o estrangulamento financeiro de veículos críticos ou de oposição (VICTORINO, 2013, p. 138), que sofriam com cortes de propaganda oficial, insumos ou incentivos fiscais. Ao tratar dos últimos anos da ditadura portuguesa, Gomes (2013, p. 87) destaca a continuidade de uma:

[...] Visão apenas instrumental, firmada no domínio de um escol sobre a massa ignara e impreparada para aceder às liberdades democráticas. Por via desta ideologia elitista e autoritária nunca aceitou a liberdade de imprensa, em nome da defesa duma «opinião pública» encarada com paternalismo e demagogia, justificação encontrada para manter a censura à imprensa apenas aliviada nos meses a seguir à sua tomada de posse como herdeiro de Salazar. (GOMES, 2013, p. 87)

Após o afastamento de Salazar da liderança portuguesa, seu herdeiro, Marcelo Caetano apresentou inicialmente uma proposta de diminuição da censura (Gomes, 2013, p. 95), mesmo que a visão instrumental dos meios de comunicação persistisse. Ainda que propostas de reformulação da censura tenham sido esboçadas e novas medidas fossem debatidas para ampliar a liberdade de expressão, os anos finais da ditadura ainda enfrentavam os limites de um aparato de controle com severas limitações burocráticas, que acabaram colidindo com a radicalização do combate à independência das colônias africanas. Ao contrário da distensão gradativa nos anos finais da ditadura militar brasileira e a diminuição da censura nos seus anos finais (AQUINO, 1999), o regime autoritário português retomou o fortalecimento da censura em seus momentos finais, o que se soma a outros fatores na explicação proposta na seção a seguir para o distanciamento adotado por Brasil e Portugal nos seus processos de redemocratização e, particularmente, no reposicionamento de seus aparelhos de controle da comunicação após a abertura democrática. Na leitura de Lima (2013, p. 112), o Estado português, em crise pela descolonização, temia que a sociedade, a mídia e também o aparato judicial estivessem despreparados para a liberdade e suas correlatas responsabilidades:

Marcello Caetano tinha, pois, uma atitude crítica em relação ao sistema [de censura] instalado, mas neste setor, como em tudo o resto, não concebia que se promovessem alterações radicais, o que justificava com o argumento paternalista sempre evocado: o povo não estava preparado. [...] Mas não era só a opinião pública que não se

encontrava em condições de receber a mudança, uma vez que os agentes essenciais para essa transformação também não estariam em condições de a levar a cabo. O aparelho de Estado teria muita dificuldade em aceitar a transferência de poderes para os tribunais, a quem caberia arbitrar sobre estas matérias num futuro eventual. Os jornalistas não saberiam lidar com novas situações de prática profissional e poderiam ainda entrar em confrontos com as direções das empresas, porque o excesso de liberdade poderia gerar interesses contraditórios do ponto de vista editorial. A manutenção da censura obviava a todas estas fragilidades. (LIMA, 2013, p. 112)

Com esse temor, em seus últimos anos, no começo dos anos 1970, a ditadura portuguesa voltou a abrigar-se sob a guarda da censura para controlar particularmente as notícias e comentários contrários à guerra colonial que se arrastava na África (LIMA, 2013, p. 112), chegando-se até a proibir, pela primeira vez desde os anos 1920, que jornais identificassem que estavam sob censura (GOMES, 2013, p. 90), um tema tabu que mostrava o desconforto também do governo autoritário brasileiro, nessa mesma época, em assumir publicamente que censurava sua imprensa (KUSHNIR, 2004, p. 121). Mesmo que ambos os governos procurassem simultaneamente ocultar a censura de que dependiam para evitar a pressão internacional dos governos democráticos ocidentais e da pressão interna por mais abertura política e cultural, a ditadura portuguesa encontrou um fim súbito ainda no começo dos anos 1970, com a Revolução dos Cravos, enquanto a ditadura brasileira pôde preparar um longo período de distensão, em uma abertura defendida como “lenta, gradual e segura” – e dominada pelos militares, em um processo que se arrastaria até o final dos anos 1980. Por seguirem caminhos opostos no modelo de redemocratização, Brasil e Portugal também reposicionarão seus mecanismos de controle de comunicação de forma diferente em tempos de abertura – como será discutido a seguir.

6.4. Entroncamentos ibéricos: redemocratização entre rupturas e reformas

Como exposto na seção anterior, as proximidades entre as trajetórias políticas brasileiras e portuguesas sofreram uma ruptura no final do século XX devido à *divergência* (o último dos quatro períodos sugeridos no início da seção anterior) dos processos de redemocratização – que, por sua vez, levaram também a diferentes mecanismos de controle da comunicação nos atuais tempos democráticos.

Entretanto, um elemento que continua a aproximar os dois países, mesmo após tomarem desvios alternativos no processo de redemocratização, é o próprio legado autoritário dos períodos anteriores, evidenciado nas diferentes maneiras como se

procura solucionar a tensão entre as demandas de controle comunicativo e os anseios por menor intervenção para manter a autonomia da liberdade de expressão. Assim, a sincronicidade apontada por Costa também continua entrelaçando os caminhos brasileiros e portugueses, que se aproximaram, nas últimas décadas do século XX, da redemocratização e da necessária desconstrução das estruturas de censura estatal em meio à abertura política:

Assim, tanto em Portugal como no Brasil, passadas tantas décadas de censura, ainda se discute qual deve ser a relação entre o Estado e os produtores culturais e como é possível equacionar liberdades criativas e fomento sem cair na censura e no dirigismo. (COSTA, 2010, p. 126)

Na análise de Cretella Neto (2008, p. 5), com esse movimento histórico de liberalização moderada inicialmente sob controle e, posteriormente, sob influência de Portugal, “passou-se de um *período de privilégio* – ou de *monopólio* – das informações para outro, de *censura prévia*” e, seguindo os comentários de Nobre (1989, p. 2), “finalmente, por uma fixação de responsabilidade equivalente a uma censura *a posteriori*, a ser apurada judicialmente”, em cenário jurídico que se estende até hoje. Por outro lado, Costa (2008, p. 22) alerta que a violência da censura não está simplesmente no corte das palavras, mas na submissão dos seus autores “para defender suas intenções e ideias frente às autoridades instituídas”. Com a abertura democrática, os direitos garantidos pela Constituição deveriam defender a liberdade de imprensa e de expressão; entretanto, Zaverucha (2010, p. 68-69) alerta para as raízes autoritárias que deformam o texto constitucional e as práticas de poderes que os desrespeitam: “é como se o Brasil estivesse se transformando em um governo dos legisladores em vez de um governo das leis [...]. Há no Brasil lei (*rule by law*), mas não um Estado de direito (*rule of law*)”.

Assim, ainda enfrentamos um longo caminho pela frente para lidar com a histórica “herança censória portuguesa” (COSTA, 2010, p. 49) e com a capacidade que tem o “passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10). Essa herança é ainda mais problemática pela resistência de certos grupos em ampliar a visibilidade dos abusos cometidos no passado – e assumir a responsabilidade por sua perpetuação. Com isso, Teles (2006, p. 91) argumenta que a herança dos regimes autoritários soma ao sofrimento dos perseguidos a indiferença atual dos que ignoram as arbitrariedades cometidas no passado:

As transições para as novas democracias têm apresentado a questão por uma dualidade: de um lado, coloca-se a importância de recordar, através das ações positivas institucionais; de outro, articula-se o esquecer como sepultura das dores do passado. No entanto, os mecanismos da memória vão além da tensão entre o velar (expulsar) e o revelar (assimilar) do passado, articulando-se em subjetividades capazes de entrelaçar passado e presente em partículas históricas construtivas e produtivas. (TELES, 2006, p.91)

A transição democrática, entretanto, evidencia outro problema para a comparação das trajetórias políticas brasileira e portuguesa e sua influência no fortalecimento ou desconstrução dos aparatos centrais de censura. O modelo de ruptura política adotado na redemocratização em Portugal difere sobremaneira da reforma negociada no Brasil. Esse fator ajuda a compreender a transformação atual da “sincronicidade” demonstrada por Costa (2010) entre as transformações políticas portuguesas e brasileiras e a atuação de órgãos de censura nos períodos anteriores às aberturas democráticas dos anos 1970 e 1980. Atualmente, o modelo centralizado de controle da mídia realizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), em Portugal, não encontra paralelo com nenhuma organização brasileira semelhante, e até é possível apontar que mesmo propostas mais brandas de controle da comunicação – como a frustrada criação de uma nova agência audiovisual e um conselho de jornalismo independente – foram abandonadas devido à crítica de grandes veículos de comunicação e deixadas de lado pelos atuais governos brasileiros.

Por outro lado, como esta pesquisa pretende defender, o modelo de sincronicidade sugerido por Costa (2010) ainda é essencial para a compreensão do período atual se levarmos em consideração o pressuposto da hipótese: ela trata não somente do paralelo entre Brasil e Portugal durante séculos de influência mútua de transformações políticas e mecanismos de censura, mas frisa a correlação entre essas mudanças no poder e sua codependência em relação às práticas de controle da mídia. Como mencionado na seção anterior, Costa (2010, p. 90) já apontava um distanciamento nos modelos políticos de controle de comunicação entre Brasil e Portugal no final do século XX devido a fenômenos globais de internacionalização. O que a presente pesquisa pretende é considerar a relação desses processos globais, como a integração regional europeia, no caso português, e a pressão do neoliberalismo para a abertura de mercados e a flexibilização de regulamentações nacionais nos dois países. Além disso, é necessário avaliar como as diferentes escolhas adotadas durante a transição para a democracia

acabaram por influenciar o reposicionamento das entidades de controle midiático nos novos tempos de abertura.

6.5. Dois caminhos alternativos na redemocratização: ruptura e negociação

Ao avaliar a qualidade das democracias que precisaram superar legados autoritários, Pinto (2006, p. 173) defende que, mais importante que a duração ou o grau de inovação do regime anterior, é essencial avaliar o modelo de transição para a democracia, pois é esse o fator preponderante para a maior parte dos impactos de longo prazo. Esses momentos são também as “janelas de oportunidade” (PINTO, 2006, p. 176) para as mudanças serem demarcadas, construindo uma “memória coletiva dominante de ruptura com o passado” (PINTO, 2013, p. 22) – ou para a redenção e perpetuação de práticas e valores anteriores, abrigados na democracia que passam a contaminá-la como “enclaves de autoritarismo [...] mesmo vários anos depois do fim dos regimes não democráticos” (MORLINO, 2013, p.213).

Ao analisar a resistência da sociedade brasileira em reconhecer os abusos da ditadura como crimes, Kehl (2010) lembra que, assim como na psicanálise individual, os traumas autoritários que se procura recalcar retomam como novos sintomas antidemocráticos, como a persistência da tortura e sua defesa no combate à criminalidade. Para Cunha e Piçarra (2013, p. 60), é preciso evidenciar o que do autoritarismo “sobreviveu, atestando que as estruturas mentais são mais duradoras e dificilmente ‘libertadas’ do que as rupturas políticas fariam crer”. Assim, fica claro que o autoritarismo não termina com a transição governamental, visto que suas raízes penetraram no tecido social – e foram por eles sustentadas.

A importância da compreensão do horror da ditadura está no fato de que tais eventos deixam marcas não somente nas vítimas, mas em toda a sociedade na medida em que postergam os traumas e abalam nossa confiança nas instituições políticas, do mesmo modo que criam a dúvida com relação aos valores democráticos, prejudicando nossa capacidade de agir.
Nas sociedades com herança autoritária, a democracia é ameaçada pela eliminação da elaboração mnêmica e consequente medo das incertezas do presente. (TELES, 2006, p. 97)

Para superar esses legados autoritários, é necessário, primeiramente, reconhecer suas existências. Brito aponta que é preciso evidenciar as “linhas de fratura latentes” que permitiram a emergência e persistência de governos autoritários, para só então

procurar retomar os valores fundamentais após esses períodos, “quando o consenso se quebra e se segue a violência” (BRITO, 2013, p. 48). Nesse sentido, Gordsky (2009, p. 820) defende a necessidade de democracias recentes garantirem a legitimidade das novas instituições, demarcando uma separação nítida dos períodos autoritários precedentes pela condenação dos abusos cometidos. Para isso, o autor sistematiza sete mecanismos de responsabilização dos regimes autoritários pelos novos regimes democráticos, hierarquizados em ordem crescente de dificuldade de implantação e risco:

Cessation and codification of human rights violations; condemnation of the old system; rehabilitation and compensation for victims; creation of a truth commission; purging human rights abusers from public function; criminal prosecution of ‘executors’ (those lower on the chain-of-command); criminal prosecution of commanders (those higher on the chain-of-command). (GORDSY, 2009, p.819)

Esses mecanismos foram assim agrupados de acordo com a dificuldade de sua implantação: a cada novo patamar, aumenta o distanciamento em relação ao regime autoritário anterior, mas aumenta também o risco de retaliação dos grupos tradicionais. Com isso, nas reformas negociadas, nas quais as elites anteriores mantêm sua influência no processo de abertura e na democracia posterior, Gordsky (2009, p. 821) aponta que a transição tende a adotar somente poucas medidas mais brandas (como o fim dos abusos dos direitos humanos e sua codificação, além de condenações genéricas do regime anterior, possíveis compensações para suas vítimas, ou eventuais comissões da verdade), enquanto aberturas por ruptura tendem a incluir também medidas mais drásticas (como a remoção de funcionários públicos que tenham cometido violações de direitos humanos, até a condenação penal de executores ou de seus comandantes).

Essa diferença se dá pela forma da transição: se ela é realizada por grupos mais “fracos” e, por isso, dependentes ainda das elites tradicionais ligadas ao autoritarismo (grupo de países que tem como exemplo máximo a transição espanhola, mas em que seria possível também incluir o caso brasileiro), somente os mecanismos brandos podem ser adotados, já que a elite anterior ainda é necessária e pode retaliar, regressando ao centro do protagonismo político e dificultando a transição; por outro lado, quando grupos mais “fortes” tomam o poder, como as trocas de regime resultantes de revoluções – como o caso de Portugal após Cravos –, é natural a polarização com as elites anteriores com que se pretende romper, sendo recomendável removê-las do espaço público para diminuir sua possível influência na disputa pela formação do novo regime. Esse argumento de Gordsky segue a mesma linha defendida por Pinto (2006, p.

174), que destaca que, nas transições negociadas em que a reforma predomina sobre a ruptura, “a elite autoritária é um poderoso parceiro no processo de transição” e, com isso, consegue influenciar seus mecanismos e resultados.

A transição política brasileira se caracteriza por um processo dominado pelos militares durante uma distensão que se alongou por quase uma década, de meados dos anos 1970, com a aprovação de uma anistia que também isentasse os crimes cometidos pelos agentes de Estado, até o final dos anos 1980, envolvendo eleições indiretas antes da promulgação da nova Constituição de 1988 e das eleições diretas posteriores. Esse modelo de transição negociada difere muito da ruptura portuguesa, com um golpe militar em resposta à falência do Estado com as iminentes derrotas nas guerras coloniais na África, no começo dos anos 1970.

O Estado Novo português foi derrubado no dia 25 de abril de 1974 na sequência de um golpe de Estado liderado por capitães dos três ramos das Forças Armadas que formavam o Movimento das Forças Armadas (MFA). Na literatura sobre democratização, o caso português é classificado como uma transição por ruptura. Este tipo de transição define-se pelo afastamento forçado da elite anterior, com ou sem recurso à violência, e sem a existência de negociações entre o regime deposto e a elite democrática emergente [...] O regime de António de Oliveira Salazar (1932-1968) e Marcello Caetano (1968-1974) foi derrubado sem recurso à violência e perante a surpresa das várias forças políticas de oposição, incluindo o maior partido político, que operava clandestinamente no país. (RAIMUNDO, 2013, p. 91)

Ao contrário do modelo português, a transição brasileira acabou por se aproximar mais do modelo de reforma negociada, do qual a Espanha talvez seja um dos exemplos mais extremos. No caso espanhol, o país necessitava reconciliar-se de uma fragmentação e de uma memória ainda mais traumática que precedia a ditadura de Franco: a guerra civil espanhola do começo do século XX (HUMLEBAEK, 2013, p. 122):

A combinação da necessidade de reconstruir a nação com o medo de conflito traduziu-se numa procura obsessiva pelo consenso como um princípio indispensável para a mudança política depois de Franco, mas também fez os principais atores absterem-se de qualquer tipo de mudança abrupta que pudesse ser interpretada como revolucionária. [...] O regime de Franco não foi derrubado por forças internas ou externas, ao contrário das outras ditaduras da Europa do Sul que estavam a atravessar transições para a democracia. O ditador morreu de velho no seu leito em novembro de 1975 e, deste modo, não houve nenhuma sublevação revolucionária, nem havia uma tradição de oposição que fosse motivo de orgulho e a partir do qual se construísse uma nova democracia. Em vez disso, a oposição teve de negociar a construção de um novo regime com uma ditadura franquista que tinha sido decapitada, mas que não deixara de existir. Os fatores supracitados levaram a que a mudança de regime tomasse o rumo de uma transição por reforma, que tinha a introdução da democracia consensual como objetivo último, e como tal uma ruptura

com o passado, mas que, em cada um dos seus passos, tinha de ser uma reforma caracterizada por respeito pelo sistema autoritário. (HUMLEBAEK, 2013, p. 123).

Fica evidente, com isso, que Portugal e Espanha podem ser considerados como polos opostos entre as transições mais radicais ou moderadas da ditadura para a redemocratização, com diferentes efeitos nos governos posteriores e na continuidade de valores autoritários como parte incômoda no regime democrático: “ao contrário da ruptura pactuada na Espanha, Portugal passou por uma transição sem negociação de pactos entre a elite ditatorial e as forças de oposição” (PINTO, 2006, p. 175).

Comparando as redemocratizações na América Latina com as realizadas por essas duas nações europeias, Brito e Snajder (2013, p. 204) evidenciam que mecanismos mais radicais de ruptura, como o afastamento de funcionários da vida pública e condenações, foram somente possíveis em transições mais radicais como a portuguesa, enquanto reformas negociadas acabaram por apelar a anistias – como foi realizado na Espanha e também no Brasil. É possível destacar ainda que, em certos sentidos, a transição brasileira foi ainda mais resistente em romper com os laços autoritários do que a espanhola, levando quase uma década após o afastamento dos militares para aprovar compensações financeiras para as vítimas da ditadura, e quase três décadas para instaurar as recentes Comissões da Verdade – além de ainda manter a anistia aprovada pelos próprios militares, o que já foi revisto em diversos dos vizinhos latino-americanos, como no caso argentino (BRITO, SNAJDER, 2013, p. 204).

Além disso, o caso brasileiro encontra uma particularidade em seu processo transicional: o fortalecimento colateral das grandes empresas de comunicação e a maior aproximação entre proprietários da mídia e representantes eleitos. Durante o final da ditadura, como parte da transição política entre a aprovação da nova Constituição e o retorno das eleições diretas e livres, diversas concessões de rádio e televisão foram oferecidas para políticos da base governista em troca da aprovação de apoio ao governo Sarney – o primeiro civil depois dos militares, mas eleito ainda de forma indireta (BOLAÑO, 2003, p. 36). Assim, interesses midiáticos, que já detinham grande influência no parlamento, ampliaram sua base orgânica de apoio com o aumento do número de congressistas que também passaram a defender os seus interesses por serem também agora proprietários de meios de comunicação, ou aliados deles. Essa relação incestuosa entre o parlamento e proprietários da mídia acaba por dificultar a construção

de modelos de regulação midiática que sejam subordinados ao parlamento – como no modelo português – ou, ao menos, por ele aprovado durante sua formulação legislativa.

Esse fenômeno ajuda a compreender outra diferença importante entre a transição portuguesa e a brasileira, que detém relação direta sobre o controle da mídia. Em Portugal, a ruptura da Revolução dos Cravos envolveu a reconstrução de um Estado em crise pela implosão das guerras coloniais. Nos primeiros meses da revolução, um processo de radicalização vingativa e redistributiva envolveu a maior intervenção do Estado português sobre a iniciativa privada, incluindo a nacionalização de empresas particulares e a demissão forçada de antigos colaboradores ou aliados do regime autoritário anterior, que perderam seus cargos como funcionários públicos ou em companhias que passaram por intervenção do Estado durante a revolução (PINTO, 2006, p. 186). Com isso, muitos meios de comunicação foram confiscados pelo Estado, ou suas diretorias – que tinham laços ideológicos de apoio ao regime autoritário ou eram ao menos por ele toleradas – foram afastadas. Além disso, um ano depois da Revolução dos Cravos de abril de 1974, era aprovada nova lei de imprensa que suspendia censura prévia, garantindo a liberdade de imprensa e o direito à informação (PAULINO, 2008, p. 188).

The relationship between the state, the economic elite and the media underwent a profound transformation during the transition period. The administrative and management bodies of radio and television stations, as well as the main newspapers were removed from their posts. Only a few directors of privately owned newspapers, already in the hands of the opposition under the old regime, were able to hang on to their posts. While the first purges were driven by the military, the main purge agents in this sector were journalists and typographers linked to the PCP and other extreme-left organizations that maintained this position of dominance until 25 November 1975. The censorship services were purged and dissolved. (PINTO, 2006, p. 187)

Assim, a abertura portuguesa envolveu tanto uma maior intervenção do Estado e uma retórica de controle da comunicação para objetivos coletivos. De forma completamente diferente, o Brasil passou por um momento de maior privatização e concessões públicas de rádio e televisão concomitantes com a abertura política, com aumento da força dos grandes meios de comunicação em relação ao Estado devido ao fortalecimento de seu poder econômico e de sua influência sobre o legislativo. Essa diferença ajuda a entender porque, até hoje, o controle da comunicação – assim como a justiça transicional e a anistia – é um tabu indiferenciado da censura no Brasil (PELEGRINI; SCHIAVO, 2013), enquanto que, em Portugal, ele era parte do debate durante a transição, era adotado pelo governo transicional e apoiado pelos grupos que

identificavam a necessidade de retirar os enclaves do salazarismo da mídia para construir uma comunicação mais preparada para os novos tempos democráticos.

Assim como a transição política brasileira seguiu a reforma pactuada e negociada da Espanha, evitando as alternativas mais radicais de ruptura adotadas em Portugal, também os mecanismos de controle da comunicação na democracia deixaram de lado seu alinhamento histórico com as raízes lusitanas, desviando-se para um outro entroncamento ibérico: a falta de um organismo único e centralizador da regulação midiática abre espaço para uma pulverização de entidades que controlam setores parciais, o que faz com que o Brasil, atualmente, apresente um modelo de regulação também semelhante ao espanhol:

In Spain, there is neither a single media regulatory body nor a specific audiovisual authority, but instead there are several entities involved in different fields affecting the Spanish media: market competition, content and cultural industries, intellectual property, broadcasting licenses, public service broadcasting, telecommunication networks and services and other digital services. In addition, the authority in these different areas is shared among central and regional institutions (Autonomous Communities). (SAURA; JIMÉNEZ, 2013, p. 147)

Entretanto, divergindo do maior protagonismo local espanhol – que é inerente ao seu modelo político devido à existência de comunidades autônomas com traços culturais diferentes e protegidos localmente –, no Brasil, há uma forte centralização federal, concentrando decisões estratégicas como a concessão de emissoras de radiodifusão no Ministério das Comunicações e no Congresso Federal, o que limita a autonomia local para estados ou municípios adotarem a descentralização desse sistema (LIMA, 2011, p. 109). Além disso, diversas outras agências reguladoras e de fomento também são coordenadas, com maior ou menor independência, por ministérios do executivo federal – como os casos da Anatel e da Ancine, discutidos no próximo capítulo.

Esses diferentes entroncamentos ibéricos entre o maior controle lusitano e a resistência espanhola a rupturas radicais seguem a tradição que também entrelaça as raízes dessas culturas com a brasileira. Ao construir seu paralelo entre as mudanças políticas desses países latinos, Paulino (2008, p. 33) destaca características político-culturais que influenciam a tensa relação entre o poder e a mídia: todos ainda precisam superar traços do autoritarismo em suas democracias recentes e instáveis, e detêm tradições seculares de patrimonialismo e clientelismo. Outro empecilho ao maior desenvolvimento democrático é a baixa circulação de jornais e a restrita profissionalização jornalística, além do alto grau de “paralelismo político” (PAULINO,

2008, p. 33) – ou seja, os meios de comunicação públicos acabam por ser partidarizados para a promoção do governo no poder, assim como os proprietários de mídia e seus profissionais apresentam alianças políticas, sendo frequente que jornalistas tornem-se políticos e vice-versa (HALLIN; MANCINI, 2007, p. 91).

Este concepto alude al grado en que la estructura del sistema mediático refleja la del sistema político, con una prensa, por poner un ejemplo, que se distingue en función de su posicionamiento partidista. (HALLIN; MANCINI, p. 91)

Nos casos analisados, é possível postular que o modelo de transição do autoritarismo, por influenciar a democracia posterior, também polariza os mecanismos de controle social da mídia. A ruptura radical portuguesa caminhou para maior fortalecimento do estado perante os meios, com uma entidade centralizada para a regulação da mídia, enquanto a reforma negociada espanhola e brasileira levou a maior força das mídias em relação ao Estado, pulverizando o controle em diversas entidades – ou até resistindo à sua implantação, como será visto no caso brasileiro a seguir. Retomando a pergunta inicial deste capítulo sobre a superação da “sincronicidade” entre o controle da mídia no Brasil e em Portugal no final do século XX, como proposto por Costa (2010, p. 77), é possível afirmar que, atualmente, há *dissonância* entre os dois países, pois as escolhas de alternativas adotadas durante a abertura democrática – maior ruptura portuguesa e reforma negociada brasileira – impactaram diretamente no reposicionamento do controle comunicativo nos dois países – de maneira centralizada no estado mais forte português, e mais liberal no equilíbrio instável da recente democracia brasileira.

Finalmente, as pressões externas e internas nos dois países, nas décadas que se seguiram à abertura, também influenciaram diferentemente os processos de regulação da mídia. O Brasil passou por uma liberalização maior nos anos 1990, com o predomínio do que Aquino (1999) classifica como uma visão “liberal lockeana” de redução da intervenção estatal – um conceito útil que ajuda a historiadora a desmistificar o aparente paradoxo de que a grande imprensa brasileira tenha ao mesmo tempo apoiado o golpe militar de 1964 contra o governo de João Goulart, que propunha maior intervenção do Estado na economia; e, posteriormente, tenha defendido o retorno à democracia quando a intervenção da censura militar constituía um empecilho ao seu próprio funcionamento. Do outro lado do Atlântico, Portugal e Espanha caminharam para a União Europeia, que apresenta grande papel normativo e incentiva o

fortalecimento do Estado como fiscalizador ativo e interventor para suprir falhas do mercado.

Assim, antes de realizar o diagnóstico do setor de regulação da comunicação brasileira, é necessário, inicialmente, construir parâmetros de comparação a partir das características definidas pela metodologia apresentada na seção anterior. Se esse trabalho pretende apontar a ausência de entidades centralizadoras de regulação no setor de comunicação brasileiro, só é possível definir essa ausência ao comparar o cenário brasileiro com o de outras realidades em que tais entidades estão presentes, avaliando por quais motivos o Brasil não adotou os mesmos mecanismos de controle centralizado e quais os efeitos da descentralização e do vazio regulador em certas instâncias peculiarmente importantes para o funcionamento da democracia nacional – como o jornalismo, que se encontra sem balizas para alguns mecanismos de controle, como o direito de resposta e as indenizações, desde a derrubada da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal. Para isso, seguindo a metodologia adotada por esse trabalho, é interessante comparar a realidade brasileira de ausência de regulação eficiente (paradoxalmente definida pela multiplicidade de entidades de regulação parciais) com a entidade portuguesa que centraliza a regulação da comunicação social no país.

6.6. Centralização da regulação midiática portuguesa: ERC

Partindo da avaliação de Costa (2010, p. 77) sobre a “sincronicidade” entre os processos políticos e o desenvolvimento dos mecanismos de controle comunicativo no Brasil e Portugal nos últimos séculos, é importante perceber que essa proximidade temporal precisa ser avaliada em longos períodos, sendo frequente um certo “atraso” de aproximadamente de uma década entre aberturas ou fechamentos dos regimes lusitanos e brasileiros. Com isso, é possível avaliar melhor o que pode parecer uma defasagem ou “dissonância” brasileira em relação aos mecanismos de controle centralizados portugueses, como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), como será visto nesta seção. Afinal, por que o Brasil (ainda?) não desenvolveu um mecanismo centralizado e autônomo, com garantia constitucional para seu funcionamento, como os Portugueses adotaram desde 2005 (Costa; Lameiras, 2013, p. 137)?

Nesse sentido, o modelo de análise comparativa de regulação midiática internacional proposto por Sousa, Trützschler, Fidalgo e Lameiras (2013, p. 6-7) é um ponto de partida para a comparação do modelo brasileiro e do português de regulação.

Ainda assim, não custa destacar que se pretende extrapolar os objetivos originais da pesquisa para ampliar a comparação para além dos treze países originalmente avaliados (Alemanha, Áustria, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal, Reino Unido e Suíça), todos eles membros da União Europeia.

Usando esse modelo de análise, Sousa e Lameiras (2013, p. 140) destacam que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) funda-se no arcabouço constitucional português, em seu artigo 39, como uma entidade administrativamente e financeiramente independente. A regulação social da comunicação é prevista desde a abertura democrática no texto constitucional de 1976, (*Id.*, *ibid.*), mas os princípios e regras de funcionamento das entidades anteriores (como a Alta Autoridade para a Comunicação Social, que foi posteriormente substituída pela ERC, em 2005) foram alvo de emendas, em 1989 e 2004, para ampliar a intervenção estatal reguladora para uma gama maior de setores midiáticos, seguindo os princípios de liberdade de expressão e direito à informação (*Id.*, *ibid.*, p. 141). Uma entidade reguladora estatal que presta contas ao Parlamento português – que também indica seus membros (Silva; Fidalgo; Sousa, 2011, p. 89) –, a ERC supervisiona conflitos relacionados à imprensa (como no caso de direitos de resposta), recebe reclamações do público, classifica produtos audiovisuais e supervisiona o monitoramento de cotas de conteúdo português e de limites para inserções de propaganda (Sousa; Lameiras, 2013, p. 141).

Apesar da maior centralidade que essa entidade garante no cenário português, é importante destacar que a ERC não é a única a tratar do setor da comunicação nesse país. Ela é complementada pela Autoridade da Concorrência (AdC), que regula a competição e transparência no fornecimento de diferentes serviços, e pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), que regula e supervisiona os serviços postais e comunicação eletrônica, além do recente Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), órgão governamental para definição de políticas públicas para o setor (SOUSA; LAMEIRAS, 2013, p. 138).

Avaliando os valores de base para a formulação da entidade reguladora portuguesa, Sousa (2006, p. 13) analisa que a instituição alinha-se com as políticas europeias preocupadas “em garantir os mecanismos reguladores necessários ao desenvolvimento de um mercado aberto e competitivo”, mantendo a independência do organismo e a “tradicional distinção entre a regulação dos conteúdos e a regulação dos mercados de distribuição” (Sousa, 2006, p. 14). Ainda assim, a efetividade da regulação

estatal contrapõe-se às dificuldades da autorregulação de setores como o jornalismo, mas ainda apresenta limitações por seu caráter eminentemente reparatório:

A centralidade estatal resultará assim de um desejo dos poderes públicos e corresponde a objetivos estratégicos claros de imprimir um rumo à comunicação social, perante a incapacidade e imaturidade da autorregulação. Neste contexto, o Estado organiza o sector, preparando os instrumentos legais que orientam a atividade dos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que é regulador, no sentido em que é responsável pela existência de entidades reguladoras que visam implementar e fiscalizar o respeito pela lei, em que impõe mecanismos de autorregulação e em que também, sendo proprietário e financiador, induz visões normativas no sector que visam ser também reguladoras. [...]

Aos cidadãos continua a ser dado um espaço muito reduzido de intervenção. A sua atuação tem sido normalmente apenas para reparar danos, nomeadamente através da figura do direito de resposta. Mas tanto esta figura, como os espaços disponibilizados pela ERC para apresentação de reclamações, tem sido majoritariamente apropriada pelos diretórios partidários e outras organizações de cariz eminentemente político. (Silva; Fidalgo; Sousa, 2011, p. 93)

Sousa e Lameiras (2013, p. 146) também criticam recentes preocupações de favorecimento de grandes corporações midiáticas, em um caso de “regulador capturado pelo regulado”⁷⁵. Ainda assim, a regulação midiática portuguesa tem sido desenvolvida como uma “solução intermediária entre o modelo liberal (defendido para outras esferas económicas) e o modelo protecionista”, em um cenário de “redução progressiva do apoio do estado” (Sousa, 2006, p. 19) – uma configuração próxima, ainda que distinta pela ausência de uma entidade centralizada de regulação estatal, da realidade brasileira, como será visto a seguir.

⁷⁵ Tradução do autor – no original: “regulatory captured by the regulated” (Sousa; Lameiras, 2013, p. 146).

7. REGULAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA EM CONTRAPONTO: RESISTÊNCIA LIBERAL E CONTAMINAÇÃO POLÍTICO-MIDIÁTICA

Normative media theory has allowed the debate to be narrowed down to a choice between freedom of the media market on the one hand and control or censorship by the state in one form or another on the other, as if greater accountability can only be achieved by sacrificing more freedom. This ignores the complexities of what freedom means in media publication, the inevitability of constraint in public communication and the diversity of means by which the interests of 'society', as variously manifested, can be identified, expressed and achieved, without violating the essence of freedom of expression. – Denis McQuail (2005, p. 237) "Publication in a free society: the problem of accountability".

Em comparação com a maior centralização promovida pela entidade reguladora portuguesa, o Brasil encontra uma diversidade de entidades setoriais, com diferentes graus de independência do Estado, o que acaba por acarretar em certas lacunas e insuficiência regulatória em áreas que superam as divisões tradicionais – como a convergência digital de diferentes plataformas de mídia –, ou pela direta resistência de setores específicos em adotarem regulação, medidas de responsabilização social, ou até mesmo maior transparência de seus processos – um problema proeminente da imprensa mundial que também ocorre no país.

O primeiro desafio para a avaliação dessas entidades envolve a definição de quais podem ou não ser caracterizadas como reguladoras. Como proposto na metodologia desta pesquisa, é possível distinguir os agentes da regulação de outros organismos setoriais sem esse poder pela sua característica peculiar de definir limites ou processos com certo grau de imposição mandatória, divulgando normas para balizar condutas esperadas e apresentando órgãos de fiscalização que garantam sua observância, a investigação e a punição de eventuais desvios. Utilizando essa definição, é possível construir um limite mínimo para as candidatas a entidades de regulação da comunicação que serão analisadas agora, focando, principalmente, as entidades estatais de heterorregulação – os Ministérios da Justiça (responsável pela Classificação Indicativa), da Comunicação (responsável, junto ao Congresso Nacional, pela concessão pública de emissoras de radiodifusão) e sua agência nacional de telecomunicações (Anatel), além do Ministério da Cultura e sua agência nacional de cinema (Ancine).

Entre os órgãos de autorregulação, é importante destacar o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), enquanto os órgãos de provedores e ouvidores com papel de *ombudsman* são raros e concentrados em poucos casos da imprensa escrita – e ainda encontram possibilidade de intervenção restrita à crítica, com

limitada capacidade de alterações das condutas das empresas de comunicação, adotando mais frequentemente sanções simbólicas como a publicação de comentários críticos e pedidos de esclarecimento ou reparação.

Para compreender a composição dessas entidades e suas principais funções, este capítulo procura construir um panorama das instâncias de regulação no setor de comunicação brasileiro.

Mas, ainda assim, duas entidades de limitado poder de regulação merecem ser ao menos mencionadas para compreender os limites do escopo da presente pesquisa. Por limitar-se a autorizar, arrecadar e distribuir direitos autorais, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)⁷⁶ não apresenta todas as características de regulação sugeridas pelo presente estudo. Essa instituição privada sem fins lucrativos definida pela lei de direitos autorais brasileira centraliza a gestão dos direitos autorais musicais, agregando e articulando-se com associações de artistas; mas seu papel na definição de regras para o setor é limitado à esfera de influência legislativa, sem autonomia para definir normas nem poder direto de sanção.

Com maior ligação governamental e maior papel na definição de políticas públicas (ainda que sem poder de sanção), é importante destacar também o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que desenvolve estudos, coleta informações sobre serviços e usos da rede e propõe normas e procedimentos para regular atividades na internet, recomendando padrões e procedimentos técnicos, além de atribuir endereços na internet (IPs) e registros de domínios <.br>. Coordenado pelo Ministério de Ciências e Tecnologia (MCT), sua composição foi definida pelo decreto presidencial Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, e inclui representantes ministeriais (do MCT, além da Casa Civil e dos ministérios das Comunicações, da Defesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento), da Anatel e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de representantes independentes da comunidade científica e tecnológica, do empresariado e do terceiro setor⁷⁷. Apesar de seu poder de definição de endereços e sua importância na formulação de pesquisas e divulgação de dados sobre a internet no país (BOLAÑO, 2003, p. 57), o comitê não possui autonomia total na adoção de políticas para o setor – mas apresenta grande influência na formulação e aprovação de legislações nele. Um exemplo da crescente influência desse órgão foi a recente aprovação do Marco Civil da Internet, em 2014

⁷⁶ <http://www.ecad.org.br/pt/quem-somos/oEcad/Paginas/default.aspx>

⁷⁷ <http://www.cgi.br/pagina/decretos/108>

(PAGANOTTI, 2014), legislação que poderá aumentar o poder regulador do CGI no futuro, visto que o primeiro parágrafo do nono artigo dessa lei define a consulta ao CGI e à Anatel na definição de normas sobre a neutralidade da rede, garantindo a isonomia na transmissão de dados pelos servidores em rede⁷⁸.

Após essa breve menção aos dois organismos de papel limitado na definição de regulação, é possível tratar dos principais órgãos que tratam da regulação da mídia no Brasil, focando, como definido na seção anterior, estrutura legal, funções, legitimação, performance, mecanismos de aplicação e prestação de contas, composição, financiamento e contexto, seguindo a metodologia proposta por Sousa, Trützschler, Fidalgo e Lameiras (2013, p. 6-7), além da formação e adesão/reação social.

7.1 Conar – Autorregulação publicitária

Uma estratégia para evitar a regulação estatal e a censura prévia, a autorregulação publicitária foi proposta por profissionais e agências de publicidade inspirados em modelos internacionais de códigos de ética – particularmente no código britânico e nas diretrizes da *International Advertising Association*. Frisando sua formulação coletiva, o código em que se baseia a autorregulação foi aprovado durante o III Congresso Brasileiro de Propaganda, em 1978, e colocado em prática no início dos anos 1980, com a criação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)⁷⁹. O Conar⁸⁰ garante o financiamento de suas atividades pela contribuição das entidades publicitárias e seus afiliados, como agências, anunciantes e veículos de comunicação. Entre os valores defendidos no preâmbulo do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, destacam-se a defesa da honestidade e da verdade, o respeito às leis nacionais e à concorrência leal, a responsabilidade social e a preocupação com a cadeia de produção e o fortalecimento da confiança do público na atividade publicitária.

Para avaliar o respeito ao código, o Conar recebe denúncias de consumidores e entidades da sociedade civil, do poder público ou dos próprios membros do Conar sobre campanhas de publicidade que desrespeitem o código. As denúncias são avaliadas pelo seu Conselho de Ética, composto por membros voluntários e indicados pelas entidades

⁷⁸ <http://www.cgi.br/pagina/lei-do-marco-civil-da-internet-no-brasil/177>

⁷⁹ <http://www.conar.org.br/>

⁸⁰ Sobre a criação e o funcionamento do órgão de autorregulamentação publicitária, ver Schneider (2005) e CONAR (2011), além do site oficial: <http://www.conar.org.br>

que fundaram o Conar (como as associações brasileiras das agências de propaganda, dos anunciantes, de jornais, de emissoras de rádio e televisão e de editores de revistas) – e também pelo convite de representantes da sociedade civil. Se a denúncia for acolhida, os envolvidos podem apresentar sua defesa para que, após os debates, um integrante do Conselho de Ética sugira o prosseguimento do processo. Além do arquivamento do processo sem sanções, é possível advertir o anunciante, recomendar alterações ou correções, recomendar que os meios de comunicação suspendam a divulgação do anúncio e/ou divulgar a posição do Conar nos meios de comunicação, caso ocorra o não acatamento das decisões adotadas. Por fim, um parecer do relator é aprovado em votação pelo conselho – com possibilidade de recursos.

As decisões do Conar tendem a ser debatidas publicamente por diversos meios de comunicação, principalmente quando envolvem a ameaça de proibição de campanhas polêmicas (SANTOS; CRUZ; MATOS; FERREIRA, 2012) ou a intervenção de autoridades públicas ou órgãos do governo (LANA, 2013, p. 223), com raras decisões contestadas em seu histórico (SCHNEIDER, 2005). Apesar da grande recepção pública, evidenciada pelas mais de 8 mil denúncias avaliadas desde sua criação, Monteiro (2012, p. 4) critica a limitada participação dos consumidores e de associações sociais sem ligação direta com os produtores midiáticos na formulação do código e nas decisões do Conselho de Ética – uma crítica comum em relação a outras agências de autorregulação publicitária pelo mundo (HANS-BREDOW-INSTITUT, 2006, p. 180). Além da sub-representação de pontos de vista além dos anunciantes, dos meios de comunicação e dos profissionais da mídia, Mário e Falcão (2010, p. 5) também criticam o efeito colateral adverso da proibição de campanhas, que acabam atraindo mais atenção do público justamente por terem sido condenadas pelo Conar.

Em adição ao código interno, o Conar também fiscaliza a adequação das campanhas a normas legais aprovadas pelo congresso nacional ou em decretos do poder executivo, evidenciando os poderes complementares da autorregulação no fortalecimento e fiscalização de preceitos legais adotados por entidades governamentais e legislativas do Estado, como também acontece em diversos países no que tange o controle publicitário (MELO, SOUSA, 2013, p. 218). Ainda assim, além do código original, do final dos anos 1970, as decisões acumuladas pelo Conselho de Ética podem também ser utilizadas para balizar novas decisões – e são consideradas pelas agências publicitárias no momento de confecção de suas campanhas. Em alguns casos específicos, o Conselho de Ética pode cristalizar essa jurisprudência na forma de

súmulas, o que colabora para atualizar, aprimorar e sanar questionamentos sobre o entendimento do código original. Além disso, o Conselho Superior, eleito pelas entidades associadas, cria resoluções mandatórias que são adicionadas ao código original. As decisões, as súmulas e as resoluções caracterizam o poder de formulação de normas e intervenção direta sobre expectativas de conduta por parte do público e dos agentes comunicativos, o que, aliado ao poder de averiguação e imposição de sanções, determina o poder regulador do Conar. Com essas características de formulação e aplicação normativa, o Conar claramente se diferencia dos dois casos mencionados anteriormente (Ecad e CGI.br) por ser um agente regulador autônomo de fato – tendo, inclusive, entre seus poderes, a capacidade de recomendar a proibição da veiculação de mensagens publicitárias.

7.2. Ministério da Justiça – Classificação Indicativa

A classificação indicativa de espetáculos e produtos audiovisuais (como peças de teatro, filmes, programas televisivos e jogos) é realizada pelo Ministério da Justiça, seguindo determinação da Constituição de 1988, que determina o papel do Estado em classificar as obras culturais de forma a proteger os públicos sensíveis, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que determina os valores da proteção do público infantil do contato com temas e imagens que sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento (GOMES; PAGANOTTI, 2012). O órgão é herdeiro da estrutura de censura federal do mesmo Ministério da Justiça (mas que era centralizada pela Polícia Federal) extinta ao final das ditaduras militares com a abertura democrática (KUSHNIR, 2004, p. 149-161), e reflete a necessidade, durante a transição, em reposicionar a atuação estatal na indicação de conteúdos considerados como inadequados, utilizando um método mais transparente e aberto para crítica pública, criando uma classificação “por faixa de idade e não mais simplesmente proibitiva” (SIMÕES, 1999, p. 246). A principal preocupação do Estado brasileiro entre o final dos anos 1980 e 1990 em relação à comunicação era diminuir a intervenção estatal e evitar o estigma da censura, o que se reflete até hoje nos manuais de classificação indicativa adotados pelo Ministério da Justiça (2006, p. 8), que destacam a importância de “desvincular a ideia de Classificação Indicativa do conceito de censura”.

Com esse novo posicionamento menos proibitivo que pretende se diferenciar ativamente do veto, o principal objetivo da classificação indicativa atual é proteger

menores do contato de conteúdos considerados como ofensivos por apresentarem temática adulta (envolvendo linguagem ofensiva, violência, sexo, nudez ou drogas), além de informar os responsáveis pelas crianças e adolescentes da faixa etária à qual se destinam os produtos audiovisuais e espetáculos.

As diretrizes da classificação⁸¹ são formuladas e revistas periodicamente pelo próprio ministério, classificando os conteúdos considerados como inadequados a partir de um cruzamento de temas sensíveis (como violência, drogas, sexo e nudez) com as faixas etárias a partir das quais esses conteúdos podem ou não ser veiculados. A partir dessa classificação etária, essas normas também relacionam os horários em que certos conteúdos podem ser transmitidos pela televisão, de forma a proteger o impacto nos públicos mais jovens em horários sensíveis – particularmente durante o dia, elevando gradativamente as faixas etárias recomendadas no final da tarde e à noite.

Além de formular as regras, funcionários públicos do ministério também avaliam a correção das classificações sugeridas pelos proponentes (produtores de programas televisivos, distribuidores de cinema ou desenvolvedores de jogos), autorizando ou sancionando em casos de inadequação entre a classificação desejada e os conteúdos veiculados. O poder de sanção sobre os desvios em relação às normas de classificação indicativa ministerial é justamente o cerne na questão atual sobre a legalidade desse sistema, visto que o Supremo Tribunal Federal do Brasil avalia a constitucionalidade⁸² das multas nos casos de desrespeito à classificação indicativa – até a conclusão desta pesquisa, a maioria dos juízes pronunciou-se contra esse poder punitivo, por considerar essa prática como censura, o que é vetado pela Constituição de 1988 (PAGANOTTI, 2012, p. 126). Esse julgamento no STF polarizou as respostas de diferentes entidades da sociedade civil: enquanto produtores de televisão exigiam o fim das punições, entidades de proteção da infância e de comunicadores independentes procuraram defender a classificação indicativa para controlar os excessos televisivos e garantir a defesa de públicos mais jovens (PAGANOTTI, 2012), como será analisado nos capítulos finais desta pesquisa.

⁸¹ A última edição do guia de classificação indicativa, de 2012, está disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/classificacao>

⁸² Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 2404, em julgamento pelo STF, está disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=2404&classe=ADI&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>

7.3. Congresso Nacional e Ministério da Comunicação: concessões públicas de rádio e televisão

Ao avaliar a estrutura e o funcionamento do Ministério de Comunicações, é importante destacar sua relação com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de um lado (foco da seção a seguir) e sua divisão de poderes com o poder legislativo, visto que a autorização de concessões públicas de televisão depende da autorização do poder federal executivo e também do Congresso Nacional.

A gênese das dificuldades da regulação da radiodifusão brasileira encontra-se nas duas pontas da ditadura militar brasileira do final do século XX. Dois anos antes do golpe que o retiraria da presidência, João Goulart não conseguiu impedir que o Código Brasileiro de Telecomunicações em aprovação no Congresso favorecesse a sua exploração comercial, enfraquecendo a sua regulação: para manter limites das concessões e a centralidade do executivo, Goulart vetou 52 artigos do código, mas todos os vetos presidenciais foram derrubados pelo legislativo brasileiro após forte pressão dos empresários de radiodifusão, recentemente organizados (BRAZ, 2010, p. 83). O embate entre as reformas propostas por Goulart, que defendiam maior intervenção do estado, contra os interesses de grandes empresas internacionais e a elite tradicional brasileira levaria, dois anos depois, ao golpe dos militares que o removeu da presidência.

Posteriormente, durante a transição para a democracia, concessões de rádio e televisão também foram utilizadas como moeda de troca na aprovação de leis de interesse do governo no final da presidência de José Sarney, no final dos anos 1980, às vésperas da primeira eleição direta desde o golpe militar de 1964 (BOLAÑO, 2003, p. 36). Com isso, o poder tradicional dos líderes políticos locais foi fortalecido pelo que Lima (2011, p. 105) chama de “coronelismo eletrônico”, em que os líderes políticos locais possuem ou aliam-se aos controladores de meios de comunicação para garantir o apoio dos meios de comunicação junto ao seu eleitorado – principalmente das concessões públicas, que, posteriormente, deverão controlar como parte das atribuições do legislativo brasileiro. Apesar de o Ministério da Comunicação não publicar mais a lista dos proprietários das concessões públicas de radiodifusão – ignorando a necessidade de transparência desses processos –, estimativas do começo dos anos 2000 apontavam que metade das emissoras de rádio comerciais ou educativas estaria nas mãos de políticos, e quase um quinto dos congressistas brasileiros faz parte da chamada

“bancada da comunicação”, por ser ligado a redes e veículos de comunicação (LOPES, 2005, p. 6). Assim, a elite midiática se torna um ator político ainda mais predominante como consequência do enfraquecimento da regulação proposta ainda no governo João Goulart e do fortalecimento do poder político das emissoras – que contam não só com a influência de lobistas, mas de representantes políticos que são aliados ou proprietários diretos de meios de comunicação.

Considerando esse panorama histórico, é fácil compreender a dificuldade prática de regular as concessões públicas no modelo atual brasileiro. Como a concessão é outorgada por contrato com a União por meio da participação do Congresso Nacional, a influência de legisladores que possuem ou representam o interesse de meios de comunicação é predeterminante para a grande limitação dessa regulação: Lima (2011, p. 83) destaca que a renovação é automaticamente deferida na ausência de decisão do ministério da Comunicação ou de votação para sua não renovação no Congresso – que dependeria da votação nominal de dois quintos de seus membros, o que ajuda a compreender porque tal proposta sequer foi tentada.

Outro objetivo das concessões de radiodifusão que acaba sem eficácia por falta de requisitos e fiscalização eficiente é a finalidade educativa da televisão. A obrigatoriedade original de cinco horas de conteúdo educativo por semana foi reduzida para cinco minutos da programação em dias úteis, em “spots de 30 a 60 segundos, contendo mensagens educacionais”, e dois programas de 20 minutos no sábado e domingo (BRAZ, 2010, p. 87), o que permite o atual predomínio de entretenimento sobre informação e educação (JAMBEIRO, 2008, p. 90).

Por fim, a centralização nos órgãos federais do executivo (o Ministério de Comunicação) e legislativo (Congresso Nacional), em Brasília, dificulta ainda mais o processo extremamente burocrático de autorização de pequenas rádios comunitárias locais, que enfrentam dificuldade para conseguir aprovação sem depender de apadrinhamento político para acelerar seus processos – o que, mais uma vez, favorece a consolidação de emissoras com proximidade dos representantes políticos tradicionais (LIMA, 2011, p. 109).

Além da politização das concessões, o modelo atual ainda permite a predominância de oligopólios, pois a composição de redes afiliadas evita os controles legais de concentração, que acabam por ser inócuos (BOLAÑO, 2003, p. 35):

Trata-se de um modelo nacionalista e concentracionista que, ao mesmo tempo em que protege os capitais instalados da concorrência externa, limita a manifestação das expressões locais e o desenvolvimento de um panorama audiovisual diversificado, servindo basicamente aos interesses políticos e econômicos hegemônicos que se articulam no seu interior. Assim, a inexistência de regras anti-monopolistas, como aquelas relativas à propriedade cruzada e concentração multimídia, evidencia menos um suposto liberalismo do modelo do que a existência de uma espécie de capitalismo selvagem por parte de grupos familiares e oligarquias locais e nacionais que detêm o privilégio da exploração privada desse bem público que é o espectro de frequências, protegidos por uma lei criada sob medida para servir aos seus interesses particulares. (BOLAÑO, 2003, p. 35)

Como a tradição histórica de resistência e influência política dos interesses das emissoras já demonstrou, as possibilidades de alteração desse panorama enfrentam desafios consideráveis. Como será discutido ao final deste capítulo, o fracasso de propostas recentes que procuraram mais uma vez regular a produção audiovisual brasileira – como a proposta abandonada de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) – evidencia a continuidade da hegemonia e codependência entre emissoras de rádio e televisão e os poderes políticos tradicionais.

7.4. Anatel – agência reguladora para telecomunicações

A influência política da “bancada da comunicação” – discutida na seção anterior – trouxe novos impactos no processo de criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Assim como na Europa, diversos países latino-americanos sofriam pressão para abrir seus mercados de telecomunicação no início dos anos 1990: em ambos os continentes, governos liberais procuravam diminuir a intervenção do estado na economia para reduzir seus gastos públicos, além de, nas nações tecnologicamente mais dependentes, procurar modernizar a infraestrutura e ampliar a oferta de serviços para setores sociais que ainda não tinham acesso à telefonia durante o monopólio estatal (MaCULAN; LEGEY, 1996, p. 78). Porém, as nações em desenvolvimento acabaram por sofrer uma pressão maior no processo de abertura de seus mercados devido à crise de suas dívidas externas, o que levou à privatização de estatais adquiridas por grandes grupos internacionais em parceria com empresas nacionais de médio porte – uma obrigatoriedade legal nem sempre bem sucedida no seu objetivo de tentar controlar parcialmente o processo de internacionalização (BOLAÑO, 2003, p. 1).

Ainda assim, o Brasil possui uma peculiaridade: para aprovar rapidamente a privatização das operadoras de telefonia, quebrando o monopólio estatal para capitalizar

sobre as vendas dessas empresas para multinacionais, não foi possível aprovar o projeto original de criação de uma agência reguladora que centralizasse as políticas de telecomunicação e radiodifusão (LOPES, 2005, p. 4). Para vencer a resistência do congresso à ampliação das normas de radiodifusão – que, como será mencionado a seguir, apresenta a peculiaridade de ser composto por muitos representantes eleitos que também são proprietários de meios de comunicação –, foi considerado inicialmente criar somente uma agência de regulação da telefonia, a Anatel, que, posteriormente, poderia ser ampliada para abrigar também a radiodifusão, o que não foi mais tentado.

Primeira agência de regulação instalada no Brasil, no final de 1997, a Anatel é “administrativamente independente, financeiramente autônoma e sem subordinação hierárquica a nenhum órgão de governo”⁸³, restringindo a ingerência direta do poder executivo sobre o setor – mas, na avaliação de Bolaño (2003, p. 18), sem diminuir o ônus do fracasso das políticas públicas em um setor com infeliz histórico de insatisfação por parte dos usuários. Entre suas tarefas, a Anatel detém os poderes de outorga, regulamentação e fiscalização, determinando normas a serem seguidas pelas operadoras de telecomunicação. A agência administra o espectro de radiofrequências e fiscaliza e reprime infrações aos direitos dos usuários – atuando junto ao Ministério de Comunicação na aplicação de sanções como multas ou impedimentos de oferta de determinados serviços⁸⁴. É importante destacar, entre essas punições, o controle “rigoroso” da Anatel junto com a Polícia Federal sobre rádios locais que não detêm autorização e que são frequentemente “fechadas e seus dirigentes presos” (LIMA, 2011, p. 109), um dos mecanismos de reforço da regulação que são prioritários no modelo de concessões discutido na seção anterior devido à competição por recursos escassos (ondas e anúncios publicitários) entre as chamadas rádios “piratas” e emissoras rivais – muitas das quais conseguiram suas autorizações por ligações políticas, como visto anteriormente.

7.5. Ancine e Ministério da Cultura – regulação do cinema

Assim como a Anatel, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) também pode ser classificada como uma entidade de heterorregulação. Apesar de estar ligada à estrutura estatal – uma autarquia estatal, criada por medida provisória presidencial e, atualmente,

⁸³ <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>

⁸⁴ <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programass/radiodifusao-fiscalizacao>

ligada ao Ministério da Cultura, com uma diretoria aprovada pelo Senado –, é também uma agência independente, cujos objetivos envolvem o “fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil”⁸⁵. Diferentemente de outras autarquias ligadas ao Ministério da Cultura, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ela apresenta o diferencial poder regulador autônomo⁸⁶. Dessa forma, a Ancine tem como função “a delimitação de parâmetros à atuação privada, a alteração programada de comportamentos no mercado e, por fim, a coleta e o tratamento de informações a respeito dos agentes regulados, de forma a gerar conhecimento específico”⁸⁷.

Criada originalmente como órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, no início dos anos 2000, a Ancine tem como objetivos principais ampliar e incentivar o desenvolvimento do mercado nacional cinematográfico e democratizar o acesso do público ao cinema, “para que cada vez mais produtos audiovisuais nacionais e independentes sejam vistos por um número maior de brasileiros, e para que o Brasil se afirme como um polo produtor, e não apenas consumidor, de conteúdos audiovisuais”⁸⁸.

Entre suas competências [da Ancine], destacam-se: executar a política nacional de fomento ao cinema; fiscalizar o cumprimento da legislação setorial; combater a falsificação de obras audiovisuais; regular, fomentar e proteger a indústria audiovisual nacional, resguardando a livre expressão e criação; coordenar as atividades governamentais relativas ao setor, articulando-se inclusive com outros entes federados; gerir programas e mecanismos de incentivo; promover a participação de obras brasileiras em festivais internacionais; controlar a produção realizada com recursos públicos e incentivos fiscais; fornecer certificados de produto brasileiro e gerir sistema setorial de informação; prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Superior do Cinema (nível ministerial); definir, fiscalizar e auferir a “cota de tela” para a produção nacional; autuar empresas, distribuidoras e exibidoras e locadoras pelo descumprimento de normas legais. (FORNAZARI, 2006, p. 657)

Entretanto, essa ousada e ampla lista de objetivos encontra limitações na prática. Avaliando-se a performance da agência, a Ancine ainda parece enfrentar dificuldades para cumprir seu papel completo de reguladora, atuando mais como agência de fomento, criando mecanismos de financiamento público direto e autorizando a captação privada por mecanismos de renúncia fiscal (seguindo a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual) para ampliar o investimento na indústria cinematográfica nacional, com uma tímida intervenção na construção de planos a longo prazo que superem o simples – ainda que

⁸⁵ <http://www.ancine.gov.br/ancine/apresentacao>

⁸⁶ <http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>

⁸⁷ <http://www.ancine.gov.br/regulacao/o-que-e>

⁸⁸ Idem.

essencial, em um mercado dependente como o brasileiro – apoio ao financiamento de projetos comerciais (FORNAZARI, 2006, p. 656). Ainda assim, é possível incluir a Ancine entre as entidades de regulação da mídia brasileira por seu papel na fiscalização de empresas do setor, com foco no combate à pirataria e a verificação do registro das obras audiovisuais, a cota de tela para produção local e as taxas para seu funcionamento e financiamento de fundos de incentivo à produção cinematográfica⁸⁹. Além disso, seu papel regulador deve ser fortalecido no médio prazo devido à recente aprovação da nova Lei da TV Paga (Lei 12.485/2011), que determina mecanismos mínimos de conteúdo nacional, e que será regulamentada nos próximos meses pela Ancine⁹⁰.

7.6. Propostas frustradas de entidades reguladoras: Ancinav, CFJ e Confecom

Considerando o foco desta pesquisa nas tensões sobre o reposicionamento da regulação midiática na democracia brasileira, é importante avaliar não só as atuais entidades existentes, mas também as propostas que foram posteriormente abandonadas, avaliando os motivos que impediram sua concretização. É importante destacar que diversas dessas propostas foram sugeridas particularmente no primeiro governo Lula, entre os anos 2002 e 2006, quando movimentos sociais de esquerda levados ao poder com a eleição do líder histórico do Partido dos Trabalhadores acreditaram deter os meios para aprovar regulação que aumentaria o poder de intervenção do Estado e/ou de entidades sociais sobre os meios de comunicação. Ainda assim, é importante destacar que medidas semelhantes às sugeridas pelo governo Lula já haviam sido cogitadas em gestões anteriores, como a proposta original da Anatel abarcar também a radiodifusão, como visto anteriormente, e a criação de nova Lei Geral das Comunicações (MATTOS, 2005, p. 32), sugerida e abandonada durante o governo liberal de Fernando Henrique Cardoso, ainda no final dos anos 1990.

Em uma dessas propostas recentes, a Ancine, mencionada no tópico anterior, seria ampliada para abarcar também os outros produtos audiovisuais, como a televisão, o rádio e também conteúdos para mídias online. Para isso, o governo Lula sugeriu a criação de uma nova entidade maior, denominada provisoriamente como Agência Nacional do Audiovisual (Ancinav). O objetivo principal da medida seria ampliar a participação de conteúdos nacionais na produção e distribuição audiovisual do país.

⁸⁹ <http://www.ancine.gov.br/fiscalizacao/o-que-e>

⁹⁰ <http://www.ancine.gov.br/regulacao/agenda-regulatoria>

A reação, como de se esperar, foi radical, com acusações de que o maior controle estatal traria o retorno da censura (AGUIAR, 2005, p. 8). Entre as principais críticas ao projeto, as grandes produtoras denunciaram o aumento dos impostos, o aparelhamento, a burocratização e a intervenção estatal, além da ameaça à liberdade de criação e de imprensa, apontando “riscos de partidarização, controle da produção artística e cultural, censura, centralismo, autoritarismo, imposição de conteúdo e desestímulo à livre-iniciativa que a nova agência traria” (FORNAZARI, 2006, p. 665-6). Havia também um receio de que o controle sobre a definição de cotas de conteúdo na programação das emissoras poderia levar, sem limites claros, ao controle da linha editorial dessas empresas (MATTOS, 2005, p. 31). Entretanto, Braz (2010, p. 113) aponta que os argumentos adotados pela imprensa procuravam simplesmente impedir qualquer alteração nos “benefícios econômicos que a desregulamentação do setor lhes proporcionava”. Outro fator de resistência das grandes produtoras era a proposta de criar um mecanismo de “subsídio cruzado” (Aguiar, 2005, p. 10), aumentando a taxação de grandes produtoras internacionais para financiar produções independentes locais, o que alteraria o modelo atual de subsídio por renúncia fiscal, mencionado no tópico anterior, que ainda favorece as grandes produções.

A Ancinav representaria, pela primeira vez na história das comunicações brasileiras, uma tentativa de se regular o conteúdo e promover a diversidade cultural nas comunicações. Seria uma virada na completa falta de interesse em se implementar a regulação de conteúdos. [...] Muito provavelmente seria apenas uma tentativa frustrada, já que o projeto da Ancinav não estabelece qualquer mecanismo efetivo de controle social sobre os conteúdos audiovisuais. Mas ainda assim, lhe restaria a grandeza de haver tentado. (AGUIAR, 2005, p. 8)

Com isso, a proposta da Ancinav arregimentou o apoio de “novos diretores, produtores independentes e realizadores de regiões fora do eixo Rio-São Paulo” (FORNAZARI, 2006, p. 666), mas a resistência dos meios de comunicação e o histórico de influência legislativa de seus representantes no Congresso Nacional levaram o governo a abandonar a proposta de lei. Ainda assim, além desses argumentos que polarizaram a disputa entre os maiores e os menores produtores, Aguiar (2005, p.2) critica a forma como o projeto da Ancinav foi proposto sem um debate mais amplo com os setores impactados pela regulação e pela sociedade em geral, que só pôde participar durante a consulta pública limitada aos comentários de “um documento já elaborado e quase finalizado”, sem que o consenso sobre o texto pudesse ser construído previamente à disputa polarizada na tribuna da imprensa e no legislativo.

As outras duas medidas abortadas acabaram por seguir o mesmo roteiro, com algumas variáveis, de polarização e rápido abandono de propostas que não conseguiram ampliar o consenso para além dos setores sociais que a propuseram. Em resposta à demanda da entidade sindical da Federação Nacional dos Jornalistas, o governo Lula enviou projeto de lei para criar o Conselho Federal de Jornalismo (MATTOS, 2005, p. 28), uma autarquia pública com autonomia administrativa e financeira semelhante aos conselhos existentes de medicina, economia ou psicologia, centralizando o registro dos profissionais da imprensa, que ainda era realizado na época pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e com a polêmica função de fiscalizar o “exercício da atividade jornalística, de acordo com o Código de Ética da profissão” (BRAZ, 2010, p. 111). Para Mattos (2005, p. 23), a proposta foi encarada como uma das “novas ameaças e tentativas, diretas e indiretas, de controlar os meios de comunicação no Brasil” e, como esperado, atraiu resistência da grande mídia e das entidades patronais até ser abandonada pelo governo.

Apesar da trajetória diferente, um destino semelhante acabou reservado para a última instância de regulação a ser avaliada. A Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), demanda histórica de movimentos sociais da concretização de um órgão consultivo para agregar vozes de representantes de diferentes organizações, profissionais e proprietários de meios de comunicação. A Constituição de 1988 já previa, em seu artigo 224, um Conselho de Comunicação Social como órgão complementar para o Congresso Nacional⁹¹, e a Conferência poderia encaminhar, vinte anos depois, em 2009, para sua tardia consolidação. Mas o encontro foi impactado pela ausência de representantes empresariais das maiores empresas midiáticas brasileiras, que não contentes com a reserva de dois quintos dos delegados eleitos (enquanto a sociedade civil possuía outros dois quintos e o último quinto seria reservado a delegados governamentais), optaram por não participar da conferência por não conseguir incluir vetos setoriais para a aprovação de resoluções sobre “temas sensíveis” que afetassem seus interesses (BRAZ, 2010, p. 125-126). Na avaliação de Braz (2010, p. 126), ainda que as mais de seiscentas propostas aprovadas durante o encontro tenham somente “caráter não vinculativo” – o que evidentemente limita o poder de facticidade dessa instância de regulação somente consultiva –, é importante destacar que “a Confecom

⁹¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

produziu um vasto material que deverá ser utilizado nas próximas discussões acerca da regulamentação do setor”.

Essas três entidades exemplificam as duas formas como os setores midiáticos hegemônicos têm lidado com as propostas de regulação do setor: com *silêncio* ou *ruído*. Tanto a Ancinav como o Conselho Federal dos Jornalistas foram recebidos com uma reação hostil da mídia, um *ruído* que procurou atrair a atenção da sociedade sobre o que se pretendia representar como ameaças à liberdade de expressão dos comunicadores e ao direito de informação e à liberdade de escolha do público. Por outro lado, o *silêncio* que cercou a quase ausente cobertura sobre o Confecom durante sua realização mostra os limites de trazer à tona e difundir os debates sobre a regulação social de um setor tão importante quanto a mídia, quando os mecanismos para o acesso do público a esse debate ainda são majoritariamente dominados pelos setores impactados por essa mesma regulação, e que não têm interesse em ampliar o contato do público com temas que possam afetar seus negócios. Ainda que parte da imprensa alternativa tenha procurado dar espaço para pontos de vista diferentes sobre essas medidas e tentado romper as barreiras de silêncio e ruído sobre essas propostas, a cobertura mais equilibrada ou até favorável sobre a regulação midiática ainda se restringe a poucos veículos de esquerda, alinhados ao (ou até mesmo aliados do) partido atualmente no governo, que tendem a partilhar da mesma agenda que defende “libertar a liberdade de imprensa” (CABRAL, 2013, p. 400) dos interesses empresariais por meio de maior regulação estatal e controle social.

7.7. Motivação liberal para a resistência à regulação da mídia

É revelador analisar como a discussão brasileira recente sobre a regulação dos meios de comunicação é envolta em brumas de silêncio pelos maiores órgãos da mídia comercial – como foi o caso da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), boicotada pelas maiores empresas de comunicação, em dezembro de 2009 (Lima, 2011: 90) – ou com a resistência frontal a qualquer mecanismo que venha a responsabilizar os meios de comunicação ou incentivar áreas de interesse estratégico – como no debate midiático de crítica às propostas posteriormente abandonadas da criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, e da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, em 2005.

É possível compreender essa resistência à regulação de parte do setor da mídia seguindo o modelo de desregulamentação que faz parte essencial do receituário neoliberal alcunhado por Williamson (1997) como “Consenso de Washington” – a receita de aumento da disciplina fiscal e contenção de gastos governamentais, privatizações, abertura comercial, liberalização de setores nacionalmente protegidos e diminuição de incentivos governamentais, barreiras ou subsídios; acompanhada pelo fortalecimento de direitos de propriedade, particularmente em áreas de interesse de companhias transnacionais interessadas na proteção de seus recursos e segurança jurídica em novos mercados domésticos.

Assim, o processo brasileiro se encaixa em uma tendência mundial de resistência a certos controles de produtos e serviços, ao mesmo tempo em que se reforça a pressão para novas proteções em áreas de interesse direto dessas corporações para seu financiamento. Entre os operadores do mercado da comunicação, particularmente, defende-se uma maior regulamentação dos direitos autorais: entre as maiores entidades brasileiras que tratam da gestão da comunicação e das artes, já foi destacado anteriormente o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)⁹², responsável pela arrecadação, fiscalização e distribuição de pagamentos de direitos autorais (BITTAR, 2008, p. 123). Também vale lembrar, nesse sentido, a preponderância da luta contra os “piratas” no funcionamento da Ancine (que combate cópias ilegais) e da Anatel (que criminaliza e apreende rádios sem autorização). Em sua crítica da “dependência estrutural” do Estado em relação ao capital para a formulação de políticas públicas, Villanueva-Mansilla (2014, p. 9) mostra como a regulação dos interesses capitalizáveis pelas grandes corporações tende a ser predominante em países que não conseguem contrapor a pressão liberalizante que impõe o sacrifício da proteção dos direitos dos consumidores/cidadãos no contraponto de maior proteção para as condições de reprodução de seus negócios:

[...] los intereses privados son los únicos que importan a la hora de diseñar políticas; las políticas se diseñan alrededor de las demandas de grupos de presión específicos y de manera sectorial; el resultante es un conjunto de normas apegadas a los intereses sectoriales, que además requieren acción estatal para su cumplimiento, junto con protección legislativa y regulatoria; incluso es posible que los actores privados exijan del Estado la potestad de realizar acciones administrativas de cumplimiento, que no sean sino abdicaciones de las responsabilidades del Estado a manos de los privados. El resultado es la captura completa del Estado, donde la separación sectorial sirve como mecanismo de acceso a las partes interesadas. (VILLANUEVA-MANSILLA, 2014, p. 11-12)

⁹² Sobre o funcionamento do ECAD, ver Bittar (2008) e o site oficial: <http://www.ecad.org.br>

Ao mesmo tempo, os direitos dos usuários e os direitos coletivos (como a diversidade de conteúdo de oferta e acessibilidade) tendem a ser pouco protegidos, devido à grande resistência e à ausência de atores políticos que defendam sua implantação dos interesses das grandes corporações midiáticas. Daí a crítica de que a defesa da mídia sobre a “liberdade de imprensa” reduza-se à “liberdade de empresa” (KUCINSKI, 2011, p. 17).

Medidas propostas para reverter esse cenário de desregulação têm sofrido com a resistência orquestrada pelos grandes produtores, aliada à desconfiança de amplos setores sociais em relação à infeliz tradição de intervenções do estado na cultura e na comunicação, que desencadearam em processos de censura e dirigismo durante os períodos autoritários do século XX, como já mencionado no capítulo anterior. Grande parte dos receios sociais poderia ser incentivado com maior esclarecimento e amplo diálogo que precedesse o encaminhamento dessas propostas para o legislativo, um órgão conhecido por sua polarização e dificuldade de encaminhamento de temas não consensuais – além da particular influência de representantes que possuem meios de comunicação ou são aliados de seus proprietários. Ampliando a crítica já exposta de Aguiar (2005, p.2) sobre os limites dos processos de formulação da proposta da Ancinav durante a consulta pública, podemos somar a falta de transparência na construção de propostas restritas a poucas entidades interessadas – o que inclui também o Conselho Federal do Jornalismo – à resposta hostil, motivada por interesses comerciais, dos grupos da mídia que temem a prestação de contas sobre seus mecanismos, e representam qualquer tentativa de regulação como censura (PELEGRINI; SCHIAVO, 2013). Com isso, uma *proposta pouco clara* sobre os limites da intervenção, aliada a um *processo opaco* que limitou o acesso, entendimento e influência dos grupos que não estavam envolvidos em sua formulação original, foi complicado por uma esperada *recepção obscurantista* dos grupos afetados pela regulação sugerida – caso particularmente problemático por tratar-se de uma *mídia sem tradição de transparência* sobre seu próprio funcionamento e com mecanismos restritos de responsabilização perante seu público. Essa tempestade perfeita inviabilizou o aprimoramento das propostas além do confronto direto – e também adiou o avanço da comunicação brasileira.

Como visto nesta seção, as entidades que representam as grandes organizações midiáticas têm conseguido, desde meados do século XX, influenciar os mecanismos de

regulação sobre o setor. Atualmente, essa influência procura *impedir a expansão* de mecanismos existentes (caso da ampliação da Ancine em Ancinav), *limitar sua atuação atual* (como o questionamento da constitucionalidade da Classificação Indicativa no Supremo Tribunal Federal), *dificultar o acesso público aos seus mecanismos* (caso da Conferência Nacional de Comunicação) ou *bloquear novas propostas* (como a proposta de criação do Conselho Federal do Jornalismo).

Entre as consequências do panorama esboçado nesta seção, marcado pela ausência de uma entidade centralizadora, é importante destacar a pulverização de entidades que canalizam demandas por limites à mídia e a insuficiência inerente ao enquadramento de órgãos setoriais que não conseguem tratar dos espaços que superam os seus limites restritos – caso exemplificado pela impossibilidade do Conar atuar na publicidade na internet, por exemplo, ou pela dificuldade da Ancine em incentivar a produção cinematográfica pensada para distribuição direta na rede digital. Como mencionado anteriormente, as entidades dispersas tendem a ser favoráveis à concentração do capital nas maiores empresas; e defendem seus interesses, enquanto o controle social e a defesa dos interesses do público ainda não conseguiram superar as resistências organizadas do setor empresarial. Isso fica evidente pelo atrofiamento da cultura ainda incipiente de responsabilização da mídia: poucos órgãos adotam ombudsman, e o espaço de interatividade é ainda mais limitado no audiovisual, onde é quase impossível que o público possa apresentar suas críticas em espaços análogos às cartas dos leitores nos jornais ou revistas. Ainda que muitos meios de comunicação apresentem códigos de princípios e conduta ética, esses regulamentos não encontram nenhum mecanismo de reforço, controle, fiscalização e sanção, o que coloca em cheque sua verdadeira função para além da promoção publicitária da imagem de responsabilidade social dessas empresas (KROGH; NORD, 2010).

Com esse espaço muito limitado para a resposta social do público em relação à sua mídia (BRAGA, 2006), não é de surpreender que o único caminho ainda aberto para a mediação de conflitos entre os órgãos de comunicação e os cidadãos seja o frequente apelo à justiça. Essa forma limitada, conflituosa e reparatória – com limitado efeito consensual, pedagógico ou preventivo – acaba criando, pela ausência de alternativas moderadas, uma maior judicialização da relação entre a mídia e seu público, como será discutido no capítulo a seguir.

8. JUDICIALIZAÇÃO MIDIÁTICA: CENSURA E CONTROLE JURÍDICO DE CONFLITOS COMUNICATIVOS

Talvez tenhamos descoberto que o mau gosto e as opiniões peregrinas tornam a coexistência muito difícil, mas a sua interdição torna-a radicalmente impossível.
- Francisco Teixeira da Mota (2013, p. 92), “A liberdade de expressão em tribunal”.

Mesmo em cenários de centralização dos poderes nas entidades de regulação, outras instâncias são preponderantes para a definição do arcabouço legal sobre a comunicação: o poder judiciário e a legislação em que se baseia. É importante distinguir os dois mecanismos (SILVA, 2007, p. 19), entretanto, para evitar a confusão do campo dos direitos como unívoco – e, como bem pondera Machado e Santos (2011, p. 18), o Estado não pode mais monopolizar a produção de direito e justiça. Além de avaliar a aplicação da legislação, o judiciário também é frequente alvo do escrutínio da mídia, visto que tanto a comunicação social quanto a justiça exercem “funções concorrentes [...] como representação de valores e normas sociais, como símbolo de imposição (e representação) de autoridade, e como fator relevante na construção da legitimidade do poder político” (MACHADO, SANTOS, 2011, p. 164). Ao analisar as mudanças das novas redes de comunicação no funcionamento da justiça, Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 97) destaca que esse impacto supera a simples possibilidade de acesso a bases de jurisprudência, ampliando a própria visibilidade dos mecanismos judiciais:

Estamos perante uma judicialização dos conflitos políticos que não pode deixar de traduzir-se na politização dos conflitos judiciais. Para além da judicialização dos conflitos políticos, a notoriedade dos tribunais está relacionada com a explosão de litigiosidade. [...] De par com a revolução tecnológica no sector, ocorreu uma outra revolução, a revolução da desregulamentação, da liberalização, da privatização do sector de informação e de comunicação que deu azo à emergência da pujante e multifacetada indústria da informação e da comunicação. Foi no bojo da expansão desta indústria que os tribunais se transformaram, quase de repente, num conteúdo apetecível. A plácida obscuridade dos processos judiciais deu lugar à trepidante ribalta dos dramas judiciais. (SANTOS, 2005, p. 98)

Ainda assim, Silva e Mendes (2009) criticam o “mito da transparência”, visto que a simples divulgação de decisões ou transmissão de discursos nas cortes não garante melhor qualidade à decisão se os debatedores se protegerem sobre a “retórica jurídica hermética”, ignorando “argumentos apresentados pela sociedade”. Silva (2013, p. 581) ainda critica a inesperada rigidez e resistência aos argumentos contrários que acaba por decorrer como dano colateral da maior abertura midiática de julgamentos, pois os juízes enfrentam dificuldade em expor perante as câmeras a necessidade de rever suas decisões

durante debates como os do Supremo Tribunal Federal – em que decisões negociadas são comprometidas pela preservação da autoridade dos juízes individuais (SILVA, 2013, p. 581):

Deliberating in public clearly lessens one's openness to counterarguments and above all the willingness to change one's opinions. Especially in the most polemical cases, after a justice has read her opinion in front of the cameras, it is less than plausible that she, also in front of the cameras, would be willing to recognize that her arguments were not the best and that, in fact, the best interpretation of the constitution and the best solution for the case is exactly the opposite of what she has just proposed. It is not necessary to know much about the dynamics of human relations to perceive how improbable such a situation is. The bigger the audience, the higher the risk of "losing face" when one has to admit that her arguments are untenable.

Reading the opinions not just in public, but also in front of the cameras is clearly a public commitment to a given position. This is a crucial and often neglected variable within this debate. Unlike private commitments, public commitments have a strong effect on an individual's susceptibility to consider changing her opinion and willingness to accept counterarguments. (SILVA, 2013, p. 581)

Silva (2009, p. 217) destaca que a “deliberação interna” – a lógica interna do caso, ou o debate e convencimento entre as partes envolvidas – tende a ser sacrificada pela “deliberação externa”, ou o diálogo com outros poderes como o legislativo e o executivo, ou até mesmo com o público geral. Com uma visão diametralmente diferente, o juiz Luís Roberto Barroso (2009) – em artigo publicado anteriormente à sua recente indicação ao Supremo Tribunal Federal, em 2013 – defende o ganho democrático de arejar uma instituição tradicionalmente opaca, como a justiça, com a visibilidade permitida pelos meios de comunicação:

Acrescente-se a tudo isso a transmissão direta dos julgamentos do Plenário da Corte pela TV Justiça. Em vez de audiências reservadas e deliberações a portas fechadas, como nos tribunais de quase todo o mundo, aqui se julga sob o olhar implacável das câmeras de televisão. Há quem não goste e, de fato, é possível apontar inconveniências. Mas o ganho é maior do que a perda. Em um país com o histórico do nosso, a possibilidade de assistir onze pessoas bem preparadas e bem intencionadas decidindo questões nacionais é uma boa imagem. A visibilidade pública contribui para a transparência, para o controle social e, em última análise, para a democracia. Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. (BARROSO, 2009, p. 2)

A “judicialização” mencionada por Barroso no trecho acima é uma consequência do bloqueio sistemático – seja devido à polarização partidária ou pela pulverização da

base aliada – de medidas que caberiam ao executivo ou ao legislativo, mas que acabam por ser canalizadas para o judiciário como alternativa para resolução de conflitos que não encontram caminhos ou saídas pelos trajetos tradicionais da representação política eleita. Porém, além desse sentido, propõe-se aqui uma outra leitura para esse fenômeno de “judicialização”: a ausência de canais alternativos para mediar conflitos de forma não litigante acaba por radicalizar ainda mais a polarização entre os pleiteantes e a canalizar as demandas de correção ou reparação para o já sobrecarregado sistema jurídico. Como visto no capítulo anterior, diversos setores midiáticos não apresentam qualquer forma de interação, resposta ou responsabilização perante seu público, o que leva qualquer eventual insatisfeito a procurar fazer suas demandas serem atendidas pela “judicialização midiática”.

Em uma distinção de difícil tradução para o português, McQuail (2005, p. 244) diferencia *liability* de *answerability* – o que poderia ser traduzido como a diferença entre uma resposta “legal” e uma resposta “comunicativa” ou “moral”:

Liability relates to circumstances where formal and defined obligations exist, along with penalties for non-compliance. The second relates mainly to issues of moral or ethical concern. Answerability relates to many issues and circumstances where claims or complaints are made against media, calling for some explanation and debate although no liability to respond exists. Leaving aside the case of personal moral responsibility, there is a marked contrast between a model of accountability based on the idea of answerability and one based on liability. The former implies responsiveness to the views of all with a legitimate interest in what the media do, whether as individuals affected or on behalf of society. Answerability may not achieve redress or improvement, but it does reaffirm the norms appropriate to publication and is consistent with principles of freedom. (McQuail, 2005, p. 244)

Com isso, é possível identificar as principais diferenças entre as duas formas de lidar com conflitos midiáticos, seja procurando a reparação de um dano a partir da penalização, segundo normas obrigatórias (mecanismo que inclui a legislação e o apelo aos tribunais), ou demandando a exposição dos motivos ou os princípios que motivaram a conduta que é foco de conflito – ainda que não resulte em punição, visto que dano nenhum pode ter realmente ocorrido. Em um cenário em que a possibilidade de diálogo com os meios de comunicação é restrita pela falta de canais para demandas de respostas “comunicativas”, resta ao público brasileiro a trajetória litigante da resposta “legal”.

Levando em conta os limites da judicialização de demandas sociais, é importante ter em mente que decisões jurídicas diferem essencialmente de deliberações políticas públicas, que apresentam maior pregnância social por superarem a simples conformação a normas e princípios pré-existentes (parte essencial da lógica legal), focando em novas

propostas – em poucas palavras, o debate jurídico acaba limitado à discussão do que é “legal” ou “justo”, mas encontra-se autolimitado na avaliação do que poderia ser “bom”, papel essencial da discussão política pública. Outra distinção importante envolve o posicionamento das partes: enquanto a litigância é, por essência, opositiva e encontra uma solução em uma terceira parte (o juiz), o debate público político permite respeitar o dissenso ao mesmo tempo em que medidas de compromisso consensuais são buscadas. Por fim, uma terceira diferença importante para se ter em mente quando debates públicos de caráter essencialmente políticos acabam a ser restringidos para o campo jurídico é que o momento da avaliação pública da validade dos argumentos também é deslocado: enquanto o debate público e político apresenta e questiona seus pressupostos em toda a duração do processo decisório – durante a aprovação de uma lei debate-se no congresso mas também nas páginas da imprensa e pelos cidadãos, o que pode afetar a decisão final dos representantes legislativos –, somente após ser tomada a decisão judicial é que ela pode ser avaliada pelo público, com limitada influência sobre os tomadores de decisão sobre a resposta pública aos seus julgamentos. Em outras palavras, o público deixa de ser agente representado no debate sobre as decisões e passa a ser “audiência”, que recebe os resultados de decisões alheias, com limitada possibilidade de influenciar esse processo.

Exatamente pela limitação dessas instâncias administrativas e judiciárias que não se pode imaginar que a receita para o fim dessa litigância midiática seja a simples construção de uma entidade de regulação. Mesmo em realidades em que existem canais centralizadores de demandas sociais e que, inclusive, possuem um poder considerável de intervenção ou reparação de danos, o sistema judicial permanece aberto em paralelo. Mais uma vez a realidade portuguesa é um interessante contraponto: Martins (2013, p. 327) destaca que as três instâncias diferentes na mediação de conflitos com a imprensa em Portugal – a heterorregulação estatal da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a correção social da Comissão de Carteira Profissional do Jornalista (CCPJ) e a autorregulação sindical do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas – podem tomar decisões conflitantes para o mesmo caso, sendo possível procurar mais de um canal para resolver a mesma demanda. Além disso, ainda é possível e bastante comum recorrer à justiça, como apontado pela análise de Araújo (2010) dos cada vez mais frequentes processos judiciais envolvendo jornalistas portugueses.

Ainda assim, no Brasil, o cenário é complicado pela ausência de entidades centralizadas e pela dificuldade evidente em harmonizar as diversas normas no setor que, por frequentemente não deixarem claro a ponderação entre diferentes preceitos, acabam por colidir criando insegurança jurídica:

Na falta de uma regulamentação atualizada, o que temos é um emaranhado de leis, decretos, portarias e normatizações. Esta confusão jurídica e o caráter ultrapassado de nossa legislação acabaram por concretizar uma situação de vazio regulatório. Com um código de 1962, o seu decreto regulador sendo do regime militar e uma lei de imprensa também do regime militar (esta com vários artigos inconstitucionais, dadas as menções explícitas à censura), há um consenso acerca da inaplicabilidade de diversos artigos das legislações citadas, de modo que em se tendo leis que não podemos utilizar, na verdade não temos lei nenhuma. Essa espécie de mercado livre, onde tudo é permitido, acaba sendo muito interessante para aquelas empresas com um longo histórico de direitos adquiridos no setor (e, portanto, de posições cristalizadas), porém, extremamente nociva para a sociedade como um todo. Portanto, urge colocar em discussão uma nova regulamentação do setor de comunicação de massa, na linha do que já foi feito com o setor de telecomunicações. (GODOI, 2004, p. 10)

A insegurança jurídica de leis confusas e preceitos em colisão é complicada por depender da ponderação do juiz, que deve pensar qual valor é predominante ou qual princípio deve ser sacrificado nos frequentes casos em que há conflitos entre a proteção de diferentes valores, como a predominância do direito à imagem, à honra, à privacidade em detrimento do direito à informação e à liberdade de expressão (GODOY, 2008, p. 2).

No Brasil, duas linhas parecem divergir sobre esse tênue equilíbrio: por um lado, alguns juristas defendem o sacrifício da expressão, que deve “ceder lugar” para a proteção da imagem de indivíduos ou da moral coletiva (MENDES, 1994, p. 300); por outro, há os que argumentam a favor da ponderação que proteja a expressão, pois o direito à informação é justamente o “fundamento para o exercício de outras liberdades” (BARROSO, 2001, p. 40).

O paralelo com Portugal mais uma vez salta aos olhos. Mota (2013, p. 52) defende que o problema não é o conteúdo das leis, mas a sua “interpretação excessivamente paroquial”, frequentemente contaminada pelo “temor reverencial” de uma “mentalidade conservadora ou paternalista” (MOTA, 2013, p. 97):

Uma vez alcandorados a uma qualquer posição de poder, não temos de prestar contas. [...] Na minha opinião, esta mentalidade contribui para o nosso atraso existencial e para a fraqueza de nossas instituições. [...] O castrante paternalismo manifesta-se de forma inequívoca na visão que esta corrente judicial tem dos portugueses: pessoas incultas, primárias, acriançadas e despidas de espírito crítico

[...] que é preciso proteger, evitando-lhes o confronto com opiniões ou informações polémicas, agressivas e contundentes sobre as figuras do poder já que são incapazes de pensar por si próprias e tudo o que lerem ou que ouvirem tomam como verdadeiro. (MOTA, 2013, p. 98)

Ao coletar entrevistas com diversos advogados de meios de comunicação, Araújo destaca a declaração do representante jurídico do Grupo Global Notícias (que inclui o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *24 Horas* e *O Jogo*, entre outros), André Fontinha Raposo, para quem ainda persiste um “provincianismo” nos tribunais, que paradoxalmente é acompanhado pelo “orgulho” que alguns jornalistas têm em serem processados (RAPOSO apud ARAÚJO, 2010, p. 193), mostrando as duas faces da mesma moeda corrente em uma sociedade que ainda enfrenta dificuldade para definir a relação entre a justiça e a mediação dos conflitos comunicativos. De um lado, destaca-se a subserviência em relação aos poderes constituídos; do outro, a necessidade de incorrer contra a lei para poder seguir imperativos éticos sobre o que se considera ser o verdadeiro papel de vigilância do jornalismo, mesmo quando incomoda as autoridades e resulta em punições.

Como mencionado anteriormente, esse é um traço tradicional do que Pinto (2006, p. 196) chama de “cultura de deferência”, que unia Brasil e Portugal desde a colonização e que foi aprofundado durante os regimes autoritários no século XX, com impactos duradouros nas duas sociedades:

An omniscient state, the culture of passivity, the weakness of civil society, the values of ‘order’, the culture of deference and the persistence of clientelism are certainly legacies affecting the ‘quality’ of Portuguese democracy; legacies that are also present in other Southern European democracies. (PINTO, 2006, p. 196)

Ainda assim, Fernandes (2011, p. 76) defende que, devido à sua independência, “os tribunais ainda são o melhor lugar para dirimir os conflitos em torno da liberdade de imprensa”, superiores aos “incipientes” mecanismos de autorregulação e com soberania maior em relação à dependência direta das entidades de heterorregulação ligadas seja ao legislativo ou ao executivo:

Uma dessas tradições valoriza antes do mais a liberdade de expressão e de informação, considerando que é melhor ter uma imprensa livre mesmo que imperfeita e capaz até de cometer erros, em vez de ter uma imprensa limitada na sua liberdade e atemorizada perante os poderosos. A outra tradição considera que existindo um conflito entre a liberdade de expressão e de informação e o direito de personalidade, este último deve por regra prevalecer, podendo assim chegar a desvalorizar o dever de contar a verdade se, ao fazê-lo, tal violar certos direitos de personalidade. Essa lógica de raciocínio poderia, no limite, impedir qualquer

escrutínio público a atos com impacto na vida coletiva das sociedades, pois os seus protagonistas teriam sempre legitimidade para, por exemplo, reivindicar a prevalência do seu direito ao bom nome. (FERNANDES, 2011, p. 31)

Mota (2013, p. 14) nomeia essas duas correntes da jurisprudência portuguesa como uma linha “liberal ou moderna” e a outra “conservadora ou tradicionalista”, seguindo a ordem de apresentação no trecho acima, de Fernandes (2011, p. 31). Avaliando decisões judiciais de instâncias portuguesas locais que condenaram jornalistas em diversos casos por desrespeito à privacidade, bom-nome ou sigilo judicial, mas que foram revertidas pela apelação ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), Mota (2013, p. 15) destaca que a leitura mais liberal tende a ser mais “europeísta”, concordando com a avaliação de Fernandes (2011, p. 73) de que a “visão tradicionalista” ainda costuma a dominar nos tribunais portugueses, privilegiando a privacidade e a honra ante a liberdade de expressão.

A visão “conservadora” ou “paternalista” peca por uma excessiva valorização do Estado e da autoridade, independentemente de quem a exerce e da forma como é exercida, protegendo as figuras do poder, seja ele político, económico ou cultural [...]; e considera os cidadãos portugueses meros receptores passivos e pouco esclarecidos da informação produzida pela comunicação social, sem espírito crítico. [...] A corrente “moderna”, mais europeísta, defende, a exemplo do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), que só são aceitáveis restrições ou penalizações à liberdade de expressão quando as mesmas correspondem a uma “necessidade socialmente imperiosa numa sociedade democrática”. (MOTA, 2013, p. 14-15)

Entretanto, Mota (2013, p. 39) aponta que o TEDH não se aproxime da defesa tão ampla quanto a norte-americana da liberdade de expressão, vetando “afirmações e opiniões racistas, xenófobas, negacionistas, antissemitas e a linguagem de ódio” – o que ainda é tolerado parcialmente nos EUA, desde que não decorra em incitação direta de crimes (MOTA, 2013, p. 27).

Talvez seja justamente entre essas três tradições – a ultraliberal norte-americana, a moderada centro-europeia e a tradicionalista latina – que seja possível construir balizas mais ponderadas para as decisões que influenciem os processos comunicativos. É também importante não perder de vista que o caminho judicial é uma *alternativa*, mas que não deve ser a *única opção*, para superar, mediar, corrigir ou sancionar conflitos midiáticos. Nesse caso, outros processos de responsabilização da mídia que superem a litigância jurídica fazem-se necessários – como o espaço para críticas dos leitores, correções, direito de resposta e uma preocupação com a amplitude de pontos de vista. Ainda assim, as tensões entre as diferentes tradições liberais ou tradicionais de defesa

ou controle da liberdade de expressão necessitam ser norteadas de forma mais clara pela jurisprudência contemporânea, e normas claras devem definir a cartografia dos valores a serem defendidos, para que os avanços na delimitação de fronteiras dos territórios em disputa não precisem ser continuamente recolocados em questão.

8.1. Dissonância regulatória e resistência à centralidade do controle

As raízes culturais de subserviência que uniram no passado Brasil e Portugal continuam a condicionar culturalmente uma reverência às autoridades e proteção dos poderes estabelecidos. A redemocratização recente ainda enfrenta o desafio de, por um lado, equilibrar melhor essa proteção com direitos coletivos (como a liberdade de informação, constantemente sacrificada em relação ao direito à honra, imagem e privacidade e) e, por outro lado, ampliar o escopo dessa proteção para além das camadas privilegiadas que têm acesso à justiça e podem garantir que suas reputações sejam intocáveis pelas ameaças de controle à crítica.

Entretanto, como foi discutido nos capítulos anteriores, o modelo de abertura democrática adotado no Brasil também é um fator que deve ser considerado ao avaliar a dificuldade de superar as reações tradicionalistas que temem o dissenso e a crítica. Em Portugal, a ruptura democrática dos anos 1970 permitiu um novo posicionamento do Estado e uma consequente maior responsabilização dos meios de comunicação. No Brasil, a dificuldade em romper com as raízes do passado contaminou a abertura negociada em um retorno à democracia que não conseguiu superar valores e práticas que foram deixados como herança incômoda do autoritarismo e ainda influenciam o funcionamento da sociedade brasileira. Como resultado, no cabo-de-guerra entre a mídia e o governo brasileiro, não se encontra vencedor claro: aparentemente, cada instância tem protegido seus próprios interesses, sitiando sem conseguir conquistar os domínios alheios: a regulação proposta foi varrida do feudo da mídia, mas não se pode dizer que a mídia predomine sobre o poder político, haja vista a oposição ao governo atual que não impediu sua continuidade e o funcionamento de diversos outros projetos – desde que não comprometessem os interesses das grandes empresas de comunicação.

Com isso, valores liberais acabam sendo utilizados para defender monopólios, e as mesmas instituições da mídia que exigem o respeito à sua liberdade de expressão não hesitam em intervir contra os meios, impondo o silêncio aos críticos inoportunos. Com a disputa sobre a própria definição do que é ou não “censura”, a primeira trincheira nessa

batalha passa justamente pela delimitação linguística e jurídica do que se compreende por “regulação”, “controle” e “censura”, palavras cujo sentido é tão incerto quanto os limites que impõem à liberdade de expressão:

A quem serve determinado ato de censura? Na resposta será desvendada a origem do problema - e o seu móbil, que geralmente é garantir o poder.

Mas toda esta pedagogia da liberdade leva anos, é uma construção progressiva e paciente como a vida, não uma arma de combate imediato. A melhor forma de combater a censura é usar as mesmas armas do inimigo: a denúncia, por estranho que soe.

Repito: só podemos combater eficazmente a censura se denunciarmos *pari passu* os seus atos – e quanto mais rápida e diretamente o fizermos, mais eficaz será. Se não a denunciarmos estaremos a fazer autocensura – com razões aceitáveis, receio de represálias, etc. – mas estamos a favorecê-la, estamos a fortalecer a sua ação, estamos a dar-lhe razão.

Além disso, toda censura detesta que se saiba que existe (mesmo quando estava escrita em forma de lei) e acusá-la disso envergonha-a, refreia-lhe a veneta, moraliza as hostes. (AREAL, 2013, p. 37)

Esta pesquisa procurou realizar justamente esse imperativo ético que Areal sugere ao pesquisador das ciências políticas: avaliar não só o funcionamento dos mecanismos de controle da mídia, mas também sua motivação – o prosaico *cui prodest*⁹³ do qual Areal parte – e as engrenagens sociais, políticas e econômicas mais amplas em que essas ferramentas de controle se inserem.

Nesse sentido, não é de surpreender que a oposição disseminada à regulação encontra somente um bastião de controle a ser defendido: a proteção à propriedade intelectual. Os direitos à propriedade intelectual tendem a ser os únicos que arregimentam consenso suficiente entre os atores políticos dominantes e as grandes corporações no Brasil a ponto de sustentar órgãos de regulamentação e fiscalização atuantes, justamente porque tratam da subsistência e financiamento desses atores midiáticos, e se alinham aos seus interesses comerciais (Villanueva-Mansilla, 2014). Qualquer outra regulamentação que ameace a expansão das grandes corporações – como o controle sobre monopólios ou multas em caso de violações de direitos de usuários ou cidadãos afetados negativamente por seus produtos – enfrenta resistência que tem, até o momento, inviabilizado sua consolidação em novas entidades reguladoras.

Da mesma forma, a regulação forte dos direitos autorais, aliada à branda regulação dos meios de comunicação fortalece a tendência de concentração em monopólios ou oligopólios das empresas já consolidadas. Empresas midiáticas de grande

⁹³ Em latim “a quem beneficia?”.

porte que contam com uma estrutura organizacional mais profissional podem construir barricadas e torres de assalto nos seus departamentos jurídicos capazes de, em primeiro lugar, defender as instituições de eventuais ameaças de censura por parte de órgãos judiciários e, em segundo lugar, atacar empresas rivais que venham a ameaçar sua propriedade intelectual ou imagem. Da mesma forma, empresas menores são duplamente prejudicadas pelo modelo brasileiro atual: por não poderem ter proteção ou incentivo estatal comum em políticas públicas de diversidade, democratização e ampliação do acesso aos meios de comunicação; e precisam arcar com os custos das suas defesas jurídicas em casos de contestações judiciais por usuários, outras empresas ou por agentes do estado. Com isso, a regulamentação mais branda continua a favorecer a concentração desses setores no Brasil.

Nesse mesmo sentido de concentração, é possível compreender o contexto de baixa fiscalização social da outorga das concessões públicas às grandes empresas de rádio e televisão, em um cenário que destoa do controle severamente burocratizado e até criminalizado das menores rádios comunitárias. Se, por um lado, emissoras locais menores tendem a ser perseguidas como “piratas” por não conseguirem fazer andar seus processos no Ministério das Comunicações, órgãos de rádio e televisão ligados a entidades religiosas e/ou grupos político-empresariais que contam com apadrinhamento na capital federal conseguem com maior diligência suas autorizações – fornecendo, em troca, uma base de apoio para interesses eleitorais ou comerciais dos indivíduos ligados à sua direção, em um cenário classificado como “coronelismo eletrônico” por Lima (2011, p. 142-143).

Finalmente, por não apresentar entidades especializadas na regulação midiática – que muitas vezes contam em seus órgãos decisórios com profissionais da mídia ou entidades da sociedade civil com experiência em processos comunicativos, como o caso da ERC, em Portugal –, o modelo brasileiro permite uma maior capilaridade do sistema judicial, visto como único sistema de canalização para mediar os conflitos com a mídia. Essa capilaridade leva a muitas decisões serem tomadas por autoridades sem experiência em práticas comunicativas (como juízes de primeira instância) e com limitado conhecimento da jurisprudência mais progressista das instâncias superiores – ou simplesmente mais preocupados em defender os interesses dos poderosos locais com os quais se alinham ou aliam. Longe da regulamentação no atacado de países do norte, como Portugal, o Brasil e outros emergentes ainda sustentam o controle social da comunicação predominantemente no varejo das cortes do judiciário – onde os grandes

órgãos da mídia encontram maior autonomia e liberdade de ação, e os pequenos produtores ou cidadãos ainda aguardam melhor proteção.

8.2. Contribuições da (e para a) análise de entidades de regulação midiática

É importante destacar que a adesão a medidas de regulação midiática centralizada no estado – por ele proposto ou a partir de agências com forte ligação estatal – é limitada se o sistema midiático prevalece e contamina por influência (ou até mesmo infiltração, como visto no caso dos proprietários de rádio e televisão no congresso) o sistema governamental que pretende regulá-lo. Esse fenômeno de influência da mídia sobre a formação do sistema regulador e das respostas à intervenção em processos comunicativos acaba se espalhando por diferentes esferas do poder político. No caso do executivo, como exemplificado pela proposta da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), a predominância política dos interesses das emissoras de televisão, com representantes eleitos entre as lideranças dos partidos que formam a base governamental e ministerial, inviabilizou a proposta de criação desse órgão. Esse fenômeno também ocorre no legislativo, como o caso da Emenda Constitucional 36, aprovada em 2002 para atender ao interesse de empresários das grandes redes de comunicação para superar o limite anterior ao capital estrangeiro no setor, o que abriu novas possibilidades de parceria para o financiamento de um setor endividado (BOLAÑOS, 2003, p. 68). Também o judiciário acaba por ser influenciado pela pressão das grandes empresas e das celebridades, frequentemente cedendo à pressão por proteger a privacidade de representantes políticos ou artistas da crítica pública (PAGANOTTI, 2012, p. 11).

Por fim, se a reação episódica em resposta a eventos inesperados que irrompem traumáticamente na realidade social parece ser um dos poucos mecanismos que faz avançar a legislação para além do seu debate no plenário e nas negociações de bastidores, como a recente aprovação de normas para proteger usuários na internet em resposta a casos de violação de privacidade, com farta cobertura midiática (PAGANOTTI, 2014, p. 155), talvez seja interessante *avaliar a fragilidade da regulação sobre a mídia brasileira como um desastre em potencial*. No passado recente, episódios de irresponsabilidade de comunicadores já trouxeram a mídia à beira do abismo, empurrada pela pressão social exigindo resposta por incorreções e faltas éticas. Como destacado no segundo capítulo, no mais famoso desses episódios, em meados dos

anos 1990, pouco depois da abertura democrática, a imprensa brasileira denunciou um caso de assédio sexual de crianças na Escola Base, em São Paulo, que devastou a vida dos envolvidos até se comprovar sua falta de fundamentação. Nas palavras de Serrano (2007, p. 129), que acompanhou de dentro o funcionamento da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), em Portugal, o “endurecimento da regulação dos media” tende a ser decorrência das “derrapagens” e do “laxismo do sistema mediático, que não parece preocupado com as suas derivas senão perante a ameaça de medidas legais”.

Estaria a regulação da mídia brasileira a mais um erro de distância? Qual será o sacrifício necessário para construir pressão suficiente sobre os legisladores para contornar a resistência dos proprietários dos grandes meios de comunicação? E, considerando a falta de ponderação que marca as radicais respostas legislativas de criminalização de condutas desviantes no passado recente (como os exemplos dos casos de escândalos midiáticos avaliados no quarto capítulo), será esse o melhor momento para construir coletivamente e democraticamente normas para a comunicação? A aposta atual na persistência da hegemonia liberal presente no setor pode se mostrar um risco suicida, considerando a particular resistência dos meios de comunicação em serem mais transparentes sobre seus processos, com abertura para críticas de seu público, e a frequência com que esse mecanismo opaco falha.

Por enquanto, a mídia tem resistido em seu monólogo, monopolizando os canais e garantindo a unilateralidade do fluxo que exige responsabilizar as autoridades que fiscaliza, e silenciando sobre as críticas aos seus próprios limites. Por enquanto, a mídia tem controlado a escolha de quem deve ser inspecionado sob os holofotes, restringindo aos bastidores seus próprios defeitos. Por enquanto.

PARTE III – ANÁLISE: DEBATES LEGAIS NA CORTE DO STF

Mais uma vez o fisco parecia colidir com a liberdade de expressão – ao menos na interpretação proposta pela editora Ediminas. Mas, ao contrário das revistas eróticas que abriram a introdução deste trabalho, não se tratava de conteúdo barrado pela fiscalização aduana: o que a gráfica mineira pretendia evitar é que ela continuasse a ser vítima de “censura tributária”. A argumentação se ancorava em um princípio constitucional e na tradição de julgamentos do próprio Supremo Tribunal Federal. Afinal, o artigo 150 da Constituição determina que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] III - cobrar tributos” sobre “d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão”. A nobre justificativa por trás da autocontenção estatal foi lembrada pelo ministro Celso de Mello, em seu voto sobre esse recurso extraordinário (RE 434.826/MG, julgado em 19/11/2013):

O instituto da imunidade tributária não constitui um fim em si mesmo. Antes, representa um poderoso fator de contenção do arbítrio do Estado, na medida em que esse postulado fundamental, ao inibir, constitucionalmente, o Poder Público no exercício de sua competência impositiva, impedindo-lhe a prática de eventuais excessos, prestigia, favorece e tutela o espaço em que florescem aquelas liberdades públicas. (Celso de Mello – RE 434.826/MG, 19/11/2013, p. 36)

Em outras palavras, além de incentivo fiscal para um setor importante para a cultura nacional – e, por isso, mecanismo de atração empresarial para o fortalecimento da imprensa –, também se trata de um bloqueio intencional contra eventuais abusos autoritários governamentais, que poderiam acabar sufocando a imprensa crítica com o aumento excessivo de impostos sobre seu funcionamento, levando ao cerceamento da liberdade de expressão e, na leitura dos representantes dessa editora, uma “censura tributária”.

O relator do caso, o ministro Cezar Peluso (RE 434.826/MG, 19/11/2013, p. 6), também ecoou a fundamentação dessa demanda em decisões recentes do próprio STF, que passou a ampliar a abrangência da imunidade tributária desde a virada do milênio, isentando desde apostilas até “álbuns de figurinhas”.

Mas a dificuldade se dava no caso específico da Ediminas. A empresa somente realizava serviço gráfico para terceiros – o panfleto “Folha Universal”, da Igreja Universal do Reino de Deus –, o que já foi considerado fora da proteção constitucional

por uma série de decisões do STF desde os anos 1990, como contraposto pelo relator (p. 7).

A questão que se colocava, então, é se a Ediminas teria direito a receber de volta os Impostos Sobre Serviço (ISS) retidos nos anos anteriores pelo governo estadual de Minas Gerais, por essa cobrança ter sido realizada indevidamente contra uma empresa que deveria ser incluída na imunidade tributária para o incentivo e proteção da imprensa.

O argumento que procurava combater a “censura tributária”, entretanto, só foi acolhido pelo ministro Eros Grau – toda a segunda turma do STF acabou por seguir o voto do relator, negando a procedência dessa hipótese e repercutindo a jurisprudência que considerava o serviço gráfico terceirizado como uma atividade potencialmente fundamental, mas de limitado impacto sobre o custo final da impressão – e, como não poderia inviabilizar a liberdade de imprensa, a editora tampouco poderia ser protegida pela imunidade contra a avidez fiscal do Estado (Cezar Peluso – RE 434.826/MG, 19/11/2013, p. 21).

Para além de sua superfície técnica, esse árido debate tributário revela um argumento implícito que precisa ser aqui desenterrado. Como uma herança fantasmal, que há muito se pretende deixar de lado, mas que persiste a pairar nesse debate, é possível perceber a ponta de um incômodo legado que tanto se evita reviver em palavras. Na avaliação do relator, não há como negar a proteção que:

O ordenamento constitucional empresta a certas instituições e atividades políticas e culturais, cujo exercício seria desencorajado ou, até, prejudicado por submissão virtualmente gravosa à competência tributária, como se dá com a publicação de livros, jornais e periódicos. Estas expressões ou veículos de cultura e liberdade atraem, por seu indiscutível relevo na arquitetura constitucional da sociedade, a peculiar proteção da imunidade contra os riscos de excessos e abusos no exercício do poder de tributar, que, em conhecido passo, já foi visto como poder de destruir e, pois, de aniquilar o poder de criação e de incentivo. (Voto – Cezar Peluso - RE 434.826/MG, 19/11/2013, p 10)

O que o final da sentença procura conter (e ocultar, pela nomeação indireta) é justamente a sombra de um passado em que o Estado não encontrava limites para seu poder de arbítrio contra os que ousassem contestá-lo, o que “já foi visto como poder de destruir e, pois, de aniquilar o poder de criação e de incentivo”. A pressão da cobrança de tributos era somente a ponta do iceberg de uma estrutura autoritária que, no passado, controlava a expressão pública. Talvez, como temerosos e inexperientes navegantes em novas ondas democráticas, ainda suspeitamos que qualquer bloco pela frente traga sobre

sua superfície uma lápide congelada de tempos passados, que ameace com o naufrágio nossa rota em mar aberto.

O desafio do STF em avaliar a legitimidade da acusação específica de “censura tributária” revela um problema muito mais profundo: que tipo de controle não pode deixar de ser visto como *censura* e, portanto, precisa ser impedido, garantindo a liberdade? Como nessa simples disputa fiscal, por vezes, a retórica libertária por trás dos princípios constitucionais tende a enfrentar limitações na aplicação prática da jurisprudência, dificultando a avaliação do que pode ou não ser visto como censura e, portanto, pode ou não sujeitar-se ao controle judicial.

Nesta parte final, será possível analisar discursivamente como o Supremo Tribunal Federal avalia demandas que envolvem censura e liberdade de expressão. Como visto na metodologia deste trabalho, 18 casos foram selecionados para análise a partir da busca de acórdãos que contivessem o termo “censura” – dois dos quais já foram descritos na introdução (o caso das revistas eróticas importadas e apreendidas em Santos) e nos parágrafos anteriores (a “censura tributária” em Minas Gerais). O que se pretende aqui é analisar justamente as transformações no conceito de censura em sua contraposição dicotômica com um antigo rival: a liberdade de expressão.

Na história constitucional brasileira, liberdade de expressão e censura definem-se por delimitação complementar. Para analisar de que forma a atual Constituição de 1988 difere da tradição de uma retórica libertária restrita por exceções censórias, é importante, antes de mergulhar nos casos concretos, avaliar o conflito entre esses dois conceitos. Ao analisar a regulamentação do setor comunicativo, dificilmente poderíamos ignorar a avaliação da estrutura de controle estatal que é delimitada pelos textos legais. Como as entidades que controlam a mídia apresentam sua estrutura e mecanismos definidos em leis, decretos ou estatutos, é essencial reconhecer, em primeiro lugar, quais são suas propostas e os mecanismos previstos nos textos legais para sua atuação. Entretanto, como bem destacam Sousa, Trützschler, Fidalgo e Lameiras (2013, p. 6), é necessário ir além da simples descrição do arcabouço legal que mantém em pé a edificação que pretende regulamentar a expressão midiática, avaliando também como esses mecanismos acabam atuando na prática. Essa dicotomia entre o que está expresso na letra da lei e a força – ou a flexibilidade – com que esses princípios se traduzem na prática cotidiana abre espaço para uma reflexão essencial no caso de países que ainda engatinham no caminho tortuoso para superar as práticas autoritárias de governos ditatoriais relativamente recentes, como no caso particular do Brasil. Ao

explicitamente negar a censura em seus preceitos constitucionais, como a legislação brasileira diferencia as práticas de controle comunicativo necessárias no novo ambiente democrático do Estado de Direito do simples cerceamento da liberdade de expressão?

Essa questão se coloca com evidência nos diversos casos recentes expostos na primeira parte desta pesquisa, pois eles mostram que o Estado retomou o papel polêmico de determinar que certas práticas comunicativas não podem ser expressas – ou, por outro lado, limitou seu próprio papel de controle, evitando a censura.

Para uma abordagem estritamente jurídica, esse paradoxo pode apresentar uma solução bastante simples: no Estado democrático de direito, não temos mais censura, visto que ela é negada no texto jurídico (GODOY, 2008, p. 99). Quando há casos excepcionais em que a liberdade de expressão precisa ser controlada, estaríamos frente a um caso de colisão de princípios – regras conflitantes em que uma deve ceder (*Idem*, 2008, p. 59) – ou em uma necessária ponderação de valores – quando é possível aplicar matizes de diferentes normas que defendem tutelas distintas sobre os bens jurídicos colocados em questão no mesmo caso (BARROSO, 2001, p. 31). Entretanto, essa abordagem ignora o ponto central do argumento exposto no início deste trabalho: a expressão textual dos princípios da regulamentação midiática não reflete completamente sua prática, quando outras interpretações – e inclusive outros princípios de regulamentação – podem incidir para influenciar sua aplicação. Com isso, podemos encontrar casos de evidente censura da liberdade de expressão convivendo com a sua negação nos textos legais. Nesse cenário, podemos ainda caracterizar como “censura” o que ocorre, ou seria mais adequado adotar outra nomenclatura, em consonância com o espírito do Estado democrático de direito que nega essa prática em seu arcabouço jurídico? Ou, por outro lado, é necessário reforçar que essa deve ser a nomenclatura correta a ser adotada – ou qualificada, como no caso dos autores que defendem a terminologia “censura togada” (DINES, 2010, p. 126) para os casos de proibição da liberdade de expressão por meio de decisões jurídicas em períodos democráticos em que essa censura, teoricamente, não deveria ocorrer –, até mesmo para evidenciar que esse tipo de evento é anômalo e não pode ocorrer sem tensão com o Estado democrático de direito?

Talvez esse problema possa ser esclarecido com um paralelo a outras duas questões análogas à censura: a escravidão e a tortura. Essas três violações afrontam diretamente direitos básicos da personalidade (BITTAR, 1989, p. 63) – como a liberdade de expressão, a liberdade de locomoção e a integridade física.

Das três, a escravidão talvez encontre sua mais ampla e antiga proibição, ainda que tardia: depois de séculos de utilização incentivada pelo Estado – e de décadas de tolerância branda, em seus últimos momentos –, desde 1888, ela é proibida em todo o Brasil⁹⁴. Ainda assim, a proibição legal não impediu que trabalhadores continuassem a ser escravizados em fazendas, indústrias e comércios em todo o Brasil, o que levou, inclusive, à necessidade de reconhecimento, em 1995, de que o governo federal deveria ser mais ativo no combate à escravidão contemporânea⁹⁵. Assim, atualmente, encontramos processos por escravidão no Brasil – inclusive entre membros do poder executivo, legislativo⁹⁶ e judiciário⁹⁷, que, supostamente, deveriam salvaguardar essas mesmas leis que desrespeitam.

Da mesma forma, a tortura foi adotada como mecanismo de controle e investigação pelo aparato policial do Estado até ser finalmente banida no final da ditadura militar (KEHL, 2010, p. 124)⁹⁸. Ainda assim, diversos casos recentes mostram a persistência dessa prática como meio de coação de suspeitos e/ou punição contra infratores⁹⁹.

Por fim, a censura foi também durante séculos parte dos mecanismos de controle do Estado para evitar contestações indesejadas à ordem vigente; mas, da mesma forma, foi negada de forma ampla e derradeira pela Constituição de 1988. Para além da origem análoga, como violações dos direitos da personalidade, a escravidão, a tortura e a censura apontam um infeliz paralelo na sua evolução no decorrer do tempo: depois de um primeiro momento em que o Estado faz uso dessas violações (como ator principal, como no caso da censura e da tortura, ou como beneficiado indireto, no caso da escravidão), elas são posteriormente proibidas pelo próprio Estado, mas encontram ainda continuidade nas margens da lei, devido à leniência governamental que é incapaz

⁹⁴ Lei 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm

⁹⁵ Com a criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, por meio do Decreto 1.538, de 27 de junho de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1538.htm

⁹⁶ OJEDA, Igor. “Deputados federais e ex-ministro entram na atualização semestral da ‘lista suja’ do trabalho escravo”. **Repórter Brasil**, 28/06/2013. Disponível em:

<http://reporterbrasil.org.br/2013/06/deputados-federais-e-ex-ministro-entram-na-atualizacao-semestral-da-lista-suja-do-trabalho-escravo>

⁹⁷ HASHIZUME, Maurício. “Juiz e proprietários em dez estados entram na ‘lista suja’”. **Repórter Brasil**, 29/12/2008. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/12/juiz-e-proprietarios-em-dez-estados-entram-na-quot-lista-suja-quot>

⁹⁸ Entretanto, o crime de tortura foi definido em lei ordinária, com a Lei 9.455, de 7 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm

⁹⁹ O GLOBO. “Menores acusam mais funcionários da Fundação Casa de tortura”, **O Globo**, 21/08/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/menores-acusam-mais-funcionarios-da-fundacao-casa-de-tortura-9639541>

de impedir seus próprios operativos (caso da tortura promovida por policiais e carcereiros) ou terceiros (caso da escravidão promovida também por empresários e produtores rurais) de continuar a cometer essas violações. Também a censura continua uma porta aberta – ainda que pelos fundos do texto constitucional –, ao propiciar aos juízes a oportunidade e os mecanismos legais para proibir as expressões que incomodem o Estado, indivíduos ou grupos de interesse que tenham acesso privilegiado à justiça, como fartamente explorado na primeira parte deste trabalho.

Essas três violações também mostram uma característica ontológica comum: como é próprio dos bens jurídicos que se pretende proteger, a liberdade de expressão, o direito à mobilidade e à integridade corporal são definidos, em negativo, pelo limite de suas violações. Assim, a liberdade de expressão só pode ocorrer e ser compreendida pela ausência da censura; da mesma forma, a escravidão é a negação da liberdade de mobilidade e a tortura, a violação da integridade corporal. É justamente essa contraposição que será o foco deste segmento, que procura avaliar como as estruturas legais atuais procuram diferenciar-se da censura no Estado de direito democrático – mesmo quando acabam por proibir a expressão alheia –, recorrendo, por vezes inadvertidamente, aos argumentos empregados anteriormente na defesa da censura em períodos autoritários.

A tradição constitucional da delimitação da liberdade de expressão e da censura

Como mencionado anteriormente, essa definição do direito por contraposição à sua violação é particularmente interessante no caso da censura, visto que ela precede a própria liberdade de expressão no Brasil: ao contrário de outras nações, a proibição feita pela corte portuguesa da publicação de qualquer texto na colônia brasileira antecede as tentativas de instalação de prelos no país (REIMÃO, 2011, p. 114). A permissão e o incentivo à expressão artística e jornalística aportam juntamente com a família real em sua fuga das tropas napoleônicas ao Rio de Janeiro, em 1808, mas a expressão no Brasil continuou, desde então, a ser acompanhada por novas estruturas de censura artística e midiática. Após a independência, o inciso IV do artigo 179 da Constituição de 1824, do recente Império do Brasil, já apontava que “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar”. Porém, já no primeiro

momento dessa nova estrutura aparentemente libertária da Constituição de 1824, que permitia a publicação “sem dependência de censura”, ainda era exigido o respeito aos limites legais que permitiram às autoridades cercear o que consideravam abusivo (COSTELLA, 2007, p. 39). A República traz nova retração nesse caráter libertário, particularmente após o Estado Novo: o inciso IX do artigo 113 da Constituição de 1934 determina que “em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e na forma que a lei determinar”, mas aponta que “não será, porém, tolerada propaganda, de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social”.

Essa série de textos legais que contrapõem a censura à liberdade de expressão – negando genericamente a primeira e garantindo a segunda sempre com exceções bastante amplas – é concluída com a Constituição de 1988, que encerrou também o período autoritário e permitiu o retorno brasileiro ao Estado democrático de direito: em seu artigo 5º, inciso IX, determina que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Assim, definitivamente, garante-se que a censura não pode mais encontrar espaço na democracia brasileira; sua persistência seria uma ameaça não só à liberdade de expressão, à qual se contrapõe e delimita, mas também a todo o texto constitucional, que a veta. Entretanto, como visto até agora nas partes iniciais deste trabalho, a liberdade de expressão continua a ser tolhida no Brasil em anos recentes. Para avaliar como essas decisões judiciais pretendem contrapor-se à censura – recusando a identificação com ela –, é necessário considerar como os processos jurídicos se inserem no debate democrático, justificando-se perante o público para dar conhecimento e fundamentação às suas determinações. Afinal, como este trabalho aponta, não há definições únicas e cristalizadas sobre o sentido da censura – até o mesmo juiz pode oscilar sobre seu sentido ou cabimento. Como mencionado brevemente no terceiro capítulo desta tese, o juiz Ricardo Machado Rabelo, da 3ª Vara Federal em Belo Horizonte (MG), proibiu a exibição do filme *A Serbian Film* em todo o território nacional, em resposta à ação cautelar da Procuradoria da República em Minas Gerais. O magistrado justificou sua decisão diferenciando-a explicitamente da censura (GOMES; PAGANOTTI, 2012, p. 287):

Tratando-se de um filme que traz consigo a marca da polêmica, já deflagrada inclusive em outros países, sobretudo em razão da alegada cena na qual um recém-nascido é violentado sexualmente, como afirmado na inicial, creio que a decisão da Administração (Ministério da Justiça) de classificar e liberar a exibição do filme, ainda que elegendo um prazo de 30 dias para que os órgãos competentes verifiquem a possível ocorrência de crime, subverte a ordem natural e lógica do que é razoável. [...] A concessão da liminar não se configura, como pode parecer à primeira vista, indevida intromissão do Poder Judiciário no modo de agir da Administração, o que consistiria em abominável ato de censura. Não. De forma alguma é o que estou fazendo.¹⁰⁰

Fica evidente a necessidade de distanciar-se da leitura apressada que poderia levar à interpretação de que a proibição do filme seria um “abominável ato de censura”, o que não era, “de forma alguma”, o que o juiz pretendia fazer. Entretanto, o próprio Ministério da Justiça já classificara a obra para maiores de 18 anos, negando-se a proibi-la. Depois de o diretor-geral da Polícia Federal destacar que o filme “não incorre em nenhuma modalidade criminal”, o mesmo juiz Ricardo Machado Rabelo, ainda na 3ª Vara Federal em Belo Horizonte (MG), liberou o filme um ano após sua proibição:

É realmente muito forte. Verdadeiramente impactante. O enredo é crudelíssimo. [...] Se estivesse no cinema teria me levantado e ido embora. No entanto, como juiz, não posso ser o seu censor no território nacional, como me diz a Constituição Federal.¹⁰¹

Não surpreende o fato de que o juiz tenha usado a mesma linha de argumentação tanto para proibir quanto para liberar esse filme: em ambos os casos, a decisão é tomada e publicamente justificada no limite do que é permitido pela Constituição, contrapondo-se à censura. No primeiro momento, para o juiz, a proibição do filme não se tratava de censura; e, por isso, poderia ser realizada para proteger o público de cenas tão fortes e preservar a imagem da infância. Um ano depois, entretanto, o juiz reposiciona seu papel, restringindo-se ao juízo de valor individual: ele pode deixar a sala de cinema e não ver o filme, mas deve deixar que as salas de cinema o exibam, permitindo que os cidadãos escolham, cada um por si só, se querem ou não ver tais cenas, visto que o juiz não pode agir como o censor alheio. A mudança de posicionamento desse juiz não só revela a dificuldade em apontar critérios sólidos para a defesa ou o controle da liberdade de expressão e o próprio sentido do ato da censura: o caso também deixa claro como o

¹⁰⁰ PEIXOTO, Paulo. “Justiça em Minas proíbe exibição de ‘A Serbian Film’ em todo o Brasil”. **Folha Online**, 09/08/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/957089-justica-em-minas-proibe-exibicao-de-a-serbian-film-em-todo-o-brasil.shtml>

¹⁰¹ FOLHA ONLINE. “Justiça libera exibição do longa ‘A Serbian Film’ no país”. **Folha Online**, 11/07/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1118002-justica-libera-exibicao-do-longa-a-serbian-film-no-pais.shtml>

controle da liberdade de expressão continua a ser exercido em contraposição com uma censura que agora é indesejada e que precisa constantemente ser negada, mesmo quando executada.

Entretanto, apesar de complexa, não se pode esquivar da tarefa de compreender os discursos que pretendem definir a censura e delimitar a liberdade de expressão. Como os conceitos contrapõem-se e delimitam-se mutuamente, se persistirem dúvidas sobre o significado ou preponderância de cada um desses termos, a garantia legal da liberdade de expressão pode ser ameaçada pela expansão dos domínios de controle da censura – ou, paradoxalmente, pela sua retirada, camuflada sobre outros termos mais obscuros.

Como mencionado na introdução deste trabalho, a censura encontra desafios contemporâneos análogos aos enfrentados por outras duas violações de direitos da personalidade: também a tortura e a escravidão são negadas pelas leis atuais, ainda que, infelizmente, persistam na prática. Assim como o reconhecimento da persistência de práticas de escravidão e tortura na atualidade foi necessário para permitir seu combate – evitando eufemismos e explicitando que essas práticas devem ser classificadas com a nomenclatura correta –, também é necessário, atualmente, reconhecer as práticas de censura como elas realmente são, evitando escamoteá-las com subterfúgios para poder finalmente combater a persistência desses abusos autoritários que não podem conviver com o Estado democrático de direito.

Além disso, a indefinição de termos tão cruciais quanto “censura” dificulta a ação de indivíduos que se expressam atualmente sem saber, com clareza, quais podem ser os limites impostos ao seu direito de manifestação. Como os critérios para a censura são incertos, movediços e variam de caso a caso – ou, como vimos, até no mesmo caso, pelo mesmo juiz –, essa falta de clareza nubla as expectativas dos indivíduos que pretendem se expressar e que, atualmente, encontram-se sempre fragilizados pela constante ameaça de sanções incertas pelo que pode ser considerado como inadequado em suas manifestações. Se levarem em consideração o grande abrigo da proteção constitucional libertária, correm o risco de serem fulminados pelos limites apresentados pela jurisprudência. Da mesma forma, é difícil acatar e reconhecer como legítimos os argumentos empregados na justificativa das decisões que bloqueiam a liberdade de expressão artística ou midiática, visto que os critérios não estão claros e variam enormemente de acordo com as circunstâncias e o critério do juiz da ocasião.

Com isso, é possível apontar um caminho para a solução desse atual impasse: como é possível definir os limites da censura e da liberdade de expressão, sem cair nos

riscos da tutela e do controle que extrapolam o que está delimitado pelos textos legais, a partir das expectativas socialmente compartilhadas? É necessário que a censura deixe de ser “alheia” e passe a ser definida entre “nós”. Primeiramente, é preciso deixar claro que a censura não pode ser mais definida somente por outros, com critérios que estão além do controle coletivo, sem necessidade de contato com a opinião pública – que ignora decisões, justificativas e até as estruturas do controle feito em seu nome. Em segundo lugar, será possível erigir uma censura que nos seja “apropriada” como nossa.

Para isso, é necessário lembrar ambos os sentidos do termo “apropriado”: é tanto o que é considerado como “adequado” quanto o que é “tomado como nosso”. Assim, não basta (ainda que seja um condicionante necessário) que as decisões sejam publicamente acessíveis – elas precisam também, como Habermas (2010) já apontava, ligar e unir a racionalidade do jurista ao público por meio de argumentos coletivamente aceitos. O final do segundo capítulo já demandava que todos procurassem se atar aos “nós” coletivos que superassem as leituras subjetivas dos “eus” magistrais. Para isso, é necessário encarar as decisões sobre a expressão pública que são tomadas em nosso nome. E a instância máxima da justiça brasileira deve ser o lugar privilegiado, o foco do interesse público, devido ao seu controle constitucional de leis e à proteção de preceitos fundamentais. Para isso, mergulhamos em suas decisões para analisar os discursos que tentam delimitar as proibições ou punições decorrentes da expressão pública.

Assim, os capítulos a seguir discutirão a problemática classificação da censura a partir do topo da cadeia decisória, avaliando pontos de colisão entre as instâncias superiores do poder judiciário, executivo e legislativo na complexa definição de práticas de controle que devem ser banidas por se tratarem de um cerceamento inconstitucional – e a distinção do que não deve ser visto como censura e, portanto, pretende ser representado como um controle autorizado e até prudentemente recomendável. Trata-se, enfim, da disputa pelo papel privilegiado que define os sentidos apropriados do que pode ser visto como “censura” e do que não pode ser assim chamado. O nono capítulo tratará de leis anteriores à Constituição que são questionadas por ainda manterem medidas de controle nascidas na ditadura militar, em conflito com o determinado após a reabertura democrática em sua proteção à liberdade de expressão e, particularmente, à liberdade de imprensa – precisamente classificados por Lewandowski (RE 511961/SP, 2009, p. 99) como “entulhos do autoritarismo”. O décimo capítulo ponderará essa retórica liberal com casos de controle e conflito não por parte do Estado, mas entre indivíduos, considerando como a liberdade de expressão acaba por entrar em colisão

com outros direitos da personalidade, como a imagem, a honra, a privacidade, a intimidade e o sigilo. O décimo primeiro capítulo analisará os casos que superam a esfera do jornalismo, considerando como a crítica ou a defesa de ideias pode encontrar limitações ou garantias constitucionais. Por fim, o último capítulo avaliará um caso já julgado sobre o sistema de classificação indicativa do Ministério da Justiça, em contraste com um caso mais recente, e ainda em aberto, que ameaça concretamente descartar a obrigatoriedade desse sistema como censura – exemplo máximo de disputa pela definição do sentido do que deve ser visto como limite ilegítimo, uma tendência também refletida em todas as outras decisões avaliadas a seguir.

9. “ENTULHOS DO AUTORITARISMO”: O BLOQUEIO INCONSTITUCIONAL DA IMPRENSA

O Decreto-lei 972/69, tal como a Lei de Imprensa, que acaba de ser declarada inconstitucional por esta Suprema Corte, representa mais um resquício do regime de exceção – um 'entulho' do autoritarismo, como se costuma dizer -, cujo escopo era, inequivocamente, controlar as informações veiculadas pelos meios de comunicação, em especial pelos jornais, afastando das redações intelectuais e políticos que faziam oposição ao governo de então. A plena liberdade de expressão do pensamento, isenta de quaisquer restrições ou empecilhos de caráter legal ou burocrático, que encontra abrigo na nova ordem constitucional, mostra-se, ademais, inteiramente consentânea com os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, em especial com o Pacto de San José da Costa Rica, internalizado pelo Decreto nº 678/92 – e que integra o patrimônio de direitos implícitos da cidadania, a teor do § 2º do art. 5º da Constituição. – Ricardo Lewandowski (RE 511961/SP, 17/06/2009, p. 99)

O mais longo acórdão analisado nesse trabalho foi seguido também pelos mais caudalosos votos e mais ponderado debate entre os casos aqui analisados. Entre as 334 páginas do julgamento sobre a Lei de Imprensa (ADPF 130/DF, 30/04/2009), doze são destinadas à síntese da decisão, formulada pelo ministro Carlos Ayres Britto em incríveis 3.185 palavras – uma epopeia, se comparada às poucas estrofes da média dos acórdãos analisados, que raramente superam a segunda página. Entretanto, a fórmula máxima para compreender essa decisão talvez tenha nascido dois meses depois, em outro julgamento sobre tema correlato: surge em só três palavras apresentadas no voto do ministro Ricardo Lewandowski, que batizam este capítulo e são contextualizadas acima. Ao avaliar que a obrigação de diploma e registro para jornalistas também ecoava a tradição autoritária que se pretendia superar, Lewandowski (RE 511961/SP, 17/06/2009, p. 99) justifica o descarte dessas leis impostas pelos militares como parte do “entulho do autoritarismo”, que não pode mais conviver com a democracia constitucional e precisa ser removido, tirado do caminho para a passagem de novos ventos.

Neste capítulo, serão avaliados esses dois julgamentos, que tiveram como resultado grandes transformações na regulação da imprensa no Brasil, erodindo-a parcialmente. Eles revelam a tendência majoritária dos casos analisados para a presente pesquisa: dos 18 casos analisados, 13 tratam da imprensa, e serão analisados nos dois primeiros capítulos desta parte final. Além disso, dos 5 casos restantes sobre censura e liberdade de expressão que superam o recorte da imprensa (e que serão o foco dos dois capítulos finais), um deles – o humor televisivo no período eleitoral –, apesar de não circunscrever-se à imprensa tradicional, acabou por ser protegido adotando também o

argumento da liberdade de imprensa, além da liberdade de expressão, mostrando-se um caso limítrofe entre as duas tendências.

Os dois casos selecionados para análise neste capítulo são, na verdade, pressuposto e corolário a todos os outros casos de liberdade de imprensa que os sucedem ou precedem. São pontos nodais em que confluem os debates sobre temas gerais, que são individualmente minuciados nos outros casos específicos. Além disso, seria justificável apontar a necessidade de abrir essas análises sistemáticas e empíricas com esses dois casos a seguir justamente porque eles incidem sobre o cerne do problema desta pesquisa: debatem como os legados autoritários podem ser removidos ou processados para que a democracia possa expressar questões censuradas durante a ditadura anterior.

9.1. Lei de Imprensa

Primeiro “entulho” criticado por Lewandowski, a Lei de Imprensa foi alvo de uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 130/DF), julgada em 30 de abril de 2009. Em sua demanda, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), autor da ação, apresentou diversos casos judiciais em que essa lei foi utilizada para cercear a liberdade de expressão de jornalistas no Brasil (Relatório – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 14). O relator, o ministro Carlos Ayres Britto, destaca, entre as demandas apresentadas, o fim da censura ideológica e política travestida classificada como “subversão da ordem”, além do fim da penalidade contra jornalistas pelo conteúdo de entrevistas com terceiros (p. 15-16), cláusulas que foram sustadas de aplicação enquanto a questão aguardava julgamento por uma medida cautelar acatada pela corte. Na avaliação do relator, seria recomendável considerar a inviabilidade da lei, em sua totalidade (p. 75), alternativa sugerida pela demanda original (p. 15). Até a Procuradoria Geral da República (p. 19-20), que deveria lastrear a validade da lei, considerou que algumas de suas determinações – como a “exceção de verdade”¹⁰² para autoridades públicas em casos de calúnia (ou seja, que a imputação falsa de um crime, no caso de representantes dos poderes públicos, também seria vedada mesmo em casos de

¹⁰² “Art . 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: [...] § 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecurável. § 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos”. Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm

veracidade da denúncia) – seriam “um vestígio de autoritarismo ditatorial, talvez até aristocrático, na medida em que se busca colocar certos atores políticos a salvo da verdade”.

Essa crítica do “vestígio autoritário” traz ao primeiro plano o principal ângulo de análise sobre esse julgamento: a avaliação sobre a permanência e validade das heranças da ditadura após a reabertura democrática, foco central desta pesquisa. Na leitura do relator, a criação desse diploma legal a serviço dos interesses dos ditadores macula, como um pecado original, a legitimidade de suas determinações:

A atual Lei de Imprensa foi concebida e promulgada num prolongado período autoritário da nossa história de Estado soberano, conhecido como "anos de chumbo" ou "regime de exceção" (período que vai de 31 de março de 1964 a princípios do ano de 1985). Regime de exceção escancarada ou vistosamente inconciliável com os arejados cômodos da democracia afinal resgatada e orgulhosamente proclamada na Constituição de 1988. E tal impossibilidade de conciliação, sobre ser do tipo material ou de substância (vertical, destarte), contamina toda a Lei de Imprensa: I - quanto ao seu ardiloso ou subliminar entrelace de comandos, a serviço da lógica matreira de que para cada regra geral afirmativa da liberdade é aberto um leque de exceções que praticamente tudo desfaz”. (voto do relator Carlos Ayres Britto – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 70)

O trecho evidencia uma fé redentora na Constituição (do qual o STF é particular guardião) para expurgar o “regime de exceção” após o retorno à democracia “resgatada”. Na avaliação do relator, que foi acatada pela maioria dos outros ministros, não seria possível qualquer “conciliação” entre a Constituição democrática e o cerceamento autoritário que “contamina” a lei de imprensa, que foi, assim, finalmente descartada. Vale destacar a análise perspicaz sobre a dicotomia delimitadora entre liberdade e controle sugerida na última frase acima, que critica a “lógica matreira de que para cada regra geral afirmativa da liberdade é aberto um leque de exceções que praticamente tudo desfaz”. Com isso, o relator sustenta que a lei já nascera sob o vício do cerceamento, que ocultava, sob a retórica genérica da liberdade, um leque de brechas para acolher a proibição e a punição.

O imaginário do legado do autoritarismo encontra sua expressão mais ampla – também mais crítica e talvez mais poética – no voto escrito e anexado pela ministra Cármen Lúcia:

Os dispositivos afrontam, de modo direto e objetivo, os princípios e regras constitucionais relativas ao tema. São incompatíveis com a Constituição de 1988, e tudo o que há de deixar – para os que teimam ou não conseguem esquecer – são as memórias amargas de tempos em que a mordaca, não a liberdade prevaleceu e fez-

nos calados e surdos, porque não havia quem nos pudesse falar com liberdade, nem de liberdade. (Cármem Lúcia – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 323)

Nesse trecho, vale destacar, a ministra aponta que a única herança da ditadura que pode conviver na democracia envolve “as memórias amargas” dos abusos de um tempo de silêncio “porque não havia quem nos pudesse falar com liberdade, nem de liberdade”. Ou seja, a expressão do passado é também uma obrigação: tanto a possibilidade de manifestar-se livremente hoje, em contraste com o controle anterior, quanto o dever de não silenciar-se sobre o regime de exceção que se pretende superar.

Entretanto, essa leitura não foi consensual, considerando-se a grande divergência de outros ministros sobre a validade de partes dessa lei, como a regulação do direito de resposta, procedimentos particulares para indenizações e veto à discriminação e incitação da violência. A divergência mais radical foi apresentada pelo ministro Marco Aurélio Mello, o único a considerar a contestação improcedente em sua totalidade, seguindo argumento bastante distinto. Em primeiro lugar, ele contesta o pecado original que contaminaria leis aprovadas em regimes autoritários, destacando como progressistas a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho, sob o Estado Novo (em talvez uma irônica referência crítica à presente demanda do PDT, partido de tradição varguista), e a reforma penal e penitenciária, durante os anos 1970 e começo dos anos 1980, qualificada como “humanitária”, ainda que no ocaso da ditadura militar (Marco Aurélio Mello – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 138-139). Questionando a quem interessaria o fim da lei da imprensa (p. 134) e insinuando que as empresas jornalísticas menores poderiam ser mais afetadas pelo caos vindouro sem suas determinações (p. 137), Marco Aurélio Mello pode ter, mais uma vez, ironizado a demanda particular do PDT:

Deixemos à carga de nossos representantes, dos representantes do povo brasileiro – e temos presente no Plenário um deles e que por sinal, bem representa o meu Estado de origem, Deputado Federal Miro Teixeira, que sustentou da tribuna em nome do arguente, Partido Democrático Trabalhista –, dos representantes dos Estados e, portanto, deputados e senadores, a edição de lei que substitua em exame, sem ter-se, enquanto isso, o vácuo – como disse – que só leva à babel, à bagunça, à insegurança jurídica, inclusive quanto ao direito de resposta previsto na Constituição Federal, mas sem que esta explicita as necessárias balizas. (Marco Aurélio Mello – ADPF 130/DF, 30/04/2009, pp. 143-144)

A proposta de Marco Aurélio não é só iconoclasta por sugerir a incoerência de um representante do legislativo – o deputado do PDT – em retirar do congresso a possibilidade de aprovar suas leis. Para além da ironia indireta, que pode não ter sido o

objetivo original do ministro com seu comentário espirituoso, há a questão da possibilidade de uma outra lei de imprensa, que substitua a que agora se descartava. Em seu voto, o relator Ayres Britto (p. 63-65) defendia que a questão sob análise não se tratava só de um problema dessa lei de imprensa específica, mas de qualquer uma, pois a Constituição vetaria qualquer regulação sobre essa liberdade. Além de Marco Aurélio Mello, outros ministros, como Cezar Peluso (p.123), tampouco acataram essa ampliação do impedimento da criação de leis sobre imprensa – um autocontrole imposto pelo Estado e para o próprio Estado –, considerando “perfeitamente compatível com o sistema constitucional” a edição de uma nova lei de imprensa a substituir a que se apagava.

Apesar do relativo consenso (exceto para Marco Aurélio Mello) sobre a inadequação da lei de imprensa, diferentes leituras surgem em relação à sua justificativa. Essa disputa entre os ministros revela algumas das linhas que perpassam pelo debate, ainda que sem explicitamente serem assim formuladas. Pode haver limite legal à imprensa, ou ele é vedado pela Constituição? Nem o legislativo pode controlar a imprensa? Pode haver hierarquia entre direitos da personalidade? Se houver, a liberdade de expressão, mais geral, é ampliada ou contida pela liberdade de imprensa, mais específica? O único controle sobre a imprensa deve ser posterior, com indenizações em caso de ofensa a direitos da personalidade (como imagem, honra, privacidade, intimidade ou sigilo), ou essa ofensa pode ser evitada previamente, com a proibição de sua publicação? O relator Ayres Britto acabou registrando, no acórdão final (p. 9), os argumentos mais libertários e favoráveis à imprensa, inclusive pelo destaque de falas de seus colegas: o acórdão aponta “que não é pelo temor do abuso que se vai coibir o uso”, ou, “nas palavras do Ministro Celso de Mello, ‘a censura governamental, emanada de qualquer um dos três Poderes, é a expressão odiosa da face autoritária do poder público’”. Essa leitura radical surge, em seu voto, como uma crítica da limitação inviabilizadora da liberdade: “imprensa apenas meio livre é um tão arremedo de imprensa como a própria meia verdade das coisas o é para a explicação cabal dos fenômenos, seres, condutas, ideias” (p.32). Essa argumentação pode ser compreendida pelo papel central desempenhado pela imprensa nos tempos democráticos, aos olhos do relator:

Como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de atuação ainda maior que a liberdade de pensamento e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. Até porque essas duas categorias de

liberdade individual também serão tanto mais intensamente usufruídas quanto veiculadas pela imprensa. (Carlos Ayres Britto – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 40)

Esse benefício mútuo entre democracia e imprensa apresenta duas consequências. Em primeiro lugar, a imprensa cumpre papel fiscalizador, que precisa ser protegido justamente quando entra em contraposição com os poderes governamentais, que não podem limitar sua crítica – é a visão da “imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade, conforme realçado pelo jurista, deputado federal e jornalista Miro Teixeira” (p. 28). Por outro lado, o trecho acima leva a outra tese radical de Ayres Britto sobre a prevalência da liberdade de imprensa sobre a liberdade de expressão, que acabou por constar em passagem polêmica também no acórdão, que defende a “plena liberdade de imprensa como categoria proibitiva de qualquer tipo de censura” e, por isso, “a plenitude da liberdade de imprensa como reforço ou sobretutela das liberdades de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e comunicacional” (p. 1).

Ao afirmar que o capítulo sobre comunicação social na constituição ampliaria os outros direitos da personalidade, como a liberdade de expressão (p. 41), Britto sugere a existência de “sobredireitos de personalidade”, ou seja, “superiores direitos que, se manifestados por órgão de imprensa ou como expressão de atividade jornalística, passam a receber sobretutela” (p. 52). Como consequência desse raciocínio, a liberdade de imprensa não só prevaleceria sobre a censura, mas também aos outros direitos, que poderiam ser somente alvo de ações indenizatórias posteriores, o que Britto defende em uma didática diferenciação temporal, que diferencia também os limites constitucionais precedentes (como o veto ao anonimato) da reparação posterior:

Mas é claro que os dois blocos de dispositivos constitucionais só podem incidir mediante calibração temporal ou cronológica: primeiro, assegura-se o gozo dos sobredireitos (falemos assim) de personalidade, que são a manifestação do pensamento, a criação, a informação, etc., a que se acrescenta aquele de preservar o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão do informante, mais a liberdade de trabalho, ofício, ou profissão. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais sobre-situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana; ou seja, como exercer em plenitude o direito à manifestação do pensamento e de expressão em sentido geral (sobredireitos de personalidade, reitere-se a afirmativa), sem a possibilidade de contraditar, censurar, desagradar e até eventualmente chocar, vexar, denunciar terceiros? (Carlos Ayres Britto – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 45-46)

Em outra passagem, o relator sintetiza esses dois momentos de limitação à liberdade de imprensa a partir de sua incidência:

- I - contemporaneamente, com a proibição do anonimato, o sigilo da fonte e o livre exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão;
- II - a posteriori, com o direito de resposta e a reparação pecuniária por eventuais danos à honra e à imagem de terceiros. Sem prejuízo do uso de ação penal também ocasionalmente cabível, nunca, porém, em situação de rigor mais forte do que o prevalecente para os indivíduos em geral” (Carlos Ayres Britto – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 58).

Mesmo a indenização posterior precisa também ser autolimitada para o relator, evitando a “excessividade indenizatória”, que pode funcionar como “poderoso fator de inibição da liberdade de imprensa” por “levar até mesmo ao fechamento de pequenos e médios órgãos de comunicação social” (p. 48). Assim, deve ser impedido o enriquecimento ou empobrecimento das partes envolvidas, com particular moderação para agentes do Estado, que devem estar acostumados à crítica pública (p. 48-49).

Entretanto, essa leitura radicalmente liberal foi contraposta pelos contra-argumentos de outros ministros que questionavam a preponderância da liberdade de expressão. Além da já frisada defesa de Marco Aurélio Mello sobre a importância da Lei de Imprensa na estabilidade jurídica, lastreado na prudência dos juízes que deixaram de aplicar seus termos que implicassem em censura, seria possível agrupar as ponderações dos outros ministros em oito linhas, de acordo com seu distanciamento em relação à radicalidade liberal do argumento do relator.

Em primeiro lugar, Cármen Lúcia (p. 97) concorda com a leitura do relator, mas interpreta uma *complementaridade não conflitiva* entre os direitos da personalidade (como a liberdade de expressão e os direitos à privacidade, imagem etc.), visto que a liberdade de expressão complementa a dignidade, que seria limitada em caso de restrição à informação. A ministra também destaca que a democracia não é, em princípio, incompatível com regulação da imprensa, como provam os diversos países que regulam sua imprensa com tradição democrática ainda mais ampla que a brasileira (p. 98), um argumento fortalecido pela lista apresentada por Gilmar Mendes dessas nações, como Alemanha, Espanha, Portugal, México, Reino Unido, França, Chile, Peru, Uruguai (p. 236-249) e até Estados Unidos (p. 213).

Uma segunda contestação apontava que, apesar do vício de origem, a Lei de Imprensa determinava a *regulação de direitos necessários*, como direito de resposta e de indenizações – argumento já exposto por Marco Aurélio Mello e reforçado por

Ricardo Lewandowski (p. 103). Em sentido semelhante, Joaquim Barbosa (p. 108-109) defendia também a *garantia da pluralidade pelo controle de monopólios*:

Contudo, não basta ter uma Imprensa inteiramente livre. Em primeiro lugar, é preciso que ela seja suficientemente diversa e plural, de modo a oferecer os mais variados canais de expressão de ideias e pensamentos aos mais diversos segmentos da sociedade; em segundo lugar, é preciso que essa salutar e necessária diversidade da Imprensa seja plena a ponto de impedir que haja concentração. (Joaquim Barbosa – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 108-109)

Já a ministra Ellen Gracie Northfleet (p. 127) *nega a hierarquia de direitos* que criasse direitos preponderantes sobre outros, o que poderia “permitir, em nome do resguardo de apenas um deles, a completa blindagem legislativa desse direito aos esforços de efetivação de todas as demais garantias individuais”, garantindo intervenções para reparar ou evitar ofensas.

De forma ainda mais contundente, o ministro Gilmar Mendes criticou a incorreção que “essa leitura rasa” apontaria limitação ao poder de regulação sobre a imprensa:

Ao contrário do disposto em alguns dos mais modernos textos constitucionais (Constituição portuguesa de 1976, art. 18º, n. 3, e Constituição espanhola de 1978, art. 53, n. 1) e do estabelecido nos textos constitucionais que a antecederam (Constituição brasileira de 1934, art. 113, 9; Constituição brasileira de 1946, art. 141, § 5º; Constituição brasileira de 1967-69, art. 153, § 8º), a Constituição de 1988 não contemplou, diretamente, na disposição que garante a liberdade de expressão, a possibilidade de intervenção do legislador com o objetivo de fixar alguns parâmetros para o exercício da liberdade de informação.

Não parece correta, todavia, essa leitura rasa do texto constitucional, pelo menos se se considera que a liberdade de informação mereceu disciplina destacada no capítulo dedicado à comunicação social. (Gilmar Mendes – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 225-226)

O constituinte não pretendeu instituir aqui um domínio inexpugnável à intervenção legislativa. [...] É fácil ver, assim, que o texto constitucional não excluiu a possibilidade de que se introduzam limitações à liberdade de expressão e de comunicação, estabelecendo, expressamente, que o exercício dessas liberdades há de se fazer com observância do disposto na Constituição. Não poderia ser outra a orientação do constituinte, pois, do contrário, outros valores, igualmente relevantes, quedariam esvaziados diante de um direito avassalador, absoluto e insuscetível de restrição. (Idem, ibidem, p. 227)

Com isso, Mendes procurava evitar que a vedação textual da Constituição em relação à censura fosse vista fora do seu contexto, pois a própria Carta determina que as liberdades serão garantidas em consideração de outros preceitos constitucionais, como outros direitos da personalidade. Essa *possibilidade de regulação* da imprensa é somada à explícita defesa da *intervenção mediadora do Estado*, que pode regular a expressão e a imprensa, inclusive como visto pela determinação constitucional de controle do

anonimato, direito de resposta e ofensas a direitos da personalidade (Carlos Alberto Menezes Direito – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 92-93).

Além disso, alguns ministros destacaram também que, mesmo com o veto constitucional à censura, seria necessário *proibir manifestações que não condizem com a democracia*, como os discursos preconceituosos (Joaquim Barbosa – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 113) e os discursos de ódio (Celso Mello – ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 159).

Por fim, uma última divergência substancial trata da *possibilidade de intervenção jurídica sobre a publicação da imprensa*, como destacado pelo próprio relator:

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (RELATOR) - Ministro Celso de Mello, por um dever de honestidade intelectual, pelo que percebo estamos dissentindo, por entender que essa ponderação diante de uma colisão entre direitos de personalidade a Constituição já fez em favor da liberdade de imprensa. E Vossa Excelência remete o juízo de ponderação para o Poder Judiciário. (Debate - ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 204)

A discordância sobre as justificativas ou sobre essas limitações, entretanto, não impediram que a maioria dos juízes decidisse pela não recepção da Lei de Imprensa em sua totalidade pela Constituição Federal, o que significa que seus princípios e normas não podiam continuar em aplicação após a redemocratização. Entretanto, essa diversidade de argumentos sobre a limitação da liberdade de imprensa em relação a outros direitos seguiria em debate em outras decisões, levando, por vezes, à prevalência de argumentos mais liberais e, por outras, de argumentos mais conservadores, como será discutido na seção a seguir e no capítulo posterior.

9.2. Exigência de diploma e registro para jornalistas

Menos de dois meses depois, outro “resquício do regime de exceção” foi analisado no julgamento do recurso extraordinário RE 511.961/SP, em 17/06/2009. O Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (SERTESP) demandava que parte do decreto-lei nº 972/1969, que regula a profissão de jornalista¹⁰³, fosse descartada pelo mesmo princípio da Lei da Imprensa: pela “não-recepção” (RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 1) constitucional de uma lei formulada pela ditadura que possibilitava uma ilegítima intervenção do Estado na liberdade de imprensa. A questão

¹⁰³ Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm

específica envolvia o artigo 4º, inciso V, que determina a obrigatoriedade do registro de jornalistas e de sua formação em curso específico de ensino superior.

Pode-se considerar que o julgamento foi dividido em duas linhas de debate: a possibilidade de controle do Estado sobre atividades da imprensa; e a necessidade de formação específica para jornalistas. É importante destacar que o argumento sobre o veto do controle estatal sobre a imprensa contido no acórdão caracteriza essa interferência como “censura prévia”, pois os artigos 5 e 220 da Constituição

[...] não autorizam o controle, por parte do Estado, quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, *controle prévio* que, em verdade, caracteriza *censura prévia* das liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição. A impossibilidade do estabelecimento de controles estatais sobre a profissão jornalística leva à conclusão de que não pode o Estado criar uma ordem ou um conselho profissional (autarquia) para a fiscalização desse tipo de profissão. (RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 3)

O relator, o ministro Gilmar Mendes (p. 67), destaca que até mesmo a obrigatoriedade da qualificação profissional como pré-requisito para a função de jornalista tolhe a liberdade de expressão, garantida pela Constituição. A maioria dos ministros do STF acolheu esse raciocínio, determinando o descarte da obrigatoriedade do registro e do diploma de jornalista. Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia (p. 94) destaca que, inclusive, durante a maior parte da ditadura militar, esse decreto também não seria possível de ser editado, pois a Constituição de 1967 e a emenda n. 1, de 1969, não permitiam à presidência decretar normas além da segurança nacional, das finanças públicas e da nomeação de funcionários. É de peculiar interesse que, além do argumento do interesse coletivo, mais uma vez é retomada a condenação das circunstâncias de aprovação do decreto-lei original – mas, dessa vez, o espírito de controle dessa lei é esmiuçado de forma mais aprofundada pelo relator:

O Decreto-Lei n.º 972, também de 1969, foi editado sob a égide do regime ditatorial instituído pelo Ato Institucional n.º 5, de 1968. Também assinam este Decreto as três autoridades militares que estavam no comando do país na época: os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferiu o Ato Institucional n.º 16, de 1969, e o Ato Institucional n.º 5, de 1968. Está claro que a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão tinha uma finalidade de simples entendimento: afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime militar. Fica patente, assim, que o referido ato normativo atende a outros valores que não estão mais vigentes em nosso Estado Democrático de Direito. Assim como ficou consignado naquele julgamento, reafirmo que não só o Decreto-Lei n.º 911/1969, como também este Decreto-Lei n.º 972/1969 não passaria sob o crivo do Congresso

Nacional no contexto do atual Estado constitucional, em que são assegurados direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos. (Gilmar Mendes – RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 93)

Partindo da paternidade militar desse decreto, Mendes apresenta sua leitura sobre o objetivo velado dessa lei: controlar, por reserva de mercado, o acesso de outros intelectuais às páginas da imprensa, em um controle das condições de publicação de textos. Ainda assim, não é possível esquecer o argumento – contemplado no próprio relatório anterior de Mendes (p. 9) – de que colaboradores ainda podem publicar artigos, sendo vedada somente a função de reportagem, edição e outras que dependeriam de técnicas próprias do jornalista. Esse argumento sobre a liberdade de expressão e de imprensa ainda garantida pela possibilidade dos colaboradores foi, inclusive, um dos argumentos acatados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que havia revertido a decisão de primeira instância a pedido da União, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Sindicato dos Jornalistas, para voltar a exigir a obrigatoriedade do registro e do diploma.

Anteriormente, já na primeira instância, o argumento vencedor se aproximava da segunda linha de contestação proposta anteriormente: a qualificação profissional do jornalista era necessária?

A profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica, eis que não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade, diferentemente das profissões técnicas (a de Engenharia, por exemplo), em que o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior pode vir a colocar em risco a vida de pessoas, como também ocorre com os profissionais da área de saúde (por exemplo, de Medicina ou de Farmácia). O jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com a frequência a uma faculdade (muito embora seja forçoso reconhecer que aquele que o faz poderá vir a enriquecer tal formação cultural), mas sim pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional. Em segundo lugar, porque o exercício dessa atividade, mesmo que exercida por inepto, não prejudicará diretamente direito de terceiro. Quem não conseguir escrever um bom artigo ou escrevê-lo de maneira ininteligível não conseguirá leitores, porém, isso a ninguém prejudicará, a não ser ao próprio autor. Assim, a regulamentação, pelo que depreendo, não visa ao interesse público, que consiste na garantia do direito à informação, a ser exercido sem qualquer restrição, através da livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação. (Decisão de 1ª instância – RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 61-62).

Ao sintetizar parte da decisão de 1ª instância acima em seu relatório, Mendes tende a reforçar todos os pontos que erodem a preponderância da formação específica, como a defesa do aprendizado prático e cotidiano, além da formação cultural, como mais prementes do que a formação acadêmica. Além de listar diversos jornalistas

reconhecidos pela excelência de seu trabalho, mesmo sem formação acadêmica na área (p. 77), Mendes também destaca o argumento do Ministério Público Federal, que considera “como requisitos principais para ser um bom jornalista” características que podem soar até subjetivas, como “bom caráter, ética e o conhecimento sobre o assunto abordado”, o que não poderia ser visto, nessa polêmica leitura, como “matérias a serem aprendidas na faculdade, mas no cotidiano de cada indivíduo, nas suas relações intersubjetivas, de forma que o exercício da profissão em comento prescinde de formação acadêmica específica” (p. 15). Esse argumento é atacado pelo ministro Marco Aurélio Mello (p. 131), que teme hordas de jornalistas despreparados e com formação simplória, “que terão, de regra, o nível médio e, quem sabe, até apenas o nível fundamental”.

Mas, de particular interesse no trecho acima é a negação de risco a terceiros – o juiz de primeira instância contrasta o jornalista com médicos ou engenheiros, que ainda demandam registro e formação pelo potencial impacto de suas atividades na vida coletiva. No trecho acima, a decisão de primeira instância afirma que o único afetado pela eventual imperícia jornalística seria o próprio profissional, que perderia leitores. Entretanto, esse argumento foi ponderado pelo relator e outros ministros, que destacaram que o jornalismo possui sim uma responsabilidade social devido ao impacto das informações veiculadas sobre o público e, particularmente, sobre indivíduos afetados diretamente pelas imagens, histórias e opiniões publicadas:

É certo, assim, que o exercício abusivo do jornalismo implica sérios danos individuais e coletivos. Porém, mais certo ainda é que os danos causados pela atividade jornalística não podem ser evitados ou controlados por qualquer tipo de medida estatal de índole preventiva. Como se sabe, o abuso da liberdade de expressão não pode ser objeto de controle prévio, mas de responsabilização civil e penal, a posteriori. (Gilmar Mendes – RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 75)

Ao negar o controle prévio e só acatar a responsabilização posterior, retomava-se o debate iniciado semanas antes no julgamento da Lei de Imprensa. Como solução para a necessária responsabilização dos jornalistas, Mendes (p. 75) sugere a autorregulação como caminho mais harmônico em relação à proteção constitucional da liberdade de imprensa que veta a censura, além da procura, por parte dos profissionais que não detenham qualificação acadêmica própria, por fontes que a tenham: “dados técnicos necessários à elaboração da notícia (informação) deveriam ser buscados pelo jornalista em fontes qualificadas profissionalmente sobre o assunto” (p. 64).

Como visto no início deste capítulo, entre a censura prévia e a responsabilização, havia uma terceira leitura no STF, que sugeria uma abordagem ainda mais favorável à Liberdade de Imprensa. Mais uma vez coube ao ministro Ayres Britto ecoar sua visão radical a partir de suas memórias sobre o debate desse julgamento semanas antes – uma linha de raciocínio que podia ser até caracterizada como *absolutista*, considerando-se os argumentos empregados para defender a proteção do Estado:

As matérias nuclearmente de imprensa não podem ser objeto de nenhum tipo de lei. São matérias tabu para o Estado-legislador.

Quem relativizou a liberdade de imprensa, no que foi seguido por alguns Ministros, dizendo que na Constituição não há direitos absolutos; quem iniciou uma relativa divergência quanto ao meu ponto de vista foi o Ministro Menezes Direito em seu belo voto. Mas eu persisti na minha ideia central de que, naquilo que é elementarmente de imprensa, a liberdade é absoluta. Tão absoluta quanto outros direitos de índole igualmente constitucionais, como, por exemplo: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" - direito absoluto; "liberdade de consciência" — direito absoluto; "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado" — direito absoluto; o direito de o brasileiro nato não ser extraditado — direito absoluto; o caráter direto e secreto do voto popular em eleições gerais — direito absoluto.

Mas acompanho Vossa Excelência, Senhor Presidente, no sentido de que a exigência de diploma não salvaguarda a sociedade a ponto de justificar restrições à liberdade de exercício da atividade jornalística, expressão sinônima de liberdade de imprensa.

Eu até diria, sem receio de incorrer em demasia nesse campo, nessa matéria objeto deste recurso: a salvaguarda das salvaguardas da sociedade, o anteparo dos anteparos sociais é não restringir nada. (Carlos Ayres Britto – RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 118-119)

Essa leitura de que a liberdade de imprensa seria um direito acima de outros revela-se ainda mais subversiva nesse trecho, pois Ayres Britto colide diretamente com a leitura dos outros ministros, para quem não existiriam quaisquer direitos absolutos. A réplica de Britto é polêmica ao afirmar que existiriam, sim, direitos absolutos, como o veto à tortura (como já sinalizado na abertura desta parte final) e à extradição de brasileiro nato, o direito ao voto secreto, além da liberdade de consciência e de associação, às quais ele soma a liberdade de imprensa. A conclusão do trecho acima – “a salvaguarda das salvaguardas da sociedade, o anteparo dos anteparos sociais é não restringir nada” –, entretanto, está longe ainda do consenso. Como será discutido no capítulo a seguir, em alguns casos, a retórica liberal e os preceitos constitucionais fundamentais não conseguiram permitir que a liberdade de imprensa superasse as limitações interpostas por demandas de controle escoradas em outros direitos.

10. IMPEDIMENTOS TÉCNICOS, BRECHAS E EXCEÇÕES

Este o ponto nuclear da questão, à face de uma lógica especificamente referida à interação da imprensa livre com um público-alvo cada vez mais em condições de se posicionar à moda de filtro ou peneira do que lhe chega como informação ou como conhecimento pronto e acabado. Lógica encampada pela nossa Constituição de 1988, e prescientemente captada pelo inglês William Pitt (1759/1806), para quem "à imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si própria"; pelo norte-americano Thomas Jefferson (1743/1826), autor da afirmação de que, se lhe fosse dado escolher entre um governo sem jornais e jornais sem um governo, não hesitaria em optar por esta última fórmula, e pelo francês Alexis de Tocqueville (1805/1859), ao sentenciar que, numa democracia, o modo mais eficaz de se combater os excessos de liberdade é com mais liberdade ainda. A imprensa, então, cabalmente imunizada contra o veneno da censura prévia, como lúcida e corajosamente pregou o poeta John Milton, em 1644, no seu famoso discurso "A Aeropagítica" (discurso lido perante a suprema corte do parlamento inglês, transformado em livro pela Editora Topbooks, edição de 1999). A imprensa livre a viabilizar, assim, o ideal daqueles que, à semelhança de Gluksman, veem a liberdade como um rio impetuoso cujo único anseio é não ter margens. Não ter margens fixas - penso que seria melhor dizer -, pois a autorregulação da imprensa nunca deixa de ser um permanente ajuste de limites em sintonia com o sentir-pensar de uma sociedade civil de que ela, imprensa, é simultaneamente porta-voz e caixa de ressonância. Não só porta-voz, não só caixa ressonância, mas as duas coisas ao mesmo tempo.

– Carlos Ayres Britto (ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 34-35)

Em contraste com os discursos de superação dos anos do controle estatal sobre a expressão pública e o consequente descarte de normas abusivas desse período autoritário, outros casos que envolvem o debate sobre censura e liberdade de imprensa acabaram por encontrar um desfecho nem sempre tão libertário.

O que este capítulo propõe são quatro leituras a partir desse fenômeno. Em primeiro lugar, ao tratar de normas gerais, o debate tende a se aproximar mais do plano ideal; e, com isso, os argumentos favoráveis a maior liberdade tendem a vencer as exceções e particularidades de sua aplicação específica. Já em um segundo momento, ao tratar de casos concretos, as especificidades e pormenores dessas normas gerais, por vezes, encontram limitação em relação a outros direitos, o que leva à difícil tarefa de julgar qual deve prevalecer em cada caso. Em terceiro lugar, o Supremo Tribunal Federal, em sua tendência de proteção das pessoas, talvez consiga ser mais incisivo no bloqueio das tentativas de controle por parte do Estado – como foi visto no capítulo anterior e também será o foco, fora da imprensa, nos próximos dois capítulos – do que nos casos em que envolvem indivíduos contra outros indivíduos – foco deste capítulo. Finalmente, o descarte da tradição autoritária também pode ser mais factível ao se tratar de casos de leis evidentemente instituídas a serviço da ditadura anterior, ao contrário da mais complexa ponderação entre pressões que podem parecer até ameaçadoramente

liberais demais e um legado obscurantista, patrimonialista e autoritário dos pequenos censores pulverizados no seio da sociedade.

Para isso, o presente capítulo analisará nove casos específicos que envolveram o conflito entre a liberdade de expressão e práticas representadas pelos ministros ou pelos pleiteantes como censura – sejam proibições prévias ou punições em consequência do que foi publicado. Para sua melhor análise, foram agrupados em três trios, seguindo uma classificação que cruzou o tipo de demanda e seu resultado. A primeira seção, a seguir, tratará de casos que não reverteram a proibição de publicações como a revista *Você S/A* e os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. A segunda seção abordará casos em que punições anteriores contra veículos e jornalistas (*Areté Editorial*, *TV Bandeirantes* e *GCN*) foram confirmadas em casos de ofensa (respectivamente, contra Vanderlei Luxemburgo, Xuxa e um grupo de cabeleireiros transexuais de Franca), ao se negar o apelo ao STF como última instância. Por fim, serão discutidos os casos em que foram negadas as tentativas de punição por ofensa (de Marta Suplicy e Paulo Henrique Amorim, contra, respectivamente, Paulo Maluf e Daniel Dantas) ou as tentativas de censura de imagens (do empresário Law Kin Chong, que procurava impedir o televisionamento da sessão da CPI da Pirataria) – casos que adotaram argumentos divergentes em relação à tendência do STF ou já se iniciaram como exceções, partindo de demandas por controle e não, como todos os outros casos analisados por esta pesquisa, requerendo maior liberdade.

10.1. Pedidos para fim de proibição – negados

No início de 2003, a reportagem de capa da revista *Você S/A*, da Editora Abril, foi proibida de ser publicada devido ao pedido de leitura prévia e resposta de uma das empresas retratadas no relato. Sua edição 56, de fevereiro desse ano, trazia um editorial indicando a censura da reportagem sobre o mercado de recolocação profissional¹⁰⁴. Apesar de não nomeada nesse artigo, a liminar¹⁰⁵ que impediu a revista, acatada pela Segunda Vara Cível do Foro Regional XI (Pinheiros) do Tribunal de Justiça de São Paulo, identificava a empresa Dow Right Consultoria em Recursos Humanos, que

¹⁰⁴ REVISTA VOCÊ S/A. “Revista VOCÊ S/A é censurada”. *Você S/A*, 05/02/2003. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/785/noticias/revista-voce-s-a-e-censurada-m0045147>

¹⁰⁵ BASILE, Sidnei. “CENSURA TOGADA – Você S/A sob censura”. *Observatório da imprensa*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub120220032.htm>

conseguiu impedir a publicação até ler e responder previamente às denúncias de irregularidades, que negava.

Entretanto, o desconcertante pedido para o STF barrar essa censura prévia partiu não da revista sob censura, mas sim de um dos seus leitores. O advogado Miguel Arcanjo César Guerrieri apresentou um inesperado pedido de habeas corpus (HC 82.880/SP), em que declarava sofrer “violência sobre seu corpo intelectual e corpo psíquico” (p. 3) por não ter acesso ao conteúdo da revista. No acórdão, julgado em 23 de abril de 2003, o relator do caso, o ministro Carlos Velloso, destaca a impossibilidade do pedido, visto que “o habeas corpus visa a proteger a liberdade de locomoção – liberdade de ir, vir e ficar – por ilegalidade ou abuso de poder, não podendo ser utilizado para proteção de direitos outros” (p. 1). Com isso, o STF confirmou a avaliação do ministro Moreira Alves (p.6), que já negara o pedido urgente no domingo de carnaval de 2003:

No caso, porque teria sido imposta censura a uma determinada revista, estaria o paciente sofrendo 'ofensa à normalidade funcional do seu organismo do ponto de vista psíquico'. Não obstante o respeito que nos merecem os ilustres causídicos, a alegação não é bastante e suficiente para a caracterização da 'violência ou coação em sua liberdade de locomoção', requisito constitucional do habeas corpus (C.F., art. 5o, LXVIII).

A duas, porque não é mesmo caso de habeas corpus. Aqui seria cabível, fala-se em tese, o mandado de segurança, legitimada para a causa a Revista. Ao que parece, esta já adotou, no Juízo competente, as providências judiciais cabíveis. (Moreira Alves – HC 82.880/SP, 23/04/2003, p. 9)

Também causou surpresa o fato de o pedido ter indicado, entre seus coautores, o próprio presidente do STF, uma estratégia para o encaminhamento da demanda à corte que foi qualificada como sem “nenhum sentido” pelo ministro Moreira Alves (p. 9). Entretanto, como indicado no trecho acima, a revista já havia solicitado, simultaneamente, um pedido contrário à decisão de censura prévia, que inclusive já fora acatado, em 20 de março, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo – um dos três desembargadores que aceitaram o pedido da editora Abril, Rebello Pinho, justificou que condicionar a publicação da reportagem à leitura e direito de resposta prévios configuraria censura à liberdade de imprensa¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Entretanto, essa informação da liberação da reportagem não consta da decisão posterior do STF. Ver: PINHO, Débora. “TJ paulista barra censura prévia imposta à revista Você S/A”. **Consultor Jurídico**, 20/03/2003. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2003-mar-20/tj_paulista_autoriza_publicacao_noticia_voce_sa

Esse curioso caso pode soar absurdo em todo o seu desenvolvimento: a luta contra a censura partindo do direito de informação do leitor, e não (nessa instância) da liberdade de expressão ou da liberdade de imprensa; um pedido de habeas corpus sobre “sofrimento psíquico” pela impossibilidade da leitura de um texto, sem cerceamento à liberdade de movimento; a inclusão do presidente do STF como coautor, destacando sua responsabilidade como protetor constitucional para barrar a tentativa de censura; o descarte da demanda para impedir a proibição, mesmo quando a censura já não mais era autorizada – e a revista já estava, inclusive, nas bancas há semanas¹⁰⁷. Entretanto, talvez o mais surpreendente nesse caso seja uma demanda que nem consta do acórdão, no voto ou no debate no STF, mas que é destacada pelo site de notícias dessa corte, previamente ao julgamento:

No Habeas Corpus, o advogado requer que a matéria seja publicada na próxima edição da revista e que, de forma preventiva, na forma de salvo-conduto, o STF “afaste definitivamente qualquer ameaça de retaliação contra o paciente, a Editora Abril S/A, ou qualquer responsável pela publicação da revista ‘Você S/A’”. Por fim, Guerrieri pede a abertura de dois incidentes processuais tendo por objetivo, respectivamente, a investigação da ilicitude tratada pelo artigo 186 do Código Civil, bem como a edição de uma súmula que determine a extinção definitiva da censura no Brasil.¹⁰⁸

O ousado pedido por uma súmula – ou seja, uma decisão vinculante do STF a ser seguida por todas as instâncias inferiores da justiça – “que determine a extinção definitiva da censura no Brasil”¹⁰⁹ acabou com uma única resposta bastante reveladora: o silêncio. Nem sua negação foi possível, porque envolveria o pressuposto (tão evidente quanto subversivo) de que haveria censura no Brasil, e que ela não é negada pela justiça.

¹⁰⁷ O julgamento do STF foi realizado em 23 de abril de 2003, enquanto a reportagem já fora publicada na edição daquele mês, nas bancas desde o dia 10. Ver: VOCÊ S/A. “TJ derruba liminar da Dow Right em caso de censura contra a Você S/A”. **Você S/A**, 20/03/2003. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/tj-derruba-liminar-da-dow-right-em-caso-de-censura-contr-a-voce-s-a-m0068820> [Acesso em 28 de jan. 2015]. Entretanto, o mecanismo de busca da revista não indica a reportagem publicada (apesar de diversos sites replicarem seu conteúdo na íntegra), e as edições anteriores são acessíveis a partir de 2009.

¹⁰⁸ STF. “Advogado recorre ao Supremo contra ‘censura’ à revista Você S/A”. **STF**, 05/03/2003. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=60131&caixaBusca=N>

¹⁰⁹ Apesar de não poder ser localizado no site do STF (uma barreira infelizmente frequente nesse mecanismo de busca que dificulta a compreensão de alguns processos), o pedido de habeas corpus foi replicado em sites de cobertura legal. Ver: CONJUR. “Leitor recorre ao STF contra censura imposta à Você S/A”. Consultor Jurídico, 05/03/2003. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2003-mar-05/advogado_tenta_habeas_corpus_noticia_censurada?imprimir=1

O Globo e Garotinho

Em um debate que precedeu o julgamento da Lei de Imprensa, discutido no capítulo anterior, o Supremo Tribunal Federal avaliou, em 18 de setembro de 2002, o caso de censura ao diário carioca *O Globo*, proibido de divulgar fitas interceptadas que revelavam denúncias de corrupção que teria beneficiado o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB). O acórdão dessa medida cautelar em petição (Pet/MC 2.702/RJ), aprovado pela maioria dos ministros do STF, acabou confirmando a impossibilidade de o diário continuar a publicar sua série de reportagens com o conteúdo dessas gravações telefônicas vazadas:

Polêmica - ainda aberta no STF - acerca da viabilidade ou não da tutela jurisdicional preventiva de publicação de matéria jornalística ofensiva a direitos de personalidade; (b) peculiaridade, de extremo relevo, de discutir-se no caso da divulgação jornalística de produto de interceptação ilícita - hoje, criminosa - de comunicação telefônica, que a Constituição protege independentemente do seu conteúdo e, consequentemente, do interesse público em seu conhecimento e da notoriedade ou do protagonismo político ou social dos interlocutores. (Pet/MC 2.702/RJ, p. 1-2)

A “polêmica” a que se refere o acórdão envolve o problema que ainda dividiria opiniões, anos depois, no julgamento da Lei de Imprensa (como visto no capítulo anterior): o predomínio ou não da liberdade de imprensa sobre os direitos da personalidade e a possibilidade ou não de impedir potenciais ofensas pela proibição de publicações. Para o relator do processo, o ministro Sepúlveda Pertence (p. 18), com essa incerteza doutrinária e legal, “ainda não se pode divisar, no Brasil, uma orientação firme do Supremo Tribunal” sobre o tema, o que já “bastaria para fazer temerária a pretendida antecipação de tutela recursal”. Além disso, o relator defende que, ao contrário dos outros casos de conflito entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade, no caso específico de sigilo de comunicação, não seria preponderante o fato de Garotinho ser uma figura pública e que o conteúdo tenha eventualmente interesse público, e que seu sigilo deve ser protegido antes do julgamento final sobre o tema; pois, uma vez que chegar ao público, o dano a seu direito não poderá ser desfeito (p. 20). Com a mesma prudência, para evitar que o conteúdo das fitas que se pretendia proibir não se tornasse público pela própria documentação do STF, o relator também ordena “o desentranhamento do documento de fl. 219-266, destes autos (Parecer pericial do ISIT Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens) e seu apensamento, em envelope lacrado” (Relatório do ministro Sepúlveda Pertence Pet/MC 2.702/RJ, p. 22).

O elemento que destaca o caso, entretanto, é a decisão da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que negara o recurso do jornal contra a proibição. Ao refletir sobre o sentido da censura e o seu veto constitucional, o tribunal adota uma definição bastante restritiva do que seria censura, negando realizá-la ao proibir essa publicação:

Controle da legalidade da conduta dos órgãos da imprensa que não se confunde com censura, que é ato do Poder Público de Polícia, através de censores, e não do Judiciário.

Constituição Federal, ademais, que, mesmo que distorcido o conceito de censura nela previsto, só veda, no seu artigo 220, a censura “política, ideológica e artística” não a jurídica ou legal. (p. 5)

Em outras palavras, nessa definição (tão restrita quanto restritiva), censura seria somente a realizada, no passado, pelos policiais dessa divisão, mas não pelos juízes hoje. E os únicos vetos constitucionais incluiriam a censura política, ideológica ou artística, não a jurídica ou legal – mesmo em caso que evidentemente envolve representante político, como Garotinho. Em linha diametralmente oposta, o ministro Marco Aurélio Mello (p. 27-28) – na época, presidente do STF e, mais uma vez, voto vencido na defesa da liberdade de expressão – apontou que, nos conflitos entre a privacidade e o direito de informação, deveria prevalecer o interesse público, ponderando que o caso particular é de demarcada urgência, visto que Garotinho era então pré-candidato à presidência da república:

Na espécie dos autos, nota-se que, no tocante a alguém que se coloca como candidato à Presidência da República, surgiram certas fitas que, como salientado pelo ministro Celso de Mello, poderão ter sido conseguidas à margem da disciplina própria, numa interceptação de ligação telefônica – é algo a ser decidido –; aí se pretendeu a veiculação dessas fitas, que poderia gerar a responsabilidade. Voltamos, no entanto, a uma era anterior e passamos a ter, no cenário jurídico, algo de malefício, de consequências mais danosa do que aquelas que vivenciamos no passado, em que processava a censura prévia, administrativa. Houve a censura prévia judicial, colocando-se, em segundo plano, o que não poderia ser colocado em segundo plano, o direito de informar e, mais do que isso, o direito da coletividade, em quadra das mais importantes da vida nacional, ser bem informada, com os desdobramentos cabíveis, na hipótese de transgressão, de inobservância da necessidade de se veicular algo que se tem, pelo menos na impressão primeira, como verdadeiro. (Marco Aurélio Mello - Pet/MC 2.702/RJ, p. 28)

Em resposta indireta à decisão dos desembargadores estaduais, Mello critica que não é possível negar que tenha havido “censura prévia judicial” nesse caso; e, para isso, retoma mais uma vez o peso do legado autoritário de “uma era anterior”, mas vai além,

apontando que o retorno do controle “malefício” apresenta “consequências mais danosas do que aquelas que vivenciamos no passado, em que processava a censura prévia, administrativa”. Não se pode deixar de notar, curiosamente, que Mello também adota uma diferenciação entre a proibição contemporânea e a censura do passado, como os desembargadores estaduais; porém, seu contraste temporal evidencia uma continuidade, e não completo rompimento, ao continuar a adotar explicitamente o termo “censura prévia” para os dois momentos, distinguindo somente uma censura “administrativa” anterior e outra “judicial” nos dias de hoje – com maior peso e condenação para a segunda, sem absolver a primeira.

O Estado de S. Paulo e Fernando Sarney

Nesse caso, já exaurido anteriormente nos capítulos 2 e 3, é necessário somente acrescentar que o mérito do caso não foi alvo do julgamento, ou seja, o debate principal não focou se seria legítimo publicar informações vazadas em desrespeito ao sigilo de justiça pelo interesse público da denúncia de corrupção, nem se houve censura sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*. O que o relator Cezar Peluso (Rcl 9.428/DF, julgada em 10/12/2009, p. 6-10) procurou debater, sem disfarçar a simpatia pelo conteúdo do pleito do diário paulista, é que esse tipo de recurso não poderia ser acatado pelo STF. Como exposto no início de seu relatório, Peluso lembra que a reclamação só pode ser usada em caso de a proibição ao diário ter “desrespeitado a autoridade do acórdão proferido por esta Corte na ADPF n. 130” (p. 6). Para isso, é necessário que a decisão anterior – como visto, a que descartou a Lei de Imprensa – contivesse alguma determinação explícita que teria sido desrespeitada pelo outro julgamento sobre esse jornal em particular. E, na leitura de Peluso (pp. 9-10), não havia, na decisão sobre a Lei de Imprensa, nenhuma referência à predominância da liberdade de imprensa sobre o sigilo judiciário. Mesmo casos de “eventual ofensa à Constituição da República, por mais grave que prefigure ou seja o atentado contra direito fundamental ou liberdade institucional, não se lhe insere entre as causas taxativas de admissibilidade” (Voto do relator, o ministro Cezar Peluso – Rcl 9.428/DF, julgada em 10/12/2009, p. 7). A maioria dos ministros seguiu seu relatório, que levou à não admissão do pleito de *O Estado de S. Paulo* no STF seguindo essa prudência técnica – e o risco de precedente foi explicado no voto final do ministro Dias Toffoli (p. 109): se o STF acolhesse essa reclamação, seria obrigado a “analisar todas as ações sobre a temática da liberdade de imprensa em trâmite no Brasil”.

Entretanto, o mais revelador no caso talvez possa ser encontrado em um debate após o ministro Eros Grau (p. 53) ter superado essa discussão específica para avaliar o mérito, considerando que “é descabível, no caso, falar-se em censura judicial. Porque aí não há censura, há aplicação da lei”. Em seu voto, o ministro Celso de Mello procurou responder aos argumentos dos juízes que não viam o caso como censura – nem encontravam na decisão anterior o veto a proibições estatais.

Embora lamentando, não posso deixar de reconhecer que o exercício, por alguns juízes e Tribunais, do poder cautelar geral transformou-se em inadmissível instrumento de censura estatal, com grave comprometimento da liberdade de expressão, aí compreendida a liberdade de imprensa. Ou, em uma palavra: o poder cautelar geral é, hoje, o novo nome da censura!

Todas as observações que venho de fazer evidenciam que a decisão objeto da presente reclamação transgrediu a autoridade do julgamento plenário ora invocado, pela parte reclamante, como paradigma de confronto, eis que o tema da censura foi efetivamente abordado e plenamente examinado quando do julgamento plenário da ADPF 130/DF.

Enfatizo, Senhor Presidente, que eu próprio, no voto que proferi na ADPF 130/DF, fiz expressa referência à censura estatal, qualquer que tenha sido o órgão ou Poder de que tenha emanado esse ato (inadmissível) de cerceamento da liberdade de expressão. (Celso de Mello – Rcl 9.428/DF, julgada em 10/12/2009, p. 98-99)

Essa crítica severa à transformação das liminares no “novo nome da censura!”, vale lembrar, não estava ainda sob o foco principal da discussão, de que trata o último parágrafo acima. Entretanto, o voto do ministro Celso de Mello ecoou incomodamente entre os colegas que não viam o caso como censura, por implicá-los, indiretamente, no apoio ao cerceamento da imprensa:

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU - Vou pedir licença a Vossa Excelência só para fazer uma pequena observação, que me parece oportuna. Embora me sinta um pouco como se estivesse pronunciando, lembrando Roberto Schwarz, não uma ideia fora do lugar, mas um discurso fora do lugar.

Tudo que Vossa Excelência disse a respeito da censura, eu vivi, Ministro. Eu estava ao lado de Aldo Lins e Silva e Israel Febrot, impetrando mandados de segurança para tentar liberar peças de teatro. Depois, Ministro, eu vivi outras coisas ainda, em tempos mais duros e sofridos, que só eu sei. Agora, veja bem, o meu discurso não é fora do lugar, porque, realmente, acho que até ganhei legitimidade para isso, lutando contra a censura e pagando caro, viu Ministro. Mas aqui não estamos falando em censura, estamos falando na aplicação da lei e da Constituição. Perdoem-me - Vossa Excelência sabe do respeito profundo que tenho por Vossa Excelência -, eu sei que Vossa Excelência se entusiasma, mas é que eu comecei a me sentir meio oprimido.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - De modo algum.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU - Veja, Ministro, perdoe-me esse desabafo, mas não defendi a censura, muito pelo contrário. O que afirmei foi a liberdade. E aqui continuo a insistir em que a censura é a ausência de lei. E isso que se está a fazer aí é a aplicação da lei. Quero discutir isso, mas não no âmbito da reclamação. Porque, se eu admitir, amanhã a reclamação vai ser usada para oprimir também. E é contra isso tudo, é contra a opressão, sob qualquer das suas formas, que nós estamos aqui, Ministro.

O meu discurso não é um discurso fora do lugar. Perdoem-me.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - Ministro Eros Grau, antes de mais nada quero observar que a minha crítica não se dirige a qualquer dos eminentes Juízes desta Corte. A minha crítica dirige-se a certas práticas judiciais, de que a decisão ora reclamada constitui - a meu juízo - perigoso exemplo. A minha crítica dirige-se a esses magistrados que parecem não ter consciência dos novos tempos que estamos vivendo. (Rcl 9.428/DF, julgada em 10/12/2009, p. 103-104)

Ironicamente, o aparte de Eros Grau retoma mais uma vez o recorrente legado autoritário. Em sua fala, o ministro procura rememorar que ele também, no passado, lutou contra a censura, liberando peças, e sentia-se “oprimido” por ver-se entre os opressores que acatariam a censura. O ministro precisa demonstrar que não defendeu a censura, mas sim afirmou a liberdade, pois “a censura é a ausência de lei”, o que poderia ocorrer se essa ação fosse acatada. Assim como o relator, ele também acata esse debate sobre a proteção da liberdade de expressão, mas encontra-se impedido de fazer essa avaliação nesse caso específico. A resposta bastante respeitosa do ministro Celso de Mello leva em seu ventre, entretanto, uma acusação bastante direta: a de que a proibição ao jornal trata-se de um “perigoso exemplo” de decisões de “magistrados que parecem não ter consciência dos novos tempos que estamos vivendo” – o que indiretamente ecoa a referência de Grau às ideias fora do lugar.

10.2. Apelações contra punições por ofensa – negadas

Três decisões curtas envolvem o mesmo pedido e encontraram resultados e argumentações muito semelhantes: nos três casos, órgãos da imprensa recorrem ao STF para anular a condenação e o pagamento de indenização por ofensa à imagem de retratados em suas reportagens; nos três casos, a corte negou esses pedidos, considerando que a responsabilização posterior não envolve a censura e é legítima para a proteção contra abusos contra indivíduos que tenham se sentido legitimamente constrangidos.

Enquanto dois casos envolviam personalidades públicas, um deles é o único exemplo, no recorte dessa pesquisa, de indivíduos comuns, cuja vida não atrairia, por si só, interesse público. O conflito envolvia uma reportagem do *GCN*, de Franca (SP), sobre cabeleireiros transexuais que trabalhavam na cidade (ARE 685.495/SP, julgado em 16/04/2013). A decisão original – que se procurava recorrer no STF – sugeria uma análise da lógica semântica da reportagem para avaliar as supostas ofensas implícitas:

Ocorre que a reportagem, sem as cautelas de estilo, foi além, anunciando, desde o início, que se tratava de ‘histórias de quem luta para ser respeitado também à luz do dia’, como se à noite já houvesse necessidade de lutar por respeito, como o suposto transexual fotografado exercendo a prostituição no período noturno, associando, consequentemente, os requerentes ao ‘submundo dos travestis’ e à prostituição, com a afirmação, expressa, de que ‘nenhum dos personagens encontrados pela reportagem cresceu sonhando em ganhar a vida nas ruas’, sugerindo, então, que talvez ainda ganhassem, sendo que ‘todos, sem exceção, estão à margem da sociedade por falta de oportunidade e de aceitação do que eles querem ser: travestis’. Inegável ofensa, pois, à honra (em seus aspectos objetivo e subjetivo) dos requerentes, os quais negam ter concordado com sua pública exposição, em tais termos, na matéria jornalística em questão. (ARE 685.495/SP, 16/04/2013, p.4-5)

Além de contestar essa interpretação implícita das ofensas, para os representantes do jornal, “impor condenação por danos morais pelo exercício do direito de difusão de informações trata-se de FORMA VELADA DE CENSURA”. Entretanto, o relator do caso, o ministro Dias Toffoli (ARE 685.495/SP, 16/04/2013, p. 11), retoma a decisão da ADPF 130 sobre a Lei de Imprensa, que determinou ser “possível, em vista do vigente texto constitucional, a responsabilização, nas esferas penal, civil e administrativa, daquele que, ao veicular matéria jornalística, abusar da liberdade de imprensa, sem que referida sanção, aplicada a posteriori, configure censura”. O mesmo argumento foi adotado na recusa dos outros dois recursos, um da TV Bandeirantes contra o pagamento de indenização à apresentadora Xuxa por exibir imagens antigas de seus ensaios em revistas femininas (ARE 758.478/RJ, julgada em 16/09/2014); e outro da Areté Editorial, que publica o jornal esportivo *Lance!*, contra o pagamento de indenização por críticas consideradas ofensivas ao técnico de futebol Vanderlei Luxemburgo (ARE 650.931/SP, julgada em 26/06/2012).

10.3. Proibições e punições negadas

Entre os dois pedidos de punição negados pelo STF, o primeiro veio com o julgamento do habeas corpus pedido para Marta Suplicy (PT), que era acusada de calúnia por Paulo Maluf (PP), quando ambos concorriam à prefeitura de São Paulo, em 2002. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, a candidata do PT chamara seu concorrente de “nefasto” ao comentar denúncias de desvio de dinheiro público na prefeitura de São Paulo e remessas ao exterior envolvendo aliados de Maluf (HC 81.885/SP, julgado em 03/09/2002, p. 2). O relator, o ministro Maurício Corrêa (p. 3-4), destaca, das decisões anteriores, o contexto necessário para compreender a intenção da fala que trouxe incômodo: é necessário considerar a “histórica rivalidade existente entre Paulo Maluf e

o Partido dos Trabalhadores, acentuada por divergências ideológicas e críticas políticas”, o que deixaria claro que “a contundência” das afirmações precisa ser lida em meio ao “clima emocional inerente ao embate político, sem qualquer intenção de insultar”. Uma distinção importante entre imputar crimes e comentar denúncias alheias também é acatada pelo relator e pela unanimidade da corte:

É manifesta a falta de justa causa para o prosseguimento da ação penal, não estando essa conclusão subordinada ao exame de fatos e provas, exatamente porque a conduta incriminada resumiu-se a simples avaliação acerca dos dividendos políticos que a paciente [Marta Suplicy] poderia obter caso se confirmassem as denúncias feitas pela ex-primeira dama do Município Nicéia Pitta sobre a existência de conta bancária no exterior, mantida pelo querelante [Paulo Maluf]. Por óbvio, mero comentário motivado por acusação formulada por outrem não significa imputação falsa da prática de crime. (HC 81.885/SP, 03/09/2002, p. 8)

Quanto aos últimos dois casos, trata-se de exceções dignas de nota: dos 18 processos avaliados, são os únicos que não chegam ao STF com pedidos de maior liberdade ou revisão de punições, demandando, ao invés, maior controle, seja com indenização posterior ou com a proibição prévia.

Um deles parte do mesmo princípio que foi negado a *O Estado de S. Paulo*, mas com foco diferente: uma reclamação ao descumprimento da autoridade superior do STF, no caso do descarte da Lei de Imprensa, com a ADPF 130. Entretanto, dessa vez não se tratava de censura prévia, nem de caso de sigilo, mas de uma indenização requerida pelo banqueiro Daniel Dantas por ofensas cometidas pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em seu blog *Conversa Afiada*. A defesa do jornalista afirmava que o volume da indenização pretendida – e finalmente negada em unanimidade pelo STF – não podia deixar de ser vista como censura por inibição financeira, “restringindo com exorbitante condenação o exercício da atividade jornalística do reclamante, utilizando-se de viés financeiro para inibi-lo, e consequentemente censurá-lo” (RCL 15.243/RJ, 18/11/2014, p. 7).

É importante destacar que o relatório e o voto do ministro Celso de Mello se distanciam mais uma vez da leitura de seus colegas (como visto na seção anterior deste mesmo capítulo), ao apresentar uma defesa efusiva da liberdade de imprensa, fato que é destacado explicitamente, em tom de crítica, em seu voto:

Vale registrar, por sumamente relevante, ao menos para efeito de tutela cautelar, o fato de que, em situações idênticas à que ora se examina, eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, fazendo prevalecer a eficácia vinculante derivada do julgamento da ADPF 130/DF, sustaram decisões judiciais que haviam ordenado a

interdição, claramente censória, de matérias jornalísticas divulgadas em órgãos de imprensa ou, como sucede na espécie, que haviam condenado jornalistas ao pagamento de indenização civil. (Celso de Mello – RCL 15.243/RJ, 18/11/2014, p. 17)

A leitura do trecho escancara a avaliação de que ministros do STF teriam sido coniventes com decisões de instâncias inferiores que conseguiram, assim, continuar com a interdição “claramente censória” de conteúdos da imprensa ou com condenações de jornalistas que podem, como no presente caso, serem retratadas como *censura inibitória por indenização*.

Tenho sempre destacado, como o fiz por ocasião do julgamento da ADPF 130/DF, e, também, na linha de outras decisões por mim proferidas no Supremo Tribunal Federal [...] que nada mais nocivo, nada mais perigoso do que a pretensão do Estado de regular a liberdade de expressão (ou de ilegitimamente interferir em seu exercício), pois o pensamento há de ser livre, permanentemente livre, essencialmente livre...

Todos sabemos que o exercício concreto, pelos profissionais da imprensa, da liberdade de expressão, cujo fundamento reside no próprio texto da Constituição da República, assegura, ao jornalista, o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e em tom contundente, contra quaisquer pessoas ou autoridades. (Celso de Mello – RCL 15.243/RJ, 18/11/2014, p. 10-11)

Nessa mesma linha, Mello (p. 16) procura evitar a “repressão à crítica jornalística, mediante condenação judicial ao pagamento de indenização civil”, o que é vedado ao Estado, com a explícita inclusão do poder judiciário, que “não dispõe de poder algum sobre a palavra, sobre as ideias e sobre as convicções manifestadas pelos profissionais dos meios de comunicação social”. E, se aproximando da argumentação vencedora no caso de Marta Suplicy acima, reforça a doutrina sobre a tolerância em relação a comentários mais mordazes publicados pela imprensa, em particular quando tocam figuras públicas – que tampouco precisam ser representantes eleitos:

É por tal razão que a crítica que os meios de comunicação social, inclusive em ambiente digital, dirigem às pessoas públicas, por mais acerba, dura e veemente que possa ser, deixa de sofrer, quanto ao seu concreto exercício, as limitações externas que ordinariamente resultam dos direitos da personalidade.

É importante acentuar, bem por isso, que não caracterizará hipótese de responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística cujo conteúdo divulgar observações em caráter mordaz ou irônico ou, então, veicular opiniões em tom de crítica severa, dura ou, até, impiedosa, ainda mais se a pessoa a quem tais observações forem dirigidas ostentar a condição de figura pública, não importando se investida, ou não, de autoridade governamental, pois, em tal contexto, a liberdade de crítica qualifica-se como verdadeira excludente anímica, apta a afastar o intuito doloso de ofender. (Celso de Mello – RCL 15.243/RJ, 18/11/2014, p. 14)

Essa leitura da liberdade de imprensa ainda conseguiu prevalecer sobre sua crítica no último caso analisado dentro dessa classificação de demandas frustradas de controle. O empresário Law Kin Chong procurava impedir a transmissão televisiva do seu depoimento na CPI da Pirataria, para evitar que críticas ou denúncias concernentes a seus negócios pudessem ser televisionadas, ferindo sua imagem. O relator do caso, o ministro Cezar Peluso (MS/MC 24.832/DF, 18/03/2004, p. 27), acatou esse argumento, criticando a “inquisição” parlamentar e destacando que algumas sessões do legislativo podem ser secretas, para proteção da intimidade dos depoentes (p. 30).

Seria truísmo, Sr. Presidente, dizer que o direito à publicidade, assim como qualquer direito, inclusive o direito à vida, não é absoluto. Não há direitos absolutos no ordenamento e na ordem jurídica, e sua restrição não pode, portanto, configurar ultraje e direito à informação, muito menos censura prévia. Estamos pura e simplesmente, Sr. Presidente, diante de um caso clássico de colisão aparente de direitos, que se resolve na delimitação dos âmbitos materiais de eficácia, diante da particularidade da hipótese. (Cezar Peluso – MS/MC 24.832/DF, 18/03/2004, p. 30)

Essa linha de raciocínio choca-se com a prevalência da liberdade de imprensa defendida por outros ministros em casos posteriores, como a lista de direitos absolutos – entre os quais a imprensa – apresentada por Ayres Britto no já analisado caso do fim da obrigatoriedade do registro de jornalistas, cinco anos depois. Entre os ministros mais propensos a defender, nesse caso, o veto à proibição, o ministro Carlos Velloso talvez tenha apresentado a mais sistemática crítica ao argumento relativista da censura, ao analisar o 2º parágrafo do artigo 220 da Constituição, que diz que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”:

Há quem sustente, por exemplo, que a censura, no ponto, é qualificada. É dizer: ela ocorreria naquelas questões de natureza política, ideológica e artística. Não ocorreria, por exemplo, em se tratando de censura de bons costumes. Arguem outros, que a regra geral, entretanto, não qualifica a censura. Respondem os primeiros, com bons argumentos, é elementar em hermenêutica que a norma especial afasta a norma geral naquilo que ela está dispondo a respeito da questão específica. Mas não precisamos entrar nesse debate. Podemos afirmar que a Constituição não quer e não deseja a censura, proíbe a censura e quer que os excessos sejam resolvidos, a posterior, nos Tribunais. (Carlos Velloso – MS/MC 24.832/DF, 18/03/2004, p. 65)

De todas as doutrinas apresentadas nos julgamentos analisados, essa questão sobre a qualificação da censura talvez seja a que apresenta um potencial mais inovador e igualmente pouco explorado pelos juristas. Afinal, trata-se de uma leitura restritiva (“qualificada”) dos casos em que a censura seria vedada, possibilitando o cerceamento

além do controle político, ideológico ou artístico? Ou a regra geral preponderante seria o veto a qualquer proibição; dentre as quais, são citadas, de forma não exaustiva, a política, ideológica e artística? Esse raciocínio é poderoso, pois revela que os que defendem o controle em certos casos estariam, sim, defendendo um tipo de censura, ainda que de uma qualidade diferente das vetadas explicitamente pela Constituição. Enfrentando essas críticas de seus pares, Peluso havia justamente procurado demonstrar de que forma uma proibição poderia não ser censura prévia:

Faço uma observação: de que censura prévia estamos falando, se o de que se trata é, pura e simplesmente de não permitir que se associe à imagem da pessoa, ou a projeção de sua personalidade, acusação partida de um órgão constitucional que não tem poder para prejulgar ninguém? Que censura prévia há nisso, Ministro? É só para não publicar a fotografia do cidadão como réu já condenado. (Cezar Peluso – MS/MC 24.832/DF, 18/03/2004, p. 63)

Entretanto, o argumento do relator acabou por ser derrotado pela lógica e pela prática. No plano das ideias, Sepúlveda Pertence (p. 71) ecoou o argumento vencedor ao demonstrar sua “perplexidade” em tentar barrar o acesso de parte da imprensa a uma sessão que seria aberta ao público. Mas talvez o argumento mais forte tenha sido destacado pela ministra Ellen Gracie Northfleet (p. 46), que apontou que, enquanto os ministros debatiam fechados em sua corte se aprovavam ou não a cobertura televisiva do depoimento na CPI, a poucos metros de sua sede, a TV Câmara e outras emissoras já exibiam o conteúdo do depoimento, desafiando a proibição liminar que seria definida com o resultado desse julgamento. Como nos outros casos analisados neste capítulo, por vezes, as circunstâncias particulares acabavam por influenciar o controle ideal dos limites da liberdade de expressão – e brechas acabavam por abrir espaço entre as leis, permitindo o controle proibido ou vetando a expressão da autoridade.

11. TUTELA SOBRE DEFESA E CRÍTICA

É notória, por certo, a importância que a liberdade de expressão representa para o regime democrático, inclusive como instrumento para fomentar debates e “assegurar o combate intelectual de opiniões”. [...] Não é verdade, contudo, que o constituinte concebeu a liberdade de expressão como direito absoluto, insuscetível de restrição, seja pelo Judiciário, seja pelo Legislativo. Há hipóteses em que essa acaba por colidir com outros direitos e valores também constitucionalmente protegidos. Tais tensões dialéticas precisam ser ponderadas a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade. Em síntese, a aplicação do princípio da proporcionalidade se dá quando verificada restrição a determinado direito fundamental ou um conflito entre distintos princípios constitucionais de modo a exigir que se estabeleça o peso relativo de cada um dos direitos por meio da aplicação das máximas que integram o mencionado princípio da proporcionalidade.
 – Gilmar Mendes (ADI 5.136/DF, 01/07/2014, p. 5-6)

No dia 1º de julho de 2014, a Copa do Mundo chegava ao final das oitavas de finais com sua 56ª partida, quando o STF finalmente julgou uma ação direta de inconstitucionalidade do PSDB contra a o §1º do art. 28 da Lei Geral da Copa, que determinava que, no acesso aos estádios, “é ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana”¹¹⁰. Apesar de a competição já estar a menos de duas semanas de seu final, os ministros do Supremo debateram se, com essa formulação, estaria reforçada a garantia constitucional à liberdade de expressão ou, pelo contrário, se estaria ela sofrendo restrição – e se essa eventual limitação seria legal.

O problema central era o suposto condicionamento da liberdade “plena” somente no caso da “defesa da dignidade da pessoa humana”. Para o ministro Marco Aurélio Mello (ADI 5.136/DF, 01/07/2014, p. 21), a forma como a cláusula determinava a liberdade condicionada ao respeito à dignidade exigia uma nova interpretação, para abarcar também as outras expressões que não tivessem como objetivo essa defesa: “além da ressalva compreendida no preceito, tem-se as demais manifestações não violentas, ainda que não direcionadas, de forma direta e concreta, à preservação da dignidade da pessoa humana”. Como sintetizado pelo ministro Luís Barroso Roberto, a lei “proíbe, no estádio, que sejam entoados xingamentos, o que é uma pretensão de normatizar o impossível”.

O relator, o ministro Gilmar Mendes (ADI 5.136/DF, 01/07/2014, p. 6), também destacou que “deve ser vedada qualquer espécie de censura injustificada e desproporcional à liberdade de expressão, como já assentado por esta Corte em diversos

¹¹⁰ Lei n. 12.663, de 5 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm

outros julgados”. Entretanto, acabou adotando a recorrente estratégia de temperar o sabor amargo da prática de controle em caso específico com a defesa retórica da liberdade de expressão em geral, e considerou que a lei apresentava uma limitação necessária às circunstâncias do campeonato:

As restrições impostas pelo art. 28 da Lei Geral da Copa parecem enquadrar-se nesses três requisitos. Trata-se de limitação específica aos torcedores que comparecerão aos estádios em evento de grande porte internacional que reúne pessoas de diversas nacionalidades e que, portanto, precisa contar com regras específicas que ajudem a prevenir confrontos em potencial.

O legislador, no caso, a partir de juízo de ponderação, parece ter objetivado limitar manifestações que tenderiam a gerar maiores conflitos e a atentar não apenas contra o evento em si, mas, principalmente, contra a segurança dos demais participantes.

Várias dessas restrições já haviam, inclusive, sido inseridas ao Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/2003) pela Lei n. 12.299, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre “medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião das competições esportivas”.

Ao contrário do defendido na inicial, o dispositivo impugnado não parece constituir limitação à liberdade de expressão, mas sim ressalva a indicar que as demais manifestações são permitidas. (Gilmar Mendes, ADI 5.136/DF, 01/07/2014, p. 21).

Com a concordância da maioria dos ministros, o STF considerou legítimo esse limite à expressão pública dos torcedores de forma a defender a dignidade dos grupos presentes à competição, tentando promover um espaço de convivência harmônica nos estádios, evitando confrontos. Esse artigo da Lei Geral da Copa, vale destacar, determinava que esse respeito à dignidade na expressão pública era condição para o “acesso e permanência” nos estádios. Pretendia-se, com isso, deixar o conflito do lado de fora dos gramados, nas palavras de ordem dos manifestantes, ou no embate corporal entre os atletas em campo.

Talvez fosse difícil defender, como fez o ministro Marco Aurélio Mello, as expressões que não se alinhassem com a dignidade humana – mas é necessário torcer genuinamente seguindo essa cartilha? O sacrifício prévio da expressão em casos radicais – como a discriminação e a incitação à violência, nesse caso – compensa pelos possíveis ganhos – ou por evitar eventuais danos? Este capítulo e o próximo, ao contrário dos dois anteriores, avaliarão os (poucos) casos de censura que tratam da liberdade de expressão de forma geral, e não somente a liberdade de imprensa. Como será visto, a harmonização dos discursos libertários e a delimitação do controle nesses casos tendem a ser ainda mais problemáticas, quando se deixa o terreno protegido institucionalmente da imprensa e caminha-se por expressões que parecem incomodar por deixar de lado a seriedade jornalística, em conflitos que deixam claro a complexa

proteção da liberdade de crítica e de defesa de ideias ante mecanismos de regulação legal – particularmente envolvendo interesses político-partidários, foco dos três casos a seguir.

11.1. Proselitismo em comunitárias

Em uma democracia que se orgulha da tolerância religiosa em uma era tão conturbada, surpreende o fato de que um dos casos de controle sobre a expressão envolva justamente discursos religiosos – em que a fé é censurada, e não censora. Entretanto, as especificidades da ação direta de inconstitucionalidade (ADI 2.566/DF, 22/05/2002) movida pelo Partido Liberal contra parte da Lei do Serviço de Radiodifusão Comunitária¹¹¹ revelam um dos casos mais complexos envolvendo proibição de determinadas expressões, defesa de opiniões e regulação de serviço público, intermeando discursos religiosos e partidários. O parágrafo 1º do artigo 4º dessa lei veda o proselitismo de qualquer natureza em rádios comunitárias, abrindo o tema para avaliação se essa proibição representaria ou não censura. O relator do caso, o ministro Sydney Sanches, posicionou-se no recorrente debate sobre a predominância ou não de hierarquia entre direitos, destacando em seu acórdão (p. 1) que “não há direitos absolutos, ilimitados e ilimitáveis”. Assim, a lei vetaria simplesmente a apropriação indevida de uma concessão pública com finalidade comunitária por um grupo particular que procurasse expandir sua base eleitoral ou de fiéis, pois cabe ao poder público concessionário:

Assegurar que a utilização desse meio de comunicação não se faça de forma ideológica, de defesa de dogmas, de persuasão em favor desta ou daquela ideia. Tratando-se de atividade voltada para o desenvolvimento geral de comunidade, bairro ou vila, portanto pequenos grupos de pessoas que necessitam de mecanismos que estimulem a integração e a capacitação de cidadãos no exercício do direito de expressão, o grau de violação à liberdade de pensamento e de crença seria ainda mais perverso se omissão fosse o Estado. Nesse sentido a proibição legal ora questionada se faz. De forma geral e sem distinções, veda-se uma atividade que o legislador entendeu capaz de gerar sectarismo ou divisão, claramente incompatível com atividade de radiodifusão comunitária, voltada para objetivos educacionais, culturais, informativos e, principalmente, de interesse comunitário. Reveste-se a vedação legal, na verdade, em inequívoca proteção ao livre exercício da liberdade de consciência e de crença. (Sydney Sanches – ADI 2.566/DF, 22/05/2002, p. 10-11)

¹¹¹ Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm

O argumento empregado pelo relator realiza um reposicionamento do debate, defendendo que não se trata da predominância do controle estatal sobre a liberdade de expressão político-religiosa, mas de um conflito entre liberdade de consciência, informação e expressão de toda a comunidade contra a “persuasão” que favorecesse ilegalmente uma perspectiva sectária em detrimento de outras. Assim, Sanches defende que são “absolutamente diferentes os conceitos de livre expressão e tentativa de conversão” (p. 12), e deve-se atentar para o fato de que as rádios comunitárias são concessões públicas de características bastante particulares, que devem atender demandas de todo o coletivo, e não somente de um segmento que teria voz na defesa de suas perspectivas religiosas ou partidárias:

Na verdade, o dispositivo visou apenas a evitar o desvirtuamento da radiodifusão comunitária, usada para fins a ela estranhos, tanto que, ao tratar de sua programação, os demais artigos da lei lhe permitiram a maior amplitude e liberdade, compatíveis com suas finalidades. [...] Quis, portanto, o artigo atacado, tão somente afastar o uso desse meio de comunicação como instrumento, por exemplo, de pregação político-partidária, religiosa, de promoção pessoal, com fins eleitorais, ou mesmo certos sectarismos e partidarismos de qualquer ordem. (Acórdão – ADI 2.566/DF, 22/05/2002, p. 1)

Apesar do inovador argumento, o relatório não consolidou o consenso entre os ministros, sendo aprovado pela maioria de votos que essa lei continue em vigor até julgamento final do mérito da demanda na corte. Entre os ministros que divergiram, mais uma vez, encontra-se a defesa ampla da liberdade de expressão pelo ministro Celso de Mello:

No contexto de uma sociedade fundada em bases democráticas, torna-se imperioso reconhecer que temas de caráter teológico ou concepções de índole filosófica - que busquem atribuir densidade teórica a ideias propagadas pelos seguidores de qualquer fé religiosa - estão, necessariamente, fora do alcance do poder censório do Estado, sob pena de gravíssima frustração e aniquilação da liberdade constitucional de crença e de disseminação (sempre legítima) das mensagens inerentes às doutrinas confessionais em geral. (Celso de Mello – ADI 2.566/DF, 22/05/2002, p. 37)

Mais uma vez, ressurgem o temor da interferência do Estado sobre liberdades individuais, o que pode ser considerado ainda mais condenável por tratar da liberdade religiosa, questão de foro íntimo e tão central à representação da identidade brasileira de tolerância. E, da mesma forma, ressurgem o incômodo dos ministros que apoiam a medida de controle ao se verem representados entre os que defendem a censura:

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - [...] Não me atribua estar autorizando censura prévia. Evidentemente não é o caso. Em censura prévia, há sim, uma proibição absurda.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Fazemos leituras diferentes. [...] Para mim, nele há uma censura prévia. Antecipadamente, considerado o programa, proíbe-se. O que é isso, a não ser a censura prévia? A meu ver, o mal maior está em censurar-se, em breçar-se a veiculação, como disse, de algo que é um direito/dever, ou seja...

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, só quero explicitar que o meu voto não autoriza nenhuma forma de censura prévia, como poderia parecer ao leitor desavisado, a partir do raciocínio de V.Exa. Vedar determinada manifestação de palavra não é, por si só, autorizar censura prévia. (Debate – ADI 2.566/DF, 22/05/2002, p. 43)

É interessante que, no trecho acima, a questão em debate torna-se a própria definição do que seria a censura – ou do que ela não seria. Para Marco Aurélio Mello, não é possível negar a uma proibição antecipada a pecha de censura prévia. O ministro Sepúlveda Pertence, entretanto, enfrenta dificuldades em definir o que seria então essa proibição “absurda”, o que é evidenciado pela ênfase de sua réplica final em diferenciar-se dos que defendem a autorização da censura, construindo uma definição em negativa: se “vedar determinada manifestação de uma palavra não é, por si só, autorizar censura prévia”, poderia ser possível questionar o que seria então – e qual seria a diferença entre a censura prévia e o determinado pela lei ainda em vigor.

11.2. Eleições: propaganda e humor

Assim como no caso anterior, outra ação direta de inconstitucionalidade (ADI 2.677/DF, 26/06/2002) também tratava do limite à defesa partidária em um veículo de concessão pública. Entretanto, o particular nesse caso é que o veto envolvia não as ideias propagadas, mas as pessoas que pretendiam disseminá-las. Três partidos políticos que se aliavam nas eleições presidenciais de 2002 – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) – demandaram ao STF o descarte do inciso I do 1º parágrafo do artigo 45 da Lei 9.096, que veda, na propaganda partidária gratuita de rádio e TV, “a participação de pessoa filiada a partido que não o responsável pelo programa”¹¹². O objetivo da demanda dos três partidos, como sinalizado pelo ministro Nelson Jobim (p. 13), era poder contar com o então pré-candidato à presidência nessa coligação, Ciro Gomes (PPS), em seus programas partidários antes do horário eleitoral.

¹¹² Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm

Assim, os representantes dos pleiteantes acusavam que nem a lei nem o Tribunal Superior Eleitoral poderiam determinar “quem deve ou não participar da propaganda partidária gratuita, sob pena de manifesta agressão à liberdade constitucional”, além do fato de que as coligações são autorizadas pela legislação eleitoral, então seria somente justo divulgá-las com a participação de filiados dos partidos envolvidos (p. 3).

Mas essa linha não foi contemplada pelo relator, o ministro Maurício Corrêa, que avaliou como legítima a lei e o veto à participação de filiados de outros partidos para garantir as condições de igualdade entre os candidatos. O relator também destacou que a propaganda deve seguir o interesse público, pois é justamente financiada pela coletividade e deve a ela servir:

Referida propaganda destina-se à divulgação das ideias e dos interesses de determinado partido político, o que afasta a presença de pessoas estranhas aos seus quadros, limitando o privilégio para que não se desvie dos reais objetivos. [...] De fato, a violação dessa regra acabaria por desigualar as forças políticas em determinada eleição, visto que, antes mesmo do período reservado à propaganda eleitoral, a coligação já poderia apresentar-se aos eleitores sob o disfarce de programa partidário, o que se revela inaceitável. Por outro lado, se todos os partidos pudessem usar dessa prerrogativa, indiscriminadamente, não mais haveria razão para a instauração oficial de programas eleitorais, com data para iniciar e terminar. Nessa hipótese, poderia até ocorrer a esdrúxula situação de candidato de coligação apresentar-se em cinco programas diversos, enquanto outro não coligado manifestar-se apenas no seu próprio partido. (Maurício Corrêa – ADI 2.677/DF, 26/06/2002, p. 7)

Por outro lado, alguns ministros, como Marco Aurélio Mello (p. 17), discordaram que a aparição de filiados de outros partidos poderia ser censurada, visto que a punição determinada pela lei seria a perda desse horário no semestre seguinte, evitando-se, assim, a censura prévia – em mais uma edição da divisão do debate entre argumentos a favor das punições posteriores e defesas da possibilidade da proibição prévia.

Humor e eleições

O último caso a ser descrito neste capítulo também envolve um conflito sobre a liberdade de expressão no que toca os interesses políticos e partidários – o que poderia evidenciar um grande foco do STF sobre esse tema, ao lado da liberdade de imprensa, discutida nos dois capítulos anteriores. É também um caso exemplar, pois um elemento da expressão que não necessariamente concerne à imprensa acabou por ser justificado a

partir de argumentos que enfatizavam a predominância dessa crítica jornalística, ao invés dos direitos gerais de expressão indiferenciada.

Essa ação direta de inconstitucionalidade (ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010), apresentada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), procurava proteger os direitos de seus filiados em exibir programas de sátira envolvendo representantes ou candidatos a cargos políticos durante o período eleitoral. A Lei 9.504/1997 proibia, nos incisos II e III do art. 45, o uso de “trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito”, além de “veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”¹¹³.

Esse caso apresenta uma exceção importante em relação a todos os outros analisados ao, explicitamente, mencionar manifestações populares que procuravam atrair atenção ao tema e, indiretamente, pressionar o tribunal na direção da liberação dos conteúdos embargados (Ayres Britto, ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 21): em seu voto, o ministro Dias Toffoli (ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 39) menciona “uma (já famosa) passeata de artistas do humor, que foi a causa simbólica do ajuizamento adrede desta ação direta declaratória”. O caso também retoma a discussão sobre a especificidade das concessões de rádio e TV, adiantada no início deste capítulo, e suas limitações políticas em nome do respeito ao interesse público:

O próprio texto constitucional trata de modo diferenciado a mídia escrita e a mídia sonora ou de sons e imagens. O rádio e a televisão, por constituírem serviços públicos, dependentes de “outorga” do Estado e prestados mediante a utilização de um bem público (espectro de radiofrequências), têm um dever que não se estende à mídia escrita: o dever da imparcialidade ou da equidistância perante os candidatos. Imparcialidade, porém, que não significa ausência de opinião ou de crítica jornalística. Equidistância que apenas veda às emissoras de rádio e televisão encamparem, ou então repudiarem, essa ou aquela candidatura a cargo político-eletivo. (Acórdão – ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 3-4)

Os sentidos adotados para “imparcialidade” e “equidistância” são essenciais para a argumentação que acatou a demanda da Abert, permitindo a expressão, que era antes vetada, por diferenciar esses dois preceitos da ausência de opinião: trata-se somente de equilíbrio entre partes, mas que não pode vedar a crítica. O relator, o ministro Ayres Britto (p. 14), destaca também o paradoxo de considerar que “a liberdade de imprensa

¹¹³ Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

mantém uma relação de mútua dependência com a democracia”, e sofre “contraturas justamente na época em que a democracia mesma atinge seu clímax ou ponto mais luminoso”. Ou seja, durante as eleições, a liberdade de expressão e de imprensa devem ser preservadas justamente por seu papel de influência positiva no processo de escolha de candidatos, com a divulgação de informações e pontos de vista sobre os temas discutidos. Nas poucas palavras do acórdão (p. 3): “processo eleitoral não é estado de sítio”.

Entretanto, a utilização dos argumentos de proteção da liberdade de imprensa enfrentou resistência de outros ministros, que destacaram o problemático processo da trucagem das imagens e sons pela edição, o que poderia, em uma leitura mais estreita, romper com o que é esperado da linguagem jornalística mais sisuda. O ministro Dias Toffoli (p. 71) apontou que a lei não proibia a divulgação de notícias – papel próprio da imprensa –, mas a manipulação técnica da cobertura sobre os candidatos, evitando “transformar a imagem do candidato ou a própria verdade dos fatos em algo inverídico”, violando a Constituição. A ministra Cármen Lúcia também retomou o debate sobre a limitação das indenizações posteriores, que foi descrito até aqui, apresentando um novo argumento a partir da perspectiva particular dos candidatos que tenham sido prejudicados por excessos durante o período turbulento das eleições:

Como reparar o candidato a determinado cargo político que se vê derrotado nas urnas em decorrência de notícia ou crítica inverídica ou cujo conteúdo seja caracterizado como conduta vedada pela legislação eleitoral? Fixa-se um montante indenizatório? Baseado em quê? No salário do cargo para o qual concorreu? Seria esse o único objetivo do candidato, ou seja, ganhar salário? E como associar a derrota do candidato à conduta vedada praticada [sic] por instituição midiática? (Cármen Lúcia – ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 90)

Além dessa crítica, alguns ministros, como Ricardo Lewandowski (p. 30), lembraram que após mais de uma década não haveria registro no Tribunal Superior Eleitoral de punições envolvendo o artigo discutido, colocando em xeque o temor inibitório de sua prescrição. Para Toffoli (p. 75), “se algum programa de humor deixou de veicular algo, não foi por censura do Estado e sim por autocontrole de seus próprios dirigentes”, ou seja, “se censura havia, era autoimposta”.

Esses argumentos foram rebatidos, entretanto, pela ponderação de Marco Aurélio Mello (p. 117) de que outras instâncias inferiores, como os tribunais estaduais, poderiam utilizar-se dessa limitação para punições que tenham escapado dos levantamentos dos juízes que pretendiam mostrar a ausência de ameaça nessa lei. Além

disso, Gilmar Mendes (p. 30) também criticou o “efeito censório que tem dispensado até a intervenção da Justiça” – ou seja, o temor da punição teria inibido a expressão livre e causado autocensura, que não deve ser considerada como menos danosa.

Por fim, o argumento vitorioso foi sintetizado pela ministra Cármen Lúcia, em sua crítica do cerceamento potencial dessa lei como uma prática que não pode deixar de ser classificada como censura:

Ao vedar, previamente, a trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degrade ou ridicularize candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito parece haver uma imposição de cerceamento prévio em contrariedade ao disposto no art. 220, caput e §§ 1º e 2º, da Constituição do Brasil. A dizer, no ponto, a lei cria “embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”, além de impor “censura de natureza política, ideológica e artística”.

Censurar é repreender, desaprovar e por conta desta admoestação impedir.

A censura é a mordaza da liberdade. Se legítimo ou não o acanhamento da liberdade é o que se há de verificar, porque o direito à liberdade está delineado com suas restrições no sistema jurídico. (Cármen Lúcia – ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 86)

Com a maioria dos votos dos ministros, o acórdão aprovado defendeu, assim, a interessante tese do “dever de omissão estatal” na intervenção sobre a expressão em momento tão importante quanto o processo eleitoral, visto que qualquer grau de controle pode ser visto como tentativa de manipular seus resultados: “não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas” (p. 1). O acórdão também escora a importância da tolerância democrática ante os potenciais excessos, defendendo a “utilidade social do labor jornalístico a compensar, de muito, eventuais excessos desse ou daquele escrito, dessa ou daquela charge ou caricatura, desse ou daquele programa” (p. 2).

Por fim, uma última crítica do longo e aprofundado voto do ministro Dias Toffoli deve ser alvo desta análise, por ser um voto que denuncia uma transformação do próprio papel (e dos limites) dos juízes:

Tenho muito receio da *principiolatria*, que, no início deste novo século, parece substituir a antiga *legislatria*. Fala-se hoje em uma nova figura jurídica, a *legisprudência*, um direito nascido da mescla – muitas vezes espúria – entre as **fontes democráticas da atividade legislativa** e a **criação jurisprudencial livre**. Esse papel de agente ponderador, que escolhe entre valores, deve ser **primordialmente** cometido ao Legislativo. O juiz pode e deve interpretar o Direito com referência a valores. Isso não é mais posto em causa. No entanto, não se pode usar dos **princípios** como meio de substituição da vontade geral da lei pela vontade hermética, esotérica de um juiz, que, em diversas situações, busca modelos teóricos para ajustar exteriormente as conclusões internas a que ele chegou por meios

obscuros e de impossível sindicância por critérios de aferição universal. (Dias Toffoli [grifos no original] – ADI/MC-Ref 4.451/DF, 02/09/2010, p. 57)

Essa dicotomia sintetiza um fenômeno essencial para compreender não só as mudanças do controle comunicativo pelo judiciário, mas deve ser lida também como uma reflexão sobre as novas práticas de juízes que refletem sobre (e expandem) os limites de sua função de controle legal. De certa forma, a crítica apresentada por Toffoli, no trecho acima, alinha-se à discutida neste trabalho: deve ser papel dos juízes ocupar o espaço legislativo de construção e escolha de novos valores? Ao abandonar a “legislatria”, os juízes criticados por Toffoli ocupam um papel que não detêm, expandindo direitos a partir de sua interpretação legal de princípios – a “principiolatria”. Entretanto, como argumentado neste trabalho, o que fazer quando os outros poderes, como o legislativo e o executivo, encontram-se presos a interesses imobilizadores? Talvez os juízes encontrem dificuldade em negar-se o papel de intermediadores ante as demandas sociais sobre controle de comunicação, que não encontram outros caminhos para sua expressão e acabam canalizadas para o judiciário – uma tentação muito grande para ser negada, visto que trata-se justamente de determinar os limites sobre a expressão pública e dos novos direitos que surgiram durante a abertura democrática, que ainda encontram dificuldade para cristalizarem-se sem o devido respaldo legal.

12. DISPUTAS SOBRE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA OU PROIBITIVA

“O Ministro de Estado da Justiça, a pretexto de regulamentar, teria extravasado os limites próprios à regulamentação e adentrado o campo do cerceio à liberdade de expressão” – ministro Marco Aurélio Mello (ADI 2.398/DF, 25/06/2007, p. 6)

Herdeira da antiga estrutura estatal que censurava diversões públicas, a classificação indicativa passou a sofrer o mesmo escrutínio que impõe sobre as obras audiovisuais que pretende avaliar: não está bem definido se a classificação seria somente uma “indicação”, como sugere seu próprio nome, ou se a imposição de punições como multas poderia envolver um retorno de práticas de censura travestidas sobre o manto do Estado de direito democrático. O mecanismo da classificação indicativa é bastante claro e transparente e, sobre ele, não restaria dúvida (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006; 2012) – trata-se de uma decupagem sistemática de toda a produção audiovisual para avaliar sua adequação a diferentes públicos etários devido à presença de conteúdos considerados indevidos por tratarem de sexo, violência ou drogas. Porém, o Supremo Tribunal Federal não avalia atualmente seus mecanismos, mas são os seus princípios que foram colocados em cheque ao se questionar a fundamentação jurídica para a imposição de punições como multas.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitou que o STF avaliasse como inconstitucional a portaria 796, do Ministério da Justiça, que, em 8 de setembro de 2000, determinava os princípios da classificação indicativa de produtos audiovisuais. Nessa ação direta de inconstitucionalidade (ADI 2.398/DF, julgada em 25 de junho de 2007), o relator Cezar Peluso sintetiza os argumentos dos representantes da OAB:

Faltaria ao Ministro da Justiça competência para regular diversões e espetáculos públicos, a qual teria sido conferida, pelo art. 224 da Constituição da República, a um “Conselho de Comunicação Social”; [...] o conteúdo da Portaria implicaria censura prévia e restrição à liberdade de expressão artística, na medida em que estabeleceu horários específicos para exibição de determinados programas de televisão, bem como ofensa ao princípio de legalidade, pois a adoção de critérios restritivos para horários e faixas etárias de espetáculos e diversões públicas dependeria de lei federal. (Relatório do ministro Cezar Peluso – ADI 2.398/DF, 25/06/2007, p. 6)

Entretanto, o relator contrapõe e acata o argumento do Ministério da Justiça, que afirma “não se poder confundir classificação indicativa ‘tratada sob o ângulo orientador’ e em termos de razoabilidade, com censura” (relatório do ministro Cezar Peluso - ADI

2.398/DF, julgada em 25 de junho de 2007, p. 7), além de considerar que competiria ao Conselho de Comunicação Social somente um papel consultivo para concessões públicas de rádio e TV. Vale destacar que, na época do julgamento, esse conselho sequer estava instalado: apesar de previsto na Constituição de 1988, desde sua instituição simplesmente burocrática, em 1991¹¹⁴, o órgão ligado ao Senado só funcionou entre 2002 e 2006, sendo reativado apenas em 2012.

A complexidade de considerar o caso como censura dividiu os ministros, com uma substancial resistência de metade dos presentes, como o ministro Marco Aurélio Mello (p. 12), para quem “o Ministro de Estado da Justiça, a pretexto de regulamentar, teria extravasado os limites próprios à regulamentação e adentrado o campo do cerceio à liberdade de expressão”. Durante o debate, também o ministro Eros Grau (p. 20) justificou sua divergência a partir da problemática obrigatoriedade da regulação: “é, numa disposição que, no meu modo de ver, é inconstitucional, porque deixa de ser meramente indicativa e passa a ser obrigatória”. Com o impasse de cinco votos a favor e cinco contra, foi necessário o voto de desempate da presidente na época, a ministra Ellen Gracie Northfleet, que concordou com o relatório e descartou o questionamento da constitucionalidade da classificação indicativa. É bastante interessante o debate que se seguiu ao voto do ministro Sepúlveda Pertence a favor do relatório e, portanto, contra a acusação de inconstitucionalidade, pois trata justamente do cerne da questão sobre o sentido de censura acolhido no debate:

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro Sepúlveda Pertence, não é bem assim. O que há de novo é a submissão do que deva ser veiculado à autoridade administrativa, que, então, passa a exercer censura prévia. Na portaria anterior [a ser analisada a seguir] havia diversos itens, mas não esse relativo à apresentação das fitas, dos filmes, dos programas para censura prévia.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Censura é a proibição de divulgação, Excelência; se não há essa proibição.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Qual é a consequência da submissão prévia?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Para se fazer a classificação indicativa é óbvio que se tem de conhecer o que vai ser veiculado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E para indicar qual é o horário em que deve ser veiculado.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU - Mas não é isso que está escrito aqui. O que está escrito aqui é o seguinte: "Sujeitam-se à responsabilidade pelo descumprimento à legislação e às normas regulamentares vigentes os programas classificados [...]".

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (RELATOR) - Então, mas é isso mesmo, Ministro Eros Grau. Transpõe os limites do poder regulamentar. (ADI 2.398/DF, 25/06/2007, p. 32-33)

¹¹⁴ Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18389.htm

Surge, nesse debate, o cerne da questão, que supera a reclamação original da OAB sobre as restrições de horários e faixas etárias serem encaradas como censura. Para além do controle sobre a exibição final, os ministros colocam também em dúvida a obrigatoriedade prévia de submissão à avaliação estatal, na crítica de Marco Aurélio Mello. Nas suas respostas, o ministro Sepúlveda Pertence aponta a necessidade lógica de que a classificação presume a análise prévia do que será exibido, o que nem sempre é factualmente realizado pelo Ministério da Justiça (2012, p. 43), que também recebe autotclassificações prévias de programas ao vivo, por exemplo, sem a necessidade (nesse caso impossível) de submissão prévia ao crivo governamental, que só é realizado posteriormente em casos de descumprimento dos critérios prometidos e inadequação. Esse debate coloca em colisão, portanto, duas visões sobre censura bastante diferentes: por um lado, para Sepúlveda Pertence, censura seria somente “a proibição de exibição”; por outro lado, os ministros divergentes, como Marco Aurélio, questionam o fato de que o próprio mecanismo de submissão prévia pode resultar em censura, que não pode ser realizada pelo Estado.

Apesar de a primeira corrente ter sido vitoriosa nesse embate em 2007, essa não foi a primeira vez – nem a última – em que a Classificação Indicativa foi alvo de questionamentos sobre sua constitucionalidade. Devido aos critérios de restrição temporal e coleta por palavras-chave, expostos na metodologia desta pesquisa, essa foi a única decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema a ser selecionada previamente, mas a compreensão sobre o sistema brasileiro de classificação indicativa demanda a expansão desse recorte para incluir dois outros casos, ainda mais considerando-se que esse debate ainda está aberto a novas visões que podem erodir a sustentação legal da classificação indicativa, justamente pelas transformações por que passou o conceito de censura.

12.1. O tabu da ~~censura~~: quem indica o que é controlado?¹¹⁵

¹¹⁵ Alguns dos trechos desse capítulo já foram publicados em: PAGANOTTI, Ivan. “O tabu da censura: análise de uma campanha para que você ‘Não se engane’ sobre a classificação indicativa”. *Rumores* (USP), v. 6, n.2, p. 124-145, 2012. Disponível em: http://www.rumores.usp.br/pdf/rumores12_8.pdf [Acesso em 26 jan. 2014]; PAGANOTTI, Ivan. “Terror mutilado: *Halloween*, adequado à classificação indicativa”. In: ESTUDOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL SOCINE – Anais de Textos Completos. São Paulo: Socine, 2012, p. 576-586. Disponível em: <http://www.socine.org.br/anais/2012/AnaisSocine2012.pdf> [Acesso em 26 jan. 2014].

A primeira vez que foi colocada em dúvida a recém-criada classificação indicativa foi em julgamento do STF, em 20 de junho de 1991, sobre a ADI 392/DF¹¹⁶, que questionava o poder do Ministério da Justiça em determinar os critérios para sua classificação. Esse julgamento se deu poucos anos após o fim oficial da censura estatal e sua transmutação no sistema da classificação indicativa, como já discutido na seção 7.2. Em seu voto, o ministro Celso de Mello chega a considerar se o órgão governamental estaria extrapolando seus limites legais, impondo critérios sem consulta pública e sem a sustentação de lei aprovada no Congresso:

A imposição unilateral, por via administrativa, desses critérios, sobre tornar veementes, por completo - é a consequência a que esse gesto parece conduzir - o livre exercício da manifestação do pensamento, além de representar uma inobservância explícita - por seus efeitos igualmente nocivos - da “fórmula proibitiva da censura”. (Celso de Mello [grifo original], ADI 392/DF, 20/06/1991, p. 14)

Apesar da forte acusação de censura contra o Ministério da Justiça, o ministro acabou por seguir a mesma leitura do relator dessa ação, o ministro Marco Aurélio Mello (p. 7), que, dessa vez, não acatou a demanda do pleiteante original - o Partido Socialista Brasileiro (PSB) -, que deixara de demarcar o fato de que esses critérios encontravam, sim, ancoragem legal no artigo 74 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que inviabilizou a ação original, aos olhos do STF.

Recentemente, a constitucionalidade da classificação indicativa voltou a ser alvo de questionamento com a ADI 2404, também por um partido político - o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dessa vez, o problema principal emanava do artigo 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que impede emissoras de “transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação”, o que pode levar a “multa de vinte a cem salários de referência”; em casos mais graves, seria possível inclusive “determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias”.

¹¹⁶ Apesar de, infelizmente, não ter sido selecionada na coleta inicial dessa pesquisa, seguindo os processos desenvolvidos no capítulo sobre a metodologia adotada, essa decisão anterior foi citada no debate entre o novo relator, o ministro Cezar Peluso, e o relator da demanda anterior, o ministro Marco Aurélio Mello; e, por isso, é aqui analisada. Seu inteiro teor está disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266332>

O suspense sobre a questão é mantido desde o final de novembro de 2011, quando o ministro Joaquim Barbosa interrompeu¹¹⁷ esse julgamento ao pedir vistas nesse processo que considerava a legalidade das punições do sistema de classificação indicativa a partir da fundamentação desse artigo do ECA¹¹⁸. O julgamento foi interrompido logo depois que três de seus colegas (os ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Ayres Britto) seguiram o voto do relator Dias Toffoli a favor da medida colocada em questão a pedido do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acatando a tese de que as emissoras não podem ser punidas por exibir programação “em horário diverso do autorizado” – o trecho do art. 254 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) a ser considerado inconstitucional –, pois a classificação deve ter somente caráter “indicativo”, como diz seu próprio nome:

Há, sim, censura prévia, já revelada na necessidade de submissão da programação de rádio e de televisão à autoridade administrativa, a qual, por sua vez, não apenas exercerá a classificação indicativa, no sentido de informar a faixa etária e os horários aos quais “não se recomend[a]” (conforme prevê a Constituição), mas de impor e condicionar, *prima facie*, a veiculação da programação no horário autorizado, sob pena de incorrer em ilícito administrativo.

O que se faz, nesse caso, não é classificação indicativa, mas restrição prévia à liberdade de conformação das emissoras de rádio e de televisão, inclusive acompanhada de elemento repressor, de punição. O que se diz é: “a programação ‘X’ não pode ser transmitida em horário diverso do autorizado pela autoridade administrativa, sob pena de pagamento de multa e até de suspensão temporária da programação da emissora no caso de reincidência”. O que seria isso senão ato de proibição, acompanhado, ainda, da reprimenda?¹¹⁹

Enquanto esse trabalho é concluído, em janeiro de 2015, é difícil imaginar ainda o desfecho da questão – entretanto, seria tentador imaginar, que aos quatro votos já apresentados, poderá se somar ao menos o voto do ministro Marco Aurélio Mello, notório defensor da liberdade de expressão em outros casos de colisão de direitos (PRETZEL, 2008), além do ministro Ricardo Lewandowski, que seguiu seu colega na divergência do processo de 2007, ainda que de uma forma lacônica, o que impede considerar seus fundamentos particulares (ADI 2.398, p. 17). Da mesma forma, é importante destacar que outro ministro que costuma ser menos leniente em relação à liberdade de expressão, o ministro Gilmar Mendes encontrava-se impedido de votar no

¹¹⁷ Ver: “Suspendo julgamento sobre horário obrigatório para programas de rádio e TV”. **Notícias STF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=195122>

¹¹⁸ O processo da ADI 2404 – incluindo o voto do relator, o ministro Dias Toffoli – está disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=2404&classe=ADI&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>

¹¹⁹ TOFFOLI, Dias. “Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.404 Distrito Federal – voto do relator”, p. 30. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI2404DT.pdf>

tema¹²⁰. Ao se aproximar da metade dos votos dos juízes, a ADI 2404 pode colocar em xeque o instrumento coercitivo em respeito aos critérios e horários determinados pela classificação indicativa. Obviamente, a classificação indicativa pode continuar mesmo sem a possibilidade de multar casos de descumprimento de suas “indicações”. Porém, a condenação simbólica do instrumento punitivo como “censura”, como tem sido classificada pelos ministros do STF no julgamento, pode enfraquecer a legitimidade desse órgão ante os olhos do público.

Em evidente reação ao impasse no STF, e antevendo um possível revés à sua força coercitiva, o Ministério da Justiça procurou agir em duas esferas para reconstruir a legitimidade das práticas da sua classificação indicativa: nas salas de reunião, promoveu ou participou de eventos com organizações que representam formal ou informalmente o público para costurar e difundir apoio e sustentação para a classificação indicativa; simultaneamente, nas tribunas da imprensa, nas salas de cinema e na sala de estar dos brasileiros, difundiu artigos e campanhas publicitárias para defender a importância da classificação e diferenciá-la da censura. A página principal do site do Ministério da Justiça trazia notícias sobre audiência pública que, metonimicamente, representaria o desejo da sociedade que “apoia multa por descumprimento de classificação indicativa”, como é possível ver na Imagem 11, a seguir:

Imagem 11. Site do Ministério da Justiça sobre a Classificação Indicativa – captura de tela em 4 set. 2012. Disponível em: www.mj.gov.br/classificacao

¹²⁰ Como é possível verificar na decisão do julgamento interrompida pelo pedido de vistas do ministro Joaquim Barbosa. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=3087045&tipoApp=RTF>

Em artigos (CARDOZO; ABRÃO, 2012) ou entrevistas à imprensa, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, também procura reforçar sua interpretação sobre a constitucionalidade da classificação indicativa e sua diferença em relação às práticas de censura, eixo predominante na estratégia da campanha que o Ministério da Justiça (MJ) buscou orquestrar em resposta ao impasse no STF – ao mesmo tempo em que se procura influenciar essa corte indiretamente pelo clamor popular, que pediria a permanência da classificação:

As pessoas, às vezes, confundem conceitos. Uma coisa é a censura. É quando se impede alguém de apresentar um pensamento, apresentar um conteúdo de comunicação. É quando se corta, é quando se mutila uma situação em que a pessoa quer se comunicar. Outra coisa muito diferente é permitir a comunicação apenas indicando exatamente aquela faixa etária. Hoje, vivemos tempos de liberdade e é nesse contexto que temos que analisar a chamada classificação indicativa. (CARDOZO apud LIMA, 2012)

Ao indiretamente criticar a confusão de “pessoas” – entre as quais se implicariam os quatro ministros do STF citados anteriormente – que não saberiam diferenciar a “censura” que “corta”, “mutila” ou que “impede alguém de apresentar um pensamento” da permissão “indicando” as faixas etárias adequadas, revela-se o cerne do caráter também “indicativo” da campanha promovida pelo MJ. Se o poder de sanção encontra-se nas mãos do STF – que pode proibir as punições em casos de desrespeito à classificação indicativa –, o executivo esboça um recuo para reorganizar seus reforços: não mais ameaçando com punições, mas fortalecendo seu caráter paternalista ao apontar não só o que é adequado para qual faixa etária, mas qual seria o sentido apropriado para termos como “censura” ou “classificação indicativa”.

Nessa disputa, diferentes instâncias (audiência, mídia, judiciário, executivo, ONGs) concorrem para definir o sentido de práticas adequadas: quais públicos podem ter acesso a quais conteúdos? Quem pode determinar o que é ou não adequado? Quem pode definir as regras do jogo – e as punições quando elas são rompidas? Como convencer o público – ou impor argumentos – em casos de divergência sobre quem pode decidir sobre a visibilidade de temas polêmicos?

Para tratar desses questionamentos, é interessante ampliar a análise para abarcar também a estratégia adotada pelo Ministério da Justiça para conter os polêmicos sentidos atrelados ao termo ideologicamente carregado “censura” – como usado pelo relatório do STF em votação –, como uma suposta antípoda à terminologia

“classificação indicativa”. Para isso, primeiramente, será avaliada a campanha publicitária “Não se engane”, difundida, em 2012, como resposta à indefinição sobre a legitimidade da classificação indicativa desde o início do julgamento no STF, fornecendo argumentos visuais ao público sobre a ameaça que os conteúdos midiáticos podem apresentar para a inocência das crianças – e, com isso, fortalecendo os argumentos sobre a necessidade prática da classificação indicativa para barrar esse perigoso contágio audiovisual com sexo, violência e drogas.

Essa estratégia pode não ser bem-sucedida em reverter (e, principalmente, por ignorar) a comparação de termos inicialmente colocada em questão – se a “classificação indicativa” envolveria uma ação “inconstitucional”, seja ela uma prática de censura ou não. Além dessa alteração de temas em disputa, é necessário também avaliar a troca de arena de combate sobre a definição da legalidade da classificação – questionada pelos juízes no Supremo Tribunal Federal – para o palco midiático público – focando a legitimidade dessa classificação como uma “resposta” a anseios coletivos de maiores restrições sobre o conteúdo audiovisual potencialmente inadequado, ou como “solução” científica fundamentada em pesquisas e estudos sobre os efeitos deletérios da recepção dessas imagens.

A própria tática empregada pela campanha do Ministério da Justiça pode ser ela mesma classificada como “inadequada”, para não se dizer tardia ou de foco equivocado, por tratar de uma questão que parece “fugir ao público”: em um sentido, a questão não é decidida em um foro representativo como o legislativo, que pode sofrer mais diretamente a pressão popular; em outro sentido, a campanha aposta sobre a (ex)pressão popular justamente em uma questão que envolve colisões de interesse entre diferentes sentidos dessa própria liberdade de expressão. Ao sugerir uma pressão indireta da população (incentivada pelas campanhas publicitárias) contra os juízes que avaliam o caso, o Ministério da Justiça pode colocar em questão justamente o debate atual sobre o papel político do STF e tentar minar – ou fortalecer, caso sua causa seja atendida – a esperança depositada sobre a capacidade reformista dos ministros em interpretar (ou remendar) a constituição. Por outro lado, já se insinuaria um cenário de consumada inconstitucionalidade das punições, que a campanha parece prever o revés, apostando na pressão popular para a formação de novas táticas de pressão; dessa vez, sobre as próprias emissoras, constrangidas a manter o modelo de classificação indicativa mesmo sem a penalidade financeira do “poder público” e suas multas ameaçadoras (e agora ameaçadas), mas em respeito à pressão da audiência – ou seja, do poder “do” público.

O sentido do controle audiovisual

Tanto o espetáculo que oferece violência, sexo e drogas para atrair as massas sedentas por sangue e prazer quanto a arte repelida pelo público ao tratar dessas mesmas questões em abordagens viscerais apresentam um problema particular quando se trata da oferta desses conteúdos a públicos vulneráveis e em formação, como crianças e adolescentes. Citelli (2010) destaca que, desde o começo do século XX, já havia uma preocupação sobre efeitos potencialmente negativos na formação moral das audiências:

No plano interno dos Estados Unidos, tratava-se de preservar a saúde moral dos jovens, supostamente incapazes de separar o joio do trigo, impotentes para discriminar o certo e o errado, frágeis em seu aparelho perceptual, sugestionáveis e prontos para cometer os possíveis desatinos e transgressões eventualmente expostos pela ficção televisiva, noticiários e programas de humor. Vale dizer, a questão residia em circundar as novas gerações, vigiando os mediadores de imaginários, símbolos, representações, a fim de que não provocassem desvios de condutas, comportamentos, levando as audiências juvenis a assimilarem valores não condizentes àqueles preconizados pelo *one way of life*. (CITELLI, 2010, p. 71)

Essa abordagem formativa – preocupada com a deformação moral ou visualizando os potenciais didáticos dos meios de comunicação de massa em promover educação remota em escala industrial – revela a preocupação com a necessidade de *disciplinar* a mídia: de um lado, seria necessário controlar o indesejado, contendo as manifestações de luxúria, ira e pecados afins; de outro, seria possível promover as condutas e saberes com o auxílio da linguagem e do alcance dos meios de comunicação que já atraíam as massas. Essas duas visões sobre educação nas mídias (evitar a deformação e promover a formação) também revelam uma preocupação considerável sobre os efeitos da mídia, e influenciam a forma como a classificação indicativa é promovida até hoje. Entretanto, se a avaliação estatal de produtos audiovisuais já conseguiu superar o juízo “indistinto” (que vê a qualidade pelo prisma do prazer proporcionado ao público) e o juízo “diacrítico” (que avalia o estilo artístico da obra, sua inserção no contexto social ou suas inovações estéticas), ela ainda apresenta uma leitura limitada – e limitadora – do juízo “axiomático” (que questionaria os efeitos das obras no pensamento), como proposto por Badiou (2002, p. 111). Essa perspectiva poderia ser classificada como “deformadora” do juízo axiomático, pois não contempla as potencialidades críticas da própria audiência – mesmo no caso de públicos ainda “em formação”, como jovens e crianças – em

interpretar o que vê; ao contrário, só teme a absorção mimética de condutas indesejadas e o choque com conteúdos inadequados.

Fantasia, contágio e mímica: uma análise da campanha “Não se engane”

Entre os meios que poderiam “reformatar” ou “aprimorar” os outros, a publicidade apresenta-se com papel destacado devido à sua pretensão de estimular condutas (de consumo ou de posicionamento político) ou formar opiniões (sobre a imagem de produtos, indivíduos, instituições ou sobre ideias abstratas) por meio da exposição midiática ao público. Lançada em março de 2012, poucos meses depois do impasse no STF sobre a inconstitucionalidade das punições impostas às emissoras que desrespeitassem a classificação, a campanha surpreende inicialmente pela adoção das imagens infantis em temas polêmicos, como é possível ver na Imagem 12:

Imagem 12. Campanha “Não se engane: tem coisas que seu filho não está preparado pra ver”, do Ministério da Justiça¹²¹.

A campanha pretende chocar, inicialmente, pela dissonância entre o traço – característico de desenhos e brinquedos infantis – e sua temática sombria. Também incomoda por mostrar crianças em situações “adultas” e pretensamente desviantes: alcoolismo, comercialização da sexualidade e violência assassina. O texto na base dos cartazes afina o tom retórico da campanha:

¹²¹ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/classificacao/main.asp?Team={F82F7DA9-452E-43A8-B6AD-E02FABFC6570}>

Crianças e adolescentes precisam de ajuda para selecionar e compreender o que assistem. Por isso, antes de escolher o filme, verifique se ele é adequado para a idade do seu filho. Para mais informações sobre a Classificação Indicativa, acesse www.mj.gov.br/classificacao

Uma primeira avaliação dessa campanha poderia sugerir, como apresentado na introdução desta seção, que se trata de uma estratégia para motivar o público a pressionar pela continuidade da Classificação Indicativa, mesmo que essa pressão não consiga impedir os ministros do STF de considerar as punições impostas pelo Ministério da Justiça como inconstitucionais. Em nenhum momento, essa propaganda retoma diretamente a diferença entre “censura” e “classificação indicativa”, defendida pelo ministro José Eduardo Cardozo, como discutido anteriormente. Entretanto, no final do mesmo mês, o ministro voltou à mídia em artigo para defender a classificação, reprisando o argumento de que não se trata de censura:

Em nosso modelo, são as emissoras que se autoclassificam, segundo três conteúdos temáticos: drogas, violência e sexo. Os critérios se distanciam das subjetividades governamentais, pois são *fixados previamente e construídos socialmente a partir de consultas públicas e estudos especializados sobre o comportamento das crianças e sua tendência de imitar aquilo que assistem*. Um elemento estruturante da política é que, respeitada a gradação da faixa horária protetiva das 6h às 23h, tudo pode ser exibido. A supervisão coercitiva do Estado é limitada e não admite censuras, vetos ou cortes de conteúdos, sejam prévios ou posteriores. (CARDOZO; ABRÃO, 2012 – *grifo meu*)

Fica claro, pelo cartaz, que a campanha implicitamente trata dessa distinção nublada e sob litígio entre os termos “censura” e “classificação indicativa” – é essa “confusão” que a campanha pretende evitar, propondo que o público “Não se engane”. Entretanto, o cartaz não deixa claro com o que o público poderia “se enganar”: a campanha se omite de defender um tema complexo, que demandaria justificativas discursivas, simplificando sua argumentação pelas imagens das três crianças travestidas e transviadas. A leitura dos cartazes somente propõe uma interpretação mais simples: o público não deve se enganar (formulação explícita), achando que as crianças podem ver violência, sexo e drogas sem se influenciarem e copiarem esse comportamento (sugestão implícita pelas imagens). A confusão “censura” / “classificação indicativa” só pode ser colocada em questão pelo acompanhamento paralelo do debate nos artigos e entrevistas na imprensa ou nas notícias sobre o STF. Duas peças de vídeo também foram produzidas para serem veiculadas pela TV e cinema (Imagem 13).

Imagem 13. Frames selecionados do vídeo “Drogas”, parte da Campanha “Não se engane: tem coisas que seu filho não está preparado pra ver”, do Ministério da Justiça¹²².

¹²² Esse vídeo e o outro produzido para a mesma campanha, sobre “Violência”, estão disponíveis em: <http://portal.mj.gov.br/classificacao/main.asp?Team={F82F7DA9-452E-43A8-B6AD-E02FABFC6570}>

A campanha “Drogas” (Imagem 13), evidencia o problema do comportamento mimético da criança vulnerável e exposta à ameaça midiática que explora os maus exemplos de conduta. O vídeo mostra uma criança assistindo televisão enquanto desenha. Ela interrompe sua atividade para ver algo na tela – que não é vislumbrado, pois só se vê o reflexo distorcido da tela no seu olhar –, até que a criança pega seu lápis de colorir e o coloca na boca, como um cigarro, e toma sua caneca com um inofensivo achocolatado como se fosse uma bebida alcoólica. A seguir, também reproduz os efeitos dessa intoxicação imaginária, virando violentamente a mesa, cambaleando e rindo, mesclando expressões de ira, descontrole e prazer.

Sem narração ou texto para acompanhar a trilha sonora infantil que decai ao final, acompanhando a mímica embriagada da criança, a sequência só é interrompida, próximo do final, para a leitura em *off* dos dizeres da campanha em uma imagem idêntica à vista nos cartazes: “Não se engane: tem coisas que seu filho não está preparado para ver. Confira sempre a classificação indicativa. Ministério da Justiça. Governo Federal.”

Inicialmente, salta aos olhos como é irônica a intoxicação imaginária do personagem. Em primeiro lugar, um grau mais básico de mimetismo é implicado: a *conduta* seria mimetizada, levando a criança a imitar os gestos adultos do fumo e do consumo de bebidas alcoólicas. Além disso, a propaganda sugere também um grau mais elevado e inesperado: os *efeitos* dos abusos tóxicos também são percebidos. Assim como a criança, também o achocolatado e o giz de cera parecem ter sido contaminados ou intoxicados pelas substâncias químicas que devem ter encontrado alguma forma para transpor a tela da TV, embriagando a criança.

Obviamente trata-se de uma hipérbole humorística, que não pretende sugerir seriamente que a mimetização das condutas possa, simultaneamente, causar a reprodução de seus efeitos¹²³. Porém, o paralelismo atrai uma interpretação intrigante: não deixa de ser irônico o fato de que muitas das pesquisas que defendem o contágio

¹²³ Além dessa hipérbole humorística, o outro vídeo sobre “Violência”, mencionado na nota anterior, mostra uma criança atacando seus bonecos de brinquedo com uma motosserra. Também é irônico que esse cômico assassinato seja um ótimo exemplo de “Violência Fantasiada”, um conteúdo que recebe “Classificação Livre” pelo Ministério da Justiça, que assim explica a categoria: “Violência caricata inserida no gênero comédia-pastelão (guerra de comida, pancadas que não resultem em dor), ou seja, que são feitas para provocar o riso e não como ato violento. EXEMPLO: Desenho animado em que personagem animalizado bate com uma bigorna na cabeça de outro, que é amassado e, logo em seguida, volta a sua forma original.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 9) Cabe refletir se a “intoxicação imaginária” do vídeo analisado também não receberia uma classificação igualmente branda.

mediático adotam o modelo hipodérmico, assim cunhado devido à interpretação de que o público poderia ser inoculado com mensagens – como agulhas hipodérmicas – e contagiado a adotar certas ideias ou comportamentos. Como bem lembra Citelli (2010, p. 75), “os fantasmas do funcionalismo e sua visão hipodérmica – o receptor reage imediatamente aos apelos do emissor – continuam à solta”¹²⁴.

Também é interessante perceber como o termo “confusão” também encontra um eco nesse vídeo, visto que a criança confunde realidade com ficção da mesma forma como os críticos da classificação indicativa (a atual realidade desejada pelos propositores da campanha) a confundem com censura (vilã ficcional, na distinção já representada).

Talvez não cause estranhamento a ausência de pais ou responsáveis no sofá vazio ao fundo, mostrado rapidamente no vídeo – afinal, o verdadeiro protetor e guardião da infância seria, nesse modelo, o Estado, que fala em nome do público e da ciência e alerta sobre o inadequado. Como defendido pelo artigo do ministro da justiça citado anteriormente, a classificação indicativa seria justificada por atender clamor público (incentivado também por essa campanha) e como uma resposta a pesquisas sobre a influência perniciosa da mídia: afinal, a classificação não se difere da censura justamente por sua abertura democrática a “consultas públicas e estudos especializados sobre o comportamento das crianças e sua tendência de imitar aquilo que assistem” (CARDOZO; ABRÃO, 2012)?

Essa tutela da opinião pública (PETLEY, 2007, p. 37) – em que o Estado assume o papel paternalista ao sugerir ou controlar o que considera adequado para o público limitado – é criticada por autores desde John Milton e seu *Areopagítica*, no século XVII, e ressurge nessa campanha de forma reveladora: a propaganda baseia-se em um imaginário infantil para chocar o público sobre a dissonância etária entre imagens e temas, mas também pode ser lida como uma proposta de infantilização do seu próprio público.

12.2. “A cerca” do estigma da censura: *indicação classificativa e censura*

¹²⁴ Não cabe nesse espaço limitado discutir ou tentar refutar essa abordagem behaviorista brevemente esboçada na parte anterior. Para uma leitura crítica dos estudos de recepção, ver Barker (2007, p. 1) e Gomes & Paganotti (2012).

Moscovici (2007, p. 96) já apontava como um senso comum reconstruído pode prestar-se ao serviço de uma “ideologia dominante” por meio de três fases: uma “fase científica”, formulada por estudos e pesquisa em um campo do saber; uma “fase representativa”, em que seus conceitos são difundidos socialmente para além das fronteiras dos especialistas, mas com sua ajuda; e, por fim, uma “fase ideológica”, em que as representações sociais seriam apropriadas “por um partido, uma escola de pensamento ou um órgão do estado” (MOSCOVICI, 2007, p. 96). Claramente, esse também foi o percurso aqui tangenciado da construção das representações sociais atreladas à classificação indicativa: das análises de conteúdo e estudos behavioristas (AUMONT, 1993, p. 92), passando pela sua difusão por meio de organizações preocupadas com a formação dos jovens e as influências nocivas das mídias de massa (CITELLI, 2010), até ser abrigada, em alguns casos, dentro do aparato estatal como política pública de controle (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

O debate sobre a classificação indicativa revela também uma tensão – ironicamente – sobre a “indicação classificativa”. Em outras palavras, o que está em disputa é o poder (classificativo) de determinar (pela indicação) os sentidos que devem ser considerados como legítimos para termos polêmicos como “censura”, “constitucional”, “legal”, “apropriado”, “inadequado”; buscando aplinar as irregularidades e as diferenças de concepção, apelando para sentidos que se impõem como consensuais – seja pela força ou pela argumentação, duas estratégias que se misturam em instâncias como o STF, que pondera, discute e apresenta suas conclusões, mas também detém força normativa e coercitiva.

Por fim, vale concluir que o termo “censura” continua a carregar um “estigma”, nas palavras de Kushnir (2004, p. 130). Não é de surpreender que a autora avaliava o sentido indesejado da pecha censória na transição democrática dos finais dos anos 1980, quando a censura de filmes e programas televisivos representava um fardo deixado pelo período autoritário anterior que se pretendia superar. Na época, a solução adotada foi a troca da terminologia, abandonando o termo “censura” e adotando a supostamente neutra “classificação” com indicação “por faixa de idade e não mais simplesmente proibitiva” (SIMÕES, 1999, p. 246). Essa preocupação em evitar o estigma da censura está também refletida nos manuais de classificação indicativa adotados pelo Ministério da Justiça, que destacam a importância de “desvincular a ideia de Classificação Indicativa do conceito de censura” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006, p. 8):

Classificação Indicativa é a mesma coisa que censura?

Não. Totalmente diferente da censura, a classificação é um processo democrático, dividido entre o Estado, as empresas de entretenimento e a sociedade, com o objetivo de informar às famílias brasileiras a faixa etária para qual não se recomendam as diversões públicas. Assim, a família tem o direito à escolha garantido e as crianças e adolescentes têm seu desenvolvimento psicossocial preservado.

O Ministério da Justiça não proíbe a transmissão de programas, a apresentação de espetáculos ou a exibição de filmes. Cabe ao Ministério informar sobre as faixas etárias e horários para as quais os programas não se recomendam. É o que estabelece a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Portarias do Ministério da Justiça. Como se pode observar, classificação indicativa não é censura e não substitui a decisão da família. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 38)

Partindo dessa necessidade de diferenciação entre o controle e a censura, é possível retomar agora uma das questões discutidas na introdução desta pesquisa. A crítica de Agamben (2004) sobre o problemático conceito de “força de lei” destaca que, no estado de exceção, as leis vigentes foram suspensas, e novos decretos são colocados em prática e devem ser seguidos devido à sua pura força de imposição, mesmo que sem legitimidade. Assim, o “estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei (que deveria, portanto, ser escrita: força de ~~lei~~)” (AGAMBEN, 2004, p. 61). Mas o que dizer do Estado democrático de direito, categorização que pode incluir o Brasil, desde sua abertura democrática no final dos anos 1980? Agamben relembra que o estado de exceção não é somente uma ditadura, “mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas” (AGAMBEN, 2004, p. 78). Essa lacuna central e “essencial à ordem jurídica” (*Id.*, *ibid.*, p. 79) pode encontrar um paralelo nos casos de controle midiático por meio de decisões jurídicas analisados anteriormente. Assim como a “força de ~~lei~~”, que atua sem fundamentação e até contra os dispositivos aprovados anteriormente, a censura encontra-se não só sem amparo nas atuais normas jurídicas brasileiras – é vetada no artigo 5º da Constituição de 1988 –, como não encontra instâncias próprias, como no passado autoritário, para sua expressão. Entretanto, a falta de um atual Serviço de Censura não impede que medidas de restrição sejam adotadas com a mesma eficácia – “força” de imposição – da censura anterior. O que ocorre é uma censura que não só atua sem fundamentação ao proibir a expressão alheia, mas que também veta ser assim identificada: são práticas de ~~censura~~. O interdito, na atual censura, já começa e termina na sua própria identificação: o tabu mais uma vez cobre com o manto de vergonha tanto o que quer esconder quanto a sua própria representação, que tampouco deve ser vista.

Assim, o atual impasse no STF sugere que a definição dos “limites sobre a limitação” (ou seja, sobre o controle das sanções, questionadas como antidemocráticas) revela o desconforto de uma democracia recente ao lidar com o clamor por controle, vigilância e punições. As instâncias superiores do Ministério da Justiça já se negaram a proibir filmes – como no caso *A Serbian Film*, mencionado no começo desta última parte –, e o Supremo Tribunal Federal pode vir a acatar a tese do relator de que as multas tratam-se de “censura prévia” e “ato de proibição”¹²⁵, como mencionado no início desta seção. Não é mais (se é que já foi) possível controlar os desvios comportamentais no que toca a violência, a sexualidade e o consumo de substâncias químicas. Cabe saber se é legítima (ou eficiente) a vingança simbólica contra suas representações, punindo os que ainda ousam mostrar aos jovens os sofrimentos e prazeres que eles precisarão saber enfrentar no futuro.

Entretanto, é necessário levar em consideração uma questão apontada por alguns dos ministros – como Celso de Mello, acima – nos julgamentos sobre a classificação indicativa: é benéfico que o Estado mantenha o controle sobre esse sistema, ou deveríamos abrir esse mecanismo a associações de empresas ou à sociedade civil? Retomando a classificação exposta na metodologia, qual modelo pode ser mais adequado: heterorregulação estatal, corregulação social ou autorregulação dos próprios produtores audiovisuais? Para responder a essa questão, é válido considerar o risco implícito na alternativa de deixar a classificação indicativa sob responsabilidade exclusiva dos próprios produtores midiáticos. Para concluir essa análise sobre a classificação indicativa brasileira, é pertinente avaliar um emblemático caso de “censura do mercado” (JANSEN, 2010, p. 13), em que o público peculiarmente acabou por ecoar as críticas do Ministério da Justiça contra os cortes realizados pela produtora audiovisual que lançava uma versão mutilada do filme “Halloween – O Início” (*Halloween*, EUA, 2007. Dir. Rob Zombie).

12.3. Cortes privados em classificações públicas – análise de caso de mutilação perversa em gêneros viscerais¹²⁶

¹²⁵ TOFFOLI, Dias. “Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.404 Distrito Federal – voto do relator”, p. 30. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI2404DT.pdf>

¹²⁶ Parte dos resultados a seguir foram publicados em: PAGANOTTI, Ivan. “Terror mutilado: Halloween, adequado à classificação indicativa”. In: **ESTUDOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL SOCINE - Anais de Textos Completos**. São Paulo: Socine, 2013. p. 576-586. Disponível em: <http://www.socine.org.br/anais/2012/AnaisSocine2012.pdf>

Como exposto no início desta seção, o Manual da Nova Classificação Indicativa procura se distanciar das práticas de censura nas décadas anteriores, recomendando as faixas etárias de audiência apropriadas a produtos audiovisuais como filmes, programas televisivos, shows e videogames – e defendendo a “transparência” dos procedimentos de “um dos órgãos públicos com mais informações a respeito de sua atividade-fim” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006, p. 8). Apesar de as classificações serem publicadas, os eventuais cortes realizados pelos produtores dos filmes ou pelos canais de televisão permanecem ocultos. A classificação só salienta que os itens avaliados sofreram “adequação” – um eufemismo para os cortes (PETLEY, 2007, p. 14) promovidos não mais pelo órgão estatal, como era prática nos períodos autoritários do passado (MATTOS, 2005, p. 126), mas pelos seus próprios divulgadores de acordo com diretrizes de agências governamentais.

Ainda assim, um caso recente de cortes pela autocensura surpreendeu até os próprios classificadores do Ministério da Justiça. A Playarte Pictures já havia tentado duas vezes, sem sucesso, rever a classificação do filme de terror “Halloween - O Início” (*Halloween*, EUA, 2007. Dir. Rob Zombie) como inapropriado para menores de 18 anos, mas só conseguiu reduzir sua faixa etária para maiores de 14 anos, em 23 de julho de 2009, após cortar surpreendentes 26 minutos da versão original de 109 minutos – quase um quarto da extensão do filme. Cenas de sexo, assassinato, crueldade e suicídio foram omitidas, em troca da ampliação de seu público potencial entre as camadas mais jovens, como descrito no processo de classificação indicativa desse filme no Ministério da Justiça:

Mesmo que a temática do filme seja adulta, considerando o psicopata sanguinário que matou, entre outros, membros da própria família, é percebido um esforço de edição para remover ou deixar implícitos muitos dos assassinatos. Mesmo com repetidos assassinatos, não se percebe a crueldade no conteúdo analisado: cenas fortes / impactantes estão removidas ou interrompidas¹²⁷.

¹²⁷ Relatório de Rafael Figueiredo Vilela (estagiário / Classificação Indicativa) e Otavio Chamorro Mendoza (Coordenador de Classificação Indicativa Substituto) sobre a classificação indicativa da versão com cortes do filme “Halloween – O Início”, que consta no PROCESSO 08017.000902/2009-15, p. 29, da Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND) do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça. Agradeço a Davi Ulisses Brasil Simões Pires, diretor do DEJUS/SNJ, e a Alessandra Xavier Nunes Macedo, coordenadora de Classificação Indicativa do DEJUS/SNJ, por possibilitar o acesso ao processo de classificação indicativa do filme “Halloween – O Início”, enviado aos cuidados da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes (ECA-USP), orientadora desta pesquisa de doutorado.

A prática corriqueira dos cortes para a adequação, entretanto, atraiu atenção devido à sua extensão, e levou Davi Ulisses Brasil Simões Pires, diretor do departamento de justiça responsável pela classificação, a destacar essa excepcional deformação do filme original (ver Imagem 14).

Diário Oficial da União - Seção 1	Nº 139, quinta-feira, 23 de julho de 2009
<p>Diante dos novos elementos constantes nos autos de fls. 160 a 163, torna insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/05/2009, para cancelar o Pedido de Prorrogação de Estada no País do estrangeiro, requerido pelo representante legal da empresa. Determino o ARQUIVAMENTO do feito. Processo Nº 08000.011726/2008-45 - Carolina Maria Ojeda Estevez</p> <p>Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do Pedido de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08794.004631/2008-86 - Adriana Paola Paredes Peñañel</p> <p>Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do Pedido de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08018.004256/2009-55 - Igor Risteljic</p> <p>Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do Pedido de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08018.002767/2009-32 - Anthony Aves</p> <p>Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do Pedido de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08018.004306/2009-02 - Jouni Juhani Mertama</p>	<p>DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO</p> <p>DESPACHO DO DIRETOR Em 22 de julho de 2009</p> <p>O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:</p> <p>Processo MJ Nº : 08017.000902/2009-15 Título do Filme: "HALLOWEEN - O INÍCIO" Representante: Playarte Pictures Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos</p> <p>CONSIDERANDO que o filme "HALLOWEEN - O INÍCIO" teve sua classificação atribuída em 8 de maio de 2009 de "não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos", por conter suicídio, crueldade e assassinato;</p> <p>CONSIDERANDO que, ante a solicitação do requerente através do pedido de reconsideração por adequação da obra e tendo o Departamento indeferido o pedido em 9 de junho de 2009.</p> <p>CONSIDERANDO que, ante a solicitação de reclassificação por adequação no último dia 14, a Playarte Pictures apresentou uma versão de 83 minutos, excluindo 26 minutos de conteúdo violento da obra, comprometendo-se em exibi-la nesta última versão apresentada, resolve:</p> <p>Deferir o pedido de reclassificação por adequação do filme "HALLOWEEN - O INÍCIO", Processo MJ Nº 08017.000902/2009-15, alterando sua classificação para: "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos", por conter agressão física e assassinato.</p> <p>DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES</p>
<p>FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO</p> <p>DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.</p> <p>Processo Nº 08102.004332/2008-92 - Rufino Cassumba Bonde, até 13/02/2010</p> <p>Processo Nº 08102.004335/2008-26 - Sabina Bendinha Mendes, até 13/02/2010</p> <p>Processo Nº 08212.009812/2008-01 - Felipe Carlos Alvarez Villanueva, até 23/02/2010</p> <p>Processo Nº 08280.000651/2009-59 - Janisia Helene Lima Mota, até 28/02/2010</p> <p>Processo Nº 08280.000661/2009-94 - Temidayo Omolara Omotosho, até 06/03/2010</p> <p>Processo Nº 08280.000715/2009-11 - Giuseppe Demela, até 08/02/2010</p>	

Imagem 14. Trecho da página 58 do Diário Oficial da União, de 23 de julho de 2009.

Disponível em:

<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=58&data=23/07/2009>

A partir dessa surpreendente crítica estatal que destacou a extensão excessiva dos cortes, é necessário analisar o prejuízo da versão com cortes propostos pela produtora e sancionada – ainda que sob o alerta dos minutos sacrificados – pela classificação indicativa. Como a obra foi desfigurada, o direito moral do diretor do filme sobre sua criação foi igualmente talhado (BITTAR, 2008, p. 77). Ainda mais grave foi o desrespeito ao público, que assistia a um filme sem saber que houve “adequação”, nem quais foram os cortes – uma falha na transparência da classificação que ainda ecoa os “filmes que sofreram mutilações grotescas e deformantes” no nosso passado autoritário

(SIMÕES, 1999, p. 218). Assim, é preciso avaliar como as cenas cortadas comprometeram a obra, considerando que, de forma alguma, a violência pode ser vista como “gratuita” ou “excessiva” em gêneros como o terror dos “*slasher films*” (WILLIAMS, 1991, p. 9): a catarse dos corpos mutilados é justamente seu cerne estético-narrativo, e acaba comprometida com a castração da autocensura.

O levante burocrático da blogosfera contra cortes mercadológicos

Além do atraso de quase dois anos entre o lançamento do filme nos EUA e sua distribuição no Brasil, o público nacional também foi tolhido pelos cortes – e demonstrou sua frustração e revolta contra a distribuidora. Paradoxalmente, diversos artigos publicados em sites sobre cinema baseiam-se justamente no trecho do Diário Oficial da União que aprovava a reclassificação, com o alerta sem precedente sobre os 26 minutos cortados (BITO, 2009), e ecoam a crítica estatal em reclamações contra a produtora que promoveu os cortes (ver Imagem 15).

Blog do Polvo

Blog coletivo da revista eletrônica Filmes Polvo (www.filmespolvo.com.br)

QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2009

Ainda o corte em "Halloween"

por Marcelo Miranda

O leitor que me desculpe a insistência no assunto, mas este caso vai muito além de se gostar ou não de *Halloween - O Início*, de Rob Zombie. Como já dito dois posts abaixo, o filme foi lançado nos cinemas brasileiros pela distribuidora Playarte numa esquisita versão de 83 minutos, suprimindo um total de 26 minutos de cenas da versão original. O motivo mais provável era a reclassificação etária, de 18 para 14 anos.

Pois a "censura legal" se confirmou no Diário Oficial da União, que, nas suas letras miúdas, explicita o procedimento da Playarte de uma forma, a meu ver, assustadora. Dá para ler clicando [aqui](#), mas o trecho é exatamente o seguinte:

Processo MJ No- : 08017.000902/2009-15
Título do Filme: "HALLOWEEN - O INÍCIO"
Representante: Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos

CONSIDERANDO que o filme "HALLOWEEN - O INÍCIO" teve sua classificação atribuída em 8 de maio de 2009 de "não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos", por conter suicídio, crueldade e assassinato;

CONSIDERANDO que, ante a solicitação do requerente através do pedido de reconsideração por adequação da obra e tendo o Departamento indeferido o pedido em 9 de junho de 2009.

CONSIDERANDO que, ante a solicitação de reclassificação por adequação no último dia 14, a Playarte Pictures apresentou uma versão de 83 minutos, excluindo 26 minutos de conteúdo violento da obra, comprometendo-se em exibi-la nesta última versão apresentada, resolve:

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do filme "HALLOWEEN - O INÍCIO", Processo MJ No- 08017.000902/2009-15, alterando sua classificação para: "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos", por conter agressão física e assassinato.
DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Como se vê, a Playarte fez uma versão menor especialmente para baixar a classificação. Isso abre um precedente apavorante. Então uma distribuidora, se insatisfeita com a classificação recebida por seu filme, pode arrancar as partes causadoras do "mal" e entrar com recurso pedindo revisão a partir de um corte oportunista e específico? Me pergunto ainda se o próprio Rob Zombie, ou quem quer que responda pelo filme oficialmente, sabe do ocorrido.

Escrevi um e-mail para o setor de imprensa da Playarte há dois dias, perguntando sobre o assunto. Até o momento, não obtive qualquer tipo de retorno.

Pesquisar neste blog

Arquivo do blog

- ▶ 2011 (24)
- ▶ 2010 (97)
- ▼ 2009 (111)
 - ▶ Dezembro (13)
 - ▶ Novembro (9)
 - ▶ Outubro (13)
 - ▶ Setembro (11)
 - ▶ Agosto (14)
 - ▼ Julho (17)

[Novos desdobramentos de "Halloween"](#)

[Ainda o corte em "Halloween"](#)

[Maria Sílvia \(1944-2009\)](#)

["Halloween - O Início" cortado nos cinemas](#)

[Ainda Michael Jackson](#)

[Jacques Tati](#)

[Paulínia V - Prévias finais](#)

[Paulínia IV - Gradações de sutileza](#)

[Paulínia: "À Deriva", de Heitor Dhalia](#)

[Paulínia III - Dias melhores vieram](#)

[Paulínia II: filmes para o cinema](#)

[o que acontece com nossos festivais?](#)

[Paulínia I](#)

[Arbus/Kubrick](#)

[Balé de balas](#)

[Isto é Johnnie To](#)

[Karl Malden \(1912 - 2009\)](#)

- ▶ Junho (20)
- ▶ Maio (14)

Outros blogs

[Anotações de um Cinéfilo](#)

Imagem 15. *Blog do Polvo* repercute a denúncia dos cortes em Halloween com o trecho do Diário Oficial da União. Disponível em:

<http://blogpolvo.blogspot.com.br/2009/07/ainda-o-corte-em-halloween.html>

Surpreende o uso inusitado do veículo oficial do antigo aparato censório, tomado como aliado do público na defesa da liberdade de expressão, o que revela os limites da

“transparência” sobre o processo e, conseqüentemente, os cortes – ainda mais quando a própria constitucionalidade dos mecanismos coercitivos da classificação indicativa¹²⁸ passa por revisão no Supremo Tribunal Federal (PAGANOTTI, 2012, p. 126-127). No debate, o sistema que leva à proibição se reposiciona como denunciante dos abusos; o público, em cujo nome se classifica, torna-se uma vítima indefesa; e a culpa é concentrada nos interesses particulares da produtora, que se preocupa em ampliar seu lucro das bilheterias (RANDALL, 1968, p. 215) à custa do respeito à obra cinematográfica e aos que buscavam nesse filme justamente as cenas mais drásticas do terror. Críticas como a apresentada pelo blogueiro Vitor Mendes, do site *Cinema em foco*, evidenciam que as imagens dos corpos dilacerados são cortadas em nome do público que mais as quer, e deixam claro que o único desejo a ser satisfeito é o da produtora em obter a maior bilheteria possível:

Excelente programa nos Estados Unidos, o lançamento de Halloween torna-se uma das maiores catástrofes do cinema de terror aqui no Brasil ao ser lançado neste mês de julho completamente cortado pela distribuidora PlayArte e ainda por cima sem nem 1/10 de toda a violência. [...] O trabalho porco da distribuidora brasileira conseguiu acabar com um – na minha humilde opinião [sic] – novo clássico do terror e do suspense, adaptando-o para a ridícula classificação etária de 14 anos que visa, obviamente, abranger um maior número de espectadores no cinema, sem se importar com a notória situação ridícula em que deixa o filme perante as audiências de nosso país. [...] Os cortes conseguem ser tão ruins que fazem uma gravação impecável parecer um típico filme B ao interromper as músicas de suspense do nada, mostrar situações que aparentemente teriam um desfecho e então passar para uma outra cena sem ao menos se preocupar em dar explicações quanto ao que ocorreu na passagem anterior. (MENDES, 2009)

Parte da crítica aos cortes efetuados pela produtora do filme utiliza uma estratégia que ecoa os mecanismos adotados pela própria classificação indicativa, ao procurar “decupar” o filme editado nos cinemas brasileiros em relação ao original. Em um cenário em que qualquer usuário da internet pode ter acesso a cópias da versão original do filme – ainda mais porque, devido ao atraso do lançamento no Brasil, já era possível encomendar o DVD do filme norte-americano de diversos sites antes mesmo de sua exibição das telas brasileiras –, blogueiros e sites de crítica de cinema realizaram uma leitura sistemática de todas as cenas do filme original que foram deixadas de fora da versão nacional, devido ao seu conteúdo violento, sexual ou relacionado a outras

¹²⁸ A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2404, que verifica a correção das punições em casos de desrespeito à Classificação Indicativa, está em votação no STF e pode ser acompanhada em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=2404&classe=ADI&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>

temáticas consideradas inadequadas para a audiência mais jovem, que era alvo da produtora brasileira. Como em um processo de engenharia reversa, os cortes foram assim revelados e a edição aberta, destacando os trechos suprimidos do “corpo” fílmico, que foi mutilado em comparação ao material original. Esse mecanismo adotado pelos críticos dos cortes mimetiza os procedimentos dos funcionários da classificação indicativa e, ao mesmo tempo, das produtoras audiovisuais nacionais, que precisam seguir o guia de leitura sistematizada proposto pelo guia do Ministério da Justiça, que, segundo Gomes e Paganotti (2012, p. 296) descreve a “classificação indicativa como uma objetiva decupagem – do francês *découpage*, que significa o corte ou análise do filme em sequências, além do próprio processo de descrição das cenas e eventos nele retratados”:

Outra forma de lidar com essas tensões pode resultar no silêncio ou repressão, com uma decupagem literal do que é considerado como inadequado, ofensivo, repulsivo ou polêmico, classificando conflitos como expressões indesejadas e ocultando tudo que pode parecer extremo demais para ser visto ou discutido. (GOMES, PAGANOTTI, 2012, p. 298)

Paradoxalmente, ecoando a decupagem sistemática de cada cena considerada como inadequada nos processos da classificação indicativa, o site *Cineclick* evidenciou justamente as cenas que foram cortadas, construindo, em negativo, um retrato das imagens ausentes após os cortes da censura (ver Imagem 16).

cineclick www.cineclick.com.br **BUSCA**

HOME NOTÍCIAS CINEMA FILMES LANÇAMENTOS **BASTIDORES** TV CINECLICK CINECLUBE

EM CARTAZ ▾ ESTREIAS ▾ TRAILERS ▾ CRÍTICAS ▾ VIDA ÍNTIMA ▾ FILMES NA TV ▾ GALERIA DE FOTOS ▾ VEM AÍ ▾ ENTREVISTAS ▾ PROMOÇÕES

GALERIA DE FOTOS

O Halloween da Playarte versus o de Rob Zombie

31/07/2009 17h18

Foto: Divulgação

A última vítima dessa noite é Judith (Hanna Hall), irmã mais velha do protagonista. Toda essa cena de matança, filmada de uma maneira explícita, foi limada pela distribuidora. É um filme feito para pessoas de 18 anos que está sendo exibido numa versão para 14. Acho que isso dá a ideia do tipo de mutilação que foi feita, incluindo, aliás, a cena na qual a mãe de Michael comete o suicídio.

Imagem 16. Página *Cineclick* compara e critica cortes em “Halloween”. Disponível em: <http://www.cineclick.com.br/galeria/carregar/titulo/o-halloween-da-playarte-versus-o-de-rob-zombie/id/416/foto/4880>

Como destacado na descrição acima da cena excluída, “toda essa cena de matança, filmada de uma maneira explícita, foi limada pela distribuidora” (Imagem 16), deixando de fora o objetivo principal dos realizadores e o desejo do público: a revelação dos corpos mutilados. Com isso, impõe-se, entre a proposta estética do filme e o interesse do público, uma preocupação em deixar de fora de cena esses corpos

considerados inadequados, repulsivos, violentos, sedutores ou degradantes. Apesar do interesse mercadológico da empresa distribuidora, esse fenômeno ainda é resultado de um mecanismo que faz parte de um aparato estatal de controle que ocupa-se do papel de apontar à sociedade quais imagens seriam apropriadas para quais públicos – nesse caso, quais representações do corpo seriam toleráveis para jovens com, pelo menos, 14 anos. Citelli (2010) destaca que essa preocupação “moralista” de tutela das audiências mais jovens em relação aos conteúdos subversivos dos meios de comunicação massivos está na gênese tanto dos estudos sobre comunicação e recepção dos públicos quanto no seu cruzamento com o campo da educação, no início do século XX.

Esse controle moral surge como resposta a uma característica identificada, posteriormente, por Williams (1991) em alguns gêneros cinematográficos culturalmente desprezados pela crítica – mas de grande atração para a audiência –, justamente por apelarem às reações emotivas e até mesmo corporais às sensações sugeridas nas grandes telas. Entre esses “gêneros corporais” [*body genres*] (WILLIAMS, 1991, p. 4), o terror soma-se ao melodrama e à pornografia por uma faceta comum, que une suas propostas estéticas distintas: nos três casos, encontramos emoções expressas pelo corpo dos personagens – respectivamente, o medo, o sofrimento e o estímulo sexual –, que pretendem ser mimetizadas diretamente pelo corpo das audiências, criando uma resposta que reproduza os estímulos com gritos, lágrimas e excitação sexual (*Id.*, *ibid.*, p. 4). Dessa forma, o que a censura – estatal ou privada – procuraria fazer é “castrar” o corpo fílmico para cortar esse cordão umbilical behaviorista que amarra a sugestão subversiva dos filmes à reação das audiências impressionáveis. Apagando os sinais repulsivos da emoção que toma o controle dos corpos nas telas pela violência, temática adulta ou pelo sexo, procura-se também domar a resposta dos corpos submissos da plateia.

Entretanto, como a crítica do site *Cineclick* já havia destacado anteriormente (Imagem 16), *Halloween* “é um filme feito para pessoas de 18 anos que está sendo exibido numa versão para 14. [...] Isso dá a ideia do tipo de mutilação que foi feita”. Críticas como essas, e como a também já apresentada por Mendes (2009), ressaltam que os cortes no corpo fílmico “mutilaram” a narrativa e as imagens até o ponto em que não podem mais instilar interesse no público que buscava esse gênero de terror justamente para saciar sua sede por seus excessos de violência, sexo, drogas e temática adulta. A excitação instigada ante as promessas de correntes de sangue, lágrimas e sexo acaba frustrada devido ao corte desses fluidos vitais em nome da proteção de plateias

adolescentes – públicos que passam por transformações corporais e emocionais que são comumente metaforizadas nos filmes de terror, pornografia e melodrama (WILLIAMS, 1991), mas que são justamente deixados de fora dessas sessões que tanto os atraem.

Seria possível afirmar que essas cenas são exploradas de forma abusiva e gratuita por filmes de terror como esse, mas Williams (1991, p. 6) já destacava que essa exploração não pode ser vista como gratuita, já que é parte central de sua proposta estética-narrativa. Como parte da tradição do cinema “de exploração” [*exploitation*], que usava de imagens fortes e apelativas para promover filmes policiais, eróticos ou de terror, em meados do século XX (CÁNEPA, 2009, p. 1), esses filmes de baixo orçamento apresentavam temáticas proibidas em produções mais comerciais – como “sexo, prostituição, vício, uso de drogas, nudez e outros assuntos considerados de mau gosto” (PIECADE, 2002, p. 17). A franquia de *Halloween* é um marco no sucesso do subgênero classificado como “*slasher*”, que apresenta, entre suas principais características:

A figura de um assassino serial que persegue jovens isolados da civilização e expostos a riscos desnecessários, que pagam com a vida pelas atitudes supostamente irresponsáveis ou libertárias – estrutura típica do chamado *slasher movie*, subgênero juvenil do horror que é um dos mais explorados desde o final dos anos 1970. (CÁNEPA, 2010, p. 132-133)

Assim como na pornografia e no melodrama, Williams (1991) destaca a função do corpo feminino como veículo de vitimização/expressão das sensações que são transmitidas do filme à audiência. No caso particular do terror, a audiência adolescente pode identificar-se pelo *pathos* da heroína feminina, inicialmente aterrorizada, infantilizada e casta, e sua posterior superação andrógena ao encarar e vencer o monstro, tomando frequentemente sua arma – um objeto fálico, como uma faca, machado ou serra-elétrica – para “simbolicamente castrar” o vilão que antes a afligia (WILLIAMS, 1991, p. 6-7).

Não se pode esquecer que o assassino serial nesses filmes de terror é comumente visto como um “representante do ódio patriarcal contra a liberação feminina” e “como arauto do conservadorismo que ataca oportunamente os comportamentos desviantes da juventude” (CÁNEPA, 2010, p. 142), como a liberação dos costumes e a expressão sexual, o consumo de bebidas, drogas e a socialização longe dos olhares vigilantes dos adultos. Como Williams (1991) destaca, as garotas “más”, que não freiam seus desejos sexuais, sucumbem nesses filmes, enquanto somente a heroína “boa” e casta pode

sobreviver e vencer o monstro: assim, o “poder fálico é conquistado somente se é rigorosamente separado do prazer”¹²⁹ (WILLIAMS, 1991, p. 8).

Seguindo essa linha de argumentação, não deixa de ser irônico o paralelo da teoria fílmica com a censura do terror *Halloween – O Início*. No filme, o conservadorismo da repressão sexual do monstro (um ser, por definição, desprezado, deformado e até simbolicamente castrado) mutila os corpos sensualizados dos jovens, mas é morto pela heroína casta que ele aterrorizava, e que toma sua faca fálica ao ocupar novo papel andrógono ativo (*Id., ibid.*). Da mesma forma, a censura mutilou as cenas mais ousadas dos corpos violentados ou sensuais de *Halloween*, mas foi colocada em xeque pela posição mais ativa do público, que criticou os cortes e tomou a arma castradora da tesoura que “adequou” o corpo fílmico à classificação indicativa, trazendo à luz o que foi limado pela edição.

12.4. Por uma proposta informativa que evite a infantilização do público

No caso avaliado, o fardo da culpa pela censura foi alocado na pressão mercadológica por ampliar o público potencial do filme entre os mais jovens, mesmo que fosse necessário sacrificar seu deleite com as cenas mais violentas do filme. Sacrificou-se justamente o que o público mais queria para conseguir a maior audiência possível – um evidente caso de “censura de mercado”¹³⁰ (JANSEN, 2010). Porém, não se pode ignorar o condicionamento do próprio sistema de classificação indicativa, que possibilita e induz os cortes por parte das produtoras e tende a calar ante essa violência – exceto em casos excepcionais, como esse.

Não se pode negar a grande evolução desde os tempos em que o estado detinha a tesoura (SIMÕES, 1999, p. 243), porém, ainda falta um último passo na democratização efetiva desse processo: permitir que o público saiba que os cortes foram efetuados. Além do *direito* do consumidor em saber que o produto adquirido foi adulterado, é necessário evidenciar que, foi justamente em seu nome, que os cortes foram promovidos; isso para que o público possa avaliar se *deseja* consumir essa obra mutilada – ou se *deve* assumir seu papel crítico e exigir o produto pelo qual está

¹²⁹ No original: “phallic power is granted so long as it is rigorously separated from phallic or any other sort of pleasure. For these pleasures spell sure death it this genre” (WILLIAMS, 1991, p. 8).

¹³⁰ “Market censorship points to practices that routinely filter or restrict the production and distribution of selected ideas, perspectives, genres or cultural forms within mainstream media of communication based upon their anticipated profits and/or support for corporate values and consumerism” (JANSEN, 2010, p. 13).

pagando, ou até mesmo mudanças nesses processos. *Direitos, desejos e deveres*: três máscaras para o *cidadão*, o *consumidor* e o *agente político* que resta ao público adotar para definir seu papel no palco das disputas entre o Estado e o Mercado. Essa proposta não seria impossível, nem mesmo inédita, como pode ser exemplificado pelo documento que lista os cortes sugeridos à Censura Federal pela produtora do filme “Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981. Dir. Hector Babenco), para sua veiculação pela TV, em meados dos anos 1980¹³¹ (ver Imagem 17), ou pela decupagem das cenas cortadas de Halloween e divulgadas pelo site *Cineclick* (BITO, 2009).

HB FILMES LTDA
R. PADRE MANOEL CHAVES 52
01448 SÃO PAULO
2823648

À

Censura Federal

Relação de cortes em imagem e som efetuados pelo
produtor, no filme 'Pixote, a Lei do Mais Fraco'
para sua apresentação em TV.

Descrição da Cena

Tipo de Corte: Imagem (I); Som (S)

1ª Parte:

1. Chegada dos meninos no triângulo de meninos	Expressão de Baixo Calção (S)
2. No Refeitório: Sapatos (Jardel Filho) faz preleção inicial	Expressão de Baixo Calção (S)
3. Noite no dormitório: curra no menino	Supressão Parcial da cena (I-S)
4. Banheiro: meninos nus tomam banho	Supressão Parcial da Cena (I-S)
5. Sequência dança de Lilica, observada por Pixote eo amigo na janela, com Lilica sendo interrogado por Almir e Sapatos	Supressão Parcial da Cena (I-S)
Expressão de Baixo Calção de Pixote e amigo (S) - Duas expressões.

¹³¹ Disponível em: <http://memoriacinebr.com.br/arquivo/0080060C00801.html>

Imagem 17. Descrição fornecida à censura da decupagem dos cortes efetuados pela produtora do filme “Pixote, a lei do mais fraco” (Brasil, 1981. Dir. Hector Babenco), para sua exibição na TV em 1985. Disponível em:

<http://memoriacinebr.com.br/arquivo/0080060C00801.html>

Os processos de classificação indicativa atuais poderiam facilmente exigir das produtoras o envio dessa lista de cortes, disponibilizando a descrição das cenas apagadas e sua duração, para que o público possa saber o que foi omitido em seu nome – e pese o sacrifício para avaliar se esse sistema que permite os cortes vale a pena. Não se trata (se já não bastasse) de simples honestidade intelectual e defesa dos direitos do consumidor: está em questão, essencialmente, um direito de informação ao cidadão sobre o sistema estatal e as práticas comerciais adotadas para satisfazer seus direitos e desejos.

“A censura quase sempre se ergueu sobre o duplo argumento de Deus e de César”, lembra Caldeira (2008, p. 16), mas “hoje, o novo bezerro de ouro chama-se mercado”. Entre o poder estatal e o interesse comercial, há uma disputa pela proteção ou exploração de públicos mais jovens, sedentos por sangue nas telas de cinema. Assim, imagens são classificadas como inadequadas por abrirem à visibilidade aspectos considerados como repugnantes dos nossos corpos – como violência, ferimentos, desejo, entorpecimento, tristeza, enfermidade, morte, luto – e que são culturalmente ocultos. Ao retirar de cena essa escatologia, mutilando as produções culturais que ofereçam um vislumbre do que se passa por baixo dos panos que recobrem nossos corpos, procura-se manter o público longe dos excessos grotescos que os desviem das supostas virtudes corporais que devem ser protegidas. A imagem repugnante revela, assim, seu potencial subversivo, e precisa ser controlada justamente quando as emoções parecem tomar conta dos corpos nas telas e nas plateias.

Ainda assim, o público não pode mais se sujeitar ao papel passivo de aprendizes sob a tutela governamental ou privada de seus comportamentos: não é mais possível que a proteção de crianças contra imagens ofensivas tenha o preço da infantilização do corpo e da consciência do público, alienado pelos cortes que mutilam seu entretenimento – e que o mantém distante do sistema político e comercial que comete essa violência simbólica em seu nome. Não deixa de ser revelador que pouco se questione legalmente – nem nos julgamentos do STF analisados aqui – o fato de os cortes serem feitos sem qualquer transparência e informação para o público. Essa

polarização entre liberdade de expressão e censura oculta outro direito importante que é desrespeitado: o direito à informação do público sobre os cortes realizados por interesses privados com anuência (ou até incentivo) do Ministério da Justiça. Afinal, trazer à tona esse sistema de cortes pode chocar muito mais do que as cenas eróticas, violentas ou lisérgicas: revela o crime obscuro contra o direito à informação e a liberdade de expressão, cometido em nome do público, mas sem seu conhecimento.

CONCLUSÃO: HARMONIA E DISSONÂNCIA

*Escrever
Também é um jeito
De não ter nada a dizer*
- André Stolarski (2013), “Stolarskais”.

Após trazer à luz os mecanismos de controle sobre a liberdade de expressão que sobrevivem (ou parasitam) na abertura democrática e os argumentos que tratam do que não deveria poder ser visto ou ouvido, o que resta, além do silêncio?

Justamente sua negação. Essa conclusão não deve ser encarada como um encerramento, mas uma nova abertura.

E, para isso, é necessário retomar os casos que encerram e abrem esta pesquisa.

Não deixa de ser incômoda a percepção de quanto se aproximam, uns aos outros, mesmo com as quase três décadas de experiência democrática que os deveriam separar.

No último caso, um julgamento ainda aberto contesta a constitucionalidade da baliza estatal para o controle privado de imagens de sexo, violência ou drogas. No primeiro, um inconclusivo processo frustra a liberação de imagens sexuais barradas pela aduana semanas antes da Constituição que marca a redemocratização.

Assim como, entre eles, está contida toda a recente democracia brasileira, nesta pesquisa, entre as duas análises, há uma tese. Os dois casos (também os outros dezesseis analisados nos capítulos intermediários) mostram como as transformações políticas afetam os mecanismos de controle sobre comunicação: no caso das revistas eróticas importadas e barradas em Santos, o apelo seguia, em seu espírito, a abertura democrática, mas as mesmas linhas frescas da Constituição que vedava a censura ainda não haviam instituído o espaço adequado para julgar essa nova demanda em particular, e as estruturas anteriores já não podiam mais abrigar esse controle. Da mesma forma, a classificação indicativa, nascida da necessidade de transformar a censura policial de diversões públicas em um novo mecanismo condizente com a democracia, construiu uma nova estrutura de controle sob a influência dos discursos liberais de menos proibição e mais informação – incluindo a necessidade de informar sobre as imagens que podem ser consideradas inadequadas para determinadas circunstâncias e alguns públicos particulares. E ambos os casos mostram que algumas demandas sociais por maior liberdade ante o controle da expressão pública ainda precisam apelar para o judiciário para terem sua voz ouvida.

Esse processo, como visto, não vem sem um custo, que acaba por retroalimentar suas causas em novas consequências. O debate sobre o controle midiático é refém de disputas ideológicas polarizadoras sobre a maior ou menor influência do Estado na sociedade, em que a tradição de defesa da honra e da imagem vence a ousadia da abertura à crítica, unindo-se ao histórico patrimonialista que parasita o bem público com interesses privados. Os interesses particulares são especificamente eficientes ao evitar a regulação pública, visto que, durante as negociações para a abertura democrática, elites políticas locais concentraram sob seu controle cada vez mais concessões públicas de TV e rádio, somadas à imprensa que já possuísem ou com a qual se aliassem. Como os debates políticos sobre os mecanismos de controle da liberdade de expressão encontram-se bloqueados em sua privilegiada esfera de diálogo institucional com o aparato do Estado – o legislativo –, a formulação de leis acaba sequestrada pelas disputas por cargos, e evita-se aprovar normas contra os interesses dos representantes da mídia (tanto seus proprietários quanto seus aliados). Além disso, um tema tão explosivo tende a oscilar entre sua exploração panfletária e a prudente omissão – *ruídos* ou *silêncio*. Assim, fica o *público privado* do acesso ao debate legislativo sobre os limites à liberdade de expressão e dos conteúdos que são vetados por decisões judiciais, poder que canaliza as demandas privadas sobre o controle da expressão pública – daí o nome da proposta “hipótese do público privado”.

O custo mencionado no início do parágrafo anterior pode ser definido como uma *atrofia democrática como resultado de abuso de muleta judiciária*. Por um lado, o apelo ao judiciário como espaço de controle constitucional e na defesa de preceitos fundamentais tem sido crucial para que a democracia brasileira pudesse trilhar o caminho para longe da sua antiga tradição autoritária. Entretanto, como é próprio do processo democrático, alguns interesses podem não ser suficientemente fortes para definir o resultado das decisões dos representantes legislativos, mas conseguem, ao menos, influenciar os termos com que esse debate é apresentado. Com isso, a democracia brasileira ainda tropeça e manca pelo subdesenvolvimento de um de seus poderes representativos decisórios, fato que se procura compensar com o apelo talvez abusivo às soluções emergenciais de poucos indivíduos de conexão indireta com o público. Não se coloca em questão a competência do Supremo Tribunal Federal – esta pesquisa é testemunha de apenas uma fração dos avanços que só foram conseguidos nos últimos anos por sua atuação –, mas a ligação do público com seus resultados. A *independência* do poder judiciário é essencial; o problema não está no excesso de

ativismo judiciário, mas no quanto o debate público sobre delimitação de direitos permanece *dependente* da maioria simples entre os 11 votos dos ministros – e não dos 594 congressistas que deveriam representar e prestar contas aos anseios e valores da sociedade.

Resta saber se haveria interesse público em acompanhar os debates jurídicos em casos menos midiáticos do que a condenação de representantes políticos acusados de desvios. Como visto, talvez o interesse do público possa ser comprovado pela participação ativa nos debates legislativos que levaram à aprovação do Marco Civil da Internet e pela resistência à criação de conselhos para jornalistas e para o setor do audiovisual. Não se pode ignorar, tampouco, a fascinação dos casos de conteúdos que são proibidos, sugando a atenção coletiva pela curiosidade pelo proibido. Como sugerido anteriormente, é possível representar metaforicamente essa atração como um fenômeno de *sucção e pressão pelo vácuo*: uma pressão externa remove um conteúdo por meio da censura, deixando, entretanto, sinais que apontam para a rarefação desse espaço midiático devido à retirada do conteúdo visto como inadequado. Grupos interessados em preservar suas liberdades mantêm-se vigilantes das condições de expressão no espaço público, identificando ou vazando informações colaterais sobre o que se pretendia ocultar; com isso, as denúncias de cerceamento ventiladas por esses indivíduos sugam novas hordas, que atraem, no mesmo movimento, quantidades cada vez maiores de indivíduos que realizam nova pressão, potencialmente desestabilizando o sistema e enfraquecendo os que procuraram remover do espaço público conteúdos considerados como inadequados.

Esse mecanismo demonstra que há, sim, interesse do público pelo debate sobre a liberdade de expressão, mas a barreira talvez se encontre na capacidade de acesso e compreensão em relação aos debates jurídicos sobre censura: não é de surpreender que o acesso à justiça (seja para cumprir o direito à informação pública, seja para garantir qualquer outro direito) ainda dependa da intermediação custosa de um especialista na área do direito ou de um diploma de bacharel. Seria impossível levar em consideração o cidadão comum na hora de expor um tema complexo por si só, mas que se torna inacessível pela linguagem jurídica? Iniciativas positivas, como o site de notícias do STF, mostram que é possível facilitar o acesso e traduzir aos leigos os tópicos de potencial interesse social. Outra barreira considerável ainda mais intransponível é a percepção do público sobre os pontos de entrada no mecanismo jurídico: o acesso à justiça já é limitado quando o público se coloca somente no espaço de receptor; quando

procura atuar para fazer sua voz ser ouvida, encontra o abismo (difícilmente superado sem tempo, conhecimentos específicos e capital) do acesso aos direitos jurídicos. Como os outros três poderes, o judiciário ainda enfrenta dificuldades para se direcionar ao público – e desafios ainda maiores para ouvi-lo.

Considerando o magnetismo que a censura detém na mobilização pública, um caminho adotado frequentemente nos casos analisados envolve seu próprio ocultamento, procurando romper a cadeia de eventos que leva ao efeito dominó da “sucção e pressão pelo vácuo”, descritas acima. Para isso, a censura procura, antes de mais nada, negar a si mesma, rasurando-se em uma ~~censura~~, termo tabu que precisa ser constantemente negado pelos que enfrentam dificuldade em defendê-la abertamente – e apelam a outros termos para limitar a expressão incômoda. Esse constrangimento em identificar-se com a censura tabu talvez tenha sido exposto em sua faceta mais clara pela reclamação do ministro Eros Grau, que precisou evidenciar seu histórico pessoal de combate à censura ao sentir-se “oprimido” pela identificação com esse cerceamento, durante debate com o ministro Celso de Mello sobre a proibição do *Estado de S. Paulo* (Rcl 9.428/DF, julgada em 10/12/2009, p. 103-104), como visto no nono capítulo.

Essa lógica já havia sido denunciada pelo ministro Ayres Britto (ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 70), no descarte da Lei de Imprensa, por sua “lógica matreira” ao apresentar uma diretriz ampla em defesa da liberdade, seguida de diversas cláusulas de exceção que negam todo o potencial libertador anterior – mas que permitiria potencialmente aos defensores do autoritarismo camuflado uma aparência de legalidade, sem sua substância. Os apelos às exceções da liberdade podem dar um novo sentido aos regimes “de exceção”: não só como oposição teórica do autoritarismo ao regramento do Estado de Direito, mas também como o *apelo excessivo ao emprego de exceções à liberdade*, o que ironicamente ainda parece ser a regra nos casos descritos anteriormente.

Um segundo corolário dessa lógica de restrições que delimitam um direito amplo foi também denunciado na crítica da tese de uma suposta *censura qualificada*, formulada pelo ministro Carlos Velloso (MS/MC 24.832/DF, 18/03/2004, p. 65), que se opõe aos que leem que a censura seria somente a sujeição prévia de controle policial, e que o veto constitucional se daria apenas no caso da censura “política, ideológica e artística”, abrindo espaço para o cerceamento em todas as outras áreas. Entretanto, na leitura sugerida por Velloso nesse caso, a censura precisaria ser “desqualificada”,

considerando o espírito constitucional de veto explícito à censura: a lista de censuras vetadas, assim, seria exemplar, mas não restritiva a esses casos.

Uma terceira linha de argumentação precisa ser destacada ao denunciar-se a *censura inibidora* por indenizações que, por vezes, inviabilizam a sustentação econômica de empresas e indivíduos que sobrevivem de suas publicações, que o ministro Celso de Mello (RCL 15.243/RJ, 18/11/2014, p. 16-17) critica, de maneira ousada, como uma forma tão perniciosa quanto a censura prévia que alguns de seus colegas também, por vezes, acatam.

No mesmo sentido dessas três críticas – e expandindo-as –, encontra-se a defesa feita pelo ministro Carlos Ayres Britto (ADPF 130/DF, 30/04/2009, p. 52) de uma “*sobretutela*” da liberdade de imprensa que ampliaria a liberdade de expressão, como um “sobredireito” da personalidade que, portanto, estaria localizado em hierarquia superior e deveria ser mais protegido nos casos de conflito com outros direitos da personalidade – como a imagem, a honra, a privacidade, a intimidade ou o sigilo.

E, de forma ainda mais enfática, sua radicalização (Carlos Ayres Britto – RE 511.961/SP, em 17/06/2009, p. 118-119) posterior na defesa de uma concepção da liberdade de expressão como um direito absoluto, como outros direitos que, em sua leitura, também o são, como a “liberdade de consciência”.

Vale relembrar que essas cinco leituras aqui destacadas – a crítica da “lógica matreira”, da “censura qualificada”, da “censura inibidora por indenizações”, a “sobretutela da liberdade de imprensa” e a ainda mais radical defesa dessa liberdade como “direito absoluto” – incitaram oposição dos ministros em seus votos e debates, e tendem a ser também, infelizmente, exceções ao consenso conservador.

Avaliando os resultados gerais das análises dos capítulos anteriores, é possível destacar duas tendências nesse conflito entre argumentos restritivos. Por um lado, nos casos autodenominados como censura, o Supremo Tribunal Federal parece defender a autonomia dos indivíduos ante o Estado, *restringindo o poder estatal de controle* ante a expressão do indivíduo. Esses casos, analisados nos capítulos 9 e 12 – o fim da Lei de Imprensa e da obrigatoriedade do registro e do diploma para jornalistas, além do debate aberto sobre a inconstitucionalidade das sanções da classificação indicativa –, partem justamente da necessidade de superar o fardo do legado autoritário do passado, evitando o retorno aos tempos em que o Estado assumia o papel de avaliador do que poderia ou não ser expresso publicamente. Referências explícitas a essa necessidade de superação da herança ditatorial são um sinal de que esse incômodo precisa ser constantemente

reiterado. Não é de se surpreender, nesse caso, que, ao se restringir uma instituição – o Estado –, procura-se fortalecer outra – particularmente a imprensa, e não a coletividade geral de indivíduos –, o que pode mostrar um reparo aos danos causados no passado pela ditadura militar, mas também a prevalência dos interesses corporativos, fortalecidos indiretamente pelos mecanismos de autorrestrrição da regulação estatal.

Por outro lado, ao contrário dessa liberal restrição estatal, os conflitos entre indivíduos descritos no décimo capítulo parecem sinalizar uma tendência oposta, ainda que mais sutil, com uma defesa, por vezes, mais conservadora dos direitos da personalidade (como a honra, a imagem, a intimidade, a privacidade e o sigilo), que, em alguns casos, sobressai-se quando colide com a liberdade de expressão. No contexto da redemocratização, essa prudência conservadora pode sugerir duas leituras positivas e outra nem tanto. Em primeiro lugar, uma proteção dos indivíduos ante a tirania das instituições como a imprensa; indivíduos que, como elo mais fraco, procuram ter seus direitos protegidos. Em segundo lugar, a erosão da influência midiática sobre a justiça, que poderia mostrar-se menos influenciável do que o executivo ou o legislativo à pressão das empresas de comunicação. Por último, a triste sobrevivência da tradição ibérica de defesa da honra e da imagem (com resistência à crítica), que sinalizaria traços persistentes da imaturidade democrática de nossa sociedade.

Essas duas tendências do STF devem ser tomadas como pano de fundo ao se analisar um panorama geral sobre o resultado final dos casos considerados de censura no tribunal. É possível construir uma tipologia dos casos, a partir de sua classificação em três grupos de “censura”: a *proibição* da veiculação dos conteúdos; a *regulação* das condições gerais de publicação; e a *punição* posterior por abusos. Ao cruzar essa tipologia com o resultado final do julgamento no STF (em que as demandas proibitivas, restritivas ou punitivas foram alvo de liberação ou de controle), a Tabela 2, a seguir¹³², mostra um cenário de controle predominante justamente nos sete casos de conteúdos proibidos e que não puderam ser liberados pelo julgamento do STF, em comparação a

¹³² Essa tabulação pretende complementar, por outro ângulo, a classificação dos casos nos quatro capítulos anteriores, que foi realizada de acordo com veículos sob controle e os argumentos (mais liberais ou não) vitoriosos em cada caso. O desfecho do caso leva em consideração somente o julgamento do STF, sem considerar se outras instâncias posteriormente liberaram ou voltaram a controlar esses produtos comunicativos. É o caso, por exemplo, da revista *Você S/A*, como descrito no décimo capítulo: o pedido do leitor pela liberação da reportagem foi negado pelo STF, mas um pedido de liberação em instância inferior, realizado pela editora, já havia garantido sua publicação. Caso semelhante ocorre com a Classificação Indicativa: o julgamento encerrado manteve essa regulação (como consta na tabela e no capítulo anterior), mas novo debate pode revisar esse resultado inicial. As datas dos casos foram suprimidas devido ao limitado espaço da tabela, mas podem ser consultadas no anexo ou nos quatro capítulos anteriores (e na introdução, no caso das revistas eróticas), que tratam desses processos.

somente dois casos em que o STF especificamente permitiu a publicação de uma expressão que se pretendia barrar:

Tabela 2. Cruzamento dos tipos de “censura” (proibição, regulação ou punição) com o resultado (liberação ou controle).

	Liberação	Controle
Proibição	2 casos: - Depoimento de Law Kin Chong na CPI da Pirataria (MS/MC 24832/DF) - Humor durante eleições (ADI/MC-Ref 4451/DF)	7 casos: - <i>Estadão</i> (Rcl 9428/DF) - <i>Você S/A</i> (HC 82880/SP) - <i>O Globo</i> (Pet/MC 2702/RJ) - Revistas eróticas (MI-QO 8-5/SP) - Lei da Copa (ADI 5136/DF) - Propaganda eleitoral (ADI 2677/DF) - Proselitismo em comunitárias (ADI 2566/DF)
Regulação	2 casos: - Lei de Imprensa (ADPF 130/DF) - Registro de jornalistas (RE 511961/SP)	2 casos: - Classificação Indicativa (ADI 2398/DF) - Imposto sobre Ediminas (RE 434826/MG)
Punição	2 casos: - Marta vs. Maluf (HC 81885/SP) - Amorim vs. Dantas (RCL 15243/RJ)	3 casos: - <i>Lance!</i> vs. Luxemburgo (ARE 650931/SP) - <i>GCN</i> vs. Cabeleireiros (ARE 685495/SP) - <i>Band</i> vs. Xuxa (ARE 758478/RJ)

A tabela evidencia uma tendência sugerida na última parte desta pesquisa: mesmo no STF, onde discursos libertários tendem a ser mais frequentes e influentes, alguns casos específicos ainda encontram barreiras procedimentais ou são tragados por brechas legais, fenômeno que, aliado à diversidade de leituras mais ou menos conservadoras entre os ministros, cria uma diversidade de resultados e certa inconstância. Como a tabela indica, em casos de ofensa, a proibição prévia ainda é um recurso adotado com mais frequência do que as punições por indenizações – apesar de a retórica da maior

parte dos ministros constantemente repetir que a censura prévia é vetada pela Constituição, preferindo-se a responsabilização posterior em casos de abuso.

Para compreender o descolamento entre a retórica libertária da corte e o controle mais conservador que emana de suas decisões específicas, é importante iluminar o contexto em que essas disputas são travadas e a particular influência do modelo de transição política adotado nas décadas anteriores. No contexto histórico da redemocratização brasileira, cozinhada no fogo brando de uma transição negociada, a solidez da antiga cultura monolítica de respeito e submissão à autoridade ainda encontra-se em derretimento gradual, enquanto novas instituições e demandas mais libertárias procuram encontrar seu espaço e respaldo social para cristalizar-se. Como o próprio problema a partir do qual partiu esta pesquisa já apontava, os casos analisados também sinalizam a dificuldade em delimitar os sentidos da censura durante essas transformações sociais, novamente possíveis com o retorno à democracia. Com isso, grupos distintos apresentam leituras conflitantes sobre a liberdade de expressão, testando ou impondo novos limites, que acabam sendo foco de disputas polarizadoras ao redor de um tema com um potencial tão grande de mobilização social. Afinal, é difícil resistir à tentação de posicionar-se ante questões colocadas de forma polarizadora: qualquer limite à liberdade de expressão é censura? A sociedade não precisa amadurecer para enfrentar críticas, mesmo quando parecem ofensivas, como parte intrínseca da democracia? Críticas infundadas ou desproporcionais não devem ser alvo de controle ou até bloqueio, de forma a impedir o linchamento social incitado pela mídia sem limites? Grupos minoritários não devem ser protegidos contra o insulto que facilmente pode levar à discriminação ou até ao incitamento de violência? Públicos infantis em formação não devem encontrar um espaço condizente com suas necessidades, em uma transição gradual para os temas próprios do mundo adulto do qual farão parte (somente) no futuro?

Essas questões, que perpassaram os capítulos anteriores, demandam respostas – no plural, vale frisar, e não somente uma.

Felizmente, assim como este trabalho não é uma tese em direito, tampouco precisa ser um panfleto de propaganda militante, o que permite fugir da dicotômica redução do debate que costuma ser visto em polos polêmicos como “censura vs. liberdade de expressão”, “respeito vs. subversão no humor”, “politicamente correto vs. incorreto”, “contra ou a favor da classificação indicativa”... Como visto no capítulo anterior, respostas a essas questões complexas devem pesar as alternativas; e, por vezes,

caminhos diferentes e não binários podem ajudar a destravar a polêmica. Para além da questão sobre as sanções da classificação indicativa revelarem-se censura ou não, talvez seja mais interessante (tanto para a curiosidade acadêmica quanto para o interesse público) revelar os cortes que já são realizados sem registro, alarde nem incômodo – exceto em casos gritantes, que têm como potencial justamente revelar o que esse sistema oculta.

Harmonia e dissonância

No caminho para o desfecho deste trabalho, é necessário, entretanto, uma parada para identificar, com humildade, um de seus limites. Os argumentos empregados nos votos dos ministros do STF são um material rico para a análise da lógica legal por trás das decisões, mas não podem ser tomados individualmente como a decisão da instância superior da justiça brasileira. O único conteúdo vinculante encontra-se nos acórdãos (em anexo), parte tímida se comparada às mais de mil páginas contidas no inteiro teor desses julgamentos – que foram analisadas para esta pesquisa¹³³. Entretanto, a análise desses debates é essencial também para mostrar que, por trás dos acordos e do consenso obtido, revela-se uma multiplicidade de perspectivas e argumentos em direções, por vezes, opostas. Não deixa de ser irônico o fato de que essa diversidade também sinaliza particularmente a instabilidade conceitual de um termo (a censura) que procura justamente apagar o que considera como desviante. Além disso, esse debate ocorre e é problemático porque o controle comunicativo precisa ser, ao mesmo tempo, inserido e diferenciado (como proibição, punição, controle, regulação, classificação ou qualquer outra medida) em relação a um sistema de leis que veta a censura, mas mantém brechas legais que permitem esses controles. Assim, pode-se dizer que o silenciamento pode ser *harmonizado* com a estrutura legal vigente, como parte do repertório possível de restrições próprias à democracia, ou colocado em *dissonância* pelos que o pretendem denunciar, como uma desarmônica intromissão dos acordos do autoritarismo que se pretendia superar.

Finalmente, é importante relembrar o conceito de censura que lastreia este trabalho, como exposto no segundo capítulo: a censura é uma situação-limite de crise

¹³³ Ver a discussão apresentada no oitavo capítulo sobre a predominância, no STF, da “deliberação externa” (em que cada juiz justifica seu voto prévio para a audiência) ante a “deliberação interna” (discussão entre juízes procurando medidas de convencimento, comprometimento ou consenso), criticada por Silva (2009, p. 217).

enunciativa, em que a tematização é barrada por força externa, ou segregada a uma esfera específica (no presente caso, o registro sigiloso do processo jurídico). Assim, a censura deve ser encarada como uma barreira sistêmica imposta no fluxo de ações comunicativas entre a esfera pública e a privada – e é importante destacar o sentido impeditivo da barreira. Como consequência lógica, qualquer tipo de medida de responsabilização que não restrinja a circulação de uma expressão pública enfrenta dificuldades teóricas – semânticas, até – para ser considerada como censura, se for possível restringir o sentido desse termo à “proibição”. Não se pretende, com isso, restringir o impacto dos mecanismos de influência indireta ou direta que incidem sobre as condições de expressão, mas talvez seja necessário, para precisão conceitual, diferenciá-los de um processo de controle mais específico, como a censura.

Entretanto, é talvez simplista demais considerar que seja possível tornar esse sentido restrito de censura como consenso entre diferentes abordagens sobre um termo tão polêmico. Um trabalho que avalia justamente os conflitos pela legitimidade acerca da delimitação dos sentidos de um tema tão aberto à disputa quanto a censura não pode ter a pretensão de impor suas definições sobre outras – uma falha teórica evidente demais para ser perdoada. Ainda assim, algum sentido precisa ser utilizado como baliza para definir o termo, e é necessário evitar a desonestidade intelectual de insinuar que não se pretende tomar nenhum posicionamento nessa disputa; ou, pior ainda, não atacar essa questão conceitual. Como uma solução provisória – como toda proposta que se pretenda como científica, aberta à crítica, refutação ou aprimoramento –, foi apresentada essa definição escorada em seus argumentos, antecipando (e esperando) divergências. Não seria possível estudar a liberdade de expressão de outra forma.

É necessário deixar claro que, apesar de alguns dos processos discutidos serem classificados como censura por ministros, pleiteantes, juízes de instâncias inferiores (ou pelo próprio sistema de catalogação do STF), nem todos os casos trataram de proibição da expressão pública. Como a discussão sobre “censura tributária” no início da parte final, muitos casos podem ser classificados como uma disputa sobre as condições em que a expressão das ideias seja possível – ou seja, sobre as *condições de expressão* –, mesmo que o resultado dessa expressão não tenha sido limitado diretamente pelo desfecho do caso.

Os casos avaliados envolveram discussões nada consensuais sobre a legitimidade do uso do termo “censura”, e daí nasce a riqueza desses textos para análise, pois se colocam em confronto diferentes argumentos que procuram sua melhor expressão e

compreensão de pontos de vista divergentes. Como o próprio termo “acórdão” remete, trata-se de um acordo, uma conclusão ponderada entre partes, termo que prudentemente se distancia de um “veredito”, que se pressuporia como uma definitiva verdade – entre tantas outras. Para além desses breves parágrafos iniciais dos acórdãos, que *harmonizam* leis, demandas e argumentos em uma solução provisória, os processos em inteiro teor permitiam acessar o *dissonante* registro dos votos e debates dos ministros, momentos de maior diversidade e, logicamente, divergência. É esse desacordo entre as partes envolvidas que garante a riqueza dos casos para a análise deste tema em particular. Se esta pesquisa procura incentivar a compreensão pública sobre um tema politicamente relevante (os limites da liberdade de expressão) para além do palco em que ele atualmente encontra-se restrito (os tribunais de justiça e as partes envolvidas), é necessário evidenciar-se os pontos nodais desta discussão entre perspectivas tão distintas, com uma abertura e um incentivo ainda maiores para novos pontos de vista divergentes, sem pretensões de impor soluções fechadas ou pré-concebidas. Afinal, talvez os únicos envolvidos em um debate sobre censura e liberdade de expressão que esperem a conquista do consenso sejam aqueles que ecoam indiretamente uma forma de silêncio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **What is an apparatus? and other essays**. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- _____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- _____. **O Reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo [Homo Sacer II, 2]**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio... [et al.]. **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2011.
- AGUIAR, Cristiano. “Análise da proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual”. **Revista Eptic Online**, v. 7, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/341/523> [Acesso em 25 jun. 2014].
- ALGRANTI, Leila Mezan. “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821)”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, p. 91-119, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVIN, Ricardo Cravo. **Driblando a censura**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação**. Brasília: ANDI, 2007. Disponível em: <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao> [Acesso em 25 jun. 2014].
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: Edusc, 1999.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “1964, o ano que não terminou”. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, p. 205-236, 2010.

ARAÚJO, Cláudia. **Os crimes dos jornalistas: uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2010.

AREAL, Leonor. “Censura na actualidade e novas formas de controlo ideológico”. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23, Lisboa, CIMJ, p. 27-38, 2013. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-2.pdf [Acesso em 25/06/2014]

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária / Salamandra / São Paulo: Edusp, 1981.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. “Que é liberdade?”. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, p. 188-220, 2007.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas (SP): Papirus, 1993.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. “Algumas considerações sobre a atual Lei de Imprensa e a indenização por dano moral”. **Justitia**, n. 59, p. 66-71, jan./mar. 1997.

BADIOU, Alain. **Pequeno manual de inestética**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BAKHTIN, Mikhail [VOLOCHÍNOV, V.N.]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Huicitec, 2010.

BARBERO, Jesus Martín. “Heredando el futuro: pensar la educación desde la comunicación”. **Nómadas** n. 5, 1996, p. 10-22.

BARBOSA, Silvio Henrique Vieira; CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e. “Social Media and Personality rights: an analysis of the liability of the content provider in the case law of the Superior Court of Justice”. In: SOUSA, Helena; et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:

http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8653/20140403365959059475.pdf#page=143 [Acesso em 25 jun. 2014].

BARKER, Martin. **Audiences and Receptions of Sexual Violence in Contemporary Cinema**. London: British Board of Film Classification (BBFC), 2007. Disponível em: <http://www.bbfc.co.uk/download/policy-and-research/Audiences%20and%20Receptions%20of%20Sexual%20Violence%20in%20Contemporary%20Cinema.pdf>

BARROSO, Luis Roberto. “Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do

Código Civil e da Lei da Imprensa”. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 36, p. 24-53, 2001.

_____. “Retrospectiva 2008 – Judicialização, ativismo e legitimidade democrática”. **Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)**, n. 18, abril/maio/junho 2009.

_____. “Constituição, Comunicação Social e as Novas Plataformas Tecnológicas”. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, n. 12, janeiro/2008.

BÉGAUDEAU, Françoise. **Entre os muros da escola**. São Paulo: Martins, 2009.

BENSAÏD, Daniel. Permanent Scandal. In: AGAMBEN, Giorgio. [et al.]. **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2012.

BITELLI, Marcos Alberto Sant’Anna (org.). **Coletânea de legislação de comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BITO, Angélica. “Comparamos o Halloween – O Início dos cinemas com o de Rob Zombie”. **Cineclick**, 03/08/2009. Disponível em:

<http://www.cineclick.com.br/noticia/carregar/titulo/comparamos-o-halloween-io-inicio-dos-cinemas-com-o-de-rob-zombie/id/23656>

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. **Direito de autor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Políticas de comunicação e economia política das telecomunicações no Brasil**. Aracaju: Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe, 2003. Disponível em: <http://novo.fndc.org.br/download/politicas-de-comunicacao-e-economia-politica-das-telecomunicacoes-no-brasil-convergencia-regionalizacao-e-reforma/documentos/106160/arquivo/livrobolano.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

BOLTER, Jay David; GRUSING, Richard. **Remediation: understanding new media**. Massachusetts: MIT Press, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUCCI, Eugênio. **Televisão objeto: a crítica e suas questões de método** [tese de doutorado]. São Paulo: ECA-USP, 2002.

_____. “A fabricação de valor na superindústria do imaginário”.

Communicare, v. 2, n. 2, p. 55- 72, 2º semestre de 2002a.

- _____. “Uma proposta para melhorar a TV”. **Jornal do Brasil**, 2002b.
Disponível em: http://www.ietv.org.br/artigo/uma_proposta_para_melhorar_a_tv/7/
[Acesso em 20/12/2011].
- _____. “O espetáculo e a mercadoria com signo”. In: NOVAES, Adauto. (org.). **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Senac, p. 218-233, 2005.
- _____. “Ubiquidade e instantaneidade no teleespaço público: algum pensamento sobre a televisão”. **Caligrama**, v. 2, n. 3, set./dez. 2006.
- _____. “Direito de livre expressão e direito social à informação na era digital”. **Líbero**, Ano XI, nº 22, p. 101-108, dez. 2008.
- _____. “Álbum de família: meu pai, meus irmãos e o tempo”. In: MAMMI, Lorenzo; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Oito vezes fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 69-87, 2008a.
- _____. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. “Em torno da instância da imagem ao vivo”. **Matrizes**, v. 3, n. 1, p. 65-79, ago/dez 2009a.
- _____. “Em torno de um conceito preliminar de teleespaço público”. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto, MELO, Claudineu de (orgs). **Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, p. 399-428, 2009b.
- _____. “Aquilo de que o humano é instrumento descartável: sensações teóricas”. In: NOVAES, Adauto. (org.). **A Condição Humana as aventuras do homem em tempos de mutações**. Rio de Janeiro/São Paulo: Agir Editora/SESC-SP, p. 375-394, 2009c.
- _____. “O olho que vaza o olho: fabricação industrial de signos visuais num tempo em que o *olhar* virou sinônimo de *trabalho*”. In: NOVAES, Adauto (org.). **A experiência do pensamento**. São Paulo: Sesc-SP, p. 289-321, 2010.
- _____. “O desejo de censura”. **O Estado de S. Paulo**, 31 jul. 2011.
Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-desejo-de-censura,752342,0.htm> [Acesso em 5 dez. 2011].
- _____. “O judiciário e sua imagem em transe”. **O Estado de S. Paulo**, 6 out. 2011a. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-judiciario-e-sua-imagem-em-transe,-781839,0.htm> [Acesso em 5 dez. 2011].

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUCKINGHAM, David. “As crianças e a mídia: uma abordagem sob a ótica dos Estudos Culturais”. **MATRIZES** (USP), v. 5, n. 2, p. 93-121, 1º sem. 2012.

_____. “Precisamos realmente de educação para os meios?” **Comunicação & Educação** (USP), ano XVII, n. 2, p. 41-60, jul./dez. 2012b.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAUMANN, Pedro Jorge. “Regulação, mercado e políticas de comunicação”.

Comunicação e Sociedade, v. 11, p. 99-108, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1133/1076> [Acesso em 25 jun. 2014].

BRAZ, Rodrigo Garcia Vieira. **Estado e Comunicação: uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela** [dissertação de mestrado].

Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7621> [Acesso em 25 jun. 2014].

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRITO, Alexandra Barahona de. “Justiça transicional e memória: exploração de perspectivas”. In: PINTO, António Costa (org.) **A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 41-64, 2013.

BRITO, Alexandra Barahona de; SZNAJDER, Mario. “A política do passado: América Latina e Europa do Sul em perspectiva comparada”. In: PINTO, António Costa (org.) **A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 189-212, 2013.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Censura em pauta: uma abordagem arqueológica dos discursos sobre o cerceamento da liberdade de expressão nas páginas da imprensa** [Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo/ECA-USP]. São Paulo: ECA-USP, 2012.

_____. “Entre democratização e censura: o debate público e as posições do jornalismo sobre a regulação da mídia”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and**

Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences. Braga: CECS, 2013.

Disponível em:

http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8653/20140403365959059475.pdf

[Acesso em 25 jun. 2014].

_____. “Libertar a liberdade de expressão: os discursos sobre comunicação e censura em matérias do jornal Brasil de Fato”. **Revista Alterjor**, v. 4, n. 7, 2013a.

Disponível em: [http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-](http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-a11/pdf_112)

[a11/pdf_112](http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj7-a11/pdf_112) [Acesso em 24 jun. 2014].

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano; MIZUMOTO, Vinicius. “O mercado da cultura e da comunicação: desafios da liberdade de expressão na contemporaneidade”.

Parágrafo, v. 2, n. 1, p. 82-98, 2014. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/184/250> [Acesso em 25 jun. 2014].

CABRERA, Ana. “Repressão vs Expressão: censura às artes e periódicos”. **Revista**

Media & Jornalismo, n. 23, Lisboa, CIMJ, p. 7-11, 2013. Disponível em:

http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-ana.pdf

CACCIOTTOLO, Mario. ‘The Streisand Effect: When censorship backfires’. **BBC**,

15/06/2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-18458567> [Acesso em: 2 de mar. 2014].

CÁDIMA, Francisco Rui. “Bloqueios e desafios da regulação do audiovisual em

Portugal”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 65-83, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1131/1074> [Acesso em 25 jun. 2014].

CALDEIRA, Alfredo. “A censura a que temos direito”. **Media & Jornalismo**, (12), p. 9-18, 2008.

CALVINO, Ítalo. **Um general na Biblioteca**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CÁNEPA, Laura. “Pornochanchada do avesso: o caso das mulheres monstruosas em filmes de horror da Boca do Lixo”. **E-compós**, Brasília (DF), v. 12, n. 1, jan./abr. 2009.

Disponível em:

<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/358/320>

_____. “SHOCK! Slasher movie 'made in Brazil'”. **Contracampo**, Niterói

(RJ), nº 21, p. 131-144, ago. 2010. Disponível em:

<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/30/45>

CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. “A importância da classificação indicativa”. **Folha de S.Paulo**, 30/03/2012, p. A3. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/34210-a-importancia-da-classificacao-indicativa.shtml>

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). **A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARVALHO, Julia. **Amordaçados: uma história da censura e de seus personagens**. Barueri (SP): Manole, 2013.

CARVALHO, Mariana Martins de. “Características das relações entre Estado e comunicação – uma leitura do Brasil, Argentina, Equador e Bolívia à luz das mudanças da América Latina”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013a. Disponível em:

http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8653/20140403365959059475.pdf

[Acesso em 25 jun. 2014].

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d’áquém e d’álem mar: Percursos e Gêneros do Jornalismo português e brasileiro**. Santarém (Portugal): Edições Jortejo, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. **Direito de autor e direitos da personalidade: reflexões à luz do código civil** [tese para concurso de Prof. Titular de Direito Civil – FD-USP]. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity – rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 2004.

_____. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

- _____. “Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos”. **MATRIZES** (USP), ano 2, n. 1, p. 13-30, 1º sem. 2008.
- _____. “Comunicação e educação: convergências educomunicativas”. **Comunicação, Mídia e Consumo** (ESPM) v. 7, n. 19, p. 67-85, jul. 2010.
- COETZEE, J. M. **Contra la censura: ensayos sobre la pasión por silenciar**. Barcelona: DEBOLSILLO, 2008.
- CONAR. **Autorregulamentação e Liberdade de Expressão: a receita do Conar**. São Paulo: Conar, 2011.
- COSTA, Cristina. **Censura em cena**. São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSP/FAPESP, 2006.
- _____. (org.). **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2008.
- _____. “Censura não é educação”. **Comunicação & Educação** (USP), ano XIII, n. 2, p. 45-55, mai./ago. 2008a.
- _____. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.
- _____. “A censura de “O Poço” – mediação entre realidade e o simbólico”. **Revista Intercom** v.34, n.1, p. 149-167, jan./jun. 2011.
- _____. (org.). **Seminários sobre a censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)**. São Paulo: Balão Editorial/Fapesp, 2012.
- COSTA E SILVA, Elsa; FIDALGO, Joaquim; SOUSA, Helena. “Regular para a Liberdade: o Caso Português”. **Derecho a Comunicar**, n. 1, p. 80-97, jan.-abr. 2011. Disponível em: <http://www.derechoacomunicar.amedia.org.mx/pdf/num1/5-portugal.pdf> [Acesso em 3 mar. 2014].
- COSTA E SILVA, Elsa. “Concentração dos media em Portugal: que leis?”. **Comunicação e Sociedade**, v. 7, p. 209-221, 2005. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1218/1161> [Acesso em 25 jun. 2014].
- _____. “Concentração: os desafios à entidade reguladora da comunicação social”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 87-98, 2007. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1132/1075> [Acesso em 25 jun. 2014].

_____. “Citizens and governance: media scrutiny in the digital era”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1694/1631

[Acesso em 25 jun. 2014].

COSTELLA, Antonio. “A censura nos Impérios Lusitano e Brasileiro” In: MELO, José Marques de (org.). **Síndrome da Mordaca: mídia e censura no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 31-41, 2007.

CUNHA, Paulo; PIÇARRA, Maria do Carmo. “Censura nunca mais? Estudos de caso durante o PREC”. **Revista Media & Jornalismo** n. 23, Lisboa, CIMJ, p. 51-62, 2013. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-4.pdf [Acesso em 25 jun. 2014]

CRETELLA NETO, José (coord.). **Comentários à Lei de Imprensa – Lei n. 5.250, de 09.02.1967, e alterações interpretadas à luz da Constituição Federal de 1988 e da Emenda Constitucional n. 36, de 28.05.2002**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DARNTON, Robert. “O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 7, n. 18, p. 5-17, fev. 1992.

_____. **Os best-sellers proibidos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINES, Alberto. “A mídia como campo de batalha”. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, p. 125-134, 2010.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. “Os direitos da personalidade e a liberdade de informação”. **Revista Forense**, v. 363, p. 29-37, set./out. 2002.

FALCÃO, Sandra Pereira. “Estigma ou emancipação: da imagem do professor na web à formação para a docência”. In: CITELLI, Adilson (org.). **Educomunicação: imagem do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 141-162.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse – textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.

- FEOLA, Gabriella. “Por que cortaram O Discurso do Rei?”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:
http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8653/20140403365959059475.pdf
 [Acesso em 25 jun. 2014].
- FERNANDES, José Manuel. **Liberdade e Informação**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- FERREIRA, Rui Assis. “Ética e deontologia no fenómeno da comunicação”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 31-35, 2007. Disponível em:
<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1114/1069> [Acesso em 25 jun. 2014].
- FICO, Carlos. “Prezada censura: cartas ao regime militar”. **Topoi**, p. 251-286, dez. 2002.
- FIDALGO, Joaquim. “Notas sobre ‘O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas’”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 37-56, 2007. Disponível em:
<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1116/1070> [Acesso em 25 jun. 2014].
- _____. “Self-regulation in Portugal: a work in (slow) progress”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:
http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1696/1633
 [Acesso em 25 jun. 2014].
- FIGUEIREDO, Vera Lucia Follain. **Narrativas Migrantes: literatura, roteiro e cinema**. Rio de Janeiro: 7 letras/PUC-RJ, 2010.
- FINOTTI, Ivan. “Humoristas enfrentam autocensura”. **Folha de S.Paulo**, 03/09/2010, p. E8.
- FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FORNAZARI, Fabio Kobol. “Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav”. **RAP – Revista de Administração Pública** (Rio de Janeiro), v. 40, n. 4, p. 647-77, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31600.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].
- FREITAS, Janio de. “Segredos de Justiça”. **Folha de S.Paulo**, 02/08/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200910.htm> [Acesso em 25 jan. 2015].
- FREUD, Sigmund. **Obras completas vol. 11: Totem e Tabu, Contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na Livraria do Cônego: como era Gonzaga? e outros temas mineiros**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- GIRARD, René. **Coisas ocultas desde a fundação do mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GODOI, Guilherme Canela de Souza. “Comunicações no Brasil: da Confusão Legal à Necessidade de Regular”. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre: Intercom, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/15435763646420360425978314590787860727.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].
- GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- _____. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. “Censura: um poder acima do poder da mídia”. **Revista Comunicação Midiática**, v. 5, p. 139-158, 2006.

_____. **Palavras Proibidas: Pressupostos e subentendidos da censura teatral**. São José dos Campos: BlueCom, 2008.

GOMES, Mayra Rodrigues; CASADEI, Eliza Bachega. “A dimensão política da censura moral”. **Verso e Reverso** (Unisinos), v. 24, n. 56, p. 57-70, 2010.

GOMES, Mayra Rodrigues; PAGANOTTI, Ivan; CABRAL, Nara Lya. “Contra censura e indenizações, nova regulamentação para mídia”. **Rumores** (USP), v. 5, n.1, p. 17-28, 2011. Disponível em: http://www3.usp.br/rumores/visu_art.asp?cod_atual=237

GOMES, Mayra Rodrigues; PAGANOTTI, Ivan. “Censura além da classificação: a recepção brasileira de 'A Serbian Film'”. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual** (USP), v. 39, p. 278-301, 2012. Disponível em:

http://www.usp.br/significacao/pdf/38_13.pdf

GOMES, Joaquim Cardoso. “Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa”. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23, p.77-103, 2013. Disponível em:

http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rmj23jc.pdf [Acesso em 25 jun. 2014].

GÓMEZ, Guillermo Orozco. “Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos”. **Comunicação & Educação** (USP), n. 10, p. 57-68, set./dez. 1997.

_____. “Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI”. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina (orgs.). **Educomunicação: Construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, p. 159-174, 2011.

GONÇALVES, Tamara Amoroso (coord.); LAPA, Thaís de Souza. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

GOUVEIA, Mayra Zago de Faria Custódio. **O conflito entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana no Supremo Tribunal Federal – HC 82.424-2 RS**

[trabalho de conclusão de curso da Escola de Formação da SBDP]. São Paulo:

Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), 2005. Disponível em:

http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/64_Mayra%20Gouveia.pdf [Acesso em 02 jul. 2011]

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin (org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

GRODSKY, Brian. “Re-ordering justice: Towards a new methodological approach to studying transitional justice”. **Journal of Peace Research**, v. 46, n. 6, 2009. Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/46/6/819> [Acesso em 25 jun. 2014].

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social (2 vols.)**. Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **A era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. “Un estudio comparado de los medios en América Latina”. **Medios de Comunicación: el escenario iberoamericano**. Madrid: Fundación Telefónica, p. 91-93, 2007.

HAMBURGER, Esther. “Políticas da Representação: ficção e documentário em Ônibus 174”. In: MOURÃO, Maria Dora; LABAKI, Amir. **O Cinema do Real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. “Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a idéia de espetáculo”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 78, jul. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000200011 [Acesso em 30 ago. 2012].

HANS-BREDOW-INSTITUT FOR MEDIA RESEARCH AT THE UNIVERSITY OF HAMBURG. **Final Report Study on Co-regulation Measures in the Media Sector. Study for the European Commission, Directorate Information Society and Media, Unit A1 Audiovisual and Media Policies**. Hamburg: University of Hamburg, 2006. Disponível em:

http://ec.europa.eu/avpolicy/docs/library/studies/coregul/final_rep_en.pdf [Acesso em 25 jun. 2014].

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. “Lula vs. Larry Rohter: Misconceptions in international coverage”. **Brazilian Journalism Research**, v. 3, n. 1, p. 155-171, 1º semestre de 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMLEBAEK, Carsten. “Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola”. In: PINTO, António Costa (org.). **A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 121-140, 2013.

ISTAMATI, Gisela Barroso. **O Supremo Tribunal Federal e a liberdade de expressão: análise de casos após a Constituição de 1988** [trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), 2008. Disponível em: http://sbdp.org.br/arquivos/monografia/119_giselafinal.pdf [Acesso em 02 jul. 2011].

JAMBEIRO, Othon. “A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos?” **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 24, 2008. Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/867/723> [Acesso em 25 jun. 2014].

JANSEN, Sue Curry. “Ambiguities and Imperatives of Market Censorship: The Brief History of a Critical Concept”. **Westminster Papers in Communication and Culture** v. 7, n. 2, p. 12-30, 2010. Disponível em:

http://www.westminster.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0010/79966/003WPCC-Vol7-No2-Sue_Curry_Jansen.pdf [Acesso em 25 jun. 2014]

JOHNSON, Clay A. **The information diet: a case for conscious consumption**.

Sebastopol (CA-USA): O’Reilly, 2012.

KEHL, Maria Rita. “Tortura e sintoma social”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, p. 123-132, 2010.

_____. “Fetichismo”. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, p. 63-84, 2004.

KROGH, Torbjörn von; NORD, Lars W. “Between Public Responsibility and Public Relations: A Case Study of Editors’ Attitudes Toward Media Accountability in Sweden”. **Communication, Culture & Critique**, v. 3, n. 2, p. 190-206, jun. 2010.

Disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1753-9137.2010.01066.x/pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. **O fim da ditadura militar: o colapso do milagre econômico, a volta aos quartéis, a luta pela democracia**. São Paulo: Contexto, 2001.

- _____. “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar” In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, p. 533-552, 2002.
- _____. “Prefácio: O poder da imprensa e os abusos do poder”. In: LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, p. 9-17, 2011.
- KUSHNIR, Beatriz. “Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002, p. 553-583.
- _____. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LANA, Lúcia Campos de Cerqueira. “O caso Hope: sensualidade feminina na vida doméstica e na vida pública”. **Galáxia**, v. 13, n. 26, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a17.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].
- LANHAM, Richard A. **The economics of attention**. Chicago: Chicago University Press, 2007.
- LEITE, Andrea Limberto. “A mídia como terceiro elemento na relação de censura: o âmbito do subentendido, da polifonia e do segredo”. In: COSTA, Cristina (org.). **Seminários sobre a censura: Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC/ECA/USP)**. São Paulo: Balão Editorial/Fapesp, p.115-132, 2012.
- LESSIG, Lawrence. **Code 2.0**. New York: Basic Books, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LIMA, Luciana. “Classificação indicativa não pode ser confundida com censura, diz ministro da Justiça”. **Agência Brasil**, 19/03/2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-19/classificacao-indicativa-nao-pode-ser-confundida-com-censura-diz-ministro-da-justica>
- LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.
- LIMA, Helena. “Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na ditadura portuguesa”. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23, Lisboa, CIMJ, p. 105-117, 2013. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-7.pdf [Acesso em 25/06/14].
- LINS, Bernardo FE. **Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2002. Disponível

em: <http://www.radiolivre.org/sites/radiolivre/files/politica-comunicacao-analise-comparativa.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

LÍSIAS, Ricardo. “Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, p. 319-328, 2010.

LOCATELLI, Carlos. “Uma defesa robusta da regulação dos meios de comunicação”. **Revista Eptic Online**, v. 11, n. 1, 2009. Disponível em:

<http://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/160/135> [Acesso em 25 jun. 2014].

LOPES, Cristiano Aguiar. **Reflexões sobre a regulação da radiodifusão no Brasil – em busca da Lei Geral de Comunicação Eletrônica em Massa**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema4/2005_3360.pdf [Acesso em 25 jun. 2014].

LOPES, Felisbela. “Dos excessos da TV generalista: Retratos da informação semanal emitida em horário nobre”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 135-148, 2007.

Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1136/1079> [Acesso em 25 jun. 2014].

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LYOTARD, Jean-François. “O acinema”. In: RAMOS, Fernão Pessoa. **Teoria Contemporânea do Cinema - Volume I: Pós-Estruturalismo e filosofia analítica**. São Paulo: Editora Senac, p. 219-231, 2005.

MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe. **Direito, Justiça e Média: Tópicos de Sociologia**. Porto: Afrontamento, 2011.

MAGNOLI, Demétrio. “Doutrina do terror midiático”. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fund. Memorial da América Latina, p. 35-51, 2010.

MAIA, Alfredo. “O imperativo da regulação participada”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 149-155, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1137/1080> [Acesso em 25 jun. 2014].

MACULAN, Anne-Marie; LEGEY, Liz-Rejane. “As experiências internacionais de regulação para as telecomunicações e a reestruturação dos serviços no Brasil”. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 4, p. 64, 1996. Disponível em:

<http://www.rep.org.br/pdf/64-5.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

MÁRIO, Samuel; FALCÃO, Norton. “O CONAR e sua Atuação na Regulamentação da Ética Publicitária”. **Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Campina Grande (PB): Intercom, 2010. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0450-1.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

MARTINS, Carla. “A intervenção da ERC e os deveres dos jornalistas”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1705/1641 [Acesso em 25 jun. 2014].

MARX, Karl. **Do Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

_____. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. “A Censura no Brasil Republicano”. In: MELO, José Marques de. **Síndrome da mordaca: mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 51-70, 2007.

MAYRINK, José Maria. “Censura e democracia: o caso Estadão” In: MEDINA, Cremilda (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fund. Memorial da América Latina, p. 115-124, 2010.

MCQUAIL, Denis. “Publication in a free society: the problem of accountability”.

Comunicação e Sociedade, v. 7, n. 1, p. 235-252, 2005. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1220/1163> [Acesso em 25 jun. 2014].

MEDINA, Cremilda. “As múltiplas faces da censura”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, p. 421-434, 2002.

_____. (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas**. São Paulo: Fund. Memorial da América Latina, 2010.

MELO, Ana Duarte; SOUSA, Helena. “A Darker Shade of Pale: the never ending burden of advertising regulation”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS, 2013.

Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1697/1634

[Acesso em 25 jun. 2014].

MELO, José Marques de. **Síndrome da mordaza: mídia e censura no Brasil (1706-2006)**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. “Colisão de direitos fundamentais: liberdade de expressão e de comunicação e direito à honra e à imagem”. **Revista de Informação Legislativa**, n. 122, p.297-301, mai./jul. 1994.

MENDES, Vitor. “Rob Zombie’s HALLOWEEN”. **Cinema em foco**, 26/07/2009.

Disponível em: <http://cinemaemfoco.wordpress.com/2009/07/26/rob-zombies-halloween>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO. **Manual da nova classificação indicativa**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: www.mj.gov.br/classificacao

_____. **Classificação Indicativa: Guia Prático**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: www.mj.gov.br/classificacao

_____. **Classificação Indicativa: Guia Prático**, 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: www.mj.gov.br/classificacao

MORAIS, Ana Bela. “O que quase se perdeu – reflexões sobre censura: Alguns Cortes, de Manuel Mozos”. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23. Lisboa: CIMJ, p. 191-198, 2013. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-12.pdf

[Acesso em 25 jun. 2014].

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORLINO, Leonardo. “Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul”. In: PINTO, António Costa (org.). **A Sombra das Ditaduras: A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 213-237, 2013.

MOSCO, Vincent. From the myth of cyberspace to the political economy of computer communication. **Comunicação e Sociedade**, v. 7, p. 49-67, 2005. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1209/1152> [Acesso em 25 jun. 2014].

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**, 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Maria Clara Sidou. “A autorregulamentação em questão: a legitimidade do CONAR e a participação da esfera pública na discussão da publicidade para a criança”. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza (CE): Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0879-1.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

MOTA, Francisco Teixeira da. **A Liberdade de Expressão em Tribunal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

MUNIZ, Diógenes. “Peço desculpas aos usuários do YouTube”, diz Daniella Cicarelli. **Folha Online**, 13/01/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21380.shtml> [Acesso em 3 mar. 2014].

MURDOCK, Graham. “Continental shifts: capitalism, communications and change in Europe”. **Comunicação e Sociedade**, v. 7, p. 11-23, 2005. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1207/1150> [Acesso em 25 jun. 2014].

NEIDHARDT, Irit. “Untold Stories: European Funding of Middle Eastern Films”. **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 7, n. 2, p. 31-50, 2010.

NOBRE, Freitas. **Imprensa e liberdade: os princípios constitucionais e a nova legislação**. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **Comentários à lei de imprensa**. São Paulo: Saraiva, 1989.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2007.

PAGANOTTI, Ivan. “Disputas por fronteiras e limites de sentido 'Entre os muros da escola’”. In: PAIVA, Samuel; CÂNEPA, Laura; SOUZA, Gustavo. (Orgs.). **XI Estudos de Cinema e Audiovisual SOCINE**. São Paulo: SOCINE, p. 448-460, 2010.

Disponível em: http://www.socine.org.br/livro/XI_ESTUDOS_SOCINE_b.pdf

PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. **II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012a. Disponível em:

http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf

_____. “O tabu da censura: análise de uma campanha para que você 'Não se engane' sobre a classificação indicativa”. **Rumores** (USP), v. 6, p. 124-145, 2012b.

Disponível em: http://www.rumores.usp.br/pdf/rumores12_8.pdf [Acesso em 30 jun. 2014].

_____. “Censura em disputa e clamor pelo silêncio” [Resenha de: REIMÃO, S. Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011]. **Matrizes** (USP), v. 5, n. 2, p. 287-291, 2012d. Disponível em:

<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/319/pdf>

_____. “A gota d água que irrompe da tensão entre público e privado: a ameaça de expulsão do correspondente Larry Rohter, do New York Times”. **Culturas Midiáticas** (UFPB), v. 5, p. 14-29, 2012e. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/14333/8200>

_____. “Em Nome do Proibido: controle da liberdade de expressão, justificativas para interdições e reflexos da censura”. **Anais do XXXV Intercom**. Fortaleza/CE: Intercom, 2012f. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0188-1.pdf>

_____. “Veto à censura e silêncio camuflado: regulamentação da mídia pela diferenciação ante a censura”. In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga, Portugal: CECS - Universidade do Minho, 2013, p. 34-50. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1684/1621 [Acesso em 25 jun. 2014].

_____. “Terror mutilado: Halloween, adequado à classificação indicativa”. In: **ESTUDOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL SOCINE: Anais de Textos Completos**. São Paulo: Socine, p. 576-586, 2013a. Disponível em:

<http://www.socine.org.br/anais/2012/AnaisSocine2012.pdf>

_____. “Pressão virtual e regulamentação digital brasileira: análise comparativa entre o Marco Civil da Internet e a Lei Azeredo”. **Eptic** (UFS), v. 16, p. 139-156, 2014. Disponível em:

<http://www.seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/2171/1951> [Acesso em 30 jun. 2014].

PAULINO, Fernando Oliveira. **Responsabilidade Social da Mídia. Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha** [tese de doutorado].

Brasília: UnB, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14774> [Acesso em 25 jun. 2014].

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PELEGRINI, Milton; SCHIAVO, Sueli Ferreira. “Participação Popular na Mídia é Censura?” In: SOUSA, Helena et al. **Media Policy and Regulation: Activating Voices, Illuminating Silences**. Braga: CECS - Universidade do Minho, p. 378-386, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1710/1645 [Acesso em 25 jun. 2014].

PEREIRA, Sara. “A regulação da televisão para crianças em Portugal: Estado da situação e propostas de acção”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 109-126, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1134/1077> [Acesso em 25 jun. 2014].

PETLEY, Julian. **Censoring the Word**. London/New York/Calcutá: Seagull, 2007.

PHILLIPS, Peter. **Censored 2007: the top 25 censored stories**. Nova York: Seven Stories Press, 2006.

PIEDEDE, Lucio de Franciscis dos Reis. **A cultura do lixo: horror, sexo e exploração no cinema** [Dissertação de mestrado]. Campinas (SP): Unicamp, 2002. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000288046&fd=y>

PINTO, António Costa. “Authoritarian legacies, transitional justice and state crisis in Portugal's democratization”. **Democratization**, v. 13, n. 02, p. 173-204, 2006.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13510340500523895> [Acesso em 25 jun. 2014].

_____. “O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução”. In: PINTO, António Costa (org.). **A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 19-39, 2013.

PINTO, Manuel; SOUSA, Helena. “A nova entidade reguladora no quadro das políticas de comunicação em Portugal”. **Comunicação e Sociedade**, v. 11, p. 5-11, 2007.

Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1112/1066> [Acesso em 25 jun. 2014].

PRETZEL, Bruna Romano. **O ministro Marco Aurélio e a liberdade de expressão: uma análise de argumentação** [trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), 2008. Disponível em:

http://sbdp.org.br/arquivos/monografia/93_Bruna%20Romano%20Pretzel.pdf [Acesso em 02 jul. 2011].

PUPPIS, Manuel. “Media Governance: A New Concept for the Analysis of Media Policy and Regulation”. **Communication, Culture & Critique**, v. 3, n. 2, p. 134-149, jun. 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1753-9137.2010.01063.x/pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

RABOY, Marc; PADOVANI, Claudia. “Mapping Global Media Policy: Concepts, Frameworks, Methods”. **Communication, Culture & Critique**, v. 3, n. 2, p. 150-169, jun. 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1753-9137.2010.01064.x/pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

RAIMUNDO, Filipa. “Partidos políticos e justiça transicional em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976)”. In: PINTO, António Costa (org.). **A Sombra das Ditaduras – A Europa do Sul em Comparação**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), p. 87-119, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANDALL, Richard S. **Censorship of the movies: the social and political control of a mass medium**. Madison, Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1968.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

REIMÃO, Sandra; ANDRADE, Antonio. “Meio século de censura no cinema e na televisão brasileira: 1950-2000”. In: MELO, José Marques de (org.). **Síndrome da Mordalha: mídia e censura no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, p. 85-100, 2007.

REINARD, John C.; ORTIZ, Sandra M. “Communication Law and Policy: The State of Research and Theory”. **Journal of Communication**, v. 55, n. 3, p. 594-631, set. 2005.

Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.2005.tb02687.x/pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, p. 435-450, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. “A liberdade de expressão”. **Valor Econômico**, 24/10/2011.

Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/1064808/liberdade-de-expressao> [Acesso em 5 dez. 2011].

RISSO, Carla de Araujo. **O ato da sociedade paulista – Opinião pública e censura ao teatro de 1957 a 1968: manifestações populares presentes nos processos do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP** [tese de doutorado]. São Paulo: ECA-USP, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-22052012-162526/pt-br.php> [Acesso em 5 mai. 2013].

RYAN, Marie-Laurie. **Narrative across media: the languages of storytelling**. Nebraska: Univ. Nebraska Press, 2004.

SANTO, Manuela Espírito. “A Alta Autoridade para a Comunicação Social e o direito de resposta”. **Comunicação e Sociedade**, v. 7, p. 223-232, 2005. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1219/1162> [Acesso em 25 jun. 2014].

_____. “Entidades reguladoras: três décadas de reticências”.

Comunicação e Sociedade, v. 11, p. 57-63, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1130/1073> [Acesso em 25 jun. 2014].

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação”. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 82-109, jan./jun. 2005.

Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5505/3136> [Acesso em 25 jun. 2014].

SANTOS, Maria Josefina Tavares; CRUZ, Karina Garcia Santos; MATOS, Valeska de Souza; FERREIRA, Raquel Marques Carriço. “Publicidade Suspensa Pelo Conar: 'Petrobras- Estar no meio ambiente sem ser notada'”. **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Recife: Intercom, 2012. Disponível

em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0780-1.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

SAURA, Laura Bergés; JIMÉNEZ, Núria Reguero. “Spain”. In: SOUSA, Helena; TRÜTZSCHLER, Wolfgang; FIDALGO, Joaquim; LAMEIRAS, Mariana (eds.).

Media Regulators in Europe: A Cross-Country Comparative Analysis. Braga:

CECS, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/118 [Acesso em 3 mar. 2014].

SCHNEIDER, Ari. **Conar 25 anos: ética na prática**. São Paulo: Terceiro Nome; Louveira (SP): Albatroz, 2005.

SERRANO, Estrela. “Pensar a regulação dos media numa sociedade em mudança”.

Comunicação e Sociedade, v. 11, p. 129-133, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1135/1078> [Acesso em 25 jun. 2014].

SIBILA, Paula. “A escola no mundo hiperconectado: redes em vez de muros?”

MATRIZES (USP), ano 5, n. 2, p. 195-211, jan./jul. 2012.

SILVA, Augusto Santos. “A hetero-regulação dos meios de comunicação social”.

Comunicação e Sociedade, v. 11, n. 1, p. 15-27, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1113/1067> [Acesso em 25 jun. 2014].

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. **Democracia e Liberdade de Expressão:**

Contribuições para uma interpretação política da liberdade de palavra [tese de doutorado em Ciências Políticas]. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. Barueri (SP): Manole, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. “O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública”. **Revista de Direito Administrativo**, FGV Direito Rio (Rio de Janeiro), n. 250, p. 197-227, 2009. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4144/2927>

_____. “Deciding without deliberating”. **International Journal of Constitutional Law**, v. 11, n. 3, p. 557–584, 2013. Disponível em:

<http://icon.oxfordjournals.org/content/11/3/557.full.pdf+html> [Acesso em 25 jun. 2014].

SILVA, Virgílio Afonso da; MENDES, Conrado Hübner. “Entre a transparência e o populismo judicial”. **Folha de S.Paulo**, 11/05/2009. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200908.htm> [Acesso em 25 jun. 2014].

SILVA, Virgílio Afonso da; WANG, Daniel Wei Liang. “Quem sou eu para discordar de um ministro do STF? O ensino do direito entre argumento de autoridade e livre debate de ideias”. **Revista Direito GV**, v. 6, n. 1, p. 95-118, 2010. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322010000100006> [Acesso em 25 jun. 2014].

SILVERSTONE, Roger. “Regulation, media literacy and media civics”. **Media, Culture & Society**, v. 26, n. 3, p. 440–449, 2004. Disponível em:

<http://mcs.sagepub.com/content/26/3/440> [Acesso em 25 jun. 2014].

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: SENAC, 1999.

SÓFOCLES; EURÍPEDES. **Electra(s)**. São Paulo: Ateliê, 2009.

SOUSA, Helena; PINTO, Manuel; LOPES, Felisbela; FIDALGO, Joaquim;

JEDRZEJEWSKI, Stanislaw; COSTA E SILVA, Elsa; MELO, Ana; LAMEIRAS,

Mariana. **A Regulação dos Media na Europa dos 27**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2012a. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/regulacao_media_europa27 [Acesso em 25 jun. 2014].

_____. **Cronologia da Actividade da ERC (2005-2011)**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2012b. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/crono_erc_2005_2011 [Acesso em 25 jun. 2014].

SOUSA, Helena; TRÜTZSCHLER, Wolfgang; FIDALGO, Joaquim; LAMEIRAS, Mariana (eds.). **Media Regulators in Europe: A Cross-Country Comparative Analysis**. Braga: CECS, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/118 [Acesso em 3 mar. 2014].

SOUSA, Helena; LAMEIRAS, Mariana. “Portugal”. In: SOUSA, Helena;

TRÜTZSCHLER, Wolfgang; FIDALGO, Joaquim; LAMEIRAS, Mariana (eds.).

Media Regulators in Europe: A Cross-Country Comparative Analysis. Braga: CECS, 2013. Disponível em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/118 [Acesso em 3 mar. 2014].

SOUSA, Helena. “Políticas da Comunicação no Novo Milénio: Crises, Impasses e Fracturas”. **E-Compós**, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/107/106> [Acesso em 3 mar. 2014].

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SOUZA, Laura de Melo e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SOUZA, Sandra Maria Ribeiro de. “A propósito de consumo, censura, cerveja e celebridade: a construção de sentido da marca *Devassa*”. **MATRIZES** (USP), v. 5, n. 1, p. 227-245, jul./dez. 2011.

TELES, Edson Luis de Almeida. “As democracias herdeiras de regimes autoritários”. **Philosophos**, v. 11, n. 1, p. 89-98, jan./jun. 2006. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/3708/3464#.UYfRskpfk9w>

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

UNESCO. **World Trends in Freedom of Expression and Media Development**. Paris: Unesco, 2014. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227025e.pdf> [Acesso em 25 jun. 2014].

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira** [dissertação de mestrado]. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5468> [Acesso em 25 jun. 2014].

VEET, Vivarta (coord.). **Infância e comunicação: referências para o marco legal e as políticas públicas brasileiras**. Brasília: ANDI, 2011.

VICTORINO, José Guilherme. “Propaganda e controlo mediático no primeiro salazarismo: a complementaridade de actuação entre o SPN e o Aparelho Censório”. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23, Lisboa, CIMJ, p. 135-148, 2013. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/rv23-9.pdf [Acesso em 25 jun. 2014].

VILLANUEVA-MANSILLA, Eduardo. “La centralidad del derecho de autor como factor en las políticas de comunicación: en busca de respuestas integradoras para la nueva realidad comunicacional latinoamericana”. **Revista Eptic Online**, v. 16, n. 1, p. 4-18, jan./abr. 2014. Disponível em:

<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/1855/1625> [Acesso em 6 mar. 2014]

WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

WASKO, Janet. “Studying the political economy of media and information”.

Comunicação e Sociedade, v. 7, p. 25-48, 2005. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1208/1151> [Acesso em 25 jun. 2014].

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

WILLIAMS, Linda. “Film Bodies: gender, genre, and excess”. **Film Quarterly**, v. 44, n. 4, p. 2-13, 1991.

WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”. **Revista USP**, n. 65, p. 210-224, mar./mai. 2005.

WILLIAMSON, John. “The Washington Consensus Revisited”. In: EMMERIJ, Louis (org.). **Economic and social development into the XXI Century**. Washington: Inter-American Development Bank, p. 48-61, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, p. 41-76, 2010.

ZIMMERMANN, Patrícia. “YouTube está bloqueado para mais de 5 mi de internautas brasileiros”. **Folha Online**, 08/01/2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u455665.shtml> [Acesso em 3 mar. 2014].

ZUCKERMAN, Ethan. “The connection between cute cats and web censorship”. **My heart's in Accra**, 16/07/2007. Disponível em:

<http://www.ethanzuckerman.com/blog/2007/07/16/the-connection-between-cute-cats-and-web-censorship> [Acesso em 3 mar. 2014].

_____. “The Cute Cat Theory Talk at ETech”. **My Heart's in Accra**,

08/03/2008. Disponível em: <http://www.ethanzuckerman.com/blog/2008/03/08/the-cute-cat-theory-talk-at-etech/#sthash.tnROsPnz.dpuf> [Acesso em 24 jan. 2015].

_____. **Rewire: Digital Cosmopolitans in the Age of Connection**. New York: W.W.Norton, 2013.

ANEXOS

Acórdãos do STF analisados (em ordem cronológica)

MI 8 QO / SP - SÃO PAULO**QUESTÃO DE ORDEM NO MANDADO DE INJUNÇÃO****Relator(a): Min. CARLOS MADEIRA****Julgamento: 20/10/1988 Órgão Julgador: Tribunal Pleno****Publicação**

DJ 11-11-1988 PP-29304 EMENT VOL-01523-01 PP-00021

Parte(s)

REQTE.: BILATERAL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

ADVDO.: ANA CATARINA STRAUCH

REQDOS.: AUDITOR DO TESOUREIRO NACIONAL, DELEGADO DA RECEITA FEDERAL, DA ADUANA DE SANTOS

Ementa

MANDADO DE INJUNÇÃO IMPETRADO CONTRA AUTORIDADES FAZENDARIAS DO PORTO DE SANTOS, EM SUBSTITUIÇÃO A MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO NÃO CONHECIDO, REMETIDO AO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, EM FACE DO QUE DISPÕE O ARTIGO 102, II, 'A' DA CONSTITUIÇÃO.

Decisão

Não se conheceu do Mandado de Injunção e determinou-se a remessa dos autos ao Tribunal Federal de Recursos, unanimemente. Plenário, 20.10.88.

Inteiro teor disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=81899>

ADI 2566 MC / DF - DISTRITO FEDERAL**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE****Relator(a): Min. SYDNEY SANCHES****Julgamento: 22/05/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno****Publicação**

DJ 27-02-2004 PP-00020 EMENT VOL-02141-03 PP-00570

Parte(s)

REQTE.: PARTIDO LIBERAL - PL

ADVDO.: RENATO MORGANDO VIEIRA

REQDO.: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

REQDO.: CONGRESSO NACIONAL

Ementa

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1988, QUE DIZ: "§ 1º - É VEDADO O PROSELITISMO DE QUALQUER NATUREZA NA PROGRAMAÇÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA". ALEGAÇÃO DE QUE TAL NORMA INFRINGE O DISPOSTO NOS ARTIGOS 5º, INCISOS VI, IX, E 220 E SEQUENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR. 1. Para bem se conhecer o significado que a norma impugnada adotou, ao vedar o proselitismo de qualquer natureza, nas emissoras de radiodifusão comunitária, é preciso conhecer todo o texto da Lei em que se insere. 2. Na verdade, o dispositivo visou apenas a evitar o desvirtuamento da radiodifusão comunitária, usada para fins a ela estranhos, tanto que, ao tratar de sua programação, os demais artigos da lei lhe permitiram a maior amplitude e liberdade, compatíveis com suas finalidades. 3. Quis, portanto, o artigo atacado, tão-somente, afastar o uso desse meio de comunicação como instrumento, por exemplo, de pregação político-partidária, religiosa, de promoção pessoal, com fins eleitorais, ou mesmo certos sectarismos e partidarismos de qualquer ordem. 4. Ademais, não se pode esquecer que não há direitos absolutos, ilimitados e ilimitáveis. 5. Caberá, então, ao intérprete dos fatos e da norma, no contexto global em que se insere, no exame de casos concretos, no controle difuso de constitucionalidade e legalidade, nas instâncias próprias, verificar se ocorreu, ou não, com o proselitismo, desvirtuamento das finalidades da lei. Por esse modo, poderão ser coibidos os abusos, tanto os das emissoras, quanto os do Poder Público e seus agentes. 6. Com essas ponderações se chega ao indeferimento da medida cautelar, para que, no final, ao ensejo do julgamento do mérito, mediante exame

mais aprofundado, se declare a constitucionalidade, ou inconstitucionalidade, da norma em questão. 7. Essa solução evita que, com sua suspensão cautelar, se conclua que todo e qualquer proselitismo, sectarismo ou partidarismo é tolerado, por mais facciosa e tendenciosa que seja a pregação, por maior que seja o favorecimento que nela se encontre. 8. Medida Cautelar indeferida.

Decisão

- O Tribunal, por maioria de votos, indeferiu a medida acauteladora, vencidos os Senhores Ministros Celso de Mello e o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e Carlos Velloso. Plenário, 22.05.2002.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347623>

ADI 2677 MC / DF - DISTRITO FEDERAL

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA

Julgamento: 26/06/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 07-11-2003 PP-00082 EMENT VOL-02131-03 PP-00476

Parte(s)

REQTES. : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB E OUTROS
 ADVDOS. : HELIO PARENTE FILHO E OUTRO
 REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

Ementa

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ARTIGO 45, § 1º, I, DA LEI 9.096, DE 19.09.95. PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FILIADA A PARTIDO DIVERSO DO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA. VEDAÇÃO. LEGITIMIDADE. CAUTELAR INDEFERIDA. 1. A propaganda partidária destina-se à difusão de princípios ideológicos, atividades e programas dos partidos políticos, caracterizando-se desvio de sua real finalidade a participação de pessoas de outro partido no evento em que veiculada. 2. O acesso ao rádio e à televisão, sem custo para os partidos, dá-se às expensas do erário e deve ocorrer na forma que dispuser a lei, consoante disposição expressa na Carta Federal (artigo 17, § 3º). A vedação legal impugnada apresenta-se em harmonia com os princípios da razoabilidade, da isonomia e da finalidade. Ausência de fumus boni iuris e periculum in mora. Medida cautelar indeferida.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387198>

HC 81885 / SP - SÃO PAULO

HABEAS CORPUS

Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA

Julgamento: 03/09/2002 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação

DJ 29-08-2003 PP-00036 EMENT VOL-02121-16 PP-03274

Parte(s)

PACTE. : MARTA TERESA SUPPLY
 IMPTES. : MÁRCIO THOMAZ BASTOS E OUTRO
 COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ementa

EMENTA: HABEAS-CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. QUEIXA-CRIME. DELITOS CONTRA A HONRA: CALÚNIA E INJÚRIA. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS OBJETIVOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O SEU PROSSEGUIMENTO. 1. Declarações veiculadas pela imprensa, mas utilizadas por terceiro também por ela noticiado sobre fato que, se confirmado, constituiria crime. Meras ilações de que eventuais dividendos políticos decorreriam de sua comprovação. Inexistência dos elementos objetivos configuradores do tipo previsto no artigo 22 da Lei 7492/86. 2. Injúria. Comentários com adjetivação verbal exacerbada feitos por candidata durante campanha eleitoral sobre concorrente. Situação tolerável no contexto político em que a linguagem contundente se insere no próprio fervor da refrega eleitoral. 3. Expressões tidas como contumeliosas, pronunciadas em momento de grande exaltação e no calor dos debates; críticas acres ou censura à atuação profissional de outrem, ainda que veementes, agem como fatores de descaracterização

do tipo subjetivo peculiar aos crimes contra a honra. Inexistência de animus injuriandi. Precedentes. 4. Crimes de calúnia e injúria não configurados. Trancamento da ação penal por falta de justa causa. Ordem de habeas-corpus deferida.

Decisão

A Turma, por votação unânime, deferiu o pedido de habeas corpus e, em consequência, determinou o trancamento da ação penal, nos termos do voto do Relator. 2ª Turma, 03.09.2002.

Inteiro teor disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadornpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=78881>

Pet 2702 MC / RJ - RIO DE JANEIRO

MEDIDA CAUTELAR NA PETIÇÃO

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 18/09/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 19-09-2003 PP-00016 EMENT VOL-02124-04 PP-00804

Parte(s)

REQTES. : INFOGLOBO COMUNICAÇÕES LTDA E OUTROS

ADVDS. : CARLOS EDUARDO ABREU MARTINS E OUTROS

REQDOS. : ANTHONY WILLIAM GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA E OUTROS

ADVDS. : SÉRGIO MAZZILLO E OUTROS

ADVDA. : ROSELY RIBEIRO DE CARVALHO PESSANHA

Ementa

EMENTA: Caso O GLOBO X GAROTINHO. 1. Liminar deferida em primeiro grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça, que proíbe empresa jornalística de publicar conversas telefônicas entre o requerente - então Governador de Estado e, ainda hoje, pretendente à presidência da República - e outras pessoas, objeto de interceptação ilícita e gravação por terceiros, a cujo conteúdo teve acesso o jornal. 2. Interposição pela empresa de recurso extraordinário pendente de admissão no Tribunal a quo. 3. Propositura pela recorrente de ação cautelar - que o STF recebe como petição - a pleitear, liminarmente, (1) autorização de publicação imediata da matéria e (2) subida imediata do RE à apreciação do STF, porque inaplicável ao caso o art. 542, § 3º, C.Pr.Civil. 4. Objeções da PGR à admissibilidade (1) de pedido cautelar ao STF, antes de admitido o RE na instância a qua; (b) do próprio RE contra decisão de caráter liminar: razões que aconselham, no caso, fazer abstração delas. 5. Primeiro pedido liminar: natureza de tutela recursal antecipada: exigência de qualificada probabilidade de provimento do recurso extraordinário. 6. Impossibilidade de afirmação no caso de tal pressuposto da tutela recursal antecipada: (a) polêmica - ainda aberta no STF - acerca da viabilidade ou não da tutela jurisdicional preventiva de publicação de matéria jornalística ofensiva a direitos da personalidade; (b) peculiaridade, de extremo relevo, de discutir-se no caso da divulgação jornalística de produto de interceptação ilícita - hoje, criminosa - de comunicação telefônica, que a Constituição protege independentemente do seu conteúdo e, conseqüentemente, do interesse público em seu conhecimento e da notoriedade ou do protagonismo político ou social dos interlocutores. 7. Vedação, de qualquer modo, da antecipação de tutela, quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (C.Pr.Civ., art. 273, § 2º), que é óbvio, no caso, na perspectiva do requerido, sob a qual deve ser examinado. 8. Deferimento parcial do primeiro pedido para que se processe imediatamente o recurso extraordinário, de retenção incabível nas circunstâncias, quando ambas as partes estão acordes, ainda que sob prismas contrários, em que a execução, ou não, da decisão recorrida lhes afetaria, irreversivelmente as pretensões substanciais conflitantes.

Decisão

O Tribunal, por maioria de votos, referendou o ato de Sua Excelência, o Relator, vencido o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio, quanto à medida liminar, para a divulgação do material existente, a título de informação. Plenário, 18.09.2002.

Inteiro teor disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadornpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=86366>

HC 82880 AgR / SP - SÃO PAULO

AG.REG.NO HABEAS CORPUS

Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO

Julgamento: 23/04/2003 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 16-05-2003 PP-00092 EMENT VOL-02110-02 PP-00369

Parte(s)

AGTE.(S) : MIGUEL ARCANJO CÉSAR GUERRIERI
 ADVDO.(A/S) : MIGUEL ARCANJO CÉSAR GUERRIERI E OUTRO (A/S)
 AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ementa

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS: CABIMENTO. C.F., art. 5º, LXVIII. I. - O habeas corpus visa a proteger a liberdade de locomoção - liberdade de ir, vir e ficar - por ilegalidade ou abuso de poder, não podendo ser utilizado para proteção de direitos outros. C.F., art. 5º, LXVIII. II. - H.C. indeferido, liminarmente. Agravo não provido.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=325111>

MS 24832 MC / DF - DISTRITO FEDERAL**MEDIDA CAUTELAR NO MANDADO DE SEGURANÇA**

Relator(a): Min. CEZAR PELUSO

Julgamento: 18/03/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 18-08-2006 PP-00019

EMENT VOL-02243-01 PP-00128

Parte(s)

IMPTE.(S) : LAW KIN CHONG

ADV.(A/S) : ELCIO SCAPATICO E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - CPI DA PIRATARIA

Ementa

EMENTA: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Depoimento. Indiciado. Sessão pública. Transmissão e gravação. Admissibilidade. Inexistência aparente de dano à honra e à imagem. Liminar concedida. Referendo negado. Votos vencidos. Não aparentam caracterizar abuso de exposição da imagem pessoal na mídia, a transmissão e a gravação de sessão em que se toma depoimento de indiciado, em Comissão Parlamentar de Inquérito.

Decisão

O Tribunal, por maioria, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, entendeu cabível, a critério do Relator, o referendo da decisão concessiva da liminar em mandado de segurança. No mérito, o Tribunal, por maioria, negou o referendo, vencidos os Senhores Ministros Cezar Peluso, Relator, Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes, sendo que, os Senhores Ministros Ellen Gracie, Marco Aurélio e Joaquim Barbosa, entendiam, preliminarmente, prejudicado o pedido de mandado de segurança. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim e, neste julgamento, o Senhor Ministro Maurício Corrêa, Presidente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 18.03.2004.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=365462>

ADI 2398 AgR / DF - DISTRITO FEDERAL**AG.REG.NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

Relator(a): Min. CEZAR PELUSO

Julgamento: 25/06/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-092 DIVULG 30-08-2007 PUBLIC 31-08-2007

DJ 31-08-2007 PP-00029 EMENT VOL-02287-02 PP-00404

RTJ VOL-00204-01 PP-00139

LEXSTF v. 29, n. 345, 2007, p. 88-119

Parte(s)

AGTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADV. : MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS

AGDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Ementa

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Portaria nº 796/2000, do Ministro de Estado da Justiça. Ato de caráter regulamentar. Diversões e espetáculos públicos. Regulamentação do disposto no

art. 74 da Lei federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ato normativo não autônomo ou secundário. Inadmissibilidade da ação. Inexistência de ofensa constitucional direta. Eventual excesso que se resolve no campo da legalidade. Processo extinto, sem julgamento de mérito. Agravo improvido. Votos vencidos. Precedentes, em especial a ADI nº 392, que teve por objeto a Portaria nº 773, revogada pela Portaria nº 796. Não se admite ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto ato normativo não autônomo ou secundário, que regulamenta disposições de lei.

Decisão

Após os votos dos Senhores Ministros Cezar Peluso (Relator), Carlos Britto, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Gilmar Mendes, negando provimento ao agravo regimental, e dos votos dos Senhores Ministros

Marco Aurélio, Eros Grau, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, dando-lhe provimento, foi o julgamento suspenso para colher o voto de desempate da Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente), ausente ocasionalmente. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 02.02.2007.

Decisão: Colhido o voto-desempate da Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente), o Tribunal, por maioria e nos termos do voto Relator, negou provimento ao agravo regimental, vencidos os Senhores Ministros

Marco Aurélio, Eros Grau, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, que lhe davam provimento. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello, com voto proferido em assentada anterior. Plenário, 25.06.2007.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=484310>

ADPF 130 / DF - DISTRITO FEDERAL

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

Relator(a): Min. CARLOS BRITTO

Julgamento: 30/04/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-208 DIVULG 05-11-2009 PUBLIC 06-11-2009

EMENT VOL-02381-01 PP-00001

RTJ VOL-00213- PP-00020

Parte(s)

ARGTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

ADV.(A/S) : MIRO TEIXEIRA

ARGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

ARGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

INTDO.(A/S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS - FENAJ

ADV.(A/S) : CLAUDISMAR ZUPIROLI

INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA - ABI

ADV.(A/S) : THIAGO BOTTINO DO AMARAL

INTDO.(A/S) : ARTIGO 19 BRASIL

ADV.(A/S) : EDUARDO PANNUNZIO

Ementa

EMENTA: ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). LEI DE IMPRENSA. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO. REGIME CONSTITUCIONAL DA "LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA", EXPRESSÃO SINÔNIMA DE LIBERDADE DE IMPRENSA. A "PLENA" LIBERDADE DE IMPRENSA COMO CATEGORIA JURÍDICA PROIBITIVA DE QUALQUER TIPO DE CENSURA PRÉVIA. A PLENITUDE DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO OU SOBRETUTELA DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELLECTUAL E COMUNICACIONAL. LIBERDADES QUE DÃO CONTEÚDO ÀS RELAÇÕES DE IMPRENSA E QUE SE PÔEM COMO SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE E MAIS DIRETA EMANAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELLECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS PROLONGADOS AO CAPÍTULO PROLONGADOR. PONDERAÇÃO DIRETAMENTE CONSTITUCIONAL ENTRE BLOCOS DE BENS DE

PERSONALIDADE: O BLOCO DOS DIREITOS QUE DÃO CONTEÚDO À LIBERDADE DE IMPRENSA E O BLOCO DOS DIREITOS À IMAGEM, HONRA, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. PRECEDÊNCIA DO PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). LEI DE IMPRENSA. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO. A ADPF, fórmula processual subsidiária do controle concentrado de constitucionalidade, é via adequada à impugnação de norma pré-constitucional. Situação de concreta ambiência jurisdicional timbrada por decisões conflitantes. Atendimento das condições da ação. 2. REGIME CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO EM SENTIDO GENÉRICO, DE MODO A ABRANGER OS DIREITOS À PRODUÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E COMUNICACIONAL. A Constituição reservou à imprensa todo um bloco normativo, com o apropriado nome "Da Comunicação Social" (capítulo V do título VIII). A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de opinião pública. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos. O corpo normativo da Constituição brasileira sinonimiza liberdade de informação jornalística e liberdade de imprensa, rechaçando de qualquer censura prévia a um direito que é signo e penhor da mais encarecida dignidade da pessoa humana, assim como do mais evoluído estado de civilização. 3. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DE SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE QUE SÃO A MAIS DIRETA EMANAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO E À EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA NATUREZA JURÍDICA DOS DIREITOS PROLONGADOS AO CAPÍTULO CONSTITUCIONAL SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL. O art. 220 da Constituição radicaliza e alarga o regime de plena liberdade de atuação da imprensa, porquanto fala: a) que os mencionados direitos de personalidade (liberdade de pensamento, criação, expressão e informação) estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, seja qual for o suporte físico ou tecnológico de sua veiculação; b) que tal exercício não se sujeita a outras disposições que não sejam as figurantes dela própria, Constituição. A liberdade de informação jornalística é versada pela Constituição Federal como expressão sinônima de liberdade de imprensa. Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua excludência, no sentido de que as primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras. A expressão constitucional "observado o disposto nesta Constituição" (parte final do art. 220) traduz a incidência dos dispositivos tutelares de outros bens de personalidade, é certo, mas como consequência ou responsabilização pelo desfrute da "plena liberdade de informação jornalística" (§ 1º do mesmo art. 220 da Constituição Federal). Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, inclusive a procedente do Poder Judiciário, pena de se resvalar para o espaço inconstitucional da prestidigitação jurídica.

Silenciando a Constituição quanto ao regime da internet (rede mundial de computadores), não há como se lhe recusar a qualificação de território virtual livremente veiculador de ideias e opiniões, debates, notícias e tudo o mais que signifique plenitude de comunicação. 4. MECANISMO CONSTITUCIONAL DE CALIBRAÇÃO DE PRINCÍPIOS. O art. 220 é de instantânea observância quanto ao desfrute das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação que, de alguma forma, se veiculem pelos órgãos de comunicação social. Isto sem prejuízo da aplicabilidade dos seguintes incisos do art. 5º da mesma Constituição Federal: vedação do anonimato (parte final do inciso IV); do direito de resposta (inciso V); direito a indenização por dano material ou moral à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (inciso X); livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (inciso XIII); direito ao resguardo do sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Lógica diretamente constitucional de calibração temporal ou cronológica na empírica incidência desses dois blocos de dispositivos constitucionais (o art. 220 e os mencionados incisos do art. 5º). Noutros termos, primeiramente, assegura-se o gozo dos sobredireitos de personalidade em que se traduz a "livre" e "plena" manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana. Determinação constitucional de momentânea paralisação à inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, porquanto a cabeça do art. 220 da Constituição veda qualquer cerceio ou restrição à concreta manifestação do pensamento (vedado o anonimato), bem assim todo cerceio ou restrição que tenha por objeto a criação, a expressão e a informação, seja qual for a forma, o processo, ou o veículo de comunicação social. Com o que a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando a posteriori, infletem sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa. 5. PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Sem embargo, a excessividade indenizatória é, em si mesma, poderoso fator de inibição da liberdade de imprensa, em violação ao princípio constitucional da proporcionalidade. A relação de proporcionalidade entre o dano moral ou material sofrido por alguém e a indenização que lhe caiba receber (quanto maior o dano maior a indenização) opera é no âmbito interno da potencialidade da ofensa e da concreta situação do ofendido. Nada tendo a ver com essa equação a circunstância em si da veiculação do agravo por órgão de imprensa, porque, senão, a liberdade de informação jornalística deixaria de ser um elemento de expansão e de robustez da liberdade de pensamento e de expressão lato sensu para se tornar um fator de contração e de esqualidez dessa liberdade. Em se tratando de agente público, ainda que injustamente ofendido em sua honra e imagem, subjaz à indenização uma imperiosa cláusula de modicidade. Isto porque todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si mais fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos. 6. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. A plena liberdade de imprensa é um patrimônio imaterial que corresponde ao mais eloquente atestado de evolução político-cultural de todo um povo. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência ou retroalimentação. Assim visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de atuação ainda maior que a liberdade de pensamento, de informação e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. O § 5º do art. 220 apresenta-se como norma constitucional de concretização de um pluralismo finalmente compreendido como fundamento das sociedades autenticamente democráticas; isto é, o pluralismo como a virtude democrática da respeitosa convivência dos contrários. A imprensa livre é, ela mesma, plural, devido a que são constitucionalmente proibidas a oligopolização e a monopolização do setor (§ 5º do art. 220 da CF). A proibição do monopólio e do oligopólio como novo e autônomo fator de contenção de abusos do chamado "poder social da imprensa". 7. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. O pensamento crítico é parte integrante da informação plena e fidedigna. O possível conteúdo socialmente útil da obra compensa eventuais excessos de estilo e da própria verve do autor. O exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero ou contundente, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado. A crítica jornalística, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura, mesmo que legislativa ou judicialmente intentada. O próprio das atividades de imprensa é operar como formadora de

opinião pública, espaço natural do pensamento crítico e "real alternativa à versão oficial dos fatos" (Deputado Federal Miro Teixeira). 8. NÚCLEO DURO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E A INTERDIÇÃO PARCIAL DE LEGISLAR. A uma atividade que já era "livre" (incisos IV e IX do art. 5º), a Constituição Federal acrescentou o qualificativo de "plena" (§ 1º do art. 220). Liberdade plena que, repelente de qualquer censura prévia, diz respeito à essência mesma do jornalismo (o chamado "núcleo duro" da atividade). Assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação *latu sensu*, sem o que não se tem o desembaraçado trânsito das ideias e opiniões, tanto quanto da informação e da criação. Interdição à lei quanto às matérias nuclearmente de imprensa, retratadas no tempo de início e de duração do concreto exercício da liberdade, assim como de sua extensão ou tamanho do seu conteúdo. Tirante, unicamente, as restrições que a Lei Fundamental de 1988 prevê para o "estado de sítio" (art. 139), o Poder Público somente pode dispor sobre matérias lateral ou reflexamente de imprensa, respeitada sempre a ideia-força de que quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja. Logo, não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas. As matérias reflexamente de imprensa, suscetíveis, portanto, de conformação legislativa, são as indicadas pela própria Constituição, tais como: direitos de resposta e de indenização, proporcionais ao agravo; proteção do sigilo da fonte ("quando necessário ao exercício profissional"); responsabilidade penal por calúnia, injúria e difamação; diversões e espetáculos públicos; estabelecimento dos "meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente" (inciso II do § 3º do art. 220 da CF); independência e proteção remuneratória dos profissionais de imprensa como elementos de sua própria qualificação técnica (inciso XIII do art. 5º); participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação social (§ 4º do art. 222 da CF); composição e funcionamento do Conselho de Comunicação Social (art. 224 da Constituição). Regulações estatais que, sobretudo incidindo no plano das consequências ou responsabilizações, repercutem sobre as causas de ofensas pessoais para inibir o cometimento dos abusos de imprensa. Peculiar fórmula constitucional de proteção de interesses privados em face de eventuais descomedimentos da imprensa (justa preocupação do Ministro Gilmar Mendes), mas sem prejuízo da ordem de precedência a esta conferida, segundo a lógica elementar de que não é pelo temor do abuso que se vai coibir o uso. Ou, nas palavras do Ministro Celso de Mello, "a censura governamental, emanada de qualquer um dos três Poderes, é a expressão odiosa da face autoritária do poder público". 9. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. É da lógica encampada pela nossa Constituição de 1988 a autorregulação da imprensa como mecanismo de permanente ajuste de limites da sua liberdade ao sentir-pensar da sociedade civil. Os padrões de seletividade do próprio corpo social operam como antídoto que o tempo não cessa de aprimorar contra os abusos e desvios jornalísticos. Do dever de irrestrito apego à completude e fidedignidade das informações comunicadas ao público decorre a permanente conciliação entre liberdade e responsabilidade da imprensa. Repita-se: não é jamais pelo temor do abuso que se vai proibir o uso de uma liberdade de informação a que o próprio Texto Magno do País após o rótulo de "plena" (§ 1º do art. 220). 10. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI 5.250 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. 10.1. Óbice lógico à confecção de uma lei de imprensa que se orne de compleição estatutária ou orgânica. A própria Constituição, quando o quis, convocou o legislador de segundo escalão para o aporte regratório da parte restante de seus dispositivos (art. 29, art. 93 e § 5º do art. 128). São irregulamentáveis os bens de personalidade que se põem como o próprio conteúdo ou substrato da liberdade de informação jornalística, por se tratar de bens jurídicos que têm na própria interdição da prévia interferência do Estado o seu modo natural, cabal e ininterrupto de incidir. Vontade normativa que, em tema elementarmente de imprensa, surge e se exaure no próprio texto da Lei Suprema. 10.2. Incompatibilidade material insuperável entre a Lei nº 5.250/67 e a Constituição de 1988. Impossibilidade de conciliação que, sobre ser do tipo material ou de substância (vertical), contamina toda a Lei de Imprensa: a) quanto ao seu entrelace de comandos, a serviço da prestidigitadora lógica de que para cada regra geral afirmativa da liberdade é aberto um leque de exceções que praticamente tudo desfaz; b) quanto ao seu inescondível efeito prático de ir além de um simples projeto de governo para alcançar a realização de um projeto de poder, este a se eternizar no tempo e a sufocar todo pensamento crítico no País. 10.3 São de todo imprestáveis as tentativas de conciliação hermenêutica da Lei 5.250/67 com a Constituição, seja mediante expurgo puro e simples de destacados dispositivos da lei, seja mediante o emprego dessa refinada técnica de controle de constitucionalidade que atende pelo nome de "interpretação conforme a Constituição". A técnica da interpretação conforme não pode artificializar ou forçar a descontaminação da parte restante do diploma legal interpretado, pena de descabido incursionamento do intérprete em legiferação por conta própria. Inapartabilidade de conteúdo, de fins e de viés semântico (linhas e entrelinhas) do texto interpretado. Caso-limite de interpretação necessariamente conglobante ou por arrastamento teleológico, a pré-excluir do intérprete/aplicador do Direito qualquer

possibilidade da declaração de inconstitucionalidade apenas de determinados dispositivos da lei sindicada, mas permanecendo incólume uma parte sobejante que já não tem significado autônomo. Não se muda, a golpes de interpretação, nem a inextrincabilidade de comandos nem as finalidades da norma interpretada. Impossibilidade de se preservar, após artificiosa hermenêutica de depuração, a coerência ou o equilíbrio interno de uma lei (a Lei federal nº 5.250/67) que foi ideologicamente concebida e normativamente apetrechada para operar em bloco ou como um todo pro indiviso. 11. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. Aplicam-se as normas da legislação comum, notadamente o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal às causas decorrentes das relações de imprensa. O direito de resposta, que se manifesta como ação de replicar ou de retificar matéria publicada é exercitável por parte daquele que se vê ofendido em sua honra objetiva, ou então subjetiva, conforme estampado no inciso V do art. 5º da Constituição Federal. Norma, essa, "de eficácia plena e de aplicabilidade imediata", conforme classificação de José Afonso da Silva. "Norma de pronta aplicação", na linguagem de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, em obra doutrinária conjunta. 12. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Total procedência da ADPF, para o efeito de declarar como não recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos da Lei federal nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Decisão

Após o voto do Senhor Ministro Carlos Britto (Relator), julgando procedente a ação, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Eros Grau, o julgamento foi suspenso para continuação na sessão do dia 15. Falaram, pelo argüente, o Dr. Miro Teixeira; pelos amici curiae, Artigo 19 Brasil e Associação Brasileira de Imprensa - ABI, respectivamente, a Dra. Juliana Vieira dos Santos e o Dr. Thiago Bottino do Amaral e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.04.2009.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação, vencidos, em parte, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e a Senhora Ministra Ellen Gracie, que a julgavam improcedente quanto aos artigo 1º, § 1º; artigo 2º, caput; artigo 14; artigo 16, inciso I e artigos 20, 21 e 22, todos da Lei nº 5.250, de 9.2.1967; o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente), que a julgava improcedente quanto aos artigos 29 a 36 da referida lei e, vencido integralmente o Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava improcedente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau, com voto proferido na assentada anterior. Plenário, 30.04.2009.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>

RE 511961 / SP - SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 17/06/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-213 DIVULG 12-11-2009 PUBLIC 13-11-2009

EMENT VOL-02382-04 PP-00692

RTJ VOL-00213- PP-00605

Parte(s)

RECTE.(S) : SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SERTESP

ADV.(A/S) : RONDON AKIO YAMADA E OUTRO(A/S)

RECTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECDO.(A/S) : FENAJ- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JOÃO ROBERTO EGYDIO PIZA FONTES

Ementa

EMENTA: JORNALISMO. EXIGÊNCIA DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR, REGISTRADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA. LIBERDADES DE PROFISSÃO, DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE 1988 (ART. 5º, IX E XIII, E ART. 220, CAPUT E § 1º). NÃO RECEPÇÃO DO ART. 4º, INCISO V, DO DECRETO-LEI Nº 972, DE 1969. 1. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ART. 102, III, "A", DA CONSTITUIÇÃO. REQUISITOS PROCESSUAIS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. Os recursos extraordinários foram tempestivamente interpostos e a matéria

constitucional que deles é objeto foi amplamente debatida nas instâncias inferiores. Recebidos nesta Corte antes do marco temporal de 3 de maio de 2007 (AI-QO nº 664.567/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence), os recursos extraordinários não se submetem ao regime da repercussão geral.

2. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. O Supremo Tribunal Federal possui sólida jurisprudência sobre o cabimento da ação civil pública para proteção de interesses difusos e coletivos e a respectiva legitimação do Ministério Público para utilizá-la, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição Federal. No caso, a ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público com o objetivo de proteger não apenas os interesses individuais homogêneos dos profissionais do jornalismo que atuam sem diploma, mas também os direitos fundamentais de toda a sociedade (interesses difusos) à plena liberdade de expressão e de informação.

3. CABIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. A não-recepção do Decreto-Lei nº 972/1969 pela Constituição de 1988 constitui a causa de pedir da ação civil pública e não o seu pedido principal, o que está plenamente de acordo com a jurisprudência desta Corte. A controvérsia constitucional, portanto, constitui apenas questão prejudicial indispensável à solução do litígio, e não seu pedido único e principal. Admissibilidade da utilização da ação civil pública como instrumento de fiscalização incidental de constitucionalidade. Precedentes do STF.

4. ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL (ART. 5º, INCISO XIII, DA CONSTITUIÇÃO). IDENTIFICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES E CONFORMAÇÕES LEGAIS CONSTITUCIONALMENTE PERMITIDAS. RESERVA LEGAL QUALIFICADA. PROPORCIONALIDADE. A Constituição de 1988, ao assegurar a liberdade profissional (art. 5º, XIII), segue um modelo de reserva legal qualificada presente nas Constituições anteriores, as quais prescreviam à lei a definição das "condições de capacidade" como condicionantes para o exercício profissional. No âmbito do modelo de reserva legal qualificada presente na formulação do art. 5º, XIII, da Constituição de 1988, paira uma imanente questão constitucional quanto à razoabilidade e proporcionalidade das leis restritivas, especificamente, das leis que disciplinam as qualificações profissionais como condicionantes do livre exercício das profissões. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Representação n.º 930, Redator p/ o acórdão Ministro Rodrigues Alckmin, DJ, 2-9-1977. A reserva legal estabelecida pelo art. 5º, XIII, não confere ao legislador o poder de restringir o exercício da liberdade profissional a ponto de atingir o seu próprio núcleo essencial.

5. JORNALISMO E LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. INTEPRETAÇÃO DO ART. 5º, INCISO XIII, EM CONJUNTO COM OS PRECEITOS DO ART. 5º, INCISOS IV, IX, XIV, E DO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO. O jornalismo é uma profissão diferenciada por sua estreita vinculação ao pleno exercício das liberdades de expressão e de informação. O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada. Isso implica, logicamente, que a interpretação do art. 5º, inciso XIII, da Constituição, na hipótese da profissão de jornalista, se faça, impreterivelmente, em conjunto com os preceitos do art. 5º, incisos IV, IX, XIV, e do art. 220 da Constituição, que asseguram as liberdades de expressão, de informação e de comunicação em geral.

6. DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR COMO EXIGÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA. RESTRIÇÃO INCONSTITUCIONAL ÀS LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. As liberdades de expressão e de informação e, especificamente, a liberdade de imprensa, somente podem ser restringidas pela lei em hipóteses excepcionais, sempre em razão da proteção de outros valores e interesses constitucionais igualmente relevantes, como os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à personalidade em geral. Precedente do STF: ADPF nº 130, Rel. Min. Carlos Britto. A ordem constitucional apenas admite a definição legal das qualificações profissionais na hipótese em que sejam elas estabelecidas para proteger, efetivar e reforçar o exercício profissional das liberdades de expressão e de informação por parte dos jornalistas. Fora desse quadro, há patente inconstitucionalidade da lei. A exigência de diploma de curso superior para a prática do jornalismo - o qual, em sua essência, é o desenvolvimento profissional das liberdades de expressão e de informação - não está autorizada pela ordem constitucional, pois constitui uma restrição, um impedimento, uma verdadeira supressão do pleno, incondicionado e efetivo exercício da liberdade jornalística, expressamente proibido pelo art. 220, § 1º, da Constituição.

7. PROFISSÃO DE JORNALISTA. ACESSO E EXERCÍCIO. CONTROLE ESTATAL VEDADO PELA ORDEM CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL QUANTO À CRIAÇÃO DE ORDENS OU CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais. O art. 5º, incisos IV, IX, XIV, e o art. 220, não autorizam o controle, por parte do Estado, quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das

liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição. A impossibilidade do estabelecimento de controles estatais sobre a profissão jornalística leva à conclusão de que não pode o Estado criar uma ordem ou um conselho profissional (autarquia) para a fiscalização desse tipo de profissão. O exercício do poder de polícia do Estado é vedado nesse campo em que imperam as liberdades de expressão e de informação. Jurisprudência do STF: Representação n.º 930, Redator p/ o acórdão Ministro Rodrigues Alckmin, DJ, 2-9-1977. 8. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. POSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. A Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu decisão no dia 13 de novembro de 1985, declarando que a obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista viola o art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que protege a liberdade de expressão em sentido amplo (caso "La colegiación obligatoria de periodistas" - Opinião Consultiva OC-5/85, de 13 de novembro de 1985). Também a Organização dos Estados Americanos - OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entende que a exigência de diploma universitário em jornalismo, como condição obrigatória para o exercício dessa profissão, viola o direito à liberdade de expressão (Informe Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de 25 de fevereiro de 2009). RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

Decisão

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente), conheceu e deu provimento aos recursos extraordinários, declarando a não-recepção do artigo 4º, inciso V, do Decreto-lei nº 972/1969, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausentes, licenciados, os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito. Falaram, pelo recorrente, Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo - SERTESP, a Dra. Taís Borja Gasparian; pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza; pelos recorridos, FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas e outro, o Dr. João Roberto Egydio Piza Fontes e, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso. Plenário, 17.06.2009.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>

Rcl 9428 / DF - DISTRITO FEDERAL

RECLAMAÇÃO

Relator(a): Min. CEZAR PELUSO

Julgamento: 10/12/2009

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-116 DIVULG 24-06-2010 PUBLIC 25-06-2010

EMENT VOL-02407-01 PP-00175

RTJ VOL-00216- PP-00279

Parte(s)

RECLTE.(S) : S. A O ESTADO DE S. PAULO

ADV.(A/S) : MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA E OUTRO(A/S)

RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

INTDO.(A/S) : FERNANDO JOSÉ MACIEIRA SARNEY

ADV.(A/S) : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

Ementa

EMENTA: LIBERDADE DE IMPRENSA. Decisão liminar. Proibição de reprodução de dados relativos ao autor de ação inibitória ajuizada contra empresa jornalística. Ato decisório fundado na expressa invocação da inviolabilidade constitucional de direitos da personalidade, notadamente o da privacidade, mediante proteção de sigilo legal de dados cobertos por segredo de justiça. Contraste teórico entre liberdade de imprensa e os direitos previstos nos arts. 5º, incs. X e XII, e 220, caput, da CF. Ofensa à autoridade do acórdão proferido na ADPF nº 130, que deu por não recebida a Lei de Imprensa. Não ocorrência. Matéria não decidida na ADPF. Processo de reclamação extinto, sem julgamento de mérito. Votos vencidos. Não ofende a autoridade do acórdão proferido na ADPF nº 130, a decisão que, proibindo a jornal a publicação de fatos relativos ao autor de ação inibitória, se fundou, de maneira expressa, na inviolabilidade constitucional de direitos da personalidade, notadamente o da privacidade, mediante proteção de sigilo legal de dados cobertos por segredo de justiça.

Decisão

O Tribunal, por maioria, não conheceu do pedido, julgando extinto o processo sem julgamento de mérito, contra os votos dos Senhores Ministros Carlos Britto, Carmén Lúcia e Celso de Mello. Votou o

Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Não votou o Senhor Ministro Marco Aurélio por ter-se ausentado ocasionalmente. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 10.12.2009.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612474>

**ADI 4451 MC-REF / DF - DISTRITO FEDERAL
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE**

Relator(a): Min. AYRES BRITTO

Julgamento: 02/09/2010 **Órgão Julgador:** Tribunal Pleno

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO

DJe-125 DIVULG 30-06-2011 PUBLIC 01-07-2011

REPUBLICAÇÃO: DJe-167 DIVULG 23-08-2012 PUBLIC 24-08-2012

RTJ VOL-00221- PP-00277

Parte(s)

REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ABERT

ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM E OUTRO(A/S)

REQDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

REQDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

ADV.(A/S) : MIRO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)

Ementa

EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INCISOS II E III DO ART. 45 DA LEI 9.504/1997. 1. Situação de extrema urgência, demandante de providência imediata, autoriza a concessão da liminar “sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado” (§ 3º do art. 10 da Lei 9.868/1999), até mesmo pelo relator, monocraticamente, ad referendum do Plenário. 2. Não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas. Dever de omissão que inclui a própria atividade legislativa, pois é vedado à lei dispor sobre o núcleo duro das atividades jornalísticas, assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação lato sensu. Vale dizer: não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, pouco importando o Poder estatal de que ela provenha. Isso porque a liberdade de imprensa não é uma bolha normativa ou uma fórmula prescritiva oca. Tem conteúdo, e esse conteúdo é formado pelo rol de liberdades que se lê a partir da cabeça do art. 220 da Constituição Federal: liberdade de “manifestação do pensamento”, liberdade de “criação”, liberdade de “expressão”, liberdade de “informação”. Liberdades constitutivas de verdadeiros bens de personalidade, porquanto correspondentes aos seguintes direitos que o art. 5º da nossa Constituição intitula de “Fundamentais”: a) “livre manifestação do pensamento” (inciso IV); b) “livre [...] expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação” (inciso IX); c) “acesso a informação” (inciso XIV). 3. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a imprensa mantém com a democracia a mais entranhada relação de interdependência ou retroalimentação. A presente ordem constitucional brasileira autoriza a formulação do juízo de que o caminho mais curto entre a verdade sobre a conduta dos detentores do Poder e o conhecimento do público em geral é a liberdade de imprensa. A traduzir, então, a ideia-força de que abrir mão da liberdade de imprensa é renunciar ao conhecimento geral das coisas do Poder, seja ele político, econômico, militar ou religioso. 4. A Magna Carta Republicana destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como a mais avançada sentinela das liberdades públicas, como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Os jornalistas, a seu turno, como o mais desanuviado olhar sobre o nosso cotidiano existencial e os recônditos do Poder, enquanto profissionais do comentário crítico. Pensamento crítico que é parte integrante da informação plena e fidedigna. Como é parte do estilo de fazer imprensa que se convencionou chamar de humorismo (tema central destes autos). A previsível utilidade social do labor jornalístico a compensar, de muito, eventuais excessos desse ou daquele escrito, dessa ou daquela charge ou caricatura, desse ou daquele programa. 5. Programas humorísticos, charges e modo caricatural de pôr em circulação ideias, opiniões, frases e quadros espirituosos compõem as atividades de “imprensa”, sinônimo perfeito de “informação

jornalística” (§ 1º do art. 220). Nessa medida, gozam da plenitude de liberdade que é assegurada pela Constituição à imprensa. Dando-se que o exercício concreto dessa liberdade em plenitude assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra as autoridades e aparelhos de Estado. Respondendo, penal e civilmente, pelos abusos que cometer, e sujeitando-se ao direito de resposta a que se refere a Constituição em seu art. 5º, inciso V. A crítica jornalística em geral, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura. Isso porque é da essência das atividades de imprensa operar como formadora de opinião pública, locus do pensamento crítico e necessário contraponto à versão oficial das coisas, conforme decisão majoritária do Supremo Tribunal Federal na ADPF 130. Decisão a que se pode agregar a ideia de que a locução “humor jornalístico” enlaça pensamento crítico, informação e criação artística. 6. A liberdade de imprensa assim abrangentemente livre não é de sofrer constrictões em período eleitoral. Ela é plena em todo o tempo, lugar e circunstâncias. Tanto em período não-eleitoral, portanto, quanto em período de eleições gerais. Se podem as emissoras de rádio e televisão, fora do período eleitoral, produzir e veicular charges, sátiras e programas humorísticos que envolvam partidos políticos, pré-candidatos e autoridades em geral, também podem fazê-lo no período eleitoral. Processo eleitoral não é estado de sítio (art. 139 da CF), única fase ou momento de vida coletiva que, pela sua excepcional gravidade, a Constituição toma como fato gerador de “restrições à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei” (inciso III do art. 139). 7. O próprio texto constitucional trata de modo diferenciado a mídia escrita e a mídia sonora ou de sons e imagens. O rádio e a televisão, por constituírem serviços públicos, dependentes de “outorga” do Estado e prestados mediante a utilização de um bem público (espectro de radiofrequências), têm um dever que não se estende à mídia escrita: o dever da imparcialidade ou da equidistância perante os candidatos. Imparcialidade, porém, que não significa ausência de opinião ou de crítica jornalística. Equidistância que apenas veda às emissoras de rádio e televisão encamparem, ou então repudiarem, essa ou aquela candidatura a cargo político-eletivo. 8. Suspensão de eficácia do inciso II do art. 45 da Lei 9.504/1997 e, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo, incluídos pela Lei 12.034/2009. Os dispositivos legais não se voltam, propriamente, para aquilo que o TSE vê como imperativo de imparcialidade das emissoras de rádio e televisão. Visa a coibir um estilo peculiar de fazer imprensa: aquele que se utiliza da trucagem, da montagem ou de outros recursos de áudio e vídeo como técnicas de expressão da crítica jornalística, em especial os programas humorísticos. 9. Suspensão de eficácia da expressão “ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”, contida no inciso III do art. 45 da Lei 9.504/1997. Apenas se estará diante de uma conduta vedada quando a crítica ou matéria jornalísticas venham a descambar para a propaganda política, passando nitidamente a favorecer uma das partes na disputa eleitoral. Hipótese a ser avaliada em cada caso concreto. 10. Medida cautelar concedida para suspender a eficácia do inciso II e da parte final do inciso III, ambos do art. 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo.

Decisão

Após o relatório e as sustentações orais, foi o julgamento suspenso. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela requerente, o Dr. Gustavo Binenbojm; pelo amicus curiae, o Dr. Miro Teixeira e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 01.09.2010. Decisão: O Tribunal, por maioria, referendou a liminar, suspendendo as normas do inciso II e da segunda parte do inciso III, ambos do artigo 45, bem como, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo da Lei federal nº 9.504, de 30/9/97, contra os votos dos Senhores Ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio, que, nos termos do pedido sucessivo da inicial, deferiam a liminar, declarando a inconstitucionalidade parcial das normas impugnadas mediante interpretação conforme. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 02.09.2010.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2613221>

ARE 650931 AgR / SP - SÃO PAULO

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI

Julgamento: 26/06/2012

Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação

ACÓRDÃO ELETRÔNICO

DJe-158 DIVULG 10-08-2012 PUBLIC 13-08-2012

Parte(s)

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
 ADV.(A/S) : MÔNICA FILGUEIRAS DA SILVA GALVÃO
 AGTE.(S) : ARETÉ EDITORIAL S/A E OUTRO(A/S)
 ADV.(A/S) : KARINA SOLVES CATTA-PRETA
 AGDO.(A/S) : VANDERLEI LUXEMBURGO DA SILVA

Ementa

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DANO MORAL. MATÉRIA JORNALÍSTICA. RESPONSABILIZAÇÃO, A POSTERIORI, DE VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. POSSIBILIDADE. ADPF 130/DF. VERIFICAÇÃO, IN CONCRETO, DA EXISTÊNCIA DE DANO INDENIZÁVEL. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO. I – Esta Corte, no julgamento da ADPF 130/DF, Rel. Min. Ayres Britto, assentou que não constitui forma de censura à imprensa a responsabilização penal, civil ou administrativa, a posteriori, de veículo de comunicação em razão de dano moral por ele causado ante a publicação de matéria jornalística. II – No caso dos autos, a verificação da existência de dano moral indenizável exige a análise do conjunto fático-probatório constante dos autos. Incide, na espécie, a Súmula 279 do STF. III – Agravo regimental improvido.

Decisão

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. 2ª Turma, 26.06.2012.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2533082>

ARE 685495 AgR / SP - SÃO PAULO

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI

Julgamento: 16/04/2013 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

ACÓRDÃO ELETRÔNICO

DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013

Parte(s)

ADV.(A/S) : GUILHERME DEL BIANCO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
 AGTE.(S) : GCN PUBLICAÇÕES LTDA
 AGDO.(A/S) : CLEITON DE SOUSA SILVA E OUTRO(A/S)
 ADV.(A/S) : ADAUTO FERNANDO CASANOVA E OUTRO(A/S)

Ementa

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Dano moral. Divulgação de matéria jornalística. Pressupostos da responsabilidade civil demonstrados na origem. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Responsabilização dos meios de comunicação. Censura. Não caracterização. Precedentes. 1. O Tribunal de origem concluiu, com base nos fatos e nas provas dos autos, que a agravante, ao veicular matéria jornalística, teria abusado do direito de informar ao associar os agravados a fatos desabonadores, o que teria maculado a honra deles. 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 3. O Plenário desta Corte, no julgamento da ADPF nº 130-DF, Relator o Ministro Ayres Britto, reconheceu que a Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa) não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, consignou ser possível, em vista do vigente texto constitucional, a responsabilização, nas esferas penal, civil e administrativa, daquele que, ao veicular matéria jornalística, abusar da liberdade de imprensa, sem que referida sanção, aplicada a posteriori, configure censura. 4. Agravo regimental não provido.

Decisão

A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 16.4.2013.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4139794>

RE 434826 AgR / MG - MINAS GERAIS

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. CEZAR PELUSO

Relator(a) p/ Acórdão: Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 19/11/2013 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação

DJe-244 DIVULG 11-12-2013 PUBLIC 12-12-2013

EMENT VOL-02716-01 PP-00001

Parte(s)

AGTE.(S) : EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS

ADV.(A/S) : EDUARDO MANEIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO

AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ADV.(A/S) : HERCÍLIA MARIA PORTELA PROCÓPIO FRIGO

ADV.(A/S) : ROBINSON NEVES FILHO

Ementa

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DO JORNAL “FOLHA UNIVERSAL” DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS (IURD) EXECUTADOS POR TERCEIROS – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO SIGNIFICADO E ALCANCE DO INSTITUTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA (CF, ART. 150, VI, “d”) – LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL AO PODER DE TRIBUTAR – SUBMISSÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO AO PODER DE TRIBUTAR DO ESTADO – INADMISSIBILIDADE DA “CENSURA TRIBUTÁRIA” – INOCORRÊNCIA, NO CASO, PELO FATO DE A EMPRESA QUE MERAMENTE EXECUTA SERVIÇOS DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA, POR ENCOMENDA DE TERCEIROS (IURD), NÃO SER DESTINATÁRIA DESSA PRERROGATIVA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

Decisão

Depois do voto do Ministro-Relator, negando provimento ao recurso de agravo, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo eminente Ministro Eros Grau. 2ª Turma, 04.03.2008.

Decisão: Após o voto do Ministro Eros Grau dando provimento ao recurso, pediu vista o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. 2ª Turma, 31.03.2009.

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que, acompanhando o Relator, negava provimento ao agravo regimental, pediu vista o Senhor Ministro Celso de Mello. 2ª Turma, 09.06.2009.

Decisão: A Turma, por votação majoritária, negou provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Eros Grau que lhe dava provimento. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Celso de Mello. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. 2ª Turma, 19.11.2013.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630044>

ADI 5136 MC / DF - DISTRITO FEDERAL

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 01/07/2014 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO

DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014

Parte(s)

REQTE.(S) : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

ADV.(A/S) : MARILDA DE PAULA SILVEIRA E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa

Ação direta de inconstitucionalidade. §1º do art. 28 da Lei n. 12.663/2012 (“Lei Geral da Copa”). Violação da liberdade de expressão. Inexistência. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Juízo de ponderação do legislador para limitar manifestações que tenderiam a gerar maiores conflitos e atentar contra a segurança dos participantes de evento de grande porte. Medida cautelar indeferida. Ação julgada improcedente.

Decisão

Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), indeferindo o pedido de medida cautelar, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia, o Tribunal, por unanimidade, acolheu proposta da Ministra Cármen Lúcia para julgar o mérito da ação. Em seguida, colhida a manifestação do Ministério Público Federal, o Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa (Presidente). Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falou pelo requerente a Dra. Marilda de Paula Silveira. Plenário, 01.07.2014.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7088799>

ARE 758478 AgR / RJ - RIO DE JANEIRO

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI

Julgamento: 16/09/2014 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO

DJe-224 DIVULG 13-11-2014 PUBLIC 14-11-2014

Parte(s)

AGTE.(S) : RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA

ADV.(A/S) : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MARIA DA GRAÇA XUXA MENEGHEL

ADV.(A/S) : VOLMAR DE PAULA FREITAS E OUTRO(A/S)

Ementa

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Negativa de prestação jurisdicional. Não ocorrência. Direito à imagem. Programa de televisão. Dano moral. Pressupostos da responsabilidade civil demonstrados na origem. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Ausência de repercussão geral do tema. Responsabilização dos meios de comunicação. Censura. Não caracterização. Precedentes. 1. A jurisdição foi prestada pelo Tribunal de origem mediante decisão suficientemente motivada (AI nº 791.292-QO-RG, Relator o Ministro Gilmar Mendes). 2. O Tribunal de origem concluiu, ante as circunstâncias fáticas peculiares do caso concreto, que a agravante, ao veicular programa de televisão, com intuito de obter audiência, o teria feito de forma abusiva, ofendendo o direito à imagem da agravada. 3. A ponderação de interesses, in casu, não prescinde do reexame contexto fático-probatório da causa, o qual é inadmissível em recurso extraordinário. Incidência da Súmula nº 279/STF. 4. O Plenário da Corte, no exame do ARE nº 739.382/RJ-RG, Relator o Ministro Gilmar Mendes, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo à configuração da responsabilidade civil por danos causados à imagem ou à honra, haja vista que o deslinde da questão não ultrapassa o interesse subjetivo das partes, tampouco prescinde do reexame de fatos e provas. 5. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 130-DF, Relator o Ministro Ayres Britto, reconheceu que a Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa) não teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988, assentando, entretanto, a possibilidade, em vista do vigente texto constitucional, de responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa daquele que, ao veicular matéria jornalística, abusar da liberdade de imprensa, sem que referidas sanções, aplicadas a posteriori, configurem impedimento à liberdade de expressão. 6. Agravo regimental não provido.

Decisão

A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 16.9.2014.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7236590>

Rcl 15243 MC-AgR / RJ - RIO DE JANEIRO

AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO

Relator(a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 18/11/2014 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO

DJe-236 DIVULG 01-12-2014 PUBLIC 02-12-2014

Parte(s)

AGTE.(S) : DANIEL VALENTE DANTAS

ADV.(A/S) : JOÃO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : EDUARDO CARVALHO DA SILVA FAORO

AGDO.(A/S) : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS AMORIM

ADV.(A/S) : CESAR MARCOS KLOURI

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ementa

E M E N T A: RECLAMAÇÃO – ADPF 130/DF – EFEITO VINCULANTE E EFICÁCIA GERAL DO JULGAMENTO NELA PROFERIDO – ALEGAÇÃO DE OFENSA A ESSA DECISÃO PLENÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – POSSIBILIDADE, EM TESE, DA UTILIZAÇÃO, NO CASO, DO INSTRUMENTO CONSTITUCIONAL DA RECLAMAÇÃO – A QUESTÃO DO DIREITO DE CRÍTICA NO CONTEXTO DO JORNALISMO DIGITAL – DENSIDADE JURÍDICA DA PRETENSÃO CAUTELAR EM RAZÃO DE O DIREITO DE CRÍTICA COMPREENDER-SE NA LIBERDADE CONSTITUCIONAL DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO – DECISÃO ORA RECORRIDA QUE SE APOIOU, AO CONCEDER O PROVIMENTO CAUTELAR, NA DOCTRINA E EM PRECEDENTES DO PRÓPRIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – JURISPRUDÊNCIA COMPARADA (Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal Constitucional Espanhol) – O SIGNIFICADO E A IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE CHAPULTEPEC (11/03/1994) – MATÉRIA JORNALÍSTICA E RESPONSABILIDADE CIVIL: TEMAS VERSADOS NA ADPF 130/DF, CUJO JULGAMENTO FOI INVOCADO COMO PARÂMETRO DE CONFRONTO – PRESENÇA CUMULATIVA, NA ESPÉCIE, DOS REQUISITOS CONCERNENTES À PLAUSIBILIDADE JURÍDICA E AO “PERICULUM IN MORA” – SITUAÇÃO QUE LEGITIMA, PLENAMENTE, A CONCESSÃO DE PROVIMENTO CAUTELAR – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

Decisão

A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. 2ª Turma, 18.11.2014.

Inteiro teor disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7375422>

CD-ROM contendo inteiro teor dos acórdãos do STF analisados (em .pdf)